Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública
Departamento de Prática de Saúde Pública

Segurança Alimentar e Nutricional
- significados e apropriações

Christiane Gasparini Araujo Costa

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Saúde Pública para obtenção do
título de Mestre em Saúde Pública**

Área de Concentração: Serviços de Saúde Pública

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Maria Bógus

São Paulo
2008

Segurança Alimentar e Nutricional

- significados e apropriações

Christiane Gasparini Araujo Costa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública

Área de Concentração: Serviços de Saúde Pública

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Maria Bógus

São Paulo

2008

É expressamente proibida a comercialização deste documento tanto na sua forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Wilma e Wilson, pelos valores que em mim fizeram germinar, dentre eles a educação do gosto, a apreciação e o respeito à boa comida, simples, saudável, bonita e saborosa.

Por vezes, ainda hoje, diante de algum estímulo, a lembrança da infância me vem inteira, o perfume atravessando a porta e fazendo despertar todos os sentidos. Na memória, a cozinha, como o lugar mais habitado da casa, uma usina de invenções, criatividade e um clima de liberdade. O sentido do prazer da festa nos molhos italianos de minha mãe e a disciplina nas receitas macrobióticas e, mais tarde, vegetarianas de meu pai. A massa feita em casa, aberta em fios na mesa polvilhada de farinha, ao lado do rigor na mastigação dos bolinhos de arroz integral. Os estalos da comida ficando pronta, os preparativos, os barulhos da arrumação de talheres e utensílios, toalha branca, aroma de flores. O ritual à mesa, não só proporcionando alegria e convívio familiar, como também a sensação elementar de conforto, de se estar em lugar seguro, de pertencer, de fortalecer um mundo interno, uma identidade, o sentido do eu. Sem dúvida, tais experiências colaboraram na coesão familiar e na forma como filhos e netos se definem hoje.

Com minha mãe e avó materna aprendi o sentido das “comidas de alma”, aquelas que tanto nos dão água na boca, como também nos curam em horas de dor e tristeza. Já com o meu pai recebi o aprendizado sobre os efeitos rápidos e saudáveis da alimentação sem carne. Como a preferência era pelas frutas, verduras e legumes, aprendi que comer bem, exercitar-se, respirar e meditar é saber cuidar-se e se fazer bem. E que tomar conta de si, por meios simples e baratos, é uma forma de subversão silenciosa, em um mundo que nos estimula a ficar cada vez pior e a gastar tanto com remédios e consultas médicas.

Por meio de distintas influências ambos me ensinaram ser a questão do alimento em uma casa tarefa de toda a família, e não só das mulheres.

Nesta vida moderna estressante, com pressões de todos os lados e, especialmente, no campo alimentar, tantos estímulos para se consumir comidas industriais, com excesso de tudo - maneira mais cômoda de agradar o paladar - estes ensinamentos são ferramentas valiosas para se enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

No ciclo da vida, como um elo a mais nesta corrente, que eu consiga dar seqüência a estes primorosos ensinamentos aos que me cercam e, principalmente, às futuras gerações,

Minha gratidão.

AGRADECIMENTOS

Refletir sobre algo é, ao mesmo tempo, uma reflexão sobre si mesmo.

Talvez a melhor metáfora para ilustrar o significado da experiência resida no fato de, durante o curso ter passado a usar óculos. Vejo as mesmas paisagens, porém, com novas lentes e, em muitos ângulos, as imagens são mais nítidas que antes, mas podendo embarçar, dependendo do movimento do olhar.

Bastante desafiante foi a tarefa de escrever sobre um tema amplo, atual e ainda com tão poucas referências teóricas.

O percurso do mestrado significou o desenvolvimento simultâneo de duas habilidades: a de criar as condições para o isolamento necessário ao estudo, à reflexão e à escrita e a capacidade de construir uma rede de interlocução e cumplicidades em diversos níveis, traduzidas em diferentes colaborações, do âmbito pessoal às várias dinâmicas de interação em grupo, no desenvolvimento de um conjunto de atividades, na realização de disciplinas, participação em seminários, elaboração de artigos, grupos de estudos, leituras etc. Tornou-se, ao mesmo tempo, uma experiência de mergulho interior e concentração e, em sentido contrário, uma rica troca de idéias, em diferentes níveis.

Com o firme propósito de ressarcir dívidas, pela ausência, entre familiares, amigos, companheiros de trabalho e de militância realizadas, involuntariamente, nestes últimos dois anos, agradeço a todas as pessoas que fizeram parte desta jornada.

Em especial, a prontidão e constante disposição para o diálogo, na orientação firme e sensível da Profa. Dra. Cláudia Bógus, realizada em clima de liberdade, confiança e produtivas discussões.

Agradeço as valiosas contribuições dos membros da banca, tanto no período da qualificação como na pré-banca: Profa. Dra. Ana Cervato, Prof. Dr. Pedro Pontual, Profa. Dra. Cristina Boog e o Prof. Dr. Rubens Adorno.

Aos funcionários da Faculdade de Saúde Pública, que se mostraram sempre disponíveis e pacientes.

Ao incentivo constante do querido amigo, professor e companheiro de trabalho de muitos anos, Renato Maluf, principal referência teórica no tema, que com o seu exemplo e habilidade vai colhendo e inspirando a todos nós,

Às sugestões precisas da amiga Lucienne Burlandy, de quem recebo preciosos ensinamentos, fazendo-me enxergar mais distante.

À influência positiva da amiga e antropóloga Bia Labate que no início caminhou comigo passo a passo, trazendo-me firmeza e coragem para nesta estrada pisar.

Agradeço o desafio proposto pela Profa. Ana Cervato, cujas palavras tocaram o meu coração, encorajando-me a abrir novas portas de conhecimento.

À disponibilidade e prontidão do presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), Francisco Menezes e a colaboração dos conselheiros da gestão 2004-2007, que me concederam entrevistas e cujas experiências e percepções constituem as idéias básicas deste trabalho. Obviamente não esgotei as interpretações subjacentes às falas, mas penso que, em muitos momentos, as entrevistas possibilitaram a motivação de perguntas latentes.

Aos colegas de trabalho do Instituto Pólis, com quem comungo ideais e o privilégio de desfrutar da constante troca de idéias, do trabalho coletivo e do apoio mútuo.

Aos companheiros do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional pela cumplicidade na luta em favor da alimentação como um direito humano e esperanças de um novo viver.

Ao Ivan Mars, Marcelo Oliveira, Carlos Gomes e Carlinhos Cecconi, que, em diferentes momentos, me auxiliaram na formatação dos gráficos, quadros, tabelas e mapas mentais.

À Isa Stoeber, por sua dedicada revisão e à Zilda Aparecida de Castro pela colaboração na tradução.

À amiga e irmã Maria Elena Salles, minha gratidão por seu intenso envolvimento na reta final da diagramação e organização dos gráficos. Isso é que é amizade !

À Fany Carolina, um presente da vida, amiga que não poderia ter chegado em hora mais apropriada, ajudando-me não só a dar conta de inúmeras tarefas, como proporcionando pequenos mas divertidos momentos de descontração.

À Nilvana Tosttes e Hector Othón pelas reflexões e sinceridade na amizade.

À Sineidy Santos, fiel colaboradora, por seu espírito manso e determinado. E mais, por nos ter proporcionado uma alimentação simples, criativa e saudável neste período.

Aos irmãos e irmãs do Céu da Lua Cheia, minha gratidão pela compreensão e cumplicidade nos momentos de meditação e devoção, onde encontrei paz, harmonia e amor.

O intenso trabalho de uma dissertação exige sacrifício da família. Neste sentido, meu especial agradecimento aos meus pais e irmãos, pelo apoio, carinho e acolhimento.

Ao Léo, marido e companheiro, que dividiu comigo as atividades da vida cotidiana e com o nosso amor teceu um escudo protetor, ajudando a me levantar em momentos de balanço, invocando constantemente em mim a força feminina.

Agradeço a companhia alegre e positiva do meu enteado, Léo Luca, inclusive nos filmes que vimos juntos nas madrugadas de insônia.

Ao meu filho, Thales, jóia fina, que se aplicou em colaborar, tornando os momentos de ausência em experiências de crescimento e desenvolvimento da autonomia.

Que a força da união faça com que o mundo seja cada vez mais justo, humano e fraterno, para que vocês e as futuras gerações possam, eternamente, receber as bênçãos e a alegria de contemplar o brilho do sol, a magia da lua, os frutos da terra, as espumas do mar e os tesouros da floresta.

Agradeço por tudo que recebi, obrigada de coração,

Ahow !

MÃE – TERRA

(trechos)

*Terra, Mãe-Terra querida
Sua voz eu posso escutar
Eu percebo sua dor
Com aquele que não dá valor*

*Verdes campos, lindas florestas
O Céu, as Montanhas e o Mar
Todas as coisas da Natureza
Nós precisamos preservar*

*Teus rios são como o meu sangue
Mãe Terra que tudo me dá
Morada, água e alimento
Belezas por todo lugar*

Léo Artése

Alimento:

“Direito sagrado, porque na boca a alma tem uma das suas portas”

Eduardo Galeano

RESUMO

Diante do quadro de grandes transformações das duas últimas décadas e suas repercussões nos padrões de produção e consumo de alimentos, fortalece-se no Brasil a temática da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), fazendo referência às questões alimentares que dizem respeito ao conjunto da população, e não apenas aos segmentos mais vulneráveis, ao incluir, ao mesmo tempo, a dimensão nutricional, a disponibilidade (food security) e a segurança (food safety) dos alimentos:

“Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis”. (II Conferência de SAN, Olinda/PE, 2004).

Tem sido possível verificar uma crescente incorporação da noção de Segurança Alimentar e Nutricional pela área da Saúde, devido à sua interface com a temática da Saúde Pública, em documentos que mencionam explicitamente o tema da alimentação e nutrição, a saber: a) Política Nacional de Promoção da Saúde; b) Política Nacional de Alimentação e Nutrição; c) Estratégia Global da Organização Mundial da Saúde; d) Guia Alimentar para a População Brasileira; e) Documentos do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Dado que a construção da institucionalidade desta temática no país, por meio da aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN – 11.346/06) instituindo o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) é resultado da interação entre Estado e Sociedade, a identificação dos significados da incorporação da noção de Segurança Alimentar e Nutricional nos documentos do governo requer, como contraponto, outra reflexão sobre os sentidos da apropriação deste enfoque por parte de entidades e movimentos sociais relacionados à temática. Os marcos históricos, relacionados à construção de uma agenda de segurança alimentar e nutricional no Brasil, nas duas últimas décadas, demonstram o vigor da participação social, não só no controle e monitoramento das ações do governo como na elaboração de propostas e execução de projetos e iniciativas locais /regionais.

A fim de aprofundar esta reflexão, a presente pesquisa teve como objetivo identificar e analisar os diferentes significados da incorporação do enfoque de segurança alimentar e nutricional por parte dos movimentos e organizações da sociedade civil participante do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Nacional na gestão 2004/2007.

Com a intenção de apreender a realidade dos sujeitos pesquisados, o estudo, de caráter exploratório e com base no método de pesquisa qualitativa, foi realizado por meio de questionário semi-estruturado e entrevistas em profundidade.

Como resultado, verificou-se a apropriação do enfoque de Segurança Alimentar e Nutricional nas seguintes direções: a) favorecimento da interação entre campos temáticos das esferas da produção e do consumo; b) impulso à visão do alimento e da alimentação como um direito humano; c) objetivo ético do desenvolvimento e conseqüente construção de entornos físicos e sociais saudáveis; d) aquisição de perspectiva intra e intersetorial e e) processo educativo dialógico e emancipatório.

Considerando-se que a criação de programas educativos combinada com a implantação do SISAN para a execução de políticas públicas constitui um dos grandes desafios para o país na atualidade, os significados identificados permitem-nos apontar a relevância de se elaborar uma proposta pedagógica que contenha diretrizes para a abordagem de segurança alimentar e nutricional em programas educativos, promovendo a aquisição de uma aprendizagem mais cidadã da alimentação e que favoreça não só o direito de comer como também o direito de se informar e de se educar, numa perspectiva de empoderamento, condição essencial para a realização de escolhas positivas, saudáveis e conscientes.

PALAVRAS-CHAVE: segurança alimentar e nutricional; educação nutricional; alimentação e nutrição; alimentação adequada e saudável; conselhos; participação social; direito humano à alimentação; intersetorialidade.

ABSTRACT

By overlooking the major transformations of the past two decades and their impacts in the standards of production and consumption of food, in Brazil the theme over Food and Nutrition Safety has become stronger and stronger especially in regards to foodstuff matters involving the whole of population and not only the most vulnerable segments when it takes into account, at the same time, the nutritional dimension and the availability of both Food Safety and Security.

“Food and Nutritional Safety (SAN) happens to be the fulfilment of everyone’s right to the regular and permanent access to quality foodstuff, in sufficient amounts, without blocking the access to other essential needs, by taking as practical feeding basis to foster health and to look up to the cultural diversity and that be socially, economically and environmentally sustainable.” (II SAN Conference, Olinda, Pernambuco, 2004).

It has been possible to check up on a growing incorporation of the Food and Nutrition Safety in the health area, owing to its interface with the Public Health Theme, in papers where they explicitly mention the Food and Nutrition Safety theme, namely:

- a) National Policy on Health Promotion ;
- b) National Policy for Food and Nutrition Safety;
- c) Worldwide Strategy by the World Health Organization (WHO);
- d) Feeding Guidelines for the Brazilian Population;
- e) Papers by the National Council for Food and Nutrition Safety.

The construction of this theme tilts towards non constitutional aspects, especially now after the approval of the Organic Law for Food and Nutritional Safety (LOSAN - 11.346/06), whereby the SISAN (System of Food and Nutritional Safety) is established, on the other hand, this approach is the result of the interaction between State and Society and the identification of the meanings of the incorporation of this notion on Food and Nutrition Safety in government papers calls for, as a counterpoint, another reflection over the appropriation of this focus by entities and social movements related to the theme.

The historical backgrounds related to the construction of an agenda on Food and Nutritional Safety in Brazil in the last two decades demonstrate the strength of the

social participation not only in the control and monitoring of government actions but also in the formulation of proposals and execution of projects and local and regional initiatives.

In order to go deeper into this reflection, the current survey has been aimed at identifying and looking over different meanings of the incorporation of the focus on Food and Nutrition Safety by the movements and organizations of civil society who partook in the in the National Food and Nutrition Safety during the administrative period of 1004/2007.

So as to learn about the reality of the individuals who have been interviewed, this survey was an exploratory tool based on quality research, and was carried out by means of a semi-structured questionnaire and in-depth interviews.

As a result, one has come across the appropriation of the focus on Food and Nutritional Safety in the following directions:

- a) Favoring the interaction between the theme fields in the spheres of both production and consumption:
- b) Boosting the vision of both food and feeding as a human right;
- c) While an ethical goal on development and consequent construction of healthy physical and social vanities;
- d) As an acquisition of an intra and inter sector perspective and;
- e) As an educational and dialogic and emancipated process.

So, by considering that the establishment of educational programs coupled with the implementation of SISAN for the execution of public policies has truned into a major challenge for the country today, the results achieved allow us to point out to the relevance of formulating a pedagogical proposal containing the guidelines for the approach on Food and Nutrition Safety in educational programs, paving the way for an acquisition of a citizen like learning on feeding and not only encourages the right to eat but also the right to be informed and educated in an empowerment outlook which is an essential condition for the achievement of positive, healty and concious choices.

Key Words> Food and Nutritional Safety, nutritional education, Feeding and Nutrition, Suitable and Healthy Feeding, Counseling, Social Participation, Human right to feeding, Inter Sector.

ÍNDICE:

1. INTRODUÇÃO.....	19
1.1. CONTEXTO	19
1.2. JUSTIFICATIVA.....	23
2. OBJETIVOS	29
2.1 GERAL.....	29
2.2. ESPECÍFICOS.....	29
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	30
3.1. MARCO TEÓRICO	30
3.2. METODOLOGIA.....	37
4. RESULTADOS	45
4.1. INTERFACES DA INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL.....	45
4.1.1. Saúde	45
4.1.2. Produção de Alimentos	57
4.1.3. Abastecimento.....	62
4.1.4. Consumo de Alimentos	63
4.1.5. Gênero	70
4.1.6. Meio Ambiente	74
4.1.7. Indústria e Mídia	76
4.2. SIGNIFICADOS DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM DOCUMENTOS E POLÍTICAS RELACIONADAS AO TEMA DA ALIMENTAÇÃO NA ÁREA DA SAÚDE.....	79
4.2.1. Política Nacional de Promoção da Saúde.....	79
4.2.2. Política Nacional de Alimentação e Nutrição	88
4.2.3. Guia Alimentar para a População Brasileira	90
4.2.4. Estratégia Global para alimentação, atividade física e saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS).....	92
4.2.5. Diretrizes para a Promoção da Alimentação Adequada e Saudável do CONSEA Nacional	94
4.3. MARCOS HISTÓRICOS DA CONSTRUÇÃO DA NOÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	98
4.3.1. Sentidos da Participação.....	98
4.3.2. Trajetória da noção de Segurança Alimentar e Nutricional	101
4.3.3. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)	105
4.4. CARACTERIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DO CONSEA (2004-07).	110

4.5. OS SIGNIFICADOS DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA PERCEPÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DO CONSEA	118
4.5.1. Aspectos Gerais.....	119
4.5.2. Visibilidade às interações entre os campos temáticos das esferas da produção e do consumo.....	126
4.5.3. Aquisição da noção da alimentação como um direito humano	143
4.5.4. Como objetivo estratégico do desenvolvimento e conseqüente construção de entornos físicos e sociais saudáveis.....	157
4.5.5. Como uma perspectiva que favorece o diálogo intra e intersetorial	160
4.5.6. Processo Educativo	176
5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	213
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	248
7. REFERÊNCIAS.....	251
8. ANEXOS	257
8.1. DESCRIÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL	257
8.2. INSTRUMENTOS DE PESQUISA.....	274
8.3. PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA.....	279
8.4. DECLARAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....	280
8.5. DOCUMENTO DE AVALIAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	280

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estimativas de Gastos do SUS com DCNT – 2002.....	46
Tabela 2 - Perfil Nutricional de Crianças Brasileiras – 1989 e 1996..	49
Tabela 3 - Perfil Nutricional de Adultos Brasileiros – 1989 e 2002/2003.....	52
Tabela 4 - População em condições de pobreza e indigência 1995/2004.....	55
Tabela 5 - Domicílios particulares e moradores, segundo a situação de segurança alimentar, Brasil, 2004 (em %).....	56
Tabela 6 - Pessoas de 10 anos ou mais, ocupados na atividade agrícola na semana de referência, segundo o sexo e os grupamentos de atividade do trabalho principal, Brasil (1992 e 2002).....	72

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Mortalidade proporcional (%)	46
Gráfico 2 - Pirâmides Populacionais: Brasil e regiões Norte e Sul 1980 e 2000.....	47
Gráfico 3 - Prevalência da obesidade em Adultos, Brasil 2003	51
Gráfico 4 - Tendência Secular da Obesidade no Brasil	52
Gráfico 5 - Tendência secular do Excesso de Peso no Brasil	52
Gráfico 6 - Participação das cadeias produtivas da agricultura familiar e patronal no PIB total (em %)	61
Gráfico 7 - Participação no valor calórico total da disponibilidade domiciliar de alimentos em áreas metropolitanas do Brasil – alimentos básicos	66
Gráfico 8 - Participação no valor calórico total da disponibilidade domiciliar de alimentos em áreas metropolitanas do Brasil – alimentos de origem animal.....	66
Gráfico 9 - Participação no valor calórico total da disponibilidade domiciliar de alimentos em áreas metropolitanas do Brasil – alimentos essencialmente calóricos.....	67
Gráfico 10 - Participação no valor calórico total da disponibilidade domiciliar de alimentos em áreas metropolitanas do Brasil – alimentos processados	67
Gráfico 11 - Participação no valor calórico total da disponibilidade domiciliar de alimentos em áreas metropolitanas do Brasil – frutas e hortaliças	68
Gráfico 12 - Alimentação fora do domicílio no Brasil % sobre total das despesas com alimentação (2003)	70
Gráfico 13 – Food Service – Crescimento Setorial	79
Gráfico 14 – Perfil dos Conselheiros do CONSEA Nacional.....	111
Gráfico 15 – Classificação das organizações do CONSEA Nacional ..	113
Gráfico 16 – Parceiros nos últimos 3 anos	114
Gráfico 17 – Aspectos da SAN desenvolvidos pelas organizações	115
Gráfico 18 – Abordagem simultânea das dimensões da SAN	117

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Blocos temáticos do Encontro Nacional de SAN, Brasília, 2006	107
Quadro 2 - Áreas de intervenção das organizações do CONSEA Nacional	113
Quadro 3 - Papéis atribuídos ao CONSEA Nacional	115
Quadro 4 - Temas trabalhados pelas organizações do CONSEA Nacional	116
Quadro 5 - Metodologia de trabalho das organizações do CONSEA Nacional	117
Quadro 6 - Dificuldades na implantação de ações de SAN por parte das organizações do CONSEA Nacional	118
Quadro 7 - Ações positivas do governo segundo as organizações do CONSEA Nacional	118
Quadro 8 - Ações negativas e recomendações ao governo, segundo as organizações do CONSEA Nacional	119

SIGLAS UTILIZADAS

ABERC - Associação Brasileira das Empresas de Refeições Coletivas
ABF - Associação Brasileira de Franchising
ABIA – Associação Brasileira de Indústria de Alimentos
ABIP - Associação Brasileira da Indústria da Panificação e Confeitaria
ABRANDH - Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos
AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
CEDEPLAR - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais
CG12 - Comentário Geral número 12
CGPAN – Coordenadoria Geral da Política de Alimentação e Nutrição
CIAN - Comissão Intersetorial de Alimentação e Nutrição do Conselho Nacional de Saúde
CNDSS - Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde
CNSAN – Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CPT – Comissão Pastoral da Terra
DCNT - Doenças Crônicas Não Transmissíveis
DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável
DHAA - Direito Humano a uma alimentação adequada
EBIA - Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
ECD - Consultoria Especializada em Food Service
EG - Estratégia Global para a Promoção da Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde da Organização Mundial da Saúde
ENA- Encontro Nacional de Agroecologia
ENDEF- Estudo Nacional de Despesas Familiares
FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FBSAN – Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional
FIDA - Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FMI - Fundo Monetário Internacional
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GT/AAS - Grupo de trabalho “Alimentação Adequada e Saudável” do CONSEA
HIA - empresa de consultoria do ramo hoteleiro
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MDS - Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MS – Ministério da Saúde
OCNI - Objeto comestível não identificado
OMC - Organização Mundial do Comércio
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador
PBF - Programa Bolsa Família
PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB - Produto Interno Bruto
PL - Projeto de Lei
PNAA - Política Nacional de Abastecimento Alimentar
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAN - Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PNDS - Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde
PNPS - Política Nacional de Promoção da Saúde
PNSAN- Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNSN - Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição
PNSN - Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição
POF- Pesquisa de Orçamentos Familiares
PROGER – Programa de Geração de Emprego e Renda
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAN – Segurança Alimentar e Nutricional
SESAN – Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério
do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
SINDICOM - Sindicato do Comércio Atacadista e Varejista
SISAN - Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional
SISVAN - Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
SUS – Sistema Único de Saúde
UNIMEP - Universidade Metodista de Piracicaba
USP – Universidade de São Paulo

1. INTRODUÇÃO

1.1. CONTEXTO

Diversos autores denominam pós-modernidade às características da economia pós-fordista, correspondentes à atual etapa do capitalismo financeiro, pós-industrial, baseado no modo de acumulação flexível de capitais, determinando novas formas de utilização da força de trabalho, regulação estatal e gestão da produção. Dentre as mudanças significativas na sociedade contemporânea, pode-se destacar o fenômeno da globalização. Nos termos de CASTELLS (2003, p.142): “foi apenas no final do século XX que a economia mundial conseguiu tornar-se verdadeiramente global com base na nova infra-estrutura, propiciada pelas tecnologias da informação e da comunicação, e com uma ajuda decisiva das políticas de desregulamentação e da liberalização postas em prática pelos governos e pelas instituições internacionais”.

Apoiada no Consenso de Washington e elaborada pelos Estados hegemônicos do sistema mundial na década de oitenta, a globalização contempla como características, conforme SANTOS (2002), uma economia dominada pelo sistema financeiro, investimentos à escala global, processos de produção flexíveis e multilocais, revolução nas tecnologias de informação e comunicação, desregulação das economias nacionais e predominância das agências financeiras multilaterais. Como requisito para renegociarem suas dívidas externas com as agências financeiras multilaterais, o autor aponta os ajustes estruturais exigidos, principalmente aos países periféricos: as economias nacionais abrirem-se ao mercado mundial; os preços domésticos adequarem-se aos preços internacionais; prioridade à economia de exportação; redução da inflação e da dívida pública; privatização do setor empresarial do Estado; mobilidade de recursos, de investimentos e dos lucros; regulação estatal mínima; diminuição do peso das políticas sociais no orçamento do Estado, redução do montante das transferências sociais e eliminação de sua universalidade. Este processo da globalização fez aumentar a diferença entre os países pobres e ricos e também entre os pobres e os ricos de cada país, resultando em desemprego e destruição das economias de subsistência.

Por conter características, ainda que intensificadas, da época anterior, tais como o individualismo, o consumismo, a fragmentação do tempo e do espaço e por não ter havido, de fato, uma ruptura com os tempos modernos, o filósofo francês Gilles Lipovetsky adota o termo "hipermodernidade", para designar o período em que vivemos. A hipermodernidade é caracterizada por uma cultura do excesso, do sempre mais, onde todas as coisas se tornam intensas e urgentes. O movimento é uma constante e as mudanças ocorrem em ritmo acelerado, determinando um tempo marcado pelo efêmero, no qual a flexibilidade e a fluidez aparecem como tentativas de acompanhar essa velocidade:

“Estamos na era hiper-moderna caracterizada por uma cultura do excesso, do sempre mais, do sempre novo – e por isso nos encontramos perdidos, sem bússola. Para Lipovetsky hoje não temos mais causas coletivas. A grande utopia do homem seria encontrar a felicidade que não é mais o paraíso prometido após a morte, mas precisa acontecer agora, podendo estar relacionada ao bem-estar, ao conforto, às viagens. Para ele, ao contrário de diabolizar o consumo - que é um fenômeno irreversível - é preciso olhar de forma crítica para este universo e, de alguma maneira, diminuir a velocidade em que vivemos” (Site Canal Futura, acesso em 27/07/07).

Tomando como ponto de partida o conceito de *consumo*, LIPOVETSKY (2004, p.121) situa como características desta dinâmica social a desvalorização do passado, a valorização do novo e a supremacia do nível individual sobre o coletivo. Defende que o fator que estimularia o consumo, nos dias atuais, não seria tanto a preocupação com o que os outros pensam: “o que de fato estimularia seria o vazio, uma necessidade de prazer, de preenchimento, para afastar a angústia da sociedade contemporânea”. Também é a partir do conceito de consumo que o sociólogo polonês BAUMAN (2001, p.75) adota a expressão "modernidade líquida", para designar uma realidade, ambígua e multiforme:

“O mundo cheio de possibilidades é como uma mesa de bufê com tantos pratos deliciosos que nem o mais dedicado comensal poderia esperar provar de todos. Os comensais são consumidores, e a mais custosa e irritante das tarefas que se pode pôr diante de um consumidor é a necessidade de estabelecer prioridades (...). A infelicidade dos consumidores deriva do excesso e não da falta de escolha”.

Ao citar o conceito de “mercadoria-signo”, de Baudrillard, SIQUEIRA destaca a subordinação da lógica da produção à do consumo, onde uma vasta gama de associações imagéticas e simbólicas, que podem ou não ter relação com o produto a ser vendido, recobre o valor de uso inicial dos produtos e torna as imagens mercadorias. O valor destas imagens confunde os valores de uso e troca, e a substância é suplantada pela aparência. Na “época do signo”, produz-se, simultaneamente, a mercadoria como signo e o signo como mercadoria (SIQUEIRA, 2003). Tal cenário é bem retratado no belíssimo texto de Galeano:

“Os especialistas sabem transformar as mercadorias em mágicos conjuntos contra a solidão. As coisas possuem atributos humanos: acariciam, fazem companhia, compreendem, ajudam, o perfume te beija e o carro é o amigo que nunca falha. A cultura do consumo fez da solidão o mais lucrativo dos mercados. Os buracos no peito são preenchidos enchendo-os de coisas, ou sonhando com fazer isso. E as coisas não só podem abraçar: elas também podem ser símbolos de ascensão social, salvo-condutos para atravessar as alfândegas da sociedade de classes, chaves que abrem as portas proibidas. Quanto mais exclusivas, melhor: as coisas escolhem você e salvam você do anonimato das multidões. A publicidade não informa sobre o produto que vende, ou faz isso muito raramente. Isso é o que menos importa. Sua função primordial consiste em compensar frustrações e alimentar fantasias. Comprando este creme de barbear, você quer se transformar em quem? O criminologista Anthony Platt observou que os delitos das ruas não são fruto somente da extrema pobreza. Também são fruto da ética individualista. A obsessão social pelo sucesso, diz Platt, incide decisivamente sobre a apropriação ilegal das coisas.(...) Os donos do mundo usam o mundo como se fosse descartável: uma mercadoria de vida efêmera, que se esgota assim como se esgotam, pouco depois de nascer, as imagens disparadas pela metralhadora da televisão e as modas e os ídolos que a publicidade lança, sem pausa, no mercado. Mas, para qual outro mundo vamos nos mudar? Estamos todos obrigados a acreditar na historinha de que Deus vendeu o planeta para umas poucas empresas porque, estando de mau humor, decidiu privatizar o universo? A sociedade de consumo é uma armadilha para pegar bobos. Aqueles que comandam o jogo fazem de conta que não sabem disso, mas qualquer um que tenha olhos na cara pode ver que a grande maioria das pessoas consome pouco, pouquinho e nada, necessariamente, para garantir a existência da pouca natureza que nos resta. A injustiça social não é um erro por corrigir, nem um defeito por superar: é uma necessidade essencial. Não existe natureza capaz de alimentar um shopping center do tamanho do planeta”. (GALEANO, E., 2007)

Quanto ao campo alimentar, em meados do século XX, as economias avançaram no sentido de conformar um sistema alimentar mundial. Foram, então, introduzidas, na agenda internacional, as primeiras preocupações em relação à segurança dos alimentos (*food safety*), numa concepção de qualidade, associada à

inocuidade e ao processamento industrial dos bens primários, ampliando possibilidades e favorecendo o transporte no tempo e no espaço. Ao mesmo tempo, a crescente urbanização e a massificação do consumo fez com que as corporações agroalimentares focassem suas estratégias na diversificação do consumo alimentar e as políticas alimentares redirecionaram-se da produção agrícola para as questões urbanas de acesso, distribuição e consumo.

Isto implicou, segundo Maluf, “um crescente distanciamento físico e de conteúdo entre os produtos oferecidos para consumo e os bens agrícolas ou extrativistas que estão na sua origem ou entram em sua composição” (2007, p.47). Estes processamentos que distanciam deram origem à valorização das “técnicas que aproximam”, isto é, àquelas que preservam as características originais dos bens e reforçam suas identidades locais (MALUF,2007). Os desdobramentos de tal configuração nos países periféricos resultaram em especializações de monocultivos, crises de fome, depreciação de preços dos produtos tropicais de exportação e dependência estrutural do hemisfério sul aos mecanismos políticos, comerciais e financeiros que beneficiam os oligopólios internacionais”(CARNEIRO, 2003, p. 43)

No Brasil, este cenário de reestruturação da economia tem colocado o país como uma liderança no comércio agroalimentar mundial convivendo, ainda, com índices de desnutrição, pobreza e exclusão. Ressalta também o autor o fato de que as profundas transformações nos hábitos alimentares implicaram, inclusive, perda de autonomia, em relação ao que comemos:

“Há um mal-estar contemporâneo ligado à alimentação que não decorre apenas do crescimento simultâneo da fome e da obesidade, mas subordina-se à natureza do complexo industrial alimentar, que submete à sociedade seus interesses e pressupostos. Grandes volumes de produção de poucos e invariáveis grãos, a maior parte para consumo como ração animal e um excesso de carboidratos, gorduras animais e açúcares disseminados com uma técnica publicitária insidiosa e atordoante. Essas características levaram ao que já foi chamado de “gastroanomia”. Além do polarizado crescimento da carência e do excesso, o problema contemporâneo da alimentação é que ela se torna cada vez mais heteronômica, ou seja, menos autônoma. Preparamos cada vez menos o que comemos, perdemos os sentidos culturais do alimento e do tempo partilhados, comemos mal e rapidamente e, sobretudo, não controlamos e não sabemos o que comemos” (CARNEIRO, 2004, p.40).

1.2. JUSTIFICATIVA

A segurança alimentar e nutricional, um conceito ainda em construção no Brasil, trata, dentre outras coisas, das dimensões culturais, sociais e ambientais relacionadas aos alimentos e à alimentação. “O que se come e como se come, em cada sociedade, não se define apenas por escolhas individuais, mas é expressão da interação simultânea de um conjunto de elementos, dentre eles o sistema de produção e distribuição de alimentos; assim como o conhecimento sobre as formas possíveis de preparação e consumo, que, por sua vez, dependem do acesso e da renda; dos hábitos alimentares daquela sociedade; das leis que regem o mercado de trabalho; das relações familiares; do comércio internacional; da ação do Estado para garantir o direito das pessoas a alimentar-se, entre outros” (SILIPRANDI, 2004).

A definição brasileira de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), formulada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN) e aprovada pela II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em Olinda, em 2004, faz referência às questões alimentares que dizem respeito ao conjunto da população, e não apenas aos segmentos mais vulneráveis, ao incluir, simultaneamente, a dimensão nutricional, a disponibilidade (food security) e a segurança (food safety) dos alimentos:

“Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis” (CONSEA, 2004).

Embora o Brasil seja um dos maiores produtores de alimentos do mundo, grande parte da população não tem acesso a alimentos indispensáveis à sobrevivência. Para além da fome e da desnutrição, a insegurança alimentar está intimamente relacionada com a obesidade, o sobrepeso, as doenças relacionadas à alimentação inadequada e a baixa qualidade dos alimentos. Ainda dentro do campo da segurança alimentar e nutricional estão as políticas de regulação de preços dos

alimentos, o combate ao desperdício e aos modelos de produção que degradam o meio ambiente e excluem os agricultores familiares.

A partir dos diversos papéis e valores atribuídos aos alimentos e à alimentação, CUNHA e LEMOS (1997) investigam a amplitude do escopo de suas ações: a segurança alimentar envolve ações concernentes à área de agricultura e abastecimento, política fundiária, saúde, educação, assistência social, infra-estrutura, política industrial, política ambiental, políticas urbanas, políticas monetária, cambial e tributárias, políticas de exportação e justiça (CEDEPLAR, p.19).

Conforme MALUF (2006, p.10), a construção de uma agenda pública, envolvendo o governo brasileiro e as organizações da sociedade civil, constitui, “um amplo conjunto de temas, entre os quais se destacam:

- a) enfrentar os condicionantes macroeconômicos da SAN, incluindo os acordos; internacionais.
- b) promoção de modelos de produção equitativos e sustentáveis, fundados no apoio à agricultura familiar e agroextrativismo, intensificação da reforma agrária e proteção dos recursos genéticos;
- c) ampliação do acesso aos alimentos por meio de programas de abastecimento, transferência de renda e alimentação escolar;
- d) promoção da alimentação adequada e saudável;
- e) instituição de sistemas de vigilância nutricional e planejamento integrado das ações de saúde;
- f) adoção de ações voltadas para grupos populacionais específicos”.

Intimamente relacionada à temática da alimentação e nutrição, a noção de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) realiza interfaces com diversas áreas da Saúde Pública, inclusive com o campo da *Promoção da Saúde*, movimento emergente nas últimas décadas, que busca trabalhar com um conceito ampliado e intersetorial de saúde.

Historicamente, tal movimento desponta como reação à excessiva especialização, consequência da adoção de um modelo biomédico, tecnicista, centralizado, burocrático, implantando ações desarticuladas, com custos elevados e resultados insatisfatórios. O chamado modelo biomédico, criticado por CAPRA já em 1982, constitui ainda hoje o alicerce conceitual da moderna medicina científica.

Conforme o autor, antes de Descartes, a maioria dos terapeutas atentava para a interação de corpo e alma, ao tratar seus pacientes no contexto de seu ambiente social e espiritual:

“A rigorosa divisão entre corpo e mente levou os médicos a se concentrarem na máquina corporal e a negligenciarem os aspectos psicológicos, sociais e ambientais da doença. Do século XVII em diante, o progresso na medicina acompanhou de perto o desenvolvimento ocorrido na biologia e nas outras ciências sociais. Quando a perspectiva da ciência biomédica se transferiu do estudo dos órgãos corporais e suas funções para o das células e, finalmente, para o das moléculas, o estudo do fenômeno da cura foi progressivamente negligenciado, e os médicos passaram a achar cada vez mais difícil lidar com a interdependência de corpo e mente”(p.109).

Como conclusão de seus estudos da relação medicina e saúde, destaca o autor que, apesar de bem sucedidas em situações de emergências individuais, as intervenções biomédicas produzem pouco efeito sobre a saúde de populações. A saúde dos seres humanos é predominantemente determinada, não por intervenção médica, mas pelo comportamento, pela alimentação e pela natureza de seu meio ambiente: “como essas variáveis diferem de cultura para cultura, cada uma tem suas próprias enfermidades características, e, na medida em que mudam gradualmente a alimentação, o comportamento e as situações ambientais, mudam também os tipos de doenças”(CAPRA, 1982, p. 131). Pondera que, em face de problemas ambientais ou sociais, os pesquisadores médicos argumentam, freqüentemente, que tais ocorrências estão fora das fronteiras da medicina. Os interesses da saúde pública estão geralmente isolados da educação e da prática médicas, as quais são severamente desequilibradas pela excessiva ênfase dada aos mecanismos biológicos. Salienta que as questões fundamentais para a saúde, como nutrição, emprego, densidade populacional e habitação não são objeto de discussão nas escolas de medicina e, por conta disso, há pouco espaço para a assistência preventiva à saúde na medicina contemporânea.

Tal colocação está em consonância com a perspectiva trazida por BOOG (1997), no artigo “Educação Nutricional, Passado, Presente e Futuro”, onde aborda os limites da educação nutricional segundo a ótica do modelo biomédico, resgatando o importante trabalho desenvolvido pela antropóloga Margareth Mead, na década de

40, com o objetivo de se descobrirem métodos de modificar hábitos alimentares. Recomendava, já naquela época, aos nutrólogos, que se dedicassem mais a conhecer os fenômenos sociais que provocavam mudança de hábitos alimentares do que propriamente em técnicas de como mudá-los.

BOOG (1997, p.10) concorda com Mead ao chamar a atenção sobre a falsa dualidade entre a transformação individual ou coletiva, no campo da educação, e a necessidade de investigar a natureza da transformação que se pretende, restrita a uma mudança de dieta ou à colocação como sujeitos históricos, conhecedores das questões de seu tempo, consumidores cidadãos. Argumenta que a “abordagem pragmática que apenas instrui sobre como proceder, escamoteando os conflitos, ignorando as contradições, reduzindo o fenômeno da alimentação ao que comer, o que comprar e como preparar não pode resultar eficaz, na medida em que leva o educando a proceder mecanicamente, segundo o pensar do educador, e destituindo o seu comer dos significados a ele inerentes (...) deslocando a alimentação do emocional, do social, do cultural, da vida enfim”.

Mais recentemente, a noção de segurança alimentar e nutricional vem sendo considerada como um objetivo de política pública e a III Conferência, realizada, em 2007, em Fortaleza, definiu SAN “como objetivo estratégico para o desenvolvimento com abrangência intersetorial, que se orienta pelos princípios do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável (DHAA) e da Soberania Alimentar” (Relatório Final, 2007).

Segundo MALUF (2006), distinguindo-se de uma visão segmentada e pulverizada, o enfoque que se vem construindo no Brasil, nos últimos anos, caracteriza-se por considerar:

- as ações nos vários âmbitos que compõem a SAN, cuja abrangência engloba a produção, comercialização, consumo, utilização biológica dos alimentos e suas relações com a saúde;
- o diferencial das ações desenvolvidas nos vários âmbitos abrangidos pela SAN, que se expressa na prática da intersetorialidade;
- o acesso aos alimentos como referência principal (expressão do direito humano à alimentação), por ser a síntese mais significativa das interações entre os diferentes âmbitos da SAN.

Esta abordagem integradora é enfatizada por BURLANDY, ao localizar, na década de 90, a emergência do atributo da intersetorialidade demandando um novo

ordenamento político e institucional para a SAN, quando “se fortalece no país uma concepção de política de SAN que advoga um novo formato institucional, destinado a potencializar e dar um caráter diferenciado às ações setoriais até então implementadas”(2004, p.10).

No campo dos direitos, a alimentação é um direito humano fundamental e universal, previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), reafirmado e detalhado no artigo 11 do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), do qual o Brasil é signatário desde 1991. Supõe o acesso físico e econômico, ininterrupto, à alimentação adequada ou aos meios para sua obtenção. A Cúpula Mundial da Alimentação (1996) reafirmou “o direito de toda pessoa a ter acesso a alimentos seguros e nutritivos, em consonância com o direito à alimentação adequada e com o direito fundamental de toda pessoa de estar livre da fome”. Em 1999, o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais aprovou o Comentário Geral número 12 (CG12), onde se detalhou o direito à alimentação, recomendando duas dimensões indivisíveis do direito: 1) direito a estar livre da fome, demandando implementação imediata e 2) direito à alimentação adequada, o qual exigiria a elaboração participativa de uma estratégia nacional de promoção de políticas públicas integradas. O CG12 reafirmou ainda as obrigações do Estado quanto ao respeito, proteção e satisfação (promover e prover) do direito humano à alimentação.

A “Declaração da Cúpula Mundial da Alimentação: cinco anos depois”, celebrada em junho de 2002, reafirmou a importância de reforçar o respeito a todos direitos humanos e liberdades fundamentais e convidou o “Conselho da FAO a estabelecer um Grupo de Trabalho inter governamental com a finalidade de elaborar um conjunto de Diretrizes Voluntárias para apoiar os esforços dos Estados Membros destinados a alcançar a realização progressiva do direito à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar nacional”. Aprovadas pelo Conselho da FAO, em novembro de 2004, as Diretrizes Voluntárias representam a primeira iniciativa de governos em interpretar um direito econômico, social e cultural, no sentido de recomendar ações para apoiar a sua realização. O objetivo destas Diretrizes Voluntárias é o de proporcionar uma orientação prática aos Estados na implementação da realização progressiva do direito à alimentação adequada no

contexto da segurança alimentar nacional, como meio para alcançar os compromissos e objetivos do Plano de Ação da Cúpula Mundial da Alimentação (Diretrizes Voluntárias da ABRANDH, FAO, 2005).

Paralelamente à consideração do alimento como bem estratégico e de sua natureza intersetorial, capaz de produzir diferentes articulações, outro aspecto da questão diz respeito à importância da participação da sociedade, seja na realização de um amplo leque de significativas experiências seja na parceria com o governo para a formulação de propostas e ações e em seu monitoramento e controle. Portanto, se a política pública, em construção, é resultado do esforço do governo e da sociedade civil, a elucidação da questão da SAN, nos principais documentos de referência do governo requer, como contraponto, outra reflexão sobre os sentidos da apropriação desta noção e seus significados por parte da sociedade civil.

Nesta direção, escolhemos pesquisar o segmento da sociedade civil presente no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), no período 2004/2007, pelo destaque, nos últimos anos, desta instância, na construção da agenda brasileira de SAN, articulando governo e sociedade civil para a elaboração e proposição de diretrizes de ações em áreas relacionadas ao alimento e da alimentação.

Ao longo do estudo perguntamo-nos sobre os sentidos que a participação da sociedade civil adquiriu nesta experiência do CONSEA. Quais foram seus aprendizados na relação com o Estado, em termos de elaboração de propostas, apropriação de informações, conhecimento das engrenagens e, sobretudo, como esta abordagem integradora repercutiu no campo da sociedade civil? Em que medida esta experiência produziu impacto em suas próprias entidades e como isso se refletiu em suas próprias concepções e na maneira como se relacionam com a sociedade em geral?

2. OBJETIVOS

2.1. GERAL:

O presente estudo, desenvolvido no Curso de Pós-Graduação do Departamento de Práticas de Saúde Pública da Universidade de São Paulo(USP), propõe-se a identificar e analisar os diferentes significados da incorporação do enfoque de SAN, por parte dos movimentos e organizações da sociedade civil participante do CONSEA Nacional na gestão 2004/2007.

2.2. ESPECÍFICOS:

- Caracterizar as diferentes interfaces da insegurança alimentar na atual conjuntura brasileira.
- Identificar os significados da incorporação da noção de SAN em documentos e políticas nacionais relacionadas ao tema da alimentação e nutrição.
- Levantar os principais marcos históricos da construção desta noção e o significado da participação da sociedade civil.
- Caracterizar o segmento da sociedade civil participante do CONSEA Nacional na gestão 2004/2007.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1. MARCO TEÓRICO

Por conter uma estrutura conceitual capaz de responder às indagações da pesquisa, o marco teórico adotado, partiu do referencial da complexidade, de Edgar Morin, que propõe uma abordagem *transdisciplinar* dos fenômenos sociais. Na parte que se segue, procuraremos tecer algumas considerações quanto às referências que alicerçam tal abordagem.

Às características socioeconômicas e culturais do período da pós-modernidade, citadas na introdução, somam-se proposições de novas categorias epistemológicas e metodológicas, visando ao desenvolvimento de uma nova ciência. Neste item, procuraremos situar os princípios desta abordagem teórica, acreditando ser possível, por meio deste olhar, entender a necessidade atual de se enfrentar a crise da racionalidade técnica, pautada no paradigma clássico de se “separar para explicar” e sua transição para a emergência de novos paradigmas, onde se procura, agora, “juntar para compreender”.

Conforme BADIA e FERNANDEZ (2004, p.125), “paradigmas são instituições sociais e isso significa que estão impregnados na nossa cultura e nos orientam (ou desorientam), estejamos conscientes ou não disso”. Já KHUN (1975) os diferencia do pensamento do senso comum e das crenças, afirmando serem os paradigmas um conjunto de elementos culturais, conhecimentos e códigos teóricos, técnicos ou metodológicos compartilhados pelos membros de uma comunidade científica. Concordam os autores em apontar a perda do potencial de apreensão da realidade o que está na origem da atual crise, demandando um reexame no modo de se conhecer e pensar, com vistas a ampliar a capacidade de compreensão dos fenômenos pela ciência.

Sob o argumento de que o recorte disciplinar impossibilita apreender “o que está tecido junto”, ou seja, o complexo, MORIN(2000, p.41) situa o gigantesco progresso efetuado no século XXI no âmbito do conhecimento das especializações disciplinares. Tal conhecimento, porém, está disperso, em decorrência justamente da

especialização, que muitas vezes fragmenta o contexto, a globalidade e a complexidade. Segundo o autor, o conhecimento fragmentado, de acordo com as disciplinas, impede freqüentemente de operar o vínculo entre as partes e a totalidade, e deve ser substituído, por um modo de conhecimento capaz de apreender os objetos em seu contexto, sua complexidade, seu conjunto. O ser humano é, a um só tempo, físico, biológico, psíquico, cultural, social, histórico, e “o que há de mais biológico – o sexo, o nascimento, a morte – é, também, o que há de mais impregnado de cultura. Nossas atividades biológicas mais elementares – comer, beber, defecar – estão estreitamente ligadas a normas, proibições, valores, símbolos, mitos, ritos, ou seja, ao que há de mais especificamente cultural; nossas atividades mais culturais – falar, cantar, dançar, amar, meditar - põem em movimento nossos corpos, nossos órgãos”. Argumenta que esta unidade complexa da natureza humana é desintegrada na educação, por meio das disciplinas, tendo-se tornado impossível aprender o que significa ser humano. Ao colocar o enfraquecimento da percepção do global, conduzindo ao enfraquecimento também da responsabilidade (cada qual tende a ser responsável apenas por sua tarefa especializada), assim como ao enfraquecimento da solidariedade (cada qual não mais sente os vínculos com seus concidadãos), o autor defende o ensino de métodos que permitam estabelecer relações mútuas e influências recíprocas entre as partes e o todo em um mundo complexo.

No campo da saúde coletiva, ALMEIDA(2005) e demais autores têm defendido a necessidade de novos paradigmas para abordar diferentes questões relacionadas à pesquisa. Attinger(1985), citado pelo autor, propõe a análise de políticas de saúde a partir de modelos sistêmicos dinâmicos, na perspectiva teórica da complexidade, capazes de integrar os níveis micro e macro e as transformações dos sistemas de saúde. Segundo ele, a ciência ocidental desenvolveu-se com base na noção de especialidade (e seus correlatos: especialista e especialização). Apesar de o marco epistemológico do reducionismo cartesiano ter subsidiado a maior parte dos avanços científicos e tecnológicos da moderna sociedade industrial, situa numa fase posterior de expansão do imperialismo científico, já no século XX, a formação de novos campos disciplinares, exigindo que fossem repensados os fundamentos da abordagem analítica do conhecimento.

Nessa perspectiva, a produção do conhecimento científico visa não mais a fragmentação, mas a construção de objetos através de um processo de composição, ou montagem, de elementos constituintes. Não mais uma busca de desintegração (ou seja análise) e sim uma integração totalizadora (a síntese). Conforme Morin (1990, 2003), estratégias sintéticas de construção de um dado campo científico configuram uma alternativa para abordar as especificidades e os enigmas dos eventos, processos, fenômenos, na natureza, na história e na sociedade, enquanto uma síntese provisória de múltiplas determinações” (ALMEIDA, 2005, p.33).

Atribuído à obra “As Analíticas”, de Aristóteles, o sentido moderno do termo *análise* foi elaborado por Descartes, no século XVII, em oposição à noção de *síntese*. Etimologicamente, *análise* provém do grego *ana*, prefixo de semântica variável, atrás, inverso, sempre, ou de novo, e *lisis* (dissolução, decomposição, destruição). O emprego do termo *análise* foi sucessivamente estendido para a matemática (álgebra e geometria analíticas) e para as ciências naturais (análise química e geológica), no final do século XVII; para a gramática (análise sintática e semântica) e para as protopsicologias, já no século XVIII (REY, 1993). O termo 'síntese' vem do Grego *synthesis* (de *synthenai*: reunir, compor, juntar). A qualificação “cartesiana” passou a designar a operação de decomposição do objeto, em partes cada vez mais simples, para obtenção do conhecimento racional. “Nesse sentido, conhecer implicava necessariamente uma etapa inicial de fragmentação (para ser mais claro, de destruição) da coisa a ser transformada em objeto de conhecimento”(ALMEIDA, 1997).

Como um contraponto à necessidade de expansão tecnológica do modo de produção capitalista do período da Revolução Industrial, no século XVIII, o conhecimento científico deveria responder à necessidade de aprofundar o estudo das partes do processo de industrialização, a partir da estratégia da especialização, resultando na união entre ciência e tecnologia. A valorização da especialização no campo científico fez surgir inúmeras profissões, um novo sistema de ensino que, nos termos de ALMEIDA (1997), implicou a organização da “disciplinaridade”. Posteriormente, com técnicas já obsoletas, a expansão da Revolução Industrial passou a demandar novas orientações para o progresso, conforme ROCHA (2005, p.2):

“o progresso resultado apenas de técnicas analíticas de pesquisa já não supria a demanda de produção. A ciência racional percebia que as soluções para certos

problemas de seus clientes já não podiam ser encontradas pela análise reducionista do objeto de estudo, mas, ao contrário, exigia integração totalizadora de distintas áreas de saber para assimilar a questão e formular a resposta. Não cabia mais o domínio exclusivo do paradigma mecanicista, mas clamava-se a adição do conhecimento de síntese, pois nem sempre a interrogação constituía um objeto simples”.

Ao contrário da fragmentação e especialização, a abordagem sintética implicava, segundo MINAYO (1992): “Não mais uma busca de desintegração (ou seja, análise) e sim uma integração totalizadora (a síntese). Dessa forma, de algum modo se contemplava a produção de objetos complexos, aqueles que não se subordinam a nenhuma aproximação meramente explicativa, e que nem por isso mereceriam ser excluídos do campo de visão da ciência, justamente por serem indisciplinados. Tratava-se, então, não apenas de explicar, mas de entender; não somente de produzir a descrição rigorosa, a classificação precisa, mas também a compreensão de uma dada questão científica (p. 33).”

Ao justificar que a separação operada pela análise fragmenta a complexidade dos fenômenos, unidimensionalizando o que, na realidade, é multidimensional, MORIN (2003) enfatiza a atrofia da possibilidade de compreensão, da reflexão e o mais fundamental: a perda do direito ao conhecimento. Assim como a fragmentação das ciências biológicas anula a noção de vida e a fragmentação das ciências humanas anula a noção de homem, o autor destaca a reprodução desta dissociação pelo sistema de ensino:

Na escola primária nos ensinam a isolar os objetos (de seu meio ambiente), a separar as disciplinas (em vez de reconhecer suas correlações), a dissociar os problemas, em vez de reunir e integrar. Obrigam-nos a reduzir o complexo ao simples, isto é, a separar o que está ligado; a decompor, e não a recompor; e a eliminar tudo que causa desordens ou contradições em nosso entendimento (p.15)

Cabe ainda destacar outros aspectos no que se refere à noção de complexidade. Um primeiro aspecto diz respeito à inseparabilidade entre as partes e o todo, que mantém entre si relações de interdependência, interação e inter-retroação. Um segundo aspecto relaciona-se à necessidade de, no lugar de se trabalhar com a

separação e a acumulação, privilegiar a organização que liga os conhecimentos, recuperando o que os une em seu contexto natural, situando-os no conjunto. Ou seja, o caminho para ultrapassar as fronteiras entre as disciplinas, segundo o autor, “não é bem abrir as fronteiras entre as disciplinas, mas transformar o que gera essas fronteiras: os princípios organizadores do conhecimento” (p.25). Outro aspecto, resultante desta operação, é a emergência de um pensamento *ecologizante*, no sentido em que situa não só todo acontecimento, informação ou conhecimento numa relação de inseparabilidade com o seu meio ambiente – cultural, econômico, político e, natural, como também incita a perceber como este o modifica ou explica de outra maneira. Nas palavras do autor: “Trata-se, ao mesmo tempo, de reconhecer a unidade dentro da diversidade, o diverso dentro da unidade; de reconhecer, por exemplo, a unidade humana em meio às diversidades individuais e culturais, as diversidades individuais e culturais em meio à unidade humana (p.25).

Para aprofundar tal reconhecimento, Morin destaca algumas perguntas-chaves para a elucidação do problema: “quais são os princípios que poderiam elucidar as relações de reciprocidade entre as partes e o todo, bem como reconhecer o elo natural e insensível que liga as coisas mais distantes e as mais diferentes ? Quais são as maneiras de pensar que permitiriam conceber que uma mesma coisa possa ser causada e causadora, ajudada e ajudante, mediata e imediata ?”(p.26)

Enquanto marco histórico, situa na segunda metade do século XX o início do questionamento acerca da validade de um conhecimento reducionista, quando a Teoria Geral dos Sistemas retomou a idéia de que um todo é mais que o conjunto das partes que o compõem. Referindo-se às propriedades das partes, a concepção sistêmica enfatiza também a necessidade de que elas sejam entendidas a partir da organização do todo (CAPRA, 2003). Conseqüentemente, o pensamento sistêmico concentra-se não em blocos de construção básica, mas em princípios de organização, sendo ele contextual e oposto ao pensamento analítico. Diferenciando-se da análise, que isola alguma coisa a fim de entendê-la, o pensamento sistêmico a coloca no contexto de um todo mais amplo. A contribuição desta nova cultura científica é mencionada por MORIN(2000, p.35):

O que essas ciências (cosmologia, ciências da Terra e a ecologia) fazem é apresentar um tipo de conhecimento que organiza um saber anteriormente disperso e compartimentado. Ressuscitam o mundo, a Terra, a natureza – e, de uma nova maneira, despertam questões fundamentais: o que é o mundo, o que é nossa Terra, de onde viemos ? Elas nos permitem inserir e situar a condição humana no cosmo, na Terra, na vida. (MORIN, 2000, p.35)

Aprofundar a noção de complexidade do ponto de vista epistemológico ultrapassa os limites desta pesquisa. Assim, valemo-nos de Almeida, que situa a complexidade como “estruturas sistêmicas abertas, em constante transformação, totalidades formadas por partes inter-relacionadas, elementos, conexões e parâmetros mutantes. Por sua natureza não-finalista, corresponde na linguagem da teoria dos sistemas, à propriedade de retroalimentação de um modelo explicativo sistêmico”(ALMEIDA, 2005, p.30).

Conceitualmente, o objeto complexo é múltiplo, emergente, não-linear, faz parte de um sistema de totalidades parciais e, por isso, pode ser apreendido em diversos níveis de existência, já que opera em distintos níveis da realidade; está no cruzamento de diferentes discursos disciplinares. Opondo-se à visão de linearidade entre causa-efeito, adverte o autor não ser linear e direta a transição da simplicidade à complexidade, requerendo a constituição de processos sinérgicos de interação, pois a mera multiplicação dos elementos de um dado sistema não é suficiente para nele se introduzir complexidade. Sua construção se faz por meio de operações de síntese, como estratégia de aproximações, produzindo modelos holísticos de determinação complexa. Para designá-lo apropriadamente, é necessário o recurso à polissemia, resultante do cruzamento de distintos discursos disciplinares. Portanto, para que uma comunicação interdisciplinar, interparadigmática e interétnica se estabeleça, é imprescindível um compartilhamento de linguagem e de estruturas lógicas e simbólicas (ALMEIDA, 2005).

Apoiando-se nos estudos de JANTSCH(1972), VASCONCELOS(1997, 2002) e BIBEAU(1996), ALMEIDA(2005) aponta a existência de níveis de interação entre os campos disciplinares, representando diferentes graus de tratamento da realidade. Dessa interação resultam projetos metodológicos denominados interdisciplinaridade, incluindo a série semântica que a precede:

“a multidisciplinaridade seria definida por um conjunto de disciplinas que simultaneamente tratam de uma dada questão, problema ou assunto, sem que os profissionais implicados estabeleçam entre si efetivas relações no campo técnico ou científico. É um sistema que funciona através da justaposição de disciplinas em um único nível, ausente uma cooperação sistemática entre os diversos campos disciplinares. A pluridisciplinaridade: implica a justaposição de diferentes disciplinas científicas que, em um processo de tratamento de uma temática unificada t, efetivamente desenvolveriam relações entre si. Seria, portanto, ainda um sistema de um só nível (como na multidisciplinaridade), porém os objetivos aqui são comuns, podendo existir algum grau de cooperação mútua entre as disciplinas. De todo modo, envolvendo campos disciplinares situados num mesmo nível hierárquico, há uma clara perspectiva de complementaridade, sem, no entanto, ocorrer coordenação de ações nem qualquer pretensão de criar uma axiomática comum. Interdisciplinaridade implica uma axiomática comum a um grupo de disciplinas conexas A, B, C e D, cujas relações são definidas a partir de um nível hierárquico superior, ocupado por uma delas (no caso, D). Esta última, geralmente determinada por referência à sua proximidade da temática comum, atua não somente como integradora e mediadora da circulação dos discursos disciplinares mas principalmente como coordenadora do campo disciplinar Transdisciplinaridade, de acordo com o esquema Jantsch-Vasconcelos-Bibeau, trata-se do efeito de uma integração das disciplinas de um campo particular sobre a base de uma axiomática geral compartilhada. Baseada em um sistema de vários níveis e com objetivos diversificados, sua coordenação é assegurada por referência a uma finalidade comum, com tendência à horizontalização das relações de poder. Implica criação de um campo novo que idealmente desenvolverá uma autonomia teórica e metodológica perante as disciplinas que o compõem. Vasconcelos (1996) assinala que a transdisciplinaridade significa uma radicalização da interdisciplinaridade, “com a criação de um campo teórico, operacional ou disciplinar de tipo novo e mais amplo”. A ecologia e a “nova saúde mental”, enquanto campos oriundos da “verdadeira” integração de diferentes disciplinas, seriam exemplos desta proposição” ALMEIDA(2005, p.11).

Diversos autores, dentre eles ALVARENGA (2005), ALMEIDA (1997) e IRIBARRY (2003), debruçam-se sobre o estudo dos vínculos possíveis entre as disciplinas e seus diferentes graus de cooperação e coordenação, com vistas a favorecer a organização de princípios para a prática intersetorial. Ao discutir os diferentes níveis de articulação do conhecimento, ALVARENGA(2005) levanta os principais marcos históricos sobre a transdisciplinaridade, ressaltando a importância do I Seminário Internacional sobre pluri e interdisciplinaridade, realizado na França, em 1970, como um momento marcante para o surgimento do termo, que passará, juntamente com interdisciplinaridade, a representar um novo horizonte de possibilidades à superação dos limites do conhecimento centrado, de maneira exclusiva, no unidisciplinar. A autora cita NICOLESCU (2005), que atribui a Piaget

a primeira descrição do significado da palavra transdisciplinaridade, como uma etapa superior das relações interdisciplinares: não como uma forma de dominação sobre as demais, mas favorecendo a abertura de todas elas àquilo que as atravessa e ultrapassa, mas nem por isso domina as demais. Tal reflexão inscreve-se no interior do movimento conhecido como transdisciplinaridade, cujas raízes foram lançadas pela preocupação de incorporação, na ciência moderna, do pensamento interdisciplinar, como resposta à mencionada fragmentação e limites do saber disciplinar e pela crítica ao positivismo, por sua negação à reflexão sobre o lugar que o homem ocupa no mundo.

3.2. METODOLOGIA

Visando ao alcance dos objetivos propostos, buscamos um método que nos pudesse auxiliar na exploração dos significados da incorporação da noção de SAN por parte das organizações da sociedade civil participantes do CONSEA Nacional na gestão 2004-2007.

Considerando os vínculos inseparáveis entre teoria e método, entendemos metodologia como “o caminho do pensamento” (Habermas, 1987), “com a função fundamental de tornar plausível a abordagem da realidade a partir das perguntas feitas pelo investigador” (MINAYO, 2005, p.54). Intrinsecamente relacionada à discussão epistemológica, a metodologia abrange a apresentação das técnicas e dos instrumentos capazes de responder às indagações da investigação, acrescidas da marca pessoal do pesquisador, em sua forma original de articulá-las (MINAYO, 2006).

Por lidar com uma temática ainda pouco presente na literatura científica, o estudo adquiriu o caráter inicial de desvendar uma determinada realidade, procurando dela extrair conteúdos que permitam desdobramentos em pesquisas posteriores.

Alinha-se, assim, ao que GIL (2002) define como *pesquisa exploratória*, em sua argumentação de ser a pesquisa social o processo que, ao utilizar a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social. Neste aspecto, o autor apresenta a seguinte diferenciação:

“pesquisas exploratórias - que têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, com vistas na formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. São desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis. O produto final deste processo passa a ser um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados.

pesquisas descritivas - têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” GIL (2002, p.44-45).

Com a intenção de apreender a realidade dos sujeitos pesquisados e as percepções subjetivas de fatos e situações, ao longo do processo de escolha de caminhos e instrumentos possíveis, fomos nos definindo pelo que se convencionou chamar de método de pesquisa qualitativa. Acreditamos ser essa a opção adequada, capaz de captar a *intencionalidade* dos envolvidos.

Segundo MINAYO (2006, p.23), “a pesquisa qualitativa procura compreender a lógica interna de grupos, instituições e atores quanto a: valores culturais e representações sobre sua história e temas específicos; relações entre indivíduos, instituições e movimentos sociais; processos históricos, sociais e de implementação de políticas públicas e sociais”.

Ao permitir o desvelamento de processos sociais ainda pouco conhecidos, referentes a grupos determinados, e dado o caráter recente de construção e implantação do CONSEA Nacional, acreditamos ser esta a abordagem mais adequada, capaz de captar as relações e a visão do processo, sob a ótica dos próprios atores.

Antes mesmo da pesquisa de campo, algumas etapas foram cumpridas no sentido de ampliar a abordagem teórica em relação ao foco do trabalho. Partindo do pressuposto segundo o qual o pesquisador e seus interlocutores constituem expressões de um determinado tempo, destaca-se a importância de se conferir à análise qualitativa, “o contexto social e histórico, que não pode ser visto apenas como enfeite eventual, mas como constitutivo de sua gênese”(DEMO, 2001,p.48).

Assim, numa fase ainda exploratória, procedemos à revisão da literatura existente reunindo um conjunto de artigos, textos e livros sobre os diferentes

aspectos envolvidos nas interfaces da insegurança alimentar e nutricional, onde procuramos destacar os principais marcos históricos e o significado da participação da sociedade civil.

O passo seguinte foi o de verificar como vem sendo contemplado o enfoque da SAN no campo da alimentação e nutrição, em documentos de referência na área da saúde pública, a saber: Política Nacional de Promoção da Saúde; Política Nacional de Alimentação e Nutrição; Estratégia Global da Organização Mundial da Saúde; Guia Alimentar para a População Brasileira; documentos elaborados pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Cabe observar, portanto, que a seleção não pretendeu esgotar o conjunto de documentos de referência da área de alimentação e nutrição. Além de sedimentar conhecimentos, estas leituras possibilitaram vislumbrar um conjunto de significados de apreensão do enfoque, que nos serviram como ponto de partida na formulação da hipótese da pesquisa junto à sociedade civil.

Estes procedimentos iniciais colaboraram para a seleção de categorias a serem estudadas. Em seguida, considerando a natureza do objeto, escolhemos como instrumentos de pesquisa, mediadores entre os objetivos e a realidade empírica, a aplicação de questionário semi-estruturado autopreenchido, aplicado sem a presença do pesquisador e a realização de entrevistas em profundidade.

No estudo sobre ‘triangulação de métodos’, MINAYO *et al* (2005) definem os questionários como dispositivos normatizados e padronizados, capazes de captar características e atributos dos indivíduos de um grupo, a magnitude com que estes se distribuem e que pode ser avaliada, inclusive, em termos de significância estatística.

A identificação do universo a ser pesquisado tornou-se possível por meio do contato com a secretaria executiva do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), que nos forneceu a lista dos conselheiros participantes do segmento da sociedade civil na gestão 2004-2007. Com o objetivo de obter uma caracterização do perfil deste segmento do CONSEA Nacional, realizamos a aplicação de um questionário semi-estruturado com 31 questões abertas e fechadas (anexo), divididas nos seguintes blocos:

1. identificação do(a) conselheiro(a);
2. identificação da organização;
3. participação no CONSEA;
4. trabalho desenvolvido pela organização;
5. avaliação sobre a Política Nacional.

Após a aprovação do Comitê de Ética e a realização do pré-teste, os questionários, identificados e numerados, com folha de rosto contendo instruções para o preenchimento, termo de consentimento e endereço para devolução, foram entregues em março de 2007, durante a Plenária do Conselho, em Brasília. Considerando-se as desistências anteriores à pesquisa, de um universo de 38 conselheiros, obtivemos retorno de 34 (89%) questionários.

A elaboração da base de dados para a sistematização dos questionários foi estruturada a partir da criação de um arquivo-base para a entrada de dados referentes a cada uma das questões, constituindo-se uma máscara para a organização das respostas. A codificação e a digitação dos questionários permitiram a consolidação dos dados na base. Após os cálculos dos dados quantitativos, procedemos ao trabalho de análise das informações, a partir da utilização de filtros, com cruzamentos entre as respostas, possibilitando a visualização de um conjunto de gráficos contendo a sistematização das informações que nos permitiram reunir aspectos descritivos e as características gerais deste segmento do CONSEA, que serão apresentados mais adiante.

Ainda na fase de coleta de dados, procedemos a realização de entrevistas, com informantes-chaves escolhidos após o trabalho de caracterização, complementando os dados levantados, para maior compreensão a respeito das visões, juízos e relações colocadas anteriormente.

Diferentemente do questionário que requer uma rigorosa padronização, a técnica de entrevista pressupõe um processo interativo. Para MINAYO (2005, p.133), “o roteiro se apóia na habilidade relacional do investigador e na sua capacidade para transformar o objeto teórico em conversas com finalidade e em observações com propósitos. Exige preparação cuidadosa e pode passar por modificações durante o trabalho de campo”. Tomando-o como um guia orientador, o roteiro foi construído com flexibilidade suficiente para permitir a absorção de temas e questões consideradas relevantes pelos entrevistados.

De acordo com BAUER (2002, p. 64), as entrevistas em profundidade “se diferenciam, de um lado, da entrevista de levantamento fortemente estruturada, em que é feita uma série de questões pré-determinadas; e de outro lado, distinguem-se da conversação continuada menos estruturada da observação participante, ou etnografia, onde a ênfase é colocada na absorção do conhecimento e da cultura local, por um período de tempo mais longo, do que em fazer perguntas, dentro de um período relativamente limitado”. Para o autor, a compreensão do mundo e da vida dos entrevistados e de grupos sociais especificados é fundamental na entrevista. Tal compreensão contribui para diferentes finalidades, podendo encerrar-se em si mesma no fornecimento de uma descrição detalhada de um meio social específico ou ser empregada como uma base referencial para pesquisas futuras. MINAYO (2006, p.262) ainda acrescenta que as informações fornecidas pela entrevista tratam “da reflexão do próprio sujeito sobre a realidade que vivencia e a que os cientistas sociais costumam denominar “subjetivos” e só podem ser conseguidos com a contribuição da pessoa. Constituem uma representação da realidade: idéias, crenças, maneiras de atuar; condutas; projeções para o futuro; razões conscientes ou inconscientes de determinadas atitudes e comportamentos”.

Com base nos resultados do questionário, foram escolhidos informantes-chaves, considerando-se os diferentes segmentos participantes do Conselho. Das 18 entrevistas, 16 delas foram realizadas em Brasília, nas plenárias dos meses de abril e maio de 2007, uma em Fortaleza, em julho de 2007, por ocasião da III Conferência de SAN e a última, também em julho do mesmo ano, em São Paulo, na sede da própria organização entrevistada. Agendadas com antecedência e iniciadas com a assinatura do termo de consentimento e exposição dos propósitos da pesquisa, as 14 entrevistas realizadas em Brasília foram localizadas em salas anexas ao CONSEA e duas em hotéis, onde os entrevistados encontravam-se hospedados. Importa observar que no momento de finalizar o relato das entrevistas, ao constatar que a identificação, não do nome do entrevistado, mas de sua entidade seria um fator estratégico de vital importância para o entendimento do significado presente em cada fala, realizamos uma consulta aos entrevistados, obtendo autorização para divulgação dos nomes das entidades.

A elaboração do roteiro tomou como ponto de partida os significados subjacentes à incorporação da noção de SAN, identificados nos documentos de referência da área da alimentação e nutrição. São eles:

- expressão de uma visão mais ampla sobre o circuito alimentar, ao dar visibilidade às interações entre os campos temáticos das esferas da produção e do consumo;
- objetivo estratégico do desenvolvimento e conseqüente construção de entornos físicos e sociais saudáveis;
- aquisição da noção da alimentação como um direito humano;
- perspectiva que favorece o diálogo intra e intersetorial;
- processo educativo baseado em metodologia dialógica e emancipatória.

Construído com flexibilidade suficiente para permitir a absorção de temas e questões consideradas relevantes pelos entrevistados, o roteiro não seguiu, portanto, a mesma ordem, variando de acordo com a seqüência de cada diálogo. A transcrição das fitas resultou em um arquivo e, por meio da leitura exaustiva para exploração e organização do material, foram identificados os conteúdos de cada resposta, reveladores do significado de cada depoimento. Por aproximações sucessivas, a análise debruçou-se sobre o material coletado, decompondo-o em partes, classificando o *corpus* do texto em unidades temáticas menores, agrupadas as partes de mesmo sentido, equivalente ou complementar, com base nas categorias identificadas nos documentos oficiais. As partes foram agrupadas em 6 conjuntos, com subtemas, identificados nos discursos dos sujeitos para, em seguida, explorá-las nas conclusões, por meio da retomada do referencial teórico utilizado na pesquisa. A constatação da riqueza do material das entrevistas determinou a escolha de apresentá-las em separado, a fim de preservar a possibilidade de outras interpretações por parte do leitor.

Numa etapa ainda pré-analítica, procedemos à transcrição das fitas e organização dos relatos. Após a realização do que se convencionou denominar como 'leitura flutuante', conforme MINAYO (2006), deixando-se impregnar pelo conteúdo, a leitura exaustiva dos relatos permitiu-nos chegar à sua totalidade, ao *corpus* do texto. Em seguida, buscamos recortar o texto em unidades de registros

temáticos, concebidos como unidades de significação, que emergem naturalmente de um texto analisado.

A atenção do olhar para a descoberta desse universo de significações foi guiada por duas ordens de referências: de um lado, pelos significados encontrados, anteriormente, nos documentos oficiais da área de alimentação e nutrição, que nos serviram como um quadro e hipótese inicial e, de outro, pela abordagem da complexidade, marco teórico estudado em autores como Morin, Almeida, Capra e articulado à postura de investigação da hermenêutica - dialética, método concebido a partir do diálogo estabelecido por Habermas e Gadamer, nos anos 60, onde o sentido de um fenômeno particular é resultante do contexto em que se insere. Nos termos de GADAMER (1999):

“Já que o todo, a partir do qual se deve compreender o individual, não pode ser dado antes do individual, [...] o compreender é sempre mover-se nesse círculo, e portanto é essencial o constante retorno do todo às partes e vice-versa. A isso se acrescenta que este círculo está sempre se ampliando, já que o conceito do todo é relativo, e a integração em contextos cada vez maiores afeta sempre também a compreensão do individual” (MINAYO, 2006,p.297)

Segundo MINAYO (2006, p.353), “a proposta da hermenêutica-dialética é a que oferece um quadro referencial mais completo para análise do material qualitativo, no entanto, não é a proposta de Habermas oferecer instrumentos de operacionalização”. Oriundas de movimentos filosóficos diferentes, ambas as concepções valorizam as condições históricas de qualquer manifestação; partem do princípio da não imparcialidade do observador; consideram o observador parte da realidade; questionam o tecnicismo como caminho de se realizar a compreensão e a crítica; referem-se à práxis e desvendam os condicionantes da produção intelectual.

Por aproximações sucessivas, a análise se debruçou sobre o material coletado, decompondo-o em partes, classificando o conjunto dos relatos em unidades menores, ao reunir partes semelhantes, categorizando-as segundo temas e subtemas e incluindo a verificação de possíveis conexões entre elas.

Em sequência à análise, o trabalho de interpretação, num movimento de síntese, constituiu uma nova aproximação ao objeto. Apoiando-se no marco teórico,

a interpretação procurou ir além dos fatos descritos, com vistas a captar as múltiplas lógicas, as diferenças de visões subjacentes às falas, as estruturas de pensamento e os significados mais amplos em relação ao tema. Bardin (1979), citado em Minayo, denomina ‘construção de inferências’ esta etapa onde, por meio das idéias que estão por trás dos registros, chega-se à interpretação. “São construídas a partir de perguntas como: O que conduziu tal entrevistado a emitir determinado enunciado ? Que conseqüências esse enunciado vai provavelmente provocar ? São resultantes de uma indagação básica para qualquer investigação científica ou de outro tipo: quem diz o que, a quem, como e com que efeito?”(MINAYO, 2006, p.203).

Em síntese, tais etapas de ordenação e classificação, segundo a autora, “demandam uma profunda inflexão sobre o material empírico, que deve ser considerado o ponto de partida e o ponto de chegada da compreensão e da interpretação. Esse movimento circular que vai do empírico para o teórico e vice-versa, que dança entre o concreto e o abstrato, que busca as riquezas do particular e do geral é o que se pode chamar, parafraseando Marx (1973), ‘o concreto pensado’ ”

Por fim, nas considerações finais, procuramos destacar as conseqüências dos resultados obtidos e, numa concepção de processo, indicar o que pode ser feito para torná-los mais significativos em estudos futuros.

4. RESULTADOS

4.1. INTERFACES DA INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL

Trataremos, a seguir, de delinear algumas questões referentes às diferentes interfaces da insegurança alimentar em nosso país.

4.1.1. Saúde

O atual debate em torno da temática da insegurança alimentar e nutricional e da necessidade de se rever a concepção de saúde pode ser melhor compreendido a partir da caracterização dos processos de transição epidemiológica, nutricional e demográfica em curso no país. Segundo documentos da Secretaria de Vigilância em Saúde/MS, de 2005, houve uma melhora geral dos índices de morbimortalidade no Brasil, com um significativo decréscimo das doenças infecciosas que, em 1930, respondiam por 46% das mortes, em capitais brasileiras e hoje respondem por cerca de 5% (BARBOSA, 2003).

Dentre as Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), relacionadas basicamente a fatores de risco modificáveis (dieta, atividade física e fumo), as doenças cardiovasculares, na década de 30, representavam apenas 12%. Atualmente, porém, constituem as principais causas de morte em todas as regiões brasileiras, respondendo por 31% do total de óbitos por causas conhecidas, seguidas dos cânceres, segunda causa de óbitos, com cerca de 15% e, em terceiro lugar, das mortes ocasionadas por acidentes e violência.

Gráfico 1- Evolução da mortalidade proporcional (%) segundo causas, Brasil 1930 a 2003

Extraído de: Barbosa et al, 2003, in Epidemiologia & Saúde, Rouquayrol, MZ e Almeida F, N.

De outro lado, por serem, em geral, de longa duração, as DCNT foram responsáveis não só pelo maior número de óbitos, como também de despesas com assistência hospitalar, no Sistema Único de Saúde (SUS), totalizando cerca de 69% dos gastos com atenção à saúde em 2002.

Tabela 1 - Estimativas de Gastos do SUS com DCNT - 2002

Gastos SUS	R\$	%	R\$/hab
Estimativas Gastos Ambulatoriais	3.824.175.399,40	35,0	22,2
Gastos Internações	3.738.515.448,92	34,2	21,7
Total Gastos DCNT	7.562.690.848,32	69,1	44,0
Total de Gastos Ambulatoriais e Hospitalares	10.938.741.553,89	100,00	63,6
Fonte: Sistema de Informações Hospitalares – SIH-SUS / MS			
Sistema de Informações Ambulatoriais – SIA-SUS / MS			

No cenário mundial, cabe ainda ressaltar que as DCNT respondem por 59% da mortalidade (cerca de 31,7 milhões de óbitos), 43% da carga global de doenças em 1998, sendo os países em desenvolvimentos responsáveis por cerca de 78% das DCNT e 85% das doenças do aparelho respiratório.

No âmbito da transição demográfica, ao lado da redução dos níveis de fecundidade a partir de meados dos anos 60 e do aumento progressivo da esperança de vida, que passou de 62,6 anos em 1980, para 71,3 anos, em 2003 (IBGE, 2005), uma profunda mudança na distribuição etária da população está entre os fatores responsáveis pela redução da taxa de crescimento populacional. Como consequência, segundo MOREIRA (2001), a participação relativa do grupo etário jovem (menores de 15 anos) declinou de 41,8%, em 1950, para 28,6%, em 2000. Em contraposição, a fração da população adulta (entre 15 e 64 anos) ampliou de 55,7 para 66,0% e a população idosa (acima de 65 anos) mais do que duplicou sua importância relativa, passando de 2,4%, em 1950, para 5,4%, em 2000, indicando uma tendência de ampliação da população idosa nos próximos 20 anos, acrescentando-se, a cada ano, à população brasileira, 200 mil pessoas maiores de 60 anos (MS, 2005).

Gráfico 2 - Pirâmides Popacionais: Brasil e regiões Norte e Sul 1980 e 2000

Em relação à transição nutricional, os índices de desnutrição passaram a conviver com a evolução epidêmica da obesidade e das doenças crônicas associadas à dieta. Nas últimas décadas, é possível verificar a convivência de problemas típicos de países subdesenvolvidos, ao lado de problemas de países desenvolvidos, no panorama da alimentação e nutrição no Brasil.

Segundo o relatório Estudo de Caso Brasil, da ONU, de 2005, é possível verificar um declínio na prevalência de retardos de crescimento na ordem de 1/3 entre os resultados da Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição (PNSN/1989) e da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS/1996), de 15,7% em 1989, para 10,4% em 1996.

Uma observação destacada pelo relatório diz respeito a esta situação contrastante, onde, em 1996, 5,7% de crianças menores de cinco anos apresentavam déficit de peso por idade e 10,5%, déficit de estatura por idade. De outro lado, já em 1989, encontrava-se prevalência de excesso de peso entre os menores de seis meses de 12,6% e 6,9% entre as crianças dos sexos masculino e feminino, respectivamente. A maior prevalência de déficit entre os menores de dez anos encontra-se nas meninas, com exceção do déficit de estatura, cuja prevalência é maior entre meninos e na zona rural.

Tabela 2 - Perfil Nutricional de Crianças Brasileiras – 1989 e 1996

Estado nutricional	Desnutrição aguda		Nanismo nutricional		Baixo peso		Excesso de peso	
	1989	1996	1989	1996	1989	1996	1989	
							M	F
Crianças	7,1	5,7	15,7	10,5	2,0	2,3		
Idade (em meses)								
< 6 meses	6,0	0,4	-	3,4	-	3,0	12,6	6,9
06 - 11 meses		6,2	-	10,2	-	3,9	5,7	8,1
12 - 23 meses	8,8	6,3	-	15,1	-	2,9	11,1	9,4
24 - 35 meses	7,2	6,7	-	8,9	-	2,2	6,5	10,0
36- 47 meses	7,6	5,3	-	9,1	-	1,3	2,6	3,6
48 - 59 meses	6,1	6,8	-	12,4	-	1,8	2,5	5,0
Sexo								
Masculino	6,8	5,9	-	11,5	-	2,3	-	-
Feminino	7,4	5,4	-	9,4	-	2,4	-	-
Residência								
Urbana	5,6	4,6	12,5	7,8	2,0	2,3	-	-
Rural	10,6	9,2	22,7	19,0	2,2	2,6	-	-
Fontes: Pesquisa Nacional Sobre Saúde e Nutrição PNSN (1989)			Pesquisa Nacional Sobre Demografia e Saúde PNDS (1996)					
Definições:			Definições:					
Desnutrição Aguda: p/i < -2dp			Desnutrição Aguda: p/i < -2dp					
Nanismo nutricional: e/i < -2dp			Nanismo nutricional: e/i < -2dp					
Baixo peso: p/e < -2dp			Baixo peso: p/e < -2dp					
Excesso de peso: p/e > +2dp			Excesso de peso: p/e > +2dp					

Em relação à população adulta e idosa, uma análise comparativa do estudo Nacional de Despesas Familiares (ENDEF, 1974-1975), da Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição (PNSN, 1989) e da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF, 2002-2003) indicou um declínio significativo na proporção de adultos com déficit energético, em todas as regiões do País, nos distintos estratos populacionais urbano/rural e, por outro lado, um aumento significativo na proporção de adultos obesos e com sobrepeso, observado em todos os estratos econômicos e em ambos os sexos, indicando desigualdades de gênero e renda (p. 22).

Tabela 3 - Perfil Nutricional de Adultos Brasileiros – 1989 e 2002/2003

Estado nutricional	Nanismo nutricional		Baixo peso		Sobrepeso	Obesidade		
			1989		1989	1989		
	M	F	M	F	M	F	M	F
Adultos	20,9	19,6	15,6	16,5	22,6	26,64,8	11,7	
> 65 anos	-	-	20,7	17,0	23,4	32,44,5	17,9	
Fontes: Pesquisa Nacional Sobre Saúde e Nutrição PNSN (1989) - 14455 domicílios (63200 pessoas 363 municípios)								
Definições:								
Adultos e idosos: Nanismo nutricional: Brasileiros Jovens (20 a 25 anos) cuja altura equivale a < -2dp da distribuição das alturas do grupo de 18 anos da população de referência								
<u>Baixo Peso:</u> IMC < 20kg/m²								
<u>Sobrepeso:</u> IMC de 25 - 29,9kg/m²								
<u>Obesidade:</u> IMC > 30kg/m²								
Estado nutricional	Baixo peso				Sobrepeso	Obesidade		
	2002/2003		2002/2003			2002/2003		
	M	F	M		F	M		F
Adultos	2,8	5,2	41,1		40	8,9		13,1
> 75 anos	8,9	4,9	33,3		42,5	5,6		14,3
Fonte: Pesquisa de orçamento familiar (2002/2003)								
Definições:								
Adultos e idosos: <u>Baixo Peso:</u> IMC < 18,5kg/m²								
<u>Sobrepeso:</u> IMC ≥ 25kg/m²								
<u>Obesidade:</u> IMC ≥ 30kg/m²								

Em um universo de 95,5 milhões de pessoas de 20 anos ou mais de idade, a POF 2002-2003 apontou a existência de 3,8 milhões de pessoas (4,0%) com déficit de peso e 38,8 milhões (40,6%) com excesso de peso, das quais 10,5 milhões são consideradas obesas. O problema da desnutrição ainda persiste em algumas regiões do País, especialmente no NE, e atinge mais as mulheres jovens. Na faixa de 20 a 24 anos, 12,2% da população feminina sofrem com déficit de peso, e, em mulheres entre 25 a 29 anos, a deficiência de peso atinge 7,3% (IBGE, 2004).

Gráfico 3- Prevalência da obesidade e excesso de peso em Adultos, Brasil 2003

Fonte: POF /IBGE 2002/2003

Gráfico 4-Tendência secular da Obesidade no Brasil

Fontes: ENDEF 1975, PNSN 1989 E POF 2003

Gráfico 5- Tendência secular do Excesso de Peso no Brasil

Fonte: ENDEF 1975, PNSN 1989 E POF 2003

O excesso de peso e a obesidade aumentaram contínua e intensamente na população masculina. Em 1975, o problema da obesidade era praticamente inexistente na população masculina. Em 2003, duplicou o percentual de homens com excesso de peso (de 18,6% para 41%) e triplicou o de obesos (de 2,8% para 8,8%). Até 1989, os percentuais de excesso de peso e obesidade entre os homens eram bastante inferiores àqueles observados para as mulheres. Em 2003, estes percentuais praticamente se igualaram. Por outro lado, o excesso de peso e a obesidade entre as mulheres cresceram 50% de 1975 a 1989 e mantiveram-se estáveis entre 1989 e 2003. Com exceção do NE, onde continuou o aumento do excesso de peso e da obesidade entre as mulheres, nas demais regiões houve estabilidade ou declínio das taxas (MS, 2005, pg.22)

Por último, em relação ao perfil da população feminina e infantil, cabe menção à divulgação, em julho deste ano, da terceira edição da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS, 1986, 1996, 2006), coordenada pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), com participação de diversas instituições, dentre elas, duas da Universidade de São Paulo (o Núcleo de Pesquisas em Nutrição e Saúde da Faculdade de Saúde Pública e o Laboratório de

Nutrição do Departamento de Clínica Médica da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto) e que envolveu 15 mil mulheres em idade fértil (15 a 49 anos), que vivem em áreas urbanas e rurais nas cinco regiões brasileiras e 5 mil crianças com até 5 anos, com o objetivo de traçar um perfil da população feminina em idade fértil e das crianças menores de cinco anos no Brasil.

Os resultados divulgados apontaram a redução de 50% da desnutrição das crianças menores de cinco anos, de 1996 a 2006 e uma queda de 44% na mortalidade infantil, passando de 39 para 22 por mil nascidos vivos. Em 2006 a prevalência da desnutrição na população brasileira de crianças menores de cinco anos, identificada pela proporção de crianças com déficit de crescimento, foi de 7%, assim distribuídos espacialmente: região Norte (15%) e pouca variação entre as demais regiões (6% nas regiões Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e 8% na região Sul). Déficits de peso em relação à altura, indicativos de casos agudos de desnutrição quando sua frequência ultrapassa 2 a 3%, foram encontrados em apenas 1,5% das crianças brasileiras menores de cinco anos, não ultrapassando 2% em qualquer região ou estrato social da população.

Situações de excesso de peso em relação à altura foram encontradas em 7% das crianças brasileiras menores de cinco anos, variando de 6% na região Norte a 9% na região Sul, indicando exposição moderada à obesidade infantil em todas as regiões do país.

Em dez anos, o excesso de peso e a obesidade cresceram entre as mulheres brasileiras. Em 1996, 34,2% delas tinham excesso de peso. Dez anos depois, esse percentual foi elevado para 43%, resultando num aumento de 25% no período. No caso da obesidade, o crescimento foi maior: 64% em dez anos. Mulheres obesas representavam 9,7% da população em idade fértil, em 1996. Em 2006, esse percentual aumentou para 16%. (MS, 2008)

Em relação à amamentação, ainda que 96,4% de todas as mães afirmem terem amamentado as crianças ao menos uma vez, o aleitamento materno exclusivo em bebês com até seis meses de vida alcança 40% das crianças.

Em termos de deficiência de micronutrientes, a vitamina A foi considerada uma das mais importantes deficiências nutricionais do mundo subdesenvolvido (CGPAN/MS). É a principal causa de cegueira evitável, estando também associada a

23% das mortes por diarreias, em crianças. Estudos pontuais mostram que as estimativas médias de prevalência dessa carência, em crianças menores de cinco anos, são de 16-32% para as regiões Nordeste e Norte (1990-2001) e 14-33% para a região Sudeste, podendo chegar a 55% em algumas localidades do País (MAC AULIFEE *et al.*, 1991).

Quanto à deficiência de ferro, a anemia ferropriva representa, provavelmente, o problema nutricional mais importante da população brasileira, com severas conseqüências econômicas e sociais. Apesar da ausência de um levantamento nacional, existe consenso na comunidade científica de que a anemia ferropriva tem alta prevalência em todo o território nacional, atingindo todas as classes de renda (CGPAN/MS). Pode-se verificar, nos estudos realizados predominantemente em crianças até cinco anos e em crianças em idade escolar, as seguintes estimativas médias de prevalências destas carências: Nordeste (1990-2000):25-46% de prevalência; Norte (1990-2000) 30-85% de prevalência; Sudeste(1990-2000):5-46% de prevalência; S(2000-2001):47,8-54% de prevalência (MS, 2005, p. 25).

Se o sobrepeso e a obesidade, além das outras doenças crônicas não transmissíveis, constituem expressões do quadro de insegurança alimentar no Brasil, sua outra face, mais perversa, diz respeito, ao fenômeno da fome e da exclusão social.

Ao adotar o salário mínimo oficial para medir a pobreza, o Radar Social do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) considera pobres as famílias com dificuldades para adquirir o mínimo necessário para sua sobrevivência, condição que corresponde à renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo mensal. Em situação de pobreza extrema ou indigentes são consideradas as famílias para as quais nem mesmo a aquisição dos alimentos básicos estaria assegurada, supondo-se ser esta a condição das que têm uma renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo mensal .

Tabela 4 - População em condições de pobreza e indigência 1995/2004

Anos	Pobreza		Indigência	
	Milhões/hab	%	Milhões/hab	%
1995	49,5	33,4	21,0	14,1
2001	55,6	33,3	23,9	14,3
2002	56,0	33,0	22,6	13,3
2003	58,4	33,9	24,6	14,3
2004	52,5	30,1	19,8	11,3

Fonte: PNAD/IBGE (elab: Radar Social-Ipea)

Assim, a população em condições de pobreza extrema ou indigência passou de 21 milhões (14,1% do total) em 1995, para 19,8 milhões de pessoas (11,3%) em 2004, correspondendo a uma redução de 19,8% na proporção de indigentes ou de 5,7% no número de pessoas nesta condição. Já a população vivendo em condições de pobreza passou de 49,5 milhões (33,4% do total), em 1995, para 52,5 milhões de pessoas (30,1%) em 2004, uma redução de 9,9% na proporção de pobres, porém com elevação de 6% do seu número absoluto; de fato, registrou-se significativa redução do número de pobres entre 2003 e 2004, interrompendo tendência anterior de elevação desse número (MALUF, 2007).

Por último, o autor ressalta uma importante inovação nas estatísticas oficiais brasileiras, com a inclusão de uma pesquisa suplementar da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2004). Esta, pela primeira vez, observou um indicador direto de SAN em âmbito nacional (IBGE, 2006), onde foi utilizada a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA, cuja perspectiva, segundo o autor, é avaliar a capacidade de acesso das famílias às refeições habituais nos aspectos quantitativo e qualitativo, incluindo a percepção dos seus membros sobre a capacidade de assegurarem esse acesso no futuro próximo. “A pesquisa constatou que havia segurança alimentar, isto é, garantia de acesso quantitativo e qualitativo às refeições habituais em 65,2% dos domicílios particulares brasileiros (33,7 milhões de domicílios com 109,2 milhões de pessoas), enquanto que 34,8% deles (18 milhões de domicílios com 72,2 milhões de pessoas) vivenciavam algum grau de insegurança alimentar: 8,3 milhões (16%) com insegurança leve (comprometimento da qualidade da dieta sem restrição quantitativa); 6,4 milhões (12,3%) com insegurança moderada

(limitação quantitativa de acesso sem o convívio com situação de fome) e 3,4 milhões (6,5%) com insegurança grave (limitação de acesso com situação de fome)” 2007, p.107-8).

Tabela 5 - Domicílios particulares e moradores, segundo a situação de segurança alimentar, Brasil, 2004 (em %)

Situação de SAN	Domicílios total	urbano	rural	Moradores total	urbano	Rural
Segurança Alimentar	65,2	66,7	56,5	60,2	62,3	50,1
Insegurança Alimentar	34,8	33,2	43,4	39,8	37,7	49,9
Leve	16,0	15,8	17,4	18,0	17,7	19,2
Moderada	12,3	11,4	17,0	14,1	13,0	19,5
Grave	6,5	6,0	9,0	7,7	7,0	11,1

Fonte: IBGE/Pnad, 2004; MALUF, 2007

A Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (2006) também incluiu a segurança alimentar e nutricional, dentre os novos temas, ao lado do acesso a medicamentos e os micronutrientes. Do total de mulheres entrevistadas, 62,5% consideraram ter acesso à alimentação em quantidade e qualidade suficientes. O maior percentual foi registrado na região Sul (75%) e o menor, no Nordeste (45,4%).

A insegurança alimentar grave (restrição quantitativa e qualitativa de alimentos que gera fome) nos três meses que antecederam a pesquisa foi verificada em 4,7% dos domicílios. No meio urbano, atinge a 4,5% dos domicílios, e no rural, 6,1%. A região Norte tem o maior percentual, com 13,3% dos domicílios, e a Sul com o menor, 2,7%. Conforme o tempo de estudo das mulheres, a tendência é a redução da insegurança alimentar. Na análise de domicílios com moradores que recebem recursos por políticas de transferência de renda, aqueles que vivem no meio rural têm menor insegurança alimentar do que aqueles que vivem no meio urbano (31,3% contra 37,1%). A PNDS-2006 conclui que a insegurança alimentar está associada a domicílios nas regiões Norte e Nordeste, ao meio rural, à baixa escolaridade, à aglomeração domiciliar (mais de sete moradores) com crianças e adolescentes, à entrevistada ser negra, ao desemprego e à ausência de trabalho nos últimos 12 meses.

4.1.2 Produção de Alimentos

O modelo de desenvolvimento prioriza o comércio internacional, com a produção de alimentos especializando-se crescentemente em culturas de exportação, baseadas no monocultivo, maquinário e insumos químicos, a partir das orientações da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Conforme salienta SILIPRANDI:

“A diminuição das barreiras ao comércio imposta aos países do Terceiro Mundo levou-os a abrirem seus mercados às grandes corporações, dos países do Norte. Ao mesmo tempo, verificou-se uma crescente desregulamentação das atividades econômicas nos âmbitos nacionais, com implicações importantes sobre a segurança e autonomia alimentar de seus povos. No que se refere aos produtos agrícolas e alimentares, houve, por um lado, o dismantelamento dos modos locais de produção e consumo (pela necessidade de gerar produtos agrícolas para exportação e pela diminuição das políticas destinadas a apoiar a agricultura familiar, como, por exemplo, aquelas voltadas para os mercados internos), e levou, por outro lado, a uma crescente homogeneização da cultura alimentar”(2004, p.2),.

Neste período de modernização da agricultura, a política agrícola brasileira se orientou, segundo CUNHA e LEMOS, basicamente,

“para a busca de vantagens e competitividade para o produto brasileiro (e não necessariamente para os produtores) estabelecendo uma artificial dicotomia de produtores agrícolas: aqueles que produzem para exportação, tiveram sua renda mantida em níveis elevados, permitindo seu desenvolvimento tecnológico e comercial; e os produtores cuja exploração é destinada à produção de produtos alimentares consumidos internamente, em sua maioria privados dos benefícios das culturas exportáveis e à margem dos incentivos à organização e capacitação tecnológica. Esta contradição levou o Brasil a uma situação peculiar: grande produtor mundial de grãos, com vasta área agricultável, possuidor do maior rebanho comercial bovino do mundo, o Brasil é, atualmente, um dos principais importadores mundiais de leite e trigo, além de expressivo importador de milho e arroz. O acesso da população à proteína de origem animal é restrito e o consumo ponderado de carnes por faixas de renda é fortemente desigual” (1997, p. 6-7).

Entre os temas tratados na III Conferência de SAN, situa-se o agronegócio, como um produto histórico da articulação entre o capital financeiro, o capital industrial e a grande propriedade territorial, baseando-se em um modelo que poupa

mão-de-obra e usa intensamente a mecanização, irrigação e insumos industriais, como agrotóxicos, sementes transgênicas e rações; observou-se que as formas privadas de apropriação dos recursos naturais a ele associadas contribuíram para acentuar a já elevada concentração da propriedade da terra no Brasil (Relatório Final, 2007).

Os resultados preliminares do Censo Agropecuário de 2006 mostram um aumento nas áreas de lavouras no país de 83,5% em relação ao Censo de 1996, enquanto as de pastagens reduziram-se em aproximadamente 3,0%. Além da expansão das fronteiras agrícolas, o Censo apontou também uma tendência de substituição das áreas de pastagens por lavouras, na década de 1996-2006, como consequência do crescimento do mercado mundial de produção de grãos. Nesse mesmo período, houve um aumento de 7,1% no número de estabelecimentos agropecuários, redução de 8,5% do pessoal ocupado e aumento dos principais rebanhos: bovinos (11,0%), suínos (14,9%) e aves (73,2%). Outro dado significativo diz respeito à interiorização e intensificação da pecuária bovina em novas áreas, no leste do Pará, em praticamente todo o estado de Rondônia e no noroeste do Maranhão. Outra área de aumento de ocupação por bovinos é a faixa ao longo do Rio Amazonas e alguns afluentes importantes, desde o norte do Pará, seguindo em direção ao norte do Acre (IBGE, 2006).

Para além dos problemas relativos à produção e comercialização de alimentos, a interface entre a produção de alimentos e a SAN diz respeito às ações, programas e políticas que têm como objetivo a garantia de direitos para a ampliação e maior integração dos agricultores familiares ao sistema produtivo. Nesse sentido, o relatório final da III Conferência Nacional de SAN, realizada em julho de 2007, destaca a questão da concentração da terra e da reforma agrária:

“Tem sido negado o direito à terra a mais de dois milhões de famílias rurais. A concentração fundiária e a morosidade na implantação da reforma agrária constituem hoje um dos principais obstáculos ao desenvolvimento e consolidação dos sistemas familiares de produção rural no Brasil. O desenvolvimento da agricultura familiar e do agroextrativismo é estratégico para a soberania e a segurança alimentar e nutricional das populações do campo e da cidade. Integra esse quadro o acirramento da violência no campo, a criminalização da luta pela terra e da ação dos movimentos sociais, a morosidade da justiça, o êxodo rural e a situação

de vulnerabilidade social vivenciada por parcelas significativas da população urbana”(2007, III Conferência de SAN, p.17).

Cabe ainda lembrar que, “para uma parcela da população a posse de ativos e o acesso aos recursos naturais constituem condicionantes principais da sua capacidade de acessar os alimentos. No caso das famílias rurais, um grande número delas não tem acesso à terra com extensão suficiente e de boa qualidade, aos recursos naturais de onde extraem seu sustento ou então se enquadram como agricultores sem terra; a falta de regularização da propriedade aparece como outro fator limitante. Na região do semi-árido acrescentam-se as dificuldades permanentes de acesso à água” (MALUF, 2007, p 117-118). Visando à incorporação dos objetivos da SAN na estratégia nacional de desenvolvimento, a III Conferência de SAN ressaltou a importância da aceleração da reforma agrária e, para isso, propõe:

“aceleração da implementação de uma reforma agrária ampla, irrestrita e imediata com garantia do acesso à terra às famílias acampadas, utilizando os instrumentos da desapropriação, demarcação e regularização fundiária dos territórios dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais e de terreiros(...) garantindo insumos necessários à produção com base em princípios agroecológicos e promovendo ações de intersetorialidade e estímulo ao comércio local” (p. 22).

Ao situar a importância do agronegócio para a economia brasileira, por responder por um em cada três reais gerados no País, 33% do Produto Interno Bruto(PIB), 42% das exportações totais e 37% dos empregos brasileiros, o Estudo de Caso Brasil, realizado por ocasião da 32ª Sessão do Comitê Permanente de Nutrição da ONU (MS,2005), destaca que estes dados, no entanto, não são suficientes para avaliação das condições de produção, disponibilidade interna e acesso aos alimentos no País e, além disso, há que se considerar as consequências ambientais e sociais da elevada utilização de produtos químicos usados por esse padrão de produção agrícola intensivo (CONSEA, 2004). Esse panorama é confirmado por Wilkinson, citado por SILIPRANDI(2004), ao analisar a tendência atual de afrouxamento dos vínculos de interdependência entre a agricultura e a indústria, de um lado promovendo maior homogeneização da produção agrícola (via insumos químicos, mecanização,

modificações nos processos biológicos, engenharia genética, confinamento de animais, etc), de forma a tentar escapar das determinações da natureza e de outro lado, favorecendo a substituição cada vez maior dos produtos agrícolas como fontes de matéria-prima. Tal fato justifica-se, dentre outros fatores, pelo desenvolvimento da indústria química que, ao decompor crescentemente os alimentos, permitiu diminuir a dependência em relação aos produtos agrícolas, favorecendo os países industrializados e a globalização da produção. Simultaneamente são realizadas pesquisas em nutrição incentivadas pelos interesses do sistema alimentar, como a substituição do leite materno pelo leite em pó (década de 60), a substituição das formas naturais de gordura (banha, manteiga, óleos de coco e palma) pelos óleos de soja, gordura hidrogenada e margarina. Estas tendências de padronização e uniformização de dietas, anteriormente ancoradas no perfil geográfico e cultural das populações, passaram a adotar orientações nutricionais baseadas em uma abordagem calórico- quantitativa e reforçadas pelo marketing alimentar. Esta nova racionalidade desvaloriza os hábitos de vida relacionados à cultura de cada região e aos saberes agrícolas tradicionais (AZEVEDO, 2004).

MALUF e ZIMMERMAN(2005) destacam a agricultura familiar no Brasil como um universo não só numericamente significativo, como bastante diversificado e enfrentando toda sorte de dificuldades no acesso, exploração da terra e apropriação dos frutos de seu trabalho. Ainda assim, constitui, segundo os autores, um segmento importante na construção de uma sociedade socialmente equitativa e ambientalmente sustentável. A tipificação dos agricultores brasileiros para subsidiar a formulação de políticas públicas ganhou forte impulso a partir do início da década de 1990. A análise das relações sociais de produção e das características do processo produtivo deu origem à diferenciação entre *agricultura patronal* e *agricultura familiar*, definindo esta última pela gestão familiar da unidade produtiva, pela predominância do trabalho por membros da família e por se enquadrar dentro de determinados limites de área. O Censo Agropecuário de 1996 já apontava que o país contava com 4,8 milhões de estabelecimentos rurais, ocupando uma área de 353,6 milhões de ha. Destes, 4,1 milhões de estabelecimentos (85,2%) eram enquadrados como familiares, ocupando uma área de 107,8 milhões de ha (30,5%). A agricultura patronal compreendia 555 mil estabelecimentos (11,4%), ocupando uma área de 240 milhões

de ha (67,9%) (INCRA/FAO, 2000). Embora ocupassem 30,5% da área total utilizada para agricultura, os estabelecimentos familiares responderam por 37,9% da produção agrícola nacional na safra 1995/96, incluindo alimentos destinados ao mercado interno e também produtos para exportação. Sua capacidade de gerar postos de trabalho se confirmava, ao concentrar 79,8% (13,8 milhões) das pessoas ocupadas na agricultura brasileira, em 1995/96. Valendo-se de uma análise realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2004), a participação na economia das cadeias produtivas, destacam que, em 2003, corresponderam a 30,6% do PIB total do Brasil, dos quais 10,1% provieram da agricultura familiar e 20,1% da agricultura patronal.

Gráfico 6 - Brasil. Participação das cadeias produtivas da agricultura familiar e patronal no PIB total (em %)

Fonte : MDA, 2004

Não se trata, portanto, de uma agricultura atrasada, como atesta SANTOS (2006): “de um lado, o agronegócio e a exploração capitalista do subsolo; do outro, a agricultura camponesa familiar, que não é um resíduo do passado, mas a única forma de inserção no campo, evitando a exclusão nas cidades e o fascismo social” (SANTOS, B, S., p.21).

Em função disto, MALUF (2006) afirma que a promoção das famílias rurais atende, simultaneamente, a dois aspectos fundamentais da SAN, ao promover o acesso aos alimentos e garantir o abastecimento para o mercado interno de produtos agroalimentares.

Mesmo não dispondo de dados atualizados sobre disponibilidade de alimentos, conforme o documento da II Conferência Nacional de SAN, o cálculo do equivalente em calorias, do volume total de produção, dividido pelo total da produção, está acima do mínimo estabelecido pela FAO, indicando estabilidade e suficiência.(CONSEA, 2004).

Em síntese, quando se insere a ótica da saúde no campo da produção de alimentos, segundo BURLANDY (2004), “uma produção intensiva que prioriza um número limitado de espécies mais rentáveis acaba por prejudicar a diversidade cultural e a disponibilização de uma alimentação variada, que são fundamentais do ponto de vista da saúde”(p.12).

4.1.3. Abastecimento

Por ocupar posição central no âmbito da SAN, a política nacional de abastecimento aprovada pelo CONSEA, concebe o abastecimento como elemento nuclear das estratégias e políticas de SAN, por reunir, simultaneamente, o objetivo de ampliação do acesso a alimentos de qualidade aos diversos segmentos da população e o de promoção de uma alimentação saudável e adequada, favorecendo formas socialmente eqüitativas e ambientalmente sustentáveis de produção e comercialização de alimentos e diversificação de hábitos alimentares. Conforme MALUF(2006):

“O Brasil não dispõe de uma política de abastecimento em função das sucessivas opções feitas nos últimos 15 anos na direção de liberalizar o comércio exterior e de retirar do Estado os principais instrumentos por meio dos quais exercia seu papel regulador da produção, processamento, distribuição e consumo de alimentos. Junto com o abandono (e condenação) de quaisquer referências à auto-suficiência produtiva nacional ou à regulação pública dos mercados de alimentos, caíram em desuso, por exemplo, a política de garantia de preços aos agricultores e a manutenção de estoques reguladores de alimentos básicos. Abdicar desse papel significou abrir espaço para a regulação privada dos mecanismos de mercado” (p.19).

Ao eleger o direito humano à alimentação adequada e a soberania alimentar como princípios orientadores, a proposta de política nacional de abastecimento elaborada pelo CONSEA resgata o papel regulador do Estado, sobrepondo-se às lógicas privadas mercantis (CONSEA 2005), como explica o autor:

“a política de abastecimento tem como campos de atuação tanto os alimentos (disponibilidade de bens) quanto a alimentação (modos de apropriação dos bens pela população), englobando ações de caráter geral relacionadas com o comércio de alimentos e os serviços de alimentação, bem como ações dirigidas a grupos populacionais específicos, todas elas coordenadas com programas voltados para a produção equitativa e sustentável dos alimentos. Elas são tão mais importantes quando se considera o contexto de elevada desigualdade de renda, modesto crescimento do emprego e das oportunidades de trabalho e elevada concentração populacional em regiões metropolitanas que caracterizam o Brasil” (MALUF, 2006, p.19)

As conseqüências da prevalência de estruturas privadas de abastecimento foram debatidas por ocasião da III Conferência de SAN, que assim se posicionou em relação ao tema:

“O sistema brasileiro de abastecimento de alimentos deu prioridade aos produtos pré-preparados e embalados, comprados em grandes redes de supermercados, acompanhando movimentos semelhantes ocorridos na Europa Ocidental e América do Norte. O padrão tecnológico adotado atualmente na produção e transformação dos alimentos colocados para consumo compromete a qualidade da alimentação, fomentando hábitos de consumo não saudáveis pela população. Essas tendências não estão dissociadas da crescente integração e concentração das atividades agrícolas, industriais e comerciais relacionadas com os alimentos. A intensa concentração econômica ocorrida no varejo de alimentos no Brasil revela-se no fato de que, em 1994, 20,9% desse varejo era controlado por quatro grandes empresas que, em 2004, já concentravam 38,8% do mercado, com participação, praticamente hegemônica, de empresas transnacionais. Os níveis de concentração existentes no varejo de alimentos também se estendem ao setor de insumos e ao de processamento dos alimentos” (2007, p. 18).

4.1.4 Consumo de Alimentos

No campo do consumo, a agenda de SAN abarca, simultaneamente, questões relacionadas às carências alimentares, ao lado da formação de hábitos alimentares.

É no campo do consumo que se podem observar os efeitos adversos do modelo de desenvolvimento sobre a segurança alimentar e nutricional da população, provocando danos à saúde e à qualidade de vida. O artigo “ Agronegócio e monoculturas”, assinado pela FASE , aponta o empobrecimento da dieta alimentar como consequência do modelo de produção, que, aliado à concentração urbana e à massificação das mídias, modificou profundamente o consumo: ”Há uma padronização do gosto em escala planetária. Quatro grãos – arroz, milho, trigo e soja – concentram a quase totalidade do consumo de grãos”. (Le Monde Diplomatique, jan/2008, p.23)

A perda de qualidade na dieta também foi enfatizada na III Conferência de SAN:

“Valorizar o alimento mais como mercadoria fonte de lucro do que como elemento essencial à vida provoca impactos negativos sobre os modos de vida, a soberania e a segurança alimentar e nutricional das populações urbanas e rurais, e coloca em risco a biodiversidade e o patrimônio cultural alimentar. Esse modelo de produção e distribuição orienta-se pelo interesse comercial de aumentar o tempo de conservação do alimento durante o transporte e a exposição na prateleira, portanto, sem ter necessariamente como objetivo a qualidade alimentar e nutricional. Além disso, restringe, de diferentes formas, os direitos territoriais das comunidades, provocando a erosão de conhecimentos tradicionais relacionados ao manejo da agrobiodiversidade à alimentação e nutrição, bem como promove a privatização dos recursos genéticos e da água”. (III Conferência de SAN, p. 18).

Em relação às tendências do consumo alimentar, LEÃO (2005) aponta ser o Brasil um grande produtor de alimentos básicos: a disponibilidade média de calorias diárias para a população brasileira, segundo dados da FAO, está acima do recomendado, tendo evoluído de 2.216 calorias, em 1961, para 3.049 calorias em 2002 (FAO, 2004).

Dada a ausência de estudos recentes, de abrangência nacional, sobre consumo alimentar, os dados baseiam-se no Estudo Multicêntrico, realizado em 1996, quando se avaliou o consumo de alimentos em cinco cidades do País, e nas pesquisas de

Orçamento familiar do IBGE(POF), a partir dos dados de gastos com alimentos, e não de consumo propriamente dito.

Os resultados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF, IBGE, 2004), realizada em 2002/2003, evidenciaram mudanças no padrão alimentar dos brasileiros. Cada vez mais, os hábitos alimentares da população se aproximam do padrão denominado “dieta ocidental”, representado pelo consumo excessivo de alimentos ricos em gorduras, em especial as de origem animal, açúcar, alimentos industrializados e reduzido consumo de frutas, verduras, legumes e também leguminosas (LEÃO, 2005).

Os gráficos a seguir, baseados na análise comparativa das POF de 1987, 1996 e 2003, realizadas em cinco regiões metropolitanas, indicaram as seguintes tendências:

Positivas:

- Adequação do teor protéico;
- Participação crescente das gorduras vegetais;
- Leite e produtos lácteos mais acessíveis para a população de baixa renda.
-

Negativas:

- Aumento no consumo de açúcar e sal;
- Consumo insuficiente de frutas, legumes e verduras;
- Aumento substancial no consumo de gorduras totais e saturadas (população de baixa renda);
- Diminuição no consumo de leguminosas, tubérculos e raízes (população de baixa renda);
- Diminuição no consumo de peixes.

Gráfico 7- Participação no valor calórico total da disponibilidade domiciliar de alimentos em áreas metropolitanas do Brasil - *Alimentos Básicos*

Fonte: POFs/IBGE 2002/2003

Gráfico 8- Participação no valor calórico total da disponibilidade domiciliar de alimentos em áreas metropolitanas do Brasil - *Alimentos de Origem Animal*

Fontes: POFs /IBGE 2002/2003

Gráfico 9 - Participação no valor calórico total da disponibilidade domiciliar de alimentos em áreas metropolitanas do Brasil - Alimentos essencialmente calóricos

Fontes: POFs/ IBGE 2002/2003

Gráfico 10 - Participação no valor calórico total da disponibilidade domiciliar de alimentos em áreas metropolitanas do Brasil - Alimentos Processados

Fontes: POFs/ IBGE 2002/2003

Gráfico 11 - Participação no valor calórico total da disponibilidade domiciliar de alimentos em áreas metropolitanas do Brasil - *Frutas e Hortaliças*

Fontes: POFs/ IBGE 2002/2003

Os resultados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF, 2002-2003) indicaram uma elevada ingestão de açúcar, onde 12,63% das calorias consumidas vêm desse produto, quando o indicado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) é de 10%. A ingestão de gordura (lipídios) supera também os padrões recomendados, chegando a 30,52%, quando deveria ser de 15% a 30%. No caso das frutas, legumes e hortaliças, o consumo fica abaixo do nível, chegando a 3,30%, quando deveria ser de 6 a 7%.

A comparação entre os resultados das Pesquisas de Orçamento Familiar de 1988, 1996 e 2002-2003 e as análises do Estudo Multicêntrico indicam o aumento do consumo de gorduras saturadas e hidrogenadas e a substituição do consumo de alimentos ricos em nutrientes, como legumes, verduras e frutas, por alimentos energeticamente densos e pobres em micronutrientes, além do aumento do consumo de alimentos salgados e gordurosos. Além disso, os segmentos com renda inferior a um salário mínimo não atingiam limite de consumo de 1900 kcal, menos que o preconizado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Em consonância com essa informação, os dados antropométricos da POF 2002-2003 indicam que o

déficit é maior entre as pessoas com renda menor e, mais ainda, que mulheres com idade inferior a 30 anos estão expostas à desnutrição (MS/SCN, 2005, p. 26).

O perfil alimentar associado ao aumento da obesidade diferencia-se de acordo com as classes de renda. O consumo de açúcar é alto em todas as faixas de renda, sendo pouco menor na faixa acima de cinco salários-mínimos per capita. As classes de rendimento maior consomem mais verduras, legumes e frutas, ainda que em nível abaixo do recomendável. No entanto, as gorduras, particularmente as saturadas, estão mais presentes na dieta das classes de rendimento mais alto. Entre os que ganham mais de dois salários per capita, o consumo já ultrapassa a orientação da FAO de até 30% da dieta. Os dados indicam que as classes de renda mais baixa consomem mais cereais, açúcar, farinhas, massas e peixes, enquanto as de renda mais alta consomem mais carnes, leite, aves e hortaliças. O consumo de carnes é maior nas famílias de maior rendimento (83,4% a mais do que as de menor renda). No entanto, os dados indicam aumento no consumo de proteínas e adequação desse nutriente em todas as faixas de renda. Em relação às massas e farinhas, os segmentos de classe de renda mais baixa consomem 84,5% a mais do que os de classe de renda mais alta, principalmente devido à farinha de mandioca (IBGE, 2004, p.28).

Em síntese, pelo perfil dietético, alguns alimentos poderiam estar contribuindo de forma mais significativa na determinação da obesidade, nas diferentes classes de renda: nos segmentos de renda mais baixa, as massas, farinhas e o açúcar; nas classes de renda mais alta, além do açúcar, as gorduras. O perfil das despesas com alimentação também sinaliza mudanças no comportamento das famílias brasileiras em relação ao local de realização das principais refeições, uma vez que 24% da despesa média mensal familiar com alimentação são destinados a refeições fora de casa. Esse percentual na área urbana (26%) é o dobro do encontrado na área rural (13%) e o consumo de refeições fora de casa é residual nas faixas de renda mais baixa (IBGE, 2004; MS/SCN, 2005, p.28).

Grafico 12 - Alimentação fora do domicílio no Brasil
% sobre total das despesas com alimentação (2003)

Fontes: IBGE/POF – Elaboração: ABIA

Outro aspecto relevante a ser mencionado, também com base nos dados da POF(2002/2003), diz respeito, segundo MALUF (2007), aos gastos com alimentação: nas camadas de menor renda representam, na média nacional, 17,10% da despesa total das famílias, podendo chegar a 32,68% no estrato que ganha até dois salários mínimos mensais (quase o dobro da média nacional) e 20,9% no estrato entre seis a oito salários mínimos, o que pode comprometer parcela significativa da renda das famílias que se encontram nesta faixa.

As diversas questões de saúde pública mencionadas acima, significando importantes transformações nos hábitos alimentares, associadas ainda à redução da atividade física e de lazer, apontam a necessidade de se promover maior conscientização em relação ao atual padrão alimentar.

4.1.5. Gênero

É importante destacar que o campo da SAN comporta inúmeras questões de gênero. A crescente urbanização, aliada à presença cada vez maior das mulheres no mercado de trabalho, induz, segundo SILIPRANDI(2004), a uma pressão para se poupar tempo e mão-de-obra nas refeições elaboradas dentro de casa. Demandam, portanto, agregação de serviços aos produtos alimentares, como as refeições prontas,

as embalagens individualizadas, os pré-preparados, de forma a reduzir o trabalho do consumidor:

“Esse novo padrão de consumo de alimentos exige também uma outra logística do setor de distribuição, de transporte e armazenamento, dominado, nas médias e grandes cidades, pelas extensas cadeias de supermercados que, por sua vez, também jogam um papel importante nas estratégias de publicidade e marketing das empresas produtoras de alimentos. As mudanças que vemos nesse setor não se restringem apenas a impor prazos e formas de entrega dos produtos aos elos anteriores da cadeia (agricultura e indústria alimentar), mas também uma maior vida de prateleira, ser capazes de suportar grandes deslocamentos, ter mais serviços agregados, ser diferenciados para cada classe social, etc” (SILIPRANDI, 2004, p. 5).

Na área rural, cabe à mulher a responsabilidade pelos “quintais”, os cuidados com a horta, trato com os animais de pequeno porte e desenvolvimento de pequenos roçados. Diversos estudos destacam o trabalho invisível da mulher agricultora, pois estas tarefas não são contabilizadas em termos monetários. Segundo HEREDIA e CINTRÃO (2006), para a mulher rural em regime de economia familiar, o trabalho agrícola é uma extensão das suas tarefas domésticas. Muitas vezes as mulheres e os filhos pertencentes à unidade de trabalho familiar também vão com o marido realizar trabalhos como assalariados. O pagamento, baseado na tarefa e produção, é, no entanto, único, indivisível e feito ao chefe de família.(p. 108).

Ao analisar os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2004) sobre as atividades agrícolas desenvolvidas pelas mulheres, as autoras apontam uma concentração nos itens “produção para o consumo” e “trabalho não-remunerado”. Em 2002, essas atividades absorviam respectivamente 42% e 39% das mulheres ocupadas na agricultura (Tabela). Destacam ainda que 72% das pessoas ocupadas em atividades de produção voltadas para o consumo são mulheres(p. 109).

Tabela 6 - Pessoas de 10 anos ou mais, ocupados na atividade agrícola na semana de referência, segundo o sexo e os grupamentos de atividade do trabalho principal, Brasil (1992 e 2002)

Ocupação no Trabalho Principal	Atividade Agrícola – 1992			Atividade Agrícola – 2002		
	Total(%)	Homens (%)	Mulheres (%)	Total(%)	Homens (%)	Mulheres (%)
Empregados	27,4	36,4	9,8	27,4	36,5	9,0
Conta Própria	24,5	31,7	10,4	26,1	34,2	9,6
Não remunerados	27,7	21,8	39,2	24,6	17,7	38,6
Produção para o consumo	17,4	5,7	40,1	19,2	7,9	42,0
Empregadores	3,1	4,4	0,5	2,7	3,6	0,8
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: PNADs 1992 e 2002.

Para SILIPRANDI(2004), também no meio rural as formas de consumo dos alimentos se modificaram enormemente, até mesmo em função das mudanças nos sistemas de produção agrícola, como a maior especialização em determinados produtos, em detrimento dos policultivos. Debbie Field, citada pela autora, comenta ser a globalização do mercado de alimentos um fator que vem destruindo gerações de “comportamentos alimentares”, pela pressão que se exerce sobre regiões e culturas específicas, para que se substituam esses produtos (locais) por produtos “globais” (o trigo sendo um desses). Mostra que, ao mesmo tempo, essa substituição tem levado a um empobrecimento dos conhecimentos sobre ingredientes e tecnologias caseiras de preparo de alimentos e a uma “erosão dos sabores” para toda a humanidade. Embora as mulheres trabalhem até mais do que os homens, realizando tarefas menos qualificadas e responsabilizando-se pelo cultivo, preparação dos alimentos e da saúde de toda a família, esse trabalho não tem valor no mercado. Conforme a autora “é reconhecido por instituições internacionais como a FAO e o FIDA, que, entre os pobres, as mulheres e as crianças rurais podem ser os grupos mais afetados pela desnutrição, devido à distribuição desigual de alimentos dentro da família e ao excesso de trabalho que, usualmente, recai sobre as mulheres, com impactos significativos sobre suas condições de saúde”(p.9). Crianças e mulheres constituem parte significativa dos grupos mais vulneráveis à insegurança alimentar. No mundo todo, segundo dados da FAO, são também as mulheres que mais se ocupam da segurança alimentar: são responsáveis por 80% do trabalho necessário para a

produção de alimentos na África, entre 50% e 60% na Ásia e 40% na América Latina (SHIVA, 1996). MALUF(2006), citando Siliprandi, observa,

“por um lado, a ocultação do trabalho de reprodução social que envolve o gerenciamento e preparo da alimentação, manutenção da casa, educação dos filhos, cuidado com idosos e enfermos e demais membros da família. Trata-se de trabalho distribuído desigualmente entre os gêneros que recai, em sua maior parte, sobre as mulheres e, por ser “invisível” nas contas econômicas, deixa de ser um problema de toda a sociedade. Por outro lado, na formulação de políticas de SAN aponta-se, comumente, para o fato de as mulheres não serem reconhecidas como produtoras de alimentos, seja na produção agrícola, seja na elaboração e preparo dos alimentos consumidos nos domicílios, comprometendo a possibilidade de terem um papel como sujeitos dessas e de outras políticas” (p. 31).

A ambigüidade do papel da mulher na questão alimentar é assinalada também por BRAGA (2004), que chama a atenção para o fato de que, contraditoriamente, apesar das mulheres continuarem como responsáveis pelo ambiente doméstico e, conseqüentemente, pela alimentação, não ocupam arenas importantes de decisão como sujeito de políticas que afetam seu cotidiano.

“Vários estudos antropológicos apontam que a mulher estabelece uma relação estreita com a alimentação, em seu aspecto cultural. Destacam-se os estudos que abordam a relação entre a comida e a imagem do corpo; outros tratam da relação entre domesticidade e liberação das mulheres; outros, ainda, das ligações entre comida e autoidentificação com gênero. Entre esses estudos, sublinham-se algumas definições: 1) a mulher vista como provedora dos alimentos para a família, agindo como porteiro;* 2) ela é compreendida a partir da noção de feminização da pobreza, que evidencia que a fome, assim como outros problemas sociais, atinge mais mulheres do que homens. Para além desses, estão outros estudos que apontam para o lugar ambíguo que a mulher ocupa na questão da SAN. Ela continua como responsável pelo ambiente doméstico e, daí, pela alimentação.

Entretanto, no campo político, não ocupa arenas importantes de decisão como sujeito de políticas que afetam seu cotidiano. Usualmente, tais políticas ignoram as experiências construídas pelas mulheres ao exercerem a responsabilidade pela alimentação e a alimentação da família. A partir desse quadro, é preciso pensar o papel da mulher e o lugar que ela ocupa nas decisões políticas sobre SAN

tendo em vista o caráter dinâmico da cultura e as mudanças culturais que esse dinamismo proporciona. No entanto, para a questão aqui em foco, vale sublinhar uma característica cultural que pouco mudou durante toda a história de nossa civilização, qual seja, o importante papel que a mulher desempenha na alimentação. Em termos objetivos, ocorreram mudanças ligadas ao ritmo de vida moderno impactando sobre o ambiente doméstico e familiar, bem como a conquista pela mulher de espaços antes não ocupados. Entretanto, eles não foram suficientes para romper a estreita relação estabelecida entre as mulheres e a alimentação. Relação

simbólica e concreta observada nas situações mais cotidianas. Portanto, destacar esse problema significa ressaltar a relevância que a questão da mulher deve assumir não só nos estudos sobre cultura alimentar, mas em todos os temas ligados à SAN”(p.42).

NOTA* Expressão empregada por Rossi para designar o papel da mulher como aquela que determina os alimentos que entram na casa para o consumo posterior.

4.1.6. Meio Ambiente

O debate em torno do tema da produção e do consumo sustentáveis ganhou força no Brasil, a partir da elaboração da Agenda 21, por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Eco/ 92, fruto do questionamento de um estilo de desenvolvimento excludente e gerador de pobreza.

Segundo a *United Nations Environment Programme*, consumo sustentável significa o “fornecimento de produtos e serviços que atendam as necessidades básicas, proporcionando uma melhor qualidade de vida, enquanto minimizam o uso de recursos naturais e materiais tóxicos, como também a produção de resíduos e a emissão de poluentes no ciclo de vida do serviço ou do produto, tendo em vista não colocar em risco as necessidades das futuras gerações”.

Dentre os conceitos criados para a construção de indicadores de sustentabilidade, destaca-se o índice de impacto denominado “pegada ecológica”. Pressupondo uma igualdade de direitos sobre os recursos planetários, estes conceitos servem para evidenciar as implicações ambientais dos padrões e níveis desiguais de consumo. O conceito de “pegada ecológica” ou *footprint* criado por volta de 1990, por Mathis Wackernagel e William Rees expressa a capacidade da Terra de suportar a vida, como um indicador do impacto ambiental dos diferentes estilos de vida da humanidade. “Este indicador permitiria estimar a área geográfica que seria necessária para suportar, sustentavelmente, determinado nível de consumo” (PORTILHO,2005,p.152). A aplicação deste indicador impressiona, ao apontar que, enquanto o planeta Terra sustenta 1,9 hectare per capita de terras produtivas para produzir recursos naturais e para absorver resíduos, o cidadão comum utiliza 2,3 hectares, o norte-americano 9,7 hectares e o moçambicano, 0,47.(BADUE *et al*, 2005).

A busca pela sustentabilidade, no plano do desenvolvimento, passa pela necessidade de se reverem padrões de produção e consumo. De acordo com Klein, citado em BADUE *et al*(2005), apenas 27% da população do planeta são inseridos na classe de consumidor global, cujo critério se baseia em uma renda familiar mínima de US\$ 7 mil por ano. Em 1999, cerca de 2,8 bilhões de pessoas, duas em cada cinco

no planeta, sobreviviam com menos de U\$ 2/dia, o que as Nações Unidas e o Banco Mundial consideram como mínimo para atender às necessidades básicas. Nesse mesmo ano, detectou-se que 1,2 bilhões de pessoas viviam sob “extrema pobreza”, medida por renda diária média de menos de U\$1. O estudo aponta como a desigualdade se espelha nos dados relacionados ao consumo de recursos naturais pela população do planeta: enquanto 12% da população mundial da América do Norte e Europa respondem por 60% do consumo privado global de recursos naturais, a terça parte da humanidade que vive no sul da Ásia e na África representa 3,2% desse mesmo consumo (BADUE,2005).

Para além dos impactos no meio ambiente, pode-se observar a insustentabilidade no âmbito social, onde o modelo de desenvolvimento produz, concomitantemente, fome e exclusão de um lado, e abundância e desperdício de outro. Algumas décadas depois, pode-se avaliar em relação à produção de alimentos que a solução produtivista, concretizada no que se convencionou chamar de Revolução Verde, só fez aumentar a distância entre ricos e pobres e o grau de dependência das nações do Terceiro Mundo em relação às nações desenvolvidas.

O sistema da Revolução Verde visou ao aumento de produtividade em áreas de cultivo, a partir do uso intensivo de fertilizantes, pesticidas e muita irrigação. Os principais fornecedores desta tecnologia são empresas multinacionais, que monopolizam crescentemente esse mercado. Situando o negócio lucrativo, que passou a significar a agricultura nos países que adotaram tal processo e as mudanças na relação terra, trabalho e capital, GEORGE(1978), descreve a Revolução Verde como “um sistema complexo para a dominação da agroindústria, para determinar quanto, onde e o que os agricultores do Terceiro Mundo irão produzir e a que custo”(p.111). Segundo esta autora, o recenseamento mundial de terra, realizado pela FAO, em 1960, já indicava que 2,5% de proprietários de terra com mais de 100 hectares controlam $\frac{3}{4}$ de toda a terra do mundo, sendo que os 0,23% mais ricos controlam mais da metade. É importante salientar a relevância que a disponibilidade de terra significa no combate à fome no mundo, mais determinante do que o aspecto da densidade demográfica. Vale dizer que a segurança alimentar para as populações rurais é sinônimo de garantia de acesso à terra. Nos países onde o processo da reforma agrária veio acompanhado de medidas que garantiram poder aquisitivo aos

pequenos produtores rurais, as crises alimentares mais graves foram resolvidas mostrando que tanto o fenômeno da fome como o crescimento populacional são conseqüências de um determinado modelo de desenvolvimento econômico e político.

Mesmo sendo o cereal o principal alimento na dieta humana, as exportações americanas destes produtos estão nas mãos de empresas multinacionais que controlam o mercado, inclusive dos programas de ajuda alimentar. Segundo GEORGE(1978), estima-se que um aumento de 10% na renda per capita, num país que recebe ajuda alimentar, resulte em um crescimento de aproximadamente 21% em vendas de produtos agrícolas americanos, conforme a explicação do senador americano McGovern, em 1974: “O povo que hoje ajudamos será nosso cliente amanhã”(p.188).

Na área rural, a adoção de alimentos transgênicos tem aumentado a dependência dos agricultores em relação às multinacionais que fornecem sementes e agrotóxicos. Conforme sintetiza CARNEIRO(2004), “O direito de propriedade estende-se sobre organismos vivos, mercantilizando a vida. Essa agricultura totalmente subordinada a empresas transnacionais, de agrobusiness expropria os saberes etnobotânicos e etnoagrícolas, destrói os pequenos produtores, inviabiliza a reforma agrária, interfere no equilíbrio ecológico e concentra a renda”(CARNEIRO, 2004, p. 42).

4.1.7. Indústria e mídia

As modificações provocadas pelas novas tecnologias da alimentação acarretaram, como conseqüências negativas, a contaminação ambiental “com embalagens e garrafas plásticas, uso de aditivos químicos, padronização dos gostos alimentares, controle oligopólico dos mercados, relações comerciais desvantajosas para os países periféricos”(CARNEIRO,2003, p.103). Embora, o atual padrão alimentar acabe por atingir o que se tem de mais íntimo, como a saúde e o corpo, do ponto de vista do consumo, a ampla maioria das iniciativas ligadas à luta contra a fome e à insegurança alimentar não questionam o valor nutritivo nem a crescente massificação e descaracterização cultural do padrão alimentar. O fenômeno da

globalização e internacionalização da economia tem colocado cada vez mais a alimentação como uma questão de mercado.

Segundo AZEVEDO (2004), é a própria concepção de *qualidade* que está em jogo, na medida em que:

“na industrialização do sistema agroalimentar, são utilizados, cada vez mais, aditivos funcionais e fabricados produtos de recombinações que priorizam as reduções de custo, o aumento da durabilidade do produto e a satisfação do paladar. Se, de um lado, o processamento industrial garante a higienização e o aumento da durabilidade dos alimentos, de outro, provoca mudanças significativas na sua estrutura química e na biodisponibilidade dos nutrientes. Uma dietética baseada enfaticamente em critérios quantitativos como a atual não responde às reais necessidades nutricionais do ser humano. A própria conotação de qualidade deve ser reavaliada para que não seja baseada somente em valores nutricionais quantitativos e higienização, mas considere, também, aspectos como a integridade do alimento, a vitalidade, a biodisponibilidade de nutrientes e a ausência de contaminantes químicos sintéticos” (2004, P.34, UNIMEP).

Os meios de comunicação de massa têm sido amplamente usados para divulgar informações sobre os alimentos. Conforme FIQUEIREDO e QUEIROZ(2005), “o principal agente desta comunicação tem sido a indústria, que divulga seus produtos com o objetivo de obter resultados comerciais importantes”(p.71). Dentre as empresas que mais investiram em publicidade, a Revista Super Hiper (1991) destaca as alimentícias e os novos produtos lançados no mercado não se originavam a partir de mudanças no processo de elaboração; a novidade destes produtos concentra-se no tipo de embalagem e em seu desenho. Investindo muito mais recursos em publicidade do que em pesquisa, a indústria alimentar pressiona os consumidores a adquirirem hábitos cujos altos custos têm mais relação com marca, embalagem e lucro dos proprietários do que com saúde e nutrição humana. CARNEIRO(2003) destaca o *McDonald's* como a empresa que possui, de acordo com avaliações internacionais, maior peso da marca, atingindo cerca de 64% do valor de mercado da empresa. No caso dos produtos importados, a mídia induz os consumidores a achar que eles são melhores do que os produzidos localmente. Conforme GEORGE(1978), em países onde entram as multinacionais, alteram-se os hábitos alimentares da população e são criadas dificuldades no acesso a alimentos nutritivos.

Pesquisa realizada em 2006, pelo consultor Enzo Donna, da Empresa de Consultoria Toledo & Associados, especializada em *Food Service*, apontou um crescimento de 26% da rede de *Fast Food* em 2006, via franquias, com tendência de maior crescimento dos setores de sanduíches, doceiras, confeitarias, comida italiana e comida asiática, sendo que 64% do público pesquisado se encontra na faixa de 20 a 39 anos.

Gráfico 13 - Food Service / Crescimento Setorial

Fonte : ECD,SINDICON,HIA,ABERC,ABIP,ABF

No artigo denominado “Divulgação para um público amplo de resultados de pesquisa sobre composição de alimentos”, FIGUEIREDO E QUEIROZ(2005) citam um estudo realizado por Almeida *et al.*(2002) no Brasil, onde se acompanhou a transmissão da programação de três principais redes de televisão de canal aberto do país, no período de agosto de 1998 a março de 2000. Dentre os resultados obtidos na pesquisa, verificou-se que 57,8 % das informações se referiam a alimentos do grupo das gorduras, óleos, açúcares e doces. Tais alimentos são anunciados com mais frequência que os demais produtos categorizados, em diferentes horários do dia, com aumento da frequência ao longo do dia. Quanto à análise qualitativa desses comerciais, os pesquisadores verificaram também uma total ausência de comerciais

que mostrassem frutas e vegetais, resultando no que eles chamaram de “uma verdadeira inversão da pirâmide”, com quase 60% dos produtos representados pelo grupo de gorduras, óleos e doces, uma relativa redução do grupo de pães e cereais, além de arroz e massas e a ausência de frutas e vegetais.

Concluem os autores que “os meios de comunicação não podem ser usados apenas para difundir as informações que interessam aos fabricantes dos produtos alimentícios, mas também as que servem para incentivar os indivíduos a se alimentarem melhor para ter mais saúde”(p.71). Ao ressaltar apenas os valores nutritivos e as qualidades positivas do alimento, a mídia acentua a homogeneização, o desenraizamento, sobrepondo a dimensão do mercado à dimensão da saúde, em prejuízo da diversidade das culturas regionais tradicionais.

Mais recentemente, em junho deste ano, com o objetivo de contribuir para a discussão sobre a regulamentação da publicidade de alimentos, o Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição (OPSAN) da Universidade de Brasília (UnB) divulgou dados preliminares da pesquisa de monitoração de propaganda de alimentos visando à prática da alimentação saudável. Realizada entre 2006 e 2007 a pesquisa apontou que 72% do total das peças publicitárias de alimentos, veiculam mensagens para o consumo de alimentos com altos teores de gorduras, açúcares e sal. Este valor é alcançado com a publicidade de apenas cinco categorias de alimentos: na ordem, fast food; guloseimas (balas, chicletes) e sorvetes; refrigerantes e sucos artificiais; salgadinhos de pacote, e biscoitos (doces e recheados) e bolo. Reunindo canais abertos e fechados, 44% do total de propagandas de alimentos é direcionado às crianças. Na análise do conteúdo publicitário destinado à criança, em torno de 20% das propagandas continham algum tipo de promoção de estímulo à compra, como, por exemplo, a inclusão de bonecos e figurinhas nas embalagens (OPSAN /UnB, 2008)

LEITE (1987) questiona o parâmetro orientador da indústria e da tecnologia de alimentos, ao priorizar o custo em detrimento da saúde e o lucro como principal vetor da produção. Isto torna os alimentos excessivamente processados, desvitalizados, implicando uma relação insustentável com a natureza, que não comporta a adoção do padrão de vida da classe média americana ou européia para todo o planeta. Aponta como a indústria alimentícia e as agroindústrias espoliam os

alimentos de diversos tipos de nutrientes, ao mesmo tempo em que adicionam metais e produtos químicos. De acordo com este autor, o organismo vem sendo submetido a substâncias estranhas, como conservantes, acidulantes, estabilizantes, edulcorantes, alguns antioxidantes e, particularmente, a vários tipos de metais, acrescidos da má qualidade dos alimentos ingeridos.

A colheita, o armazenamento e o transporte de legumes, verduras e frutas nas condições atuais reduzem drasticamente a quantidade de vitaminas e minerais neles contidos. Por outro lado, agravando a situação, está a pobreza do nosso solo em vários micronutrientes, tais como selênio, cromo, zinco, cobalto, manganês etc. A alimentação industrializada orienta-se pelo paradigma do “rápido preparo” e do “quase pronto” para atender as exigências da vida moderna, perdendo em qualidade, identidade cultural, valor nutritivo e paladar.

Em artigo escrito para a revista ‘Democracia Viva’, do IBASE, MENASCHE (mar/abr 2005) cita a expressão “objeto comestível não identificado (OCNI)”, cunhada pelo pesquisador Claude Fischler, numa comparação jocosa entre tais alimentos e os artefatos produzidos por seres de outros planetas (p.9).

Nesta mesma direção, BONTEMPO(2003) questiona se é possível considerar “alimentícios” esses produtos, pois não são mais comida, exatamente nem são muito necessários. São simplesmente guloseimas que funcionam, na verdade, como antinutrientes, inibindo a assimilação de elementos nutritivos importantes, como aminoácidos e minerais. Sugere a criação de uma nova modalidade, um novo grupo, denominado “produtos nutricionalmente supérfluos”, chegando mesmo a questionar se esses produtos seriam ainda ‘alimentos’ e em que medida se assemelhariam às drogas. Ambos produzem alterações na relação com os sentidos, a partir da utilização de produtos químicos, que intoxicam, alteram humores e produzem sintomas. Drogas são substâncias químicas, naturais ou sintetizadas, que produzem alterações psíquicas ou corporais, e cujo uso é controlado ou reprimido pelo Estado. Drogas são ainda todos os fármacos. Em nenhum outro período da história se verificou o uso de tantas drogas, lícitas ou ilícitas. Paradoxalmente, a crescente repressão às drogas é acompanhada, ao mesmo tempo, de uma estimulação, também crescente, do consumo de drogas legais, de acordo com VARGAS(2001),

“quer sob a forma de remédios prescritos pela ordem médica com vistas à produção de corpos saudáveis, quer sob a forma de drogas autoprescritas, em virtude dos ideais de beleza (os anoréticos produzindo corpos esbeltos), de habilidade (os esteróides e anabolizantes produzindo corpos de superatletas) ou de “estado de espírito” (os ansiolíticos e os antidepressivos produzindo corpos serenos, mansos), e, mais ainda, quer do indefectível hábito, tão comum entre nós, de ingerir bebidas alcoólicas, tabaco e café. Mais do que apropriar-se da experiência do uso de drogas, o que as sociedades modernas parecem ter feito foi criar literalmente o próprio fenômeno das drogas; e o criaram por duas vias principais: a da medicalização e da criminalização da experiência do consumo de substâncias que produzem efeitos sobre os corpos e que, até sua penalização, não eram consideradas como drogas” (p. 123-4)

O autor destaca a excessiva medicalização preconizada pela medicina, com vistas a regulamentar, prolongar a vida e evitar a dor, como responsável pela “analgesia” nas sociedades modernas que demandam, por sua vez, estimulantes cada vez mais poderosos: “os barulhos, os choques, as corridas, as drogas, a violência e o horror constituem, algumas vezes, os únicos estimulantes capazes ainda de suscitar a experiência de si mesmo” (p.128).

Procurando ampliar a noção de drogas para o âmbito dos alimentos, o que seriam os alimentos/drogas? Segundo CARNEIRO(1994), são substâncias de consumo gustativo, mas também medicinal e afrodisíaco. Assim, a pimenta, cravo, canela, gengibre, açafrão, aniz, noz-moscada etc são estimulantes do gosto e foram bastante difundidos no período das grandes navegações. O café, o chá, o mate, o guaraná, o açúcar e o chocolate, por serem estimulantes, foram considerados drogas, no passado.

De outro lado, até que ponto podemos também situar determinados alimentos sintéticos ou artificiais, as “comidas de laboratório”, que se valem do uso intensivo de aditivos para dar cor, sabor, espessura, aroma etc, no campo das drogas? Dr. Carlos Eduardo Leite, da FM/USP, considera o uso excessivo de aditivos excitantes do gosto um elemento violador do paladar natural, responsável por acarretar perda da sensação de saciedade fisiológica e alteração do limiar quantitativo, que passa a ser regulado, em muitas pessoas, por uma condição mecânica, à capacidade do estômago. Casos de alergia a aditivos alimentares e a agrotóxicos com consequências psiquiátricas têm sido estudados por médicos ecologistas, como Randolph, Mandel e

Philpott. A medicina desconhece a relação entre determinadas queixas com o uso de aditivos. Menos de 10% foram investigados rigorosamente.

É questionável até que ponto se pode padronizar níveis de tolerância aos aditivos, na medida em que a capacidade de cada indivíduo é diferente. Além disso, sendo seus efeitos cumulativos, torna difícil estabelecer uma relação de causa e efeito com os sintomas que acarretam. (LEITE, 1987). Em consonância com tal visão, AZEVEDO (2004) questiona que “esses contaminantes são testados em animais e não se têm informações suficientes e seguras do seu poder cumulativo, do seu efeito combinado e da sua mutabilidade e, dessa forma, não é possível estabelecer inter-relações precisas e imediatas entre as conseqüências do consumo no longo prazo e as várias disfunções orgânicas já pesquisadas”(2004, p.34, UNIMEP).

O desconhecimento dos efeitos para a saúde humana de tais alterações na base bioquímica alimentar também é enfatizado por MIRANDA:

“Bom lembrar que estas funções orgânicas sensoriais receptoras de cor, sabor , cheiro, consistência, são a base das trocas nutritivas. Nossos sentidos captam estes estímulos externos e os transformam em respostas metabólicas internas, preparando-nos para receber determinados princípios nutritivos dos alimentos e transformá-los em nutrição celular. Como estas condições naturais e seus reflexos biológicos são afetados, quando aqueles estímulos são falsos? Não temos respostas para esta pergunta. Entretanto, sabemos que se aquilo que tem sabor de queijo não é queijo (proteína de origem animal, qualificada com vitamina A e ácidos graxos essenciais) o organismo deflagrará processos para desdobrar um produto, liberando enzimas ajustadas ao mesmo, mas talvez inadequadas para outras atividades, necessárias na medida que o organismo espera queijo mas se deparará com algo diferente. Se, ao invés de queijo, o metabolismo tenha que lidar com processados de milho (hidrato de carbono simples) colorido, aromatizado e saborizado artificialmente, acrescido de sal de cozinha (cloreto de sódio) em excesso, adicionado de um outro sal, que provoca ingesta ilimitada (glutamato-monossádico), evidentemente será necessário uma contra-ordem biológica. Qual o reflexo destas contradições, em situações continuadas? Não temos resposta”(Boletim do Fórum Brasileiro de SAN, 2007).

Visando a recuperar o prejuízo, a própria indústria de alimentos, ao reconhecer o fato dos processados serem produtos de pouca qualidade, do ponto de vista nutricional, “ propõe suplementos alimentares para corrigir perdas nutricionais; vitaminas, sais minerais, cápsulas de alho, cápsulas de beringela, antioxidantes, combatentes de radicais livres,...mais uma vez Frankensteins alimentares” (MIRANDA, 2007, p.4).

Com a convicção de que certamente não serão as grandes corporações transnacionais as promotoras de uma distribuição mais justa da renda, GEORGE(2003), em “O Relatório Lugano”, adverte: “embora a ONU afirme existirem hoje 40 mil transnacionais, as 100 maiores controlam um quinto de todos os ativos dessas corporações em todo o mundo. Em 1996, essas 100 estrelas venderam mais de 4 trilhões e 100 bilhões de dólares, em bens e serviços, mas empregaram menos de 12 milhões de pessoas no mundo inteiro, menos que o número que tinham em suas folhas de pagamento em 1980! Entre 1993 e 1996, elas aumentaram as vendas em 24%, e mesmo assim conseguiram reduzir a força de trabalho” (2003, p. 207).

Para fazer frente a esta situação, a autora aponta a defesa do Estado, que pode se valer de suas prerrogativas, como alternativa para se interpor entre a tirania transnacional e os interesses da população. Caso contrário, logo teremos McEscolas, McSaúdes e McTransportes. Aponta como saída o fortalecimento da democracia local e nacional e, paralelamente, a criação de circuitos econômicos alternativos. Propõe como maior desafio a criação da “globalização cooperativa”. Para ela, o conceito não significa uma volta para ou uma fuga ao local, mas um esforço para reconstruir a economia global de baixo para cima, com base em sociedades mais saudáveis e equitativas.

Ao lado da pressão sobre as decisões econômicas e a participação em mobilizações, a sociedade civil, por sua vez, em várias partes do mundo, tem desenvolvido inúmeras ações locais, com vistas ao desenvolvimento de novas relações comerciais. Segundo BADUE(2005), no contexto do movimento altermundialista, dois conceitos surgem com grande força, reunindo inúmeros atores no mundo, em torno do *consumo responsável e do comércio justo*. Nos últimos anos, pode-se observar o estreitamento das relações entre o Consumo Responsável e os Movimentos da Economia Solidária e do Comércio Justo, com proposta de fortalecimento mútuo, pautada no princípio de que uma cadeia produtiva solidária só se concretiza a partir da observância de critérios socioambientais, em todos os seus elos: do produtor ao consumidor.

4.2. SIGNIFICADOS DA SEGURANÇA ALIMENTARE NUTRICIONAL EM DOCUMENTOS E POLÍTICAS RELACIONADAS AO TEMA DA ALIMENTAÇÃO NA ÁREA DA SAÚDE

Com o objetivo de identificar os significados da incorporação do enfoque de SAN em documentos e políticas relacionadas ao tema da alimentação, da área da saúde, no item que se segue, destacaremos alguns dos documentos oficiais de referência da área da alimentação e nutrição, a saber:

- Política Nacional de Promoção da Saúde;
- Política Nacional de Alimentação e Nutrição;
- Estratégia Global da Organização Mundial da Saúde;
- Guia Alimentar para a População Brasileira;
- Documentos elaborados pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

4.2.1. Aproximação com a Promoção da Saúde

O movimento da Promoção da Saúde teve início a partir da década de 80, primeiramente nos países desenvolvidos. Trouxe à tona novos paradigmas, inicialmente com estratégias centradas no indivíduo, visando a mudanças de comportamento pessoal e de estilos de vida. A partir da contextualização de comportamentos individuais em processos históricos e sociais mais amplos, seu arcabouço conceitual, estratégias e procedimentos metodológicos desenvolvidos nos últimos 20 anos, em 6 conferências internacionais (Ottawa-1986; Adelaide-1988; Sundsvall-1991; Jacarta-1997; México-2000 e Bancoc-2005), adquiriram importância significativa na evolução de uma concepção preventiva do processo saúde-doença, para um enfoque social e político dos determinantes das condições de vida das populações envolvidas. Tal enfoque veio acompanhado pela definição de diretrizes que priorizam a autonomia, a parceria, o controle social e a qualidade de vida, sustentadas por estratégias que enfatizam a intersetorialidade, a capacitação, a autonomia, o empoderamento, a parceria, a participação, o controle social, a equidade, a sustentabilidade e a qualidade de vida.

As diversas definições sobre Promoção da Saúde podem ser divididas, segundo BUSS(2000), em dois grandes grupos; o primeiro, centrado em ações de cunho educativo, que buscam transformações de comportamentos individuais e mudanças no estilo de vida; e o segundo, englobando os fatores socialmente produzidos, que incidem nas condições de saúde e na qualidade de vida, denominada por alguns autores de “Nova Promoção da Saúde”, onde entrariam ações coletivas, de políticas públicas relacionadas às condições de habitação, saneamento, trabalho, alimentação, ambiente, educação.

Justificando a ampliação do conceito de saúde, WESTPHAL (2006), enfatiza que os problemas decorrem das interconexões entre fatores e dos sistemas entre si. Sua análise não pode ser feita isoladamente, mas buscando-se as conexões com outros fatores, de outras áreas ou setores. Aponta que uma análise fragmentada e incompleta pode acarretar não só erros de avaliação, como soluções parciais, desarticuladas e incompletas.

Ressaltando a contribuição do paradigma da intersectorialidade, a autora o coloca com um alcance mais abrangente e eficiente para resolução dos problemas, seu equacionamento, a partir da abordagem em diferentes níveis, com diferentes profissionais, trabalhando complementarmente, em direção a mesmos objetivos.

Voltada à elaboração de diretrizes que significassem controle sobre os fatores de risco, no âmbito da prevenção de doenças, a I Conferência Internacional de Ottawa, de 1986 faz referência à alimentação enquanto condição e requisito à saúde.

A Segunda Conferência Internacional sobre Promoção de Saúde, realizada em Adelaide, na Austrália, em 1988, ao focalizar a saúde enquanto produção social, deu ênfase à equidade e à necessidade de implantação de políticas públicas saudáveis. A Conferência indicou quatro áreas prioritárias para promover ações em políticas públicas saudáveis: apoio à saúde da mulher; redução do uso do fumo e do álcool; alimentação e nutrição; criação de ambientes saudáveis.

Especificamente na área de alimentação e nutrição, a declaração reconhece a eliminação da fome e da má nutrição como um dos objetivos fundamentais das políticas públicas voltadas à saúde; vai além, ao contextualizar tal resultado, à garantia de acesso universal a quantidades suficientes de alimentos de boa qualidade e que respeitem as peculiaridades culturais. A Conferência recomendou aos governos

a implementação de ações diretas em todos os níveis, para aumentar seu poder de compra no mercado de alimentos e assegurar os estoques sob sua responsabilidade e controle, visando a garantir ao consumidor acesso a uma alimentação mais saudável. Apontando uma perspectiva intersetorial, situa as políticas de alimentação e nutrição integrando a agricultura, a economia e os fatores ambientais como prioridade para os governos, para se obter impacto maior na saúde em níveis nacional e internacional.

De outro lado, as políticas públicas saudáveis, que trabalham a interdisciplinaridade como seu fundamento cognitivo e a intersetorialidade como sua ferramenta operacional, deveriam estabelecer pactos horizontais com parceiros de outros setores, com o objetivo de se construir, para além do setor saúde, interfaces entre sistemas que adotam uma perspectiva global para a análise da questão saúde (BUSS, 2000).

No Brasil, a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), publicada em março de 2006, por meio da Portaria n.º 687, definiu as diretrizes para se promover a qualidade de vida e reduzir a vulnerabilidade e riscos à saúde relacionados aos seus determinantes e condicionantes - modos de viver, condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura, acesso a bens essenciais. A Promoção da Alimentação Saudável ganhou destaque no conjunto das ações priorizadas no âmbito da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS/MS, 2006) para o biênio 2006/2007, ao definir as responsabilidades de cada esfera de gestão, estratégias de implementação, priorizando ações voltadas à alimentação saudável, atividade física, prevenção e controle do tabagismo, redução de morbimortalidade, decorrente do abuso de álcool e drogas, de acidentes de trânsito, prevenção da violência e promoção do desenvolvimento sustentável. Esta política ratificou e direcionou o compromisso brasileiro no âmbito da Estratégia Global para a promoção da alimentação saudável, atividade física e saúde, cujo enfoque prioritário foi voltado ao controle e prevenção das doenças crônicas não transmissíveis. Nos termos da PNPS,

“saúde é resultado dos modos de organização da produção, do trabalho e da sociedade em determinado contexto histórico (MS 2006). Propõe que as intervenções em saúde ampliem seu escopo, tomando como objeto os problemas e necessidades de saúde, seus determinantes e condicionantes de modo que a organização da atenção e do cuidado envolva, ao mesmo tempo, as ações e serviços que operem

sobre os efeitos do adoecer e àqueles que visem o espaço para além dos muros das unidades de saúde e do sistema de saúde, incidindo sobre as condições de vida e favorecendo a ampliação de escolhas saudáveis por parte dos sujeitos e coletividades no território onde vivem e trabalham” (PNPS, p.7).

Com o propósito de preencher tal lacuna e aprofundar o debate em torno dos condicionantes e determinantes da saúde é que se deve analisar a iniciativa do Ministério da Saúde de criar a Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS), em decreto assinado em março de 2006, com o objetivo de esclarecer as relações entre as condições de vida e trabalho de diversos grupos populacionais com determinantes mais gerais da sociedade (MS/2006).

No destaque conferido ao tema no biênio 2006-2007, o desenvolvimento de ações relativas à alimentação saudável, visando à promoção da saúde e a SAN, aparece como uma contribuição para a redução da pobreza, a inclusão social e o cumprimento do Direito Humano à Alimentação Adequada (PNPS, 2006, p.25). Conforme, PINHEIRO(2005),

“no enfoque da SAN, uma alimentação é saudável e adequada quando se traz para a abordagem da saúde os fatores envolvidos em sua gênese, pois o alcance do estado nutricional adequado pressupõe o encontro de diferentes fatores como produção, abastecimento e comercialização, acesso e utilização biológica dos alimentos. Para a garantia de uma alimentação saudável, é necessária condição adequada para seu total aproveitamento e estas condições são relativas às condições de vida, como trabalho, moradia, emprego, educação, saúde, lazer e outros. Assim, este conceito tem como objeto a trajetória necessária, desde a produção até o consumo, do alimento, em todas as dimensões, e todas as possibilidades que esta produção gera, em termos de desenvolvimento sustentável e soberania alimentar” (p.128).

Para a autora, o papel do setor saúde precisa ser esclarecido frente às demandas da temática e os profissionais de saúde precisam ser qualificados para que o setor possa assumir o seu papel neste campo de atuação:

“A SAN não pode ficar restrita a uma política de governo porque precisa ter mecanismos institucionais que garantam a articulação necessária à sua instituição de maneira permanente como política pública, de Estado. Se entendermos o conceito de ‘promoção da saúde’ (que assume a alimentação saudável como um dos fatores determinantes da saúde) e de ‘saúde’(enquanto um conceito positivo, determinado pela interação de fatores diversos, como sociais, culturais ecológicos, psicológicos,

econômicos e religiosos) ficam claras as interfaces entre os conceitos analisados: promoção da saúde e segurança alimentar e nutricional. A alimentação saudável aproxima o diálogo entre os dois conceitos, pois além de ser o objeto principal da SAN, compõe-se como uma das ações estratégicas da promoção da saúde. Nesta análise, os fatores determinantes da saúde também vão influenciar na condição de SAN dos indivíduos e grupos sociais. E assim, este conceito abrangente de saúde, que se apóia nos recursos sociais e coletivos, e não somente na capacidade física ou condição biológica dos sujeitos, individualmente, se concretiza mediante a garantia da SAN. Se a intersetorialidade é um componente estratégico para tornar possível a promoção da saúde no contexto da SAN, a alimentação saudável é uma “zona de intersecção” oportuna para aproximar e subsidiar este diálogo” (PINHEIRO,2005, p.137).

4.2.2. Aproximação com a Política Nacional de Alimentação e Nutrição

Em sua introdução, o documento da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) aprovada pelo Ministério da Saúde em 1999 e ratificada em 2003, situa a segurança alimentar e o bem-estar nutricional, sendo incorporada, nas últimas três décadas, como um dos *objetivos estratégicos* do desenvolvimento econômico e social dos povos e como componente essencial das políticas nacionais orientadas com esta finalidade. Aponta ainda o conceito anteriormente limitado aos aspectos quantitativos do abastecimento de alimentos, passando a considerar questões relacionadas à composição, qualidade e aproveitamento biológico dos alimentos (MS/2003).

Nos termos de PINHEIRO(2005), “a PNAN tem como fundamento a SAN e o Direito Humano à Alimentação Adequada, e assume o exercício da intersetorialidade como um elemento-chave para a promoção da alimentação saudável. Nos eixos contemporâneos da promoção da saúde, esta é uma política de grande potencial para selar o debate intersetorial”(p.132). Ela avança em direção ao alcance da SAN, ao colocar dentre seus componentes incentivo ao pequeno agricultor; crédito agrícola; avaliação e adoção de tecnologias agrícolas e industriais; formação de estoques estratégicos; incentivo ao cooperativismo; importação, acesso, distribuição, conservação e o armazenamento de alimentos; extensão rural; preservação dos recursos naturais; suplementação alimentar de determinados grupos populacionais; combate às carências nutricionais e promoção de hábitos alimentares saudáveis.

Com o propósito de realizar a prevenção e o controle de distúrbios nutricionais, a garantia da qualidade dos alimentos, a promoção de práticas alimentares saudáveis e o estímulo às ações intersetoriais que propiciem o acesso universal aos alimentos, a PNAN estabeleceu as seguintes diretrizes:

1. Monitoramento da situação alimentar e nutricional;
2. Prevenção e controle dos distúrbios nutricionais;
3. Prevenção de doenças associadas à alimentação e nutrição;
4. Promoção de práticas alimentares e estilos de vida saudáveis;
5. Garantia da segurança e da qualidade dos alimentos;
6. Pesquisa, desenvolvimento e capacitação de recursos humanos.

A diretriz -“promoção de práticas alimentares saudáveis” - dá ênfase à necessidade de se promover “campanhas de comunicação social sistemáticas, bem como ao desenvolvimento de processo educativo permanente, acerca das questões atinentes à alimentação e à nutrição. Para isso, deverá ser buscado o engajamento de segmentos organizados da sociedade, capazes de influenciar decisivamente no comportamento das pessoas ou que tenham capacidade de mobilização, como é o caso dos movimentos político-sociais, dos estabelecimentos de ensino e dos veículos de comunicação”(MS/PNAN, p.23), considerando-se, conforme BURLANDY(2004), que as práticas alimentares ao mesmo tempo expressam e são condicionadas pelo conjunto de valores de uma determinada sociedade (2004, p.13).

Outro aspecto a ser observado na PNAN é a referência às responsabilidades das esferas de direção do Serviço Único de Saúde (SUS), explicitamente à estreita vinculação com a política de segurança alimentar e nutricional. Os fatores determinantes da segurança alimentar e nutricional têm relação direta com a atuação do SUS, na medida em que situações onde possam ocorrer quebra de produção, falhas na oferta, desinformação ou agravos epidêmicos acabam por demandar resoluções do setor da saúde.

Dada a natureza intersetorial do tema, sugeriu a inclusão de setores envolvidos com a SAN, na Comissão Intersetorial de Alimentação e Nutrição (CIAN) do Conselho Nacional de Saúde e propôs ações a serem desenvolvidas pelos Ministérios da Agricultura e Abastecimento, da Reforma Agrária, das Relações

Exteriores, do Trabalho, da Educação, da Indústria, Comércio e Turismo, da Ciência e Tecnologia, da Justiça, do Orçamento e da Gestão.

LEÃO(2005) explicita a vinculação entre a PNAN e a SAN, ao afirmar que é no contexto de contrastes sociais e da transição nutricional que a PNAN se insere, com o propósito de atuar na esfera do setor saúde e dos setores com os quais possui interface, de modo a contribuir para o alcance da SAN no país. A PNAN constitui-se em carta de princípios para o desenvolvimento de políticas e programas, no âmbito da Política de Saúde: “é, pois, a contribuição explícita e concreta do Setor Saúde para a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional”(p.16).

4.2.3. Guia Alimentar para a População Brasileira

Lançado por ocasião das comemorações da semana mundial da alimentação, em outubro de 2005, o Guia Alimentar, do Ministério da Saúde, traz as diretrizes alimentares oficiais do Brasil, onde são tratados temas como aleitamento, doenças crônicas e também a correta utilização dos alimentos na dieta do brasileiro, com dicas para as famílias, produtores de alimentos, profissionais da saúde e gestores públicos.

Em sua introdução, dimensiona a SAN como impulsionadora de maior integração entre diferentes setores, ao afirmar que a “promoção da alimentação saudável, embora tenha o setor da saúde como um dos protagonistas, requer a integração de outros setores e atores sociais, chaves na consecução da SAN”(MS/CGPAN,2005). Situa a PNAN, como integrante da Política Nacional de Saúde, tendo como principal objetivo contribuir com o conjunto de políticas de governo voltadas à concretização do direito humano à alimentação e nutrição adequadas e à garantia da SAN. O documento salienta que “muito embora, ao longo da história das políticas de alimentação e nutrição no Brasil, a área de saúde tenha chamado para si tais responsabilidades – mesmo porque é sobre este setor que recaem as consequências da insegurança alimentar e nutricional, assegurar o direito à alimentação adequada a toda a população é uma responsabilidade a ser

compartilhada por outros setores governamentais e pela sociedade como um todo” (MS/CGPAN,2005, p.16).

Entende ser papel do Estado articular ações públicas de diferentes setores e esferas do governo e da sociedade civil com vistas à garantia da SAN, para além do setor saúde, alcançando um caráter intersetorial. Em seguida, reconheceu que a adoção da promoção da SAN como tema central do atual governo brasileiro vem reforçar a compreensão do papel do setor saúde no tocante à alimentação e nutrição, reconhecida como elemento essencial para a promoção, proteção e recuperação da saúde. Concebendo o fenômeno da alimentação de um ponto de vista sistêmico, salienta que, contrariamente ao que se possa imaginar, as escolhas alimentares são determinadas não tanto por preferências e hábitos, mas, preponderantemente, pelo sistema de produção e de abastecimento de alimentos :

“O termo ‘sistema alimentar’ refere-se ao conjunto de processos que incluem agricultura, pecuária, produção, processamento, distribuição, importação e exportação, publicidade, abastecimento, comercialização, preparação e consumo de alimentos e bebidas (SOBAL et al, 1998). Os sistemas alimentares são profundamente influenciados pelas condições naturais do clima e solo, pela história, pela cultura e pelas políticas e práticas econômicas e comerciais. Esses são fatores ambientais fundamentais que afetam a saúde de todos. Se esses sistemas produzem alimentos que são inadequados ou inseguros e que aumentam os riscos de doenças, eles precisam ser mudados. É aqui que se manifesta, com maior propriedade, o papel do Estado no que se refere à proteção da saúde da população, que deve ser garantida por meio de suas funções regulatórias e mediadoras das políticas públicas setoriais. O Estado, por intermédio de suas políticas públicas, tem a responsabilidade de fomentar mudanças socioambientais, em nível coletivo, para favorecer as escolhas saudáveis em nível individual ou familiar. A responsabilidade compartilhada entre sociedade, setor produtivo privado e setor público é o caminho para a construção de modos de vida que tenham como objetivo central a promoção da saúde e a prevenção das doenças. Assim, é pressuposto da promoção da alimentação saudável ampliar e fomentar a autonomia decisória dos indivíduos e grupos, por meio do acesso à informação para a escolha e adoção de práticas alimentares (e de vida) saudáveis”(p. 24).

4.2.4. Estratégia Global para alimentação, atividade física e saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS)

Outro importante documento de referência no tema da alimentação e nutrição é a “Estratégia Global para a Promoção da Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde” (EG), lançada pela Organização Mundial da Saúde(OMS), em 2004.

Em sua pesquisa sobre o tema da merenda escolar orgânica, BADUE(2005) apontou o consumo insuficiente de verduras, legumes, frutas e sucos naturais, além de aumento do consumo de açúcar refinado e de refrigerantes, em várias capitais, explicitado na investigação dos hábitos de consumo realizado pelo IBGE (2002-2003). No entanto, há que se ter em conta, segundo a autora, as influências culturais sobre os hábitos de consumo, como no caso do Nordeste, onde prevalece uma forte representação social de se considerar verduras e legumes como “mato”, em contraposição à valorização do consumo de cereais e carnes.

Dada a gravidade do aumento crescente das doenças crônicas não transmissíveis, que representam 60% das mortes no mundo, incluindo a obesidade, o diabetes *mellitus*, a hipertensão arterial, doenças cardiovasculares e o câncer, a OMS lançou a EG com o objetivo de divulgar um conjunto de recomendações para as políticas de saúde, agricultura e desenvolvimento social dos países. A EG propôs, dentre outras coisas, a redução do consumo de açúcar e de gorduras e o aumento do consumo de frutas, legumes e verduras. Também prevê medidas no campo da educação e maiores informações em embalagens sobre o conteúdo de alimentos industrializados.

“Do ponto de vista biológico, relatórios científicos como o da Organização Mundial de Saúde, verificaram associações estatísticas significativas (evidências científicas) em termos de redução de risco de desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis, como alguns tipos de câncer, mediante o consumo regular de pelo menos 400 gramas de frutas, legumes e/ou verduras (f, l&v) por dia. Pesquisas demonstram que frutas, verduras e legumes desempenham papel protetor no surgimento destas mesmas doenças. De acordo com o Fundo Mundial para a Pesquisa do Câncer WCRF), uma dieta com uma grande quantidade e variedade de frutas, legumes e verduras pode prevenir 20% ou mais dos casos de câncer. O Relatório Mundial sobre Saúde - 2002 da OMS estima que o baixo consumo desses alimentos está associado à cerca de 31% das doenças isquêmicas do coração e 11% dos casos de derrame no mundo. Acredita-se que a redução no risco de desenvolvimento de doenças cardiovasculares se dá pela combinação de

micronutrientes, antioxidantes, substâncias fitoquímicas e fibras presentes nestes alimentos” (Ministério da Saúde, 2005).

Reiterando a importância da divulgação de conhecimentos sobre escolhas saudáveis, a EG avança, ao propor ações de caráter regulatório, fiscal e legislativo, de modo a colaborar na criação de entornos físicos e sociais saudáveis. Conforme MONTEIRO e COITINHO(2004),

“não basta que os consumidores sejam informados sobre as vantagens nutricionais das frutas, verduras e legumes. É preciso que estes produtos sejam acessíveis a todos os indivíduos, o que requer mudanças em políticas agrícolas e fiscais. Não basta que crianças em idade escolar sejam corretamente informadas por seus pais e professores sobre as conseqüências danosas do consumo cotidiano de refrigerantes e salgadinhos. É igualmente importante impedir que o ambiente escolar não promova este consumo, como freqüentemente o faz, o que, novamente, requer mais do que ações de caráter meramente informativo”(p.2).

Tal colocação reconhece a necessidade de adoção de uma abordagem intersetorial, propiciada pelo conceito de segurança alimentar e nutricional, para abarcar, concomitantemente, ações nas áreas da produção, abastecimento, saúde, meio ambiente e educação. Segundo BUSS(2003), aos indivíduos e às comunidades devem ser oferecidas oportunidades para conhecer e controlar os fatores determinantes da sua saúde. Sendo assim, a construção de ambientes favoráveis, acesso à informação, desenvolvimento de habilidades, bem como oportunidades para se fazer escolhas mais saudáveis estão entre os principais elementos de capacitação.

Apesar do empenho da comunidade científica brasileira na elaboração da EG, a posição contrária, adotada pelo Ministério da Agricultura e encaminhada pela Missão Diplomática Brasileira em Genebra, em 29 de fevereiro de 2004, é reveladora das contradições inerentes ao sistema agroalimentar: “ainda existem controvérsias sobre a composição ideal da dieta(...), haveria necessidade de um debate médico e científico mais amplo e profundo e os impactos econômicos e comerciais da EG ainda não foram suficientemente considerados”, mascarando, na verdade, a pressão exercida pelos produtores de açúcar e indústrias de alimentos junto ao Ministério da Agricultura. A controvérsia gerada no âmbito dos Ministérios da Agricultura e da

Saúde por ocasião da assinatura da EG, em 2004, explicita os limites impostos pelos interesses do agronegócio à promoção da alimentação saudável.

4.2.5. Diretrizes para a Promoção da Alimentação Adequada e Saudável do CONSEA Nacional

O documento elaborado pelo Grupo de Trabalho(GT) do CONSEA Nacional destacou-se por desenvolver a discussão da promoção da "alimentação adequada e saudável", a partir da realização de diálogos intersetoriais e interdisciplinares com setores governamentais e da sociedade civil. Em seu marco referencial, apresentou o modelo econômico social brasileiro e suas conseqüências desde a eclosão da Revolução Verde, ocasionando mudanças no perfil epidemiológico da população brasileira.

Foram apresentados os antecedentes históricos e estratégicos de discussão do tema alimentação adequada e saudável, desde as recomendações do extinto Instituto de Alimentação e Nutrição até os dias atuais do CONSEA Nacional. Incluiu a construção conceitual e a fotografia dos debates ocorridos. O documento descreveu também os princípios conceituais e estratégicos, norteadores da proposta, além de apresentar as diretrizes gerais e as estratégias, subdivididas em políticas e ações executivas institucionais. O GT "Alimentação Adequada e Saudável – GT/AAS" iniciou suas atividades em junho/2005, envolvendo conselheiros do CONSEA, representantes da Sociedade Civil e de setores do Governo, bem como representantes de Ministérios e órgãos governamentais afins com o tema (CONSEA,2006). Em seu marco referencial, destacou os reflexos do modelo de desenvolvimento na gênese da chamada transição epidemiológica, determinada por mudanças nos padrões de morbimortalidade e nutricionais marcados, simultaneamente, pela carência e abundância de alimentos.

O mundo globalizado convive com o fenômeno da fome, geograficamente em grupos e regiões de pobreza, e, ao mesmo tempo, com o drama da obesidade. Esta situação revela que o paradigma explicativo do conceito de saúde e doença, com destaque para os problemas nutricionais, ultrapassa a análise de determinação direta

de causa e efeito, para uma dimensão multicausal e de ação intersectorial. Situa a qualificação ‘adequada’ como a expressão de um modelo de produção de alimentos que contemple a soberania alimentar e estimule, ao mesmo tempo, a revalorização de métodos tradicionais de manejo e gestão ambiental, baseados em conhecimentos acumulados pelas populações tradicionais, em sua íntima convivência com o meio natural e a otimização dos recursos disponíveis nos distintos lugares, para atender a necessidade de reprodução biológica e social do seres humanos.

Cabe destaque à inclusão do termo ‘adequada’, abrangendo outras dimensões como cultura, prazer, hábitos, comensalidade, regionalidade, etnia, gênero, além do acesso, da sustentabilidade e da biodiversidade, proposto pelos conselheiros da Câmara Temática Produção e Abastecimento, quando estes se juntaram à Câmara Temática de Saúde e Nutrição. O incentivo ao consumo de frutas, legumes e verduras constitui-se o pilar de discussão dos debates, destacando-se os impactos do uso de agrotóxicos, a questão dos transgênicos, a rotulagem de alimentos e a necessidade de garantir o princípio da precaução, tendo em vista os riscos para a saúde da população e o meio ambiente, conforme as diretrizes da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

O debate sobre estes aspectos referenciais determinou que o GT iniciasse a construção do seguinte conceito de alimentação adequada e saudável, ainda em discussão:

“A alimentação adequada e saudável é a realização do direito ao acesso e à garantia permanente de alimentação variada, equilibrada, moderada, prazerosa, livre de contaminantes físicos, químicos, biológicos e de organismos geneticamente modificados, pautada no referencial tradicional e cultural local, provida de forma socialmente justa e ambientalmente sustentável, capaz de transmitir pelo ato de comer as propriedades nutritivas químio-protetoras dos alimentos, nos diferentes ciclos de vida e assegurando o atendimento aos portadores de restrições alimentares e necessidades específicas”(CONSEA, 2006).

Com o propósito de encaminhar subsídios conceituais e estratégicos para a formulação de ações para promoção da alimentação adequada e saudável, foram descritos os seguintes princípios orientadores:

- Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)

O documento situa a alimentação adequada como um direito humano básico, reconhecido no Pacto Internacional de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais, em 1966, do qual o Brasil é signatário. Como princípio está consubstanciado nas Diretrizes Voluntárias para a Promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada, no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional, aprovadas por 151 países, inclusive o Brasil. Cita também a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional(LOSAN), elaborada pelo CONSEA Nacional e sancionada pelo Presidente da República, em 15 de setembro de 2006, criando o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada.

- Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

Aponta a íntima relação da SAN com o conceito de soberania alimentar, segundo o qual cada país tem o direito de definir as suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos na perspectiva da promoção do direito humano à alimentação adequada.

- Intersetorialidade

Para a garantia do princípio da intersetorialidade, o documento reforça a necessidade de integração de segmentos governamentais e da sociedade civil na condução do processo de formulação de um programa nacional, rompendo com a visão que restringe esta competência aos setores relacionados à saúde humana e à produção de alimentos. Considera imprescindível um desenho executivo, operacional e orçamentário e a formação de uma instância articuladora de todos os setores governamentais na condução do programa.

- Produção de alimentos com base agroecológica de forma sustentável

O direito de acesso à terra e o reconhecimento de formas específicas de apropriação e uso da terra e manejo dos recursos naturais pelos agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais constituem-se em princípios básicos para a garantia da segurança alimentar. As experiências de agroecologia permitem a incorporação de várias dimensões estratégicas de segurança e soberania alimentar,

articulam a conservação e manejo da biodiversidade - resgate e conservação de sementes, raças animais locais, manejo dos recursos florestais - e diversificação dos sistemas produtivos, com ações voltadas para a valorização do auto-consumo.

- A cultura alimentar como agregadora das dimensões biológica, simbólica, socioeconômica e religiosa

A promoção da alimentação adequada e saudável deve permitir e estimular a junção dos componentes, biológicos, simbólicos e culturais, pois este princípio considera a produção dos alimentos como expressão da cultura dos povos e de sua relação com a biodiversidade.

Uma observação a ser feita em relação ao conjunto dos documentos analisados diz respeito à necessidade de melhor esclarecer a distinção entre as ações executadas, na 'ótica da SAN', expressa em políticas setoriais que a referenciam como um horizonte mais amplo, das 'ações próprias de SAN', daquelas que, por sua natureza interdisciplinar, demandaram a formação de grupos intersetoriais, caso específico, por exemplo, do Programa de Aquisição de Alimentos(PAA) ou o Grupo de Trabalho sobre Alimentação Saudável e Adequada, do CONSEA Nacional.

Coincidentemente, nestas duas situações, foram elaborados questionamentos mais amplos, em torno do modelo produtivo de alimentos. Os documentos e as atas do Grupo de Trabalho do CONSEA(GT/AAS) são exemplares neste sentido, pois evidenciam a explicitação de um confronto com o modelo econômico hegemônico, alcançado a partir do momento em que, ao grupo, formado predominantemente pela área da saúde, agregaram-se técnicos ligados à área da produção e abastecimento de alimentos, configurando uma abordagem interdisciplinar e intersetorial, de mútuas determinações. Vale observar que, dentre os documentos analisados, os do CONSEA são os que apresentam uma abordagem mais sistêmica, contemplando maior aproximação entre as dimensões da produção e do consumo de alimentos.

Em síntese, a revisão da literatura de documentos oficiais que constituem, na atualidade, referências significativas em torno do tema da alimentação e nutrição, permitem-nos identificar um universo de significações, subjacentes à incorporação da concepção de SAN, nas seguintes direções:

- como expressão de uma visão mais ampla sobre o circuito alimentar, ao favorecer uma maior visibilidade às interações entre os campos da produção e do consumo;
- como objetivo estratégico do desenvolvimento e conseqüente construção de entornos físicos e sociais saudáveis;
- como aquisição da noção da alimentação como um direito humano;
- como uma perspectiva que favorece o diálogo intra e intersetorial;
- como um processo educativo que requer uma metodologia baseada em abordagem dialógica e emancipatória.

4.3. MARCOS HISTÓRICOS DA CONSTRUÇÃO DA NOÇÃO DE SAN E A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

4. 3.1. Sentidos da Participação

A noção de sociedade civil vem sendo reformulada, segundo GOHN, de acordo com os diferentes momentos da conjuntura e a trajetória das lutas políticas e sociais do país. “De uma forma geral, ele surge no período denominado trajetória das transições democráticas, ao final dos anos 70, quando o termo foi introduzido no vocabulário político corrente e passou a ser objeto de elaboração teórica. Na linguagem política, ele se tornou sinônimo de participação e organização da população civil do país na luta contra o regime militar”(2003, p.45)

Os objetivos da mobilização da sociedade civil não se limitam à ocupação dos espaços institucionais, havendo diferenciação entre o campo dos movimentos sociais e o da participação popular institucionalizada, onde “ambos são canais complementares de ação política, porém, distintos entre si, a diferença caminhando no sentido de que o primeiro alimenta o segundo”(BÓGUS, 1998, p.36). A partir do processo de democratização, conforme TEIXEIRA (2003, p.177), “abriu-se a possibilidade de maior diálogo do Estado com as organizações da sociedade civil, obrigando-as a não apenas criticar as orientações políticas dos governos, como também a se envolver na elaboração de políticas públicas. Por outro lado, o aparelho estatal, enclausurado na tecnoburocracia, se viu obrigado a justificar suas ações e abrir canais para incorporar cada vez mais demandas sociais”.

Traçando um histórico dos movimentos sociais nas últimas décadas, GOHN(1992), aponta significativas diferenças na ótica da participação nos anos 80 e

90. Segundo ela, “no Brasil dos anos 80, os movimentos sociais, particularmente os de caráter popular, foram o lume que orientou os tênues avanços democráticos que a sociedade civil obteve. Eles reorientaram as relações sociais tecnocráticas e autoritárias para formas menos coercitivas. Fizeram-se reconhecer como interlocutores válidos e necessários, particularmente na transição operada através de processos constitucionais”(p.52). DOIMO(1995) complementa tal análise, ao observar que a negação indiscriminada do institucional das décadas anteriores deu lugar, nos anos 90, a uma nova postura na relação entre a sociedade e o Estado. Nesse contexto, “toda a energia sociopolítica criada no Brasil pelas reivindicações populares dos anos 1975-1990 serviu para forjar novas alternativas de participação, que se instauraram na intersecção entre o Estado e a sociedade”(p.213). Para a autora, essa nova concepção construiu uma visão ampliada da relação Estado-sociedade, que reconhece como legítima a existência de um espaço ocupado por uma série de instituições situadas entre o mercado e o Estado, exercendo o papel de mediação entre coletivos de indivíduos organizados e as instituições do sistema governamental.

Uma nova institucionalidade esboçou-se a partir desta visão de mundo, na qual se observa a reformulação da concepção de esfera pública e do que lhe pertence (DOIMO, 1995, p. 301). Nessa mesma direção Kayano destaca como a expansão sem precedentes da participação institucionalizada continua alterando, desde a década de 1990, os padrões tradicionais de formulação e implementação das políticas, pela inserção de novos atores, temas, conflitos e interesses (TEIXEIRA, 2005).

Com o intuito de qualificar o significado atribuído à sociedade civil, GOHN (1995) aponta a ampliação dos sujeitos históricos, onde as lutas deixam de se concentrar apenas nos sindicatos e partidos políticos, tornando-se mais plural, com a criação de inúmeros movimentos sociais, organizações não governamentais (ONG's), entidades de direitos humanos, grupos de defesa dos excluídos, fóruns, redes, associações comunitárias locais, fundações cidadãs etc. Outra característica dos anos 90, assinalada por DOIMO (1995, p.311), “é que as políticas são formuladas para segmentos sociais, numa perspectiva que privilegia áreas temáticas-problemas e não mais os atores organizados em movimentos. Desta forma, os

sujeitos das ações transfiguram-se em problemáticas: a fome, o desemprego, a moradia, os sem-terra, os sem-teto e outros”.

Pelo ângulo dos movimentos sociais, GOHN (1995) destaca a maior qualificação dos movimentos que permaneceram ou foram criados nos anos 90, e que têm características diferentes, na medida em que não só privilegiam questões éticas ou de revalorização da vida, como são formados a partir de instituições e organizações de espectro plural, como o Movimento pela Ética na Política, ou da Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida (p. 305). A autora considera de natureza distinta a relação da sociedade civil organizada com o Estado, nos anos 90, diferente dos confrontos nos anos do regime militar ou de negociações, assembléias e consultas populares dos primeiros anos da Nova República. “Hoje as arenas de negociação estão normatizadas e a institucionalidade da relação sociedade organizada-poder público é um fato”(DOIMO, 1995, p.318).

Deste ponto de vista, a construção de uma nova concepção de sociedade civil é o resultado das lutas sociais empreendidas por movimentos e organizações sociais nas décadas anteriores, que reivindicaram direitos e espaços de participação social. Nesta nova visão ampliada da relação Estado-sociedade, reconhece-se como legítima a existência de um espaço ocupado por uma série de instituições situadas entre o mercado e o Estado, exercendo o papel de mediação entre coletivos organizados e as instituições do sistema governamental. Em concordância, GOHN considera os conselhos gestores setoriais como uma das principais inovações democráticas no campo das políticas públicas, ao estabelecerem espaços de interlocução permanente entre a sociedade política e a sociedade civil organizada, entendendo como políticas públicas, as ações coletivas promulgadas pelo Estado, sozinho ou em parceria com a sociedade civil organizada, que devem concretizar direitos sociais declarados e garantidos em lei.

Situados na esfera pública, os conselhos visam a fortalecer a representação da sociedade civil, exigindo que os espaços de gestão das políticas públicas sejam alargados e ampliados pela inclusão e participação dos novos atores sociais (GOHN, 1995, p.54). Diante da nova inserção institucional, WESTPHAL (1999) salienta a importância de a sociedade civil acostumada a reivindicar, precisa agora desenvolver a habilidade de elaborar propostas e desenvolver projetos conjuntos e intersetoriais .

Em síntese, a nova institucionalidade dos anos 90 contemplou a construção de uma esfera, entre o público e o privado, o público-não estatal (GOHN, 1992), onde a concepção de políticas públicas requer uma reforma também por parte do Estado, visando à participação ativa da sociedade na elaboração e pactuação de propostas comprometidas, que expressem a diversidade de interesses presentes na sociedade (BUSS *et al*, 2000).

4.3.2. Trajetória da noção de Segurança Alimentar e Nutricional

Fruto, principalmente, da denúncia e mobilização de movimentos sociais, organizações não governamentais e entidades da sociedade civil organizada, o tema da segurança alimentar e nutricional e, especificamente, o tema da fome ganharam maior visibilidade na última década. Originalmente associado à idéia de segurança nacional, o conceito de SAN esteve associado à capacidade de cada país produzir sua própria alimentação, de forma a não ficar vulnerável a cercos e boicotes.

A partir da Conferência Mundial de Alimentação de 1974, o tema passou a ser associado a uma política de criação e manutenção de estoques nacionais, com ênfase numa visão produtivista. Ainda assim, a Conferência significou um importante marco histórico, provocando um alerta sobre a crise alimentar, em especial o problema da fome. Nos anos 80, a constatação de que o aumento da disponibilidade de alimentos não foi capaz de eliminar a fome no mundo fez com que a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) e outras organizações passassem a incorporar as condições de acesso aos alimentos enquanto fator determinante da segurança alimentar. A 8ª. Sessão do Comitê da Segurança Alimentar Mundial, em 1982, elaborou a seguinte definição: O objetivo final da segurança alimentar é assegurar que todas as pessoas tenham, em todo momento, acesso físico e econômico aos alimentos básicos que necessitam (...) A segurança alimentar deve ter três propósitos específicos: assegurar a produção alimentar adequada, conseguir a máxima estabilidade no fluxo de tais alimentos e garantir o acesso aos alimentos disponíveis por parte dos que os necessitam.

Nos anos 90, ampliou-se a noção de SAN, para envolver questões relativas à qualidade sanitária, biológica, nutricional e cultural dos alimentos e das dietas. Equidade, justiça, ética, modos de vida sustentáveis, garantia de acesso aos recursos naturais para as gerações futuras e modelo de desenvolvimento passaram a ser temas tratados no âmbito da SAN, subordinada ao princípio da soberania alimentar e do direito humano à alimentação adequada, significando o direito à própria vida, à dignidade e à autodeterminação.

No Brasil, a evolução da noção acompanha a luta da população brasileira contra a fome. O primeiro brasileiro a quebrar o tabu que envolve o tema da fome no país foi Josué de Castro; é, portanto, imprescindível mencionar sua valiosa contribuição. Em 1946, o cientista elaborou o primeiro mapa da fome no Brasil e presidiu a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), por dois mandatos: 1952 e 1956.

Ainda que se tenha registro de eventos significativos na luta contra a fome em décadas anteriores, os anos 90 concentraram a maior mobilização da sociedade em torno do tema. Levantando a bandeira de que “a fome não pode esperar”, o sociólogo Herbert de Souza, oriundo do Movimento pela Ética na Política liderou, a partir de 1992, a Campanha da Ação da Cidadania contra a Miséria, a Fome e pela Vida, dando visibilidade à existência de 32 milhões de miseráveis no campo e nas cidades. Como resposta à forte mobilização da sociedade civil, o governo federal elaborou, em 1993, o Plano de Combate à Fome e à Miséria e instalou o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) que, no ano seguinte, realizou a I Conferência Nacional de SAN, com ampla participação de todos os Estados, em Brasília.

Paradoxalmente, neste mesmo ano, o CONSEA foi extinto e retirado o destaque do tema, inaugurando-se um processo de desmonte dos programas relacionados à segurança alimentar, concretizado nos governos de Fernando Henrique Cardoso -1995/1998 e 1999/2002 (COSTA E MARQUES, 2005).

Indignados com os tímidos resultados da Cúpula Mundial de Alimentação, realizada em Roma, em 1996, representantes de ONG's e movimentos sociais brasileiros organizaram um grupo de trabalho visando a dar continuidade à mobilização social em torno da luta contra a fome. Em 1998, foi criado o Fórum

Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN), que envolve, atualmente, cerca de 200 organizações. Seus principais objetivos são a mobilização da sociedade em torno do tema da SAN, a elaboração de propostas de políticas públicas, a re-inserção da temática na agenda nacional, estadual e municipal. Para isso, realiza encontros anuais e estabelece contato com outros fóruns e redes que trabalham na perspectiva da SAN, procurando construir interfaces e agir conjuntamente, reafirmando a necessidade de se garantir o direito humano à alimentação e nutrição. Paralelamente, o FBSAN busca difundir e articular experiências de diferentes organizações da sociedade civil que atuam em todo o território brasileiro, tendo estimulado diversas entidades sindicais, sociais, movimentos populares e universidades a incorporarem o tema.

Um novo impulso foi dado à construção da agenda pública de SAN, quando, em 2003, o Programa Fome Zero foi lançado pelo Presidente Lula, idealizado como uma estratégia para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. O programa não só recolocou o tema da fome na pauta governamental, como se constituiu em uma das principais vias de promoção da SAN. Outro marco nesse período foi a reativação do CONSEA Nacional que, em março de 2004, realizou a II Conferência Nacional de SAN, em Olinda, reunindo delegados eleitos nas conferências municipais e estaduais. O conjunto das propostas aprovadas reafirmou os seguintes princípios:

- Adotar a ótica do direito humano à alimentação saudável, colocando a SAN como objetivo estratégico e permanente associado à soberania alimentar;
- Assegurar o acesso universal e permanente a alimentos de qualidade, prioritariamente, por meio da geração de trabalho e renda e contemplando ações educativas;
- Buscar a transversalidade das ações, por intermédio de planos articulados intersetorialmente e com participação social;
- Respeitar a equidade étnica e de gênero, como reconhecimento da diversidade e valorização das culturas alimentares;
- Promover a agricultura familiar baseada na agroecologia, em conexão com o uso sustentável dos recursos naturais e com a proteção do meio ambiente;
- Reconhecer a água potável como alimento essencial e patrimônio público.

A partir daí, multiplicaram-se os CONSEA's Estaduais e Municipais, bem como os Fóruns de SAN, que congregam organizações da sociedade civil atuantes

nesse campo. Esses espaços de mobilização social vêm contribuindo para dinamizar no âmbito local e regional o debate e a construção de propostas de intervenção no campo da SAN (MS/SCN, 2005).

Com o objetivo de sugerir ações e melhorar a integração entre esses conselhos, o CONSEA Nacional realizou Encontros Regionais de elaboração de propostas para a criação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) e do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Além disso, os encontros resgataram as deliberações da II Conferência Nacional de SAN, com ênfase na questão do Direito Humano à Alimentação (Assessoria de Comunicação do CONSEA, 2004).

Em 2006, a LOSAN foi aprovada no Senado e sancionada pelo Presidente, tornando o acesso à alimentação uma permanente política de Estado. A lei instituiu o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional, cuja missão é formular e implementar políticas e planos de SAN, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da SAN no país. Por meio da LOSAN foi concebida a Câmara Interministerial, que deverá reunir os ministérios e secretarias especiais que têm relação com o tema, e o CONSEA passou a ter caráter permanente .

Segundo o Estudo de Caso Brasil, da ONU(MS/SCN, 2005), a experiência de mobilização social já tem mais de duas décadas envolvendo ONG's, movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores rurais, igrejas, associações rurais e urbanas, tanto em âmbito nacional como estadual e municipal. As experiências decorrentes deste processo de mobilização social são múltiplas e compreendem as questões de alimentação e nutrição, desenvolvimento sustentável, acesso à água potável, à terra, entre outros. Mais recentemente, as questões do Direito Humano a uma alimentação adequada (DHAA), como direito humano fundamental, entraram na pauta das discussões e atividades de governo e da sociedade civil. Para além da implantação de inúmeras experiências significativas que têm servido como base para a formulação de programas e ações governamentais, a principal via de construção de uma agenda pública de SAN para a sociedade civil, nos últimos anos, tem sido sua experiência de participação no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

4. 3.3. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)

Diferentemente dos Conselhos de Saúde com significativa legitimidade perante a sociedade e os governos, mesmo não sendo ainda uma realidade consolidada dentro do aparelho do Estado (WESTPHAL e BÓGUS, 2002), a experiência do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) é relativamente recente, encontrando-se num estágio inicial de desenvolvimento da construção deste novo tipo de articulação, entre governo e sociedade civil, para a elaboração de diretrizes e propostas à área da alimentação.

A organização da sociedade civil é condição essencial para as conquistas sociais e a superação definitiva da pobreza e o CONSEA estimula essa dinâmica social no sentido da formulação, execução e acompanhamento de políticas de SAN. Expressão desta rede social, na Gestão 2004-2007 do CONSEA tomaram parte 59 conselheiros - 17 Ministros de Estado e 42 representantes da sociedade civil organizada, além de 17 observadores convidados. Presidido pelo pesquisador e diretor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), Francisco Menezes, teve como Secretário Executivo o Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Patrus Ananias. No âmbito dos conselhos consultivos, o CONSEA vem desempenhando papel significativo na condução do diálogo entre os ministérios, setores de governo e sociedade civil que atuam no campo da SAN (MS/SCN, 2005).

“Inspirado e mobilizado por essa experiência histórica, o CONSEA vem desempenhando sua tarefa por meio de estrutura organizacional composta por Câmaras Temáticas, Grupos de Trabalho e as Comissões Permanentes, que se reúnem no dia que antecede a Reunião Plenária do CONSEA, ou extraordinariamente, quando necessário. As Câmaras Temáticas foram criadas para organizar o funcionamento do CONSEA e têm como propósito aprofundar os temas que devem ser tratados nas reuniões do conselho, elaborando propostas a serem consideradas pelo colegiado. Atualmente existem três Câmaras: sobre Produção e Abastecimento; Nutrição e Saúde e Programas para Grupos Populacionais Específicos. Os Grupos de Trabalho são instituídos quando algumas questões ultrapassam os limites de uma Câmara Temática, desde que tenham objeto específico e prazo definido para concluir os trabalhos. As Comissões Permanentes têm como objetivo sugerir encaminhamentos para as questões de natureza permanente e que envolvam relacionamento sócio-institucional. O CONSEA é composto por seis Comissões Permanentes: 1) CP-SAN dos Povos Indígenas; 2) CP-SAN das

Populações Negras; 3) CP-SAN Articulação com CONSEAS estaduais; 4) CP-SAN Mobilização Social; 5) CP-SAN nas áreas semi-áridas; 6) CP-SAN Direito Humano à Alimentação. Uma das ações do novo Conselho foi a realização da II Conferência Nacional de SAN (CNSAN), em Olinda, em março de 2004, que teve como objetivo principal a formulação de diretrizes para a Política Nacional de SAN. A Conferência foi precedida de conferências estaduais e municipais, mobilizadas pelos Fóruns e Conseas estaduais e municipais que indicaram um conjunto amplo de propostas para os diferentes níveis de governo. Os subsídios para definição da PNSAN foram traçados na II CNSAN, estão sistematizados no Relatório Final da Conferência e o CONSEA vem coordenando o processo de elaboração desta política” (MS/SCN, 2005, p. 50).

Após dois anos da realização da II Conferência Nacional de SAN e três anos de funcionamento, o CONSEA promoveu um encontro nacional, em maio de 2006, reunindo cerca de 400 participantes entre conselheiros do CONSEA Nacional, gestores de programas federais e representações indicadas pelos CONSEA's Estaduais. Os principais objetivos do Encontro foram:

- Realizar um balanço da implementação das proposições da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Olinda, 2004), na forma de ações e políticas públicas de iniciativa dos governos e da sociedade civil;
- Iniciar o tratamento da implementação do Sistema e da Política Nacional de SAN, em face da aprovação do Projeto de Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN;
- Lançar as bases para o processo preparatório da III Conferência Nacional de SAN, a ser realizada em Maio de 2007;
- Promover a articulação entre os atores sociais que atuam no campo da Segurança Alimentar e Nutricional.
- O quadro a seguir apresenta, de forma sintética, os blocos temáticos considerados fundamentais para a consolidação de uma política nacional de SAN:

Quadro 1 - Blocos temáticos do Encontro Nacional de SAN, Brasília, 2006

1. Questões Institucionais	2. Aspectos relacionados a produção	3. aspectos relacionados ao acesso	4. Ações de Saúde e Nutrição
1.1 Direito Humano à Alimentação; 1.2 Institucionalidade; 1.3 Participação Social; 1.4 Monitoramento e avaliação de indicadores; 1.5 Soberania alimentar e relações internacionais	2.1 Reforma Agrária, agricultura familiar, agricultura urbana e extrativismo; 2.2 Recursos genéticos, transgênicos, sementes, acesso e uso dos recursos naturais e da água.	3.1 Abastecimento; 3.2 Geração de emprego e renda e economia solidária; 3.3 Programas de transferência de renda; 3.4 Mutirão, doação de alimentos e ações em situações emergenciais	4.1 Ações de promoção de modos de vida e alimentação saudável e ações de vigilância; 4.2 Alimentação e educação nutricional nas escolas e creches; 4.3 Cultura alimentar

Fonte: Documento Final do Encontro Nacional de SAN, Brasília, 2006.

No campo das questões institucionais destacou-se a formulação e encaminhamento do Projeto de Lei Orgânica da SAN, o desenvolvimento de metodologia para a análise do orçamento geral da União e a interação com os demais conselhos, com vistas à construção de uma pauta comum de metas sociais.

Dentre as iniciativas relacionadas à produção de alimentos, a ênfase recaiu sobre a elaboração de uma Política Nacional de Abastecimento Alimentar (PNAA), a formulação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a proposta de incorporação de critérios de SAN nas negociações internacionais. Destacaram-se também as proposições relacionadas à região de semi-árido, incluindo o intenso debate sobre a transposição do São Rio Francisco e os pronunciamentos com relação ao modelo de produção agroalimentar, quanto à expansão das monoculturas, à concentração fundiária e à utilização de organismos geneticamente modificados, com vistas à preservação dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais.

No eixo do acesso aos alimentos, o Conselho acompanhou a implementação do Programa Bolsa Família e apresentou proposta para atualização do valor *per capita* das transferências efetuadas pelo programa de alimentação escolar.

Em relação à área da saúde e nutrição, apresentou demandas visando a adequar a implantação e funcionamento do SISVAN (Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional), propondo, inclusive, um repasse financeiro aos municípios, como incentivo à sua execução. Nesse mesmo eixo, a partir da formação de um grupo de trabalho intersetorial, envolvendo ONG's e entidades da sociedade civil, ao lado dos setores de governo que atuam nas áreas da saúde e nutrição, educação, agricultura familiar, agroextrativismo, biodiversidade e educação alimentar e nutricional, elaboraram-se diretrizes para programas de alimentação adequada e saudável.

A avaliação realizada neste Encontro salientou ainda a necessidade de se instituírem processos de interação permanente com os CONSEA's Estaduais e a incorporação de programas e ações voltadas para a SAN das populações negras (destacando-se as comunidades rurais quilombolas) e também dos povos indígenas.

Na última plenária da gestão 2004/2007, ocorrida em junho de 2007, o CONSEA realizou um balanço sobre sua atuação. Como subsídio a esta avaliação,

foi elaborado um documento (anexo) com as Exposições de Motivos, Resoluções e Moções encaminhadas ao governo, atestando o vigor da participação dos conselheiros no tema, porém, com um baixo número de respostas e encaminhamentos por parte do governo.

Finalmente, em julho de 2007, já sob a égide da Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (Lei 11.346/06), realizou-se, em Fortaleza, a III Conferência de SAN, com o tema “Por um Desenvolvimento Sustentável com Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional”. Seu objetivo geral foi elaborar as bases de construção do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), a partir de três eixos temáticos: Segurança Alimentar e Nutricional nas estratégias de desenvolvimento; Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Cabe destacar a incorporação da questão energética na pauta de discussões e o questionamento quanto ao modelo econômico realizado nessa Conferência; enfatizou-se a priorização da SAN enquanto estratégia, implicando uma concepção de desenvolvimento socioeconômico que questiona os componentes do modelo hegemônico no Brasil, geradores de desigualdade, pobreza e fome e com impactos negativos sobre o ambiente e a saúde.

Conforme a declaração final da III Conferência, a busca desse objetivo requer que a Política Nacional de SAN seja orientada por seis diretrizes integradoras dos diferentes setores de governo e da sociedade civil:

1. Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável;
2. Estruturar sistemas justos, de base agroecológica e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos;
3. Instituir processos permanentes de educação e capacitação em segurança alimentar e nutricional e direito humano à alimentação adequada;
4. Ampliar e coordenar as ações de segurança alimentar e nutricional para povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, definidos pelo decreto 6040/07;
5. Fortalecer as ações de alimentação e nutrição em todos os níveis de atenção à saúde, de modo articulado às demais políticas de segurança alimentar e nutricional;
6. Promover a soberania e segurança alimentar e nutricional em âmbito internacional.

Dentre o conjunto de propostas aprovadas, destacaram-se como prioridades:

1. Coordenar as políticas econômicas e sociais, de modo a subordinar o crescimento econômico a prioridades sociais e sustentabilidade ambiental, mantendo e intensificando a recuperação da capacidade de acesso aos alimentos pela população;
2. Fortalecer o Estado em sua capacidade de regulação, distribuir riqueza e prover direitos, preservar o ambiente e promover a integração soberana entre os povos;
3. Aprofundar a integração dos programas e ações de segurança alimentar e nutricional, rompendo a fragmentação setorial e incorporando as dinâmicas de desenvolvimento territorial;
4. Incorporar os princípios e mecanismos de exigibilidade do direito humano à alimentação adequada como forma de expurgar práticas clientelistas e assistencialistas e promover a cultura de direitos;
5. Implementar políticas de segurança alimentar e nutricional e de garantia do direito humano à alimentação adequada dos segmentos mais vulneráveis, reconhecendo as exigências da diversidade de gênero, geracional, étnica, racial e cultural e das pessoas com deficiência;
6. Prosseguir com a promoção do direito à renda dos grupos sociais mais vulneráveis e pessoas com deficiência, fortalecendo a articulação entre programas de transferência de renda e a geração de oportunidades aos beneficiários;
7. Realizar reforma agrária ampla, imediata e irrestrita e a promoção da agricultura familiar enquanto política pública estratégica ao desenvolvimento, incluindo a demarcação e titulação de terras indígenas e quilombolas;
8. Intensificar o apoio à agricultura familiar e agroextrativismo, com incorporação da agroecologia nas políticas de desenvolvimento rural, bem como revisar a Lei de Biossegurança, e, especialmente, suspender a liberalização de produtos transgênicos;
9. Estruturar uma política nacional de abastecimento que priorize a participação da agricultura familiar e agroextrativismo por meio do fortalecimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA);
10. Definir uma política energética sustentável, que não comprometa a segurança alimentar e nutricional; que ofereça oportunidades à agricultura familiar, fortaleça sua capacidade de produzir alimentos diversificados, regule e limite o avanço das monoculturas;
11. Promover a saúde e a alimentação adequada e saudável por meio da Política Nacional de Alimentação e Nutrição de forma integrada ao Sistema Nacional de SAN, fortalecendo os instrumentos de controle social, a vigilância nutricional, a fiscalização de alimentos e o monitoramento da propaganda e rotulagem;
12. Instituir processos participativos de educação em segurança alimentar e nutricional, com base nos princípios da Lei Orgânica de SAN (LOSAN);
13. Gerar emprego e trabalho dignos, promovendo formas econômicas comunitárias, cooperação, economia e comércio solidários;
14. Assegurar acesso universal à água de qualidade, como direito humano básico de toda a população e sua preservação; ampliação dos processos de captação de água das chuvas para consumo humano e produção no Semi- Árido;

15. Promover um processo participativo de revitalização da Bacia do Rio São Francisco e suspender de imediato sua transposição.

4. 4. Caracterização da sociedade civil do CONSEA (2004-07)

Gráfico 14 - Perfil dos conselheiros do CONSEA Nacional

Em termos de distribuição de gênero, o segmento pesquisado é formado por 62% de homens e 38% de mulheres, com 72% de seus membros entre 45 e 64 anos, sendo que 34% entre 45 e 54, e 38% entre 55 e 64.

Confirmando a análise sobre a preponderância de especialistas nas instâncias de participação como característica dos anos de 1990, 64% dos conselheiros da Sociedade Civil (SC) têm cursos de pós-graduação, 24% nível superior e 12% ensino médio. Com formação diversificada, verifica-se a preponderância de profissionais das áreas de Ciências Sociais (28%) e Medicina, Nutrição e Saúde Pública (24%), seguidos de Economia (12%) e Teologia (12%), 6% Engenharia, 3% Educação; 3% Economia Doméstica; 3% Técnico e 9% sem resposta.

Em relação às organizações, com exceção da Região Norte, com baixa participação (7%), foi possível verificar a presença de organizações de todas as regiões brasileiras, sendo 33% do Nordeste, 27% do Sudeste, 20% do Centro-Oeste e 13% do Sul. Um terço destas organizações tem entre 20 e 29 anos de existência e, na outra ponta, um quinto delas tem menos de 5 anos. Quanto à sua classificação, organizamos uma divisão segundo os critérios abaixo:

- Associações Patronais (2),
- Institutos de Pesquisas (6),
- Organizações Religiosas (5),
- Sindicais (3),
- Organizações representantes de Populações Específicas (2),
- CONSEAS Estaduais (3)
- ONG's e Redes (13).

Em consonância com DAGNINO (2002), sobre o protagonismo de Fóruns e Redes como atores políticos, a partir dos anos de 1990, foi possível notar sua predominância na composição do CONSEA Nacional, formada por organizações criadas, em sua maioria, no final dos anos de 1980.

Gráfico 15 – Classificação das Organizações do CONSEA Nacional

Destas organizações, 67% têm atuação de abrangência nacional, 24%, estadual/regional e 9% local, nas seguintes áreas de intervenção:

Quadro 2 - Áreas de intervenção das organizações do CONSEA Nacional

Eixos	Temas/ Atividades
1. Educação	Estudos, Pesquisa e Extensão
	Capacitação em Soberania e SAN
	Capacitação de Conselheiros Estaduais e Municipais
	Cidadania
2. Saúde	Ações Básicas de Saúde
	Vigilância Nutricional
	Alimentação Saudável
3. Controle Social	Monitoramento
4. Mobilização	Redes
	Campanhas
	Articulações
5. Produção e Acesso	Agroecologia
	Abastecimento
Eixos	Temas/ Atividades
6. Políticas Públicas	Elaboração de Propostas
	Inclusão Social
	Experiências Inovadoras
7. Religião	Ação Pastoral
8. Iniciativa Privada	Indústria de Alimentos

Ainda que as organizações mantenham tradicionalmente vínculos internos ao próprio segmento da sociedade civil, conforme o gráfico abaixo, quando indagadas acerca das parcerias nos últimos três anos, 26% destacaram aquelas realizadas com os Ministérios, indicando uma tendência de redefinição dos laços com o espaço institucional:

Gráfico 16 - Parcerias nos últimos 3 anos

Somando-se as parcerias realizadas com os Ministérios às outras instâncias de governo, identificadas nas diferentes respostas (Governos e CONSEA's Estaduais, Governos Municipais e também com o Ministério Público), a porcentagem de realização de parcerias com o poder público, nos últimos 3 anos, sobe para 48%.

Das organizações participantes, 53% participam desde a primeira gestão 2003/2007 e 47% participam apenas da segunda, 2004/2007.

Em relação ao trabalho desenvolvido pelas organizações, de acordo com as dimensões da SAN, com exceção do abastecimento, elas se distribuem de forma quase equivalente:

Gráfico 17 - Aspectos da SAN desenvolvidos pelas organizações

Quanto ao papel desempenhado pelo CONSEA, de um lado foram enfatizados os papéis tradicionais de um conselho, onde 26% destacaram sua função na elaboração de propostas e projetos e 16% como um espaço de diálogo intersectorial. De outro lado, em terceiro lugar, 13% das respostas enfatizaram o aspecto capacitador da experiência de participação no Conselho:

Quadro 3 - Papeis atribuídos ao CONSEA Nacional

Papel do CONSEA	N
Espaço de diálogo e articulação intersectorial	16
Formulação de políticas, propostas e projetos	26
Espaço de capacitação em SAN	13
Monitoramento e Controle Social	4
Diagnóstico da situação alimentar	2
Visibilidade para experiências	2
Indução / Incidência nas políticas públicas	3
Mobilização e interesse no tema	2
Aproximação entre governo e soc. civil	2
Manifestação de demandas sociais	1
Denúncias	1
Influência sobre os setores hegemônicos do Governo	1

Quando indagadas se realizavam trabalhos educativos, 88% afirmaram que sim, 9% responderam não e 3% não responderam.

Trabalhando com uma ampla variedade de temas, destacou-se a própria multiplicação da temática da SAN e da alimentação saudável:

Quadro 4 - Temas trabalhados pelas organizações

Temas trabalhados pelas organizações	N
Acesso à água e convivência com o semi-árido	6
Saúde	6
Agroecologia	4
Escolarização popular	6
Alimentação.saudável/educação e cultura alimentar/nutrição	20
Auto-estima	1
SAN (inclui capacitação de conselheiros)	17
Cidadania; controle social; mobilização	7
Direitos humanos	5
Filosofia, ética e mística na luta contra a fome	1
Formação sindical e direitos trabalhistas	3
Gênero	3
Geração de emprego e renda/economia solidária/qualificação	9
Higiene; manipulação de alimentos; armazenamento; estoque	6
Métodos de planejamento, intervenção e monitoramento	3
Necessidades alimentares específicas	2
Políticas e programas de SAN para populações específicas	3

Dos entrevistados, 76% disseram abordar simultaneamente as diferentes dimensões da SAN, 15% não e 9% não responderam. Posteriormente, por meio das entrevistas, foi possível identificar diferentes campos nesta categoria, dos que afirmam trabalhar com a noção integral de SAN, havendo organizações com mais antiguidade na temática que vem pautando uma abordagem mais integrada, ao lado de outras, com incorporações por vezes parciais, mas onde está em curso um processo de apropriação de uma visão mais ampla a partir da dimensão da SAN que a organização trabalha.

Gráfico 18 – Abordagem simultânea das dimensões da SAN por meio de:

A diversidade de técnicas e instrumentos mencionados, concomitantemente à complementação, com os dados das entrevistas, confirmam a existência de uma preocupação, por parte das organizações, em diferentes intensidades, com o aspecto da construção coletiva do conhecimento e do seu vínculo às práticas e realidades locais, por meio de métodos participativos:

Quadro 5 - Metodologia de trabalho das organizações do CONSEA Nacional

Metodologia	N
Participativa - construção coletiva do conhecimento	8
Oficinas	12
Palestras, aulas, aconselhamento	13
Dinâmicas de grupos	4
Formação de multiplicadores	3
Aplicação ao público alvo	1
Utilização de materiais como vídeos, textos, cartilhas	2
Mídia local, cartazes, folders	2
Troca de experiências e intercâmbio	4
Curso a distância	4
Seminários	4
Inserção no currículo	1
Projetos demonstrativos	3
Campanhas educativas	1

Se, por um lado, a prerrogativa da intersectorialidade é mencionada como principal diretriz metodológica, 28% das organizações também se referiram a ela como a principal dificuldade para se implementar ações de SAN.

Quadro 6 - Dificuldades na implantação de ações de SAN por parte das organizações do CONSEA Nacional

Situação de isolamento das comunidades e exclusão em projetos (inclui povos tradicionais)	4
Falta de acesso à informação	1
Pouco acúmulo para trabalhar com educação e cultura alimentar	2
Falta de recursos (inclui Conselhos) e financiamentos de projetos	4
Falta de conhecimento e/ou resistência	6
Falta de articulação intersectorial das políticas	12
Falta de tradução prática	1
Falta de uma Política e de um Sistema	3
Imediatismo	1
Modelo de desenvolvimento	3
Influência negativa da mídia	2
Dificuldades em trabalhar com educação a distância	1
Visão assistencialista do tema	2
Falta de visão e prioridade por parte dos gestores	2
Condições precárias de vida e baixa escolarização	1

Por último, quando perguntamos qual tem sido a ação do governo para a contemplação da SAN em suas ações, as respostas se dividiram em:

Quadro 7 - Ações positivas do governo segundo as organizações do CONSEA Nacional

Executou Programas de Transferência de Renda	4
Políticas para populações específicas	4
Induziu criação de conselhos em outros níveis	2
Favoreceu a inclusão social	2
Impulsionou a LOSAN	2
Fortaleceu o CONSEA e a Conferência Nacional	2
Diálogos e convênios com a soc.civil	2
Criação do MDS	1
Criação de Programas de SAN	1
Construiu intersectorialidade através do CONSEA	1
Realizou mudanças no Orçamento	1
Apresentação de balanço crítico de programas e ações	1
Avançou na intersectorialidade	1
Apoio à realização de seminários, cursos a distância, materiais	1
Apoio à pesquisa	1

E aos aspectos negativos e recomendações:

Quadro 8 - Ações negativas e recomendações ao governo, segundo as organizações do CONSEA Nacional

SAN foi prioridade apenas no primeiro mandato	1
Governo deve regulamentar a Lei e o Sistema	8
É refém do modelo concentrador	6
Não há uma Política Nacional de SAN	4
Precisa ter mais ousadia	3
Iniciativa de poucos programas	3
Falta de intersectorialidade (inclusive com soc. civil)	2
Equívoco quanto aos transgênicos	1
Contemplação da SAN por parte do governo precisa avançar	1
Necessidade de articulação de ações emergenciais com políticas estruturantes	1
Ações não chegam à ponta	1
Ação fragmentada, apenas alguns setores do governo participam	1
Falta força política na representação do governo no CONSEA	2

4.5. Os significados do enfoque de Segurança Alimentar na percepção da sociedade civil do CONSEA – entrevistas

Antes de iniciar a apresentação das entrevistas, cabem duas observações. A primeira diz respeito às figuras utilizadas neste capítulo e no seguinte, elaboradas a partir do programa “*Free Mind*”, como um esquema de apresentação das categorias gerais e específicas de análise, visando facilitar a leitura.

A segunda observação refere-se à apresentação das entrevistas. Dada a riqueza dos depoimentos, escolhemos preservá-los em toda a sua extensão, grifando em *itálico* trechos relacionados às categorias de análise.

Em síntese, os significados subjacentes à incorporação da noção de SAN foram separados nas seguintes categorias:

4.5.1. Aspectos Gerais

Figura 1 – Significados da SAN – categoria: *Aspectos Gerais*

Inicialmente selecionamos trechos onde os entrevistados, ao responderem perguntas iniciais acerca do papel que a temática da SAN exerce na agenda pública, teceram comentários gerais, basicamente a respeito da conjuntura atual, marcada pela aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, em 2006 e pelo início do segundo mandato do atual governo.

Em primeiro lugar, ainda que se constitua como uma noção em construção, pode-se observar que o tema não só ganhou visibilidade na agenda pública, como maior receptividade, expressa na idéia de que “veio para ficar”, conforme explicitado na fala da representante da Pastoral da Criança:

“Quem é que ouvia falar de quilombolas, indígenas, acampados, povo de rua, trabalhar com a SAN? Hoje em dia, a Paraíba está totalmente envolvida com isso. Nem com muito dinheiro a gente conseguiria isso, de envolver MDA, MDS,

FUNASA, FUNAI, Secretaria da Saúde, Prefeituras. *Sinceramente, a SAN não tem mais volta. Qualquer que seja o governo, não tem mais volta.* É isso o que eu sinto muita esperança de que esse quadro de insegurança alimentar possa ser melhorado e até acabado. Depende da gente. A sociedade civil não pode ficar estacionada. Porque se não fosse a sociedade civil empurrando, não acontecia” (Pastoral da Criança).

Já o representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) expressa idéia semelhante, ao enfatizar o caráter recente do tema, inclusive em nível mundial:

“É um processo inicial, e isso se passa também com os trabalhadores, mas vejo uma grande necessidade de trabalharmos nesse sentido, creio que esse é um conceito que veio para ficar, que vai ser melhorado, porque a vida é muito dinâmica, e inclusive há no nível mundial, muita divergência. Muito possível que com 20 pessoas diferentes te dêem 20 definições diferentes de soberania alimentar. Está em construção! Há organizações mundiais, inclusive, que não gostam de trabalhar o processo da segurança alimentar. Para eles segurança alimentar é coisa do Brasil. Eles adotaram a soberania (alimentar) e deu pra bola. Nós preferiríamos, do ponto de vista da nossa entidade, nós trabalhamos muito com essa chave da soberania e da segurança alimentar. Então esses conceitos estão numa fase ainda de construção. Há países que adotam o conceito se referindo a outras coisas. Isso é uma situação muito dinâmica, que gera debates, aprofundamentos. *Agora eu acho que são conceitos que vieram para ficar, eu não tenho nenhuma dúvida disso, porque ali dentro cabe o direito humano à alimentação, cabe o modelo de desenvolvimento, você questiona as políticas públicas, o papel do Estado, a cidadania, então é um conceito que ainda vai ser melhorado, mas veio para ficar*”(CONTAG).

O caráter inicial do tema foi considerado um fator que possibilita, ao mesmo tempo, novas criações e um certo receio em seu enquadramento em modelos pré-fixados, conforme explicitado na fala abaixo:

“A gente tem um caminho aberto, e eu acredito que várias abordagens, nesse momento, são necessárias para a gente ir criando uma espécie de caldo residual, aquilo que perdura ao longo do tempo, que enraiza, que dá certo em determinadas condições aqui, ali, acolá, para que a gente possa afirmar o que é uma política de SAN em nível local, estadual ou para um país, um continente. Acho que a gente vive um momento muito interessante, de experimentar várias possibilidades, de construir ações concretas e então, não é um momento que ajude a gente a se apegar a modelos, algumas experiências já dadas, talvez o modelo de algumas regiões, como MG, seja um. Talvez tenha sido válido para aquele momento, talvez não responda mais a questionamentos sobre o momento atual de uma política de SAN, acho que é um momento de múltiplas possibilidades, extremamente rico ”(ONG CAA/BA).

Um segundo aspecto diz respeito à *temporalidade*, onde alguns depoimentos assinalam o ano de 2003, início do atual governo, como um marco importante, para a publicização do tema na sociedade e, principalmente, o seu impulsionamento para dentro do aparelho de Estado. Idealizado pelo governo federal como estratégia para assegurar o direito humano à alimentação adequada (DHAA) às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos, o Programa Fome Zero, ainda com inúmeras críticas, foi considerado decisivo, na fala do presidente do CONSEA:

“A SAN ocupa, sem dúvida nenhuma, um espaço maior. E aí teve uma série de fatores que contribuíram para isso. Considero inclusive que o Fome Zero, no início do primeiro governo Lula foi bastante decisivo para o conhecimento, a percepção. A questão da SAN é presente hoje não só nos discursos de governantes, parlamentares, como ela faz parte de uma pauta da mídia em alguma medida, você freqüentemente ouve citações que não via antes. Agora isso não significa que seja suficiente, diante do que ela realmente representa. E se ela não é suficiente, é porque não há ainda um reconhecimento do que ela realmente representa”(presidente do CONSEA).

Com o intuito de complementar a avaliação do presidente, Francisco Menezes, recuperamos trecho de uma palestra proferida por ele, em São Paulo, no seminário “Os Sentidos da Participação”, em 2004, onde coloca que o CONSEA surgiu por uma proposta que veio da sociedade e restaura algo que já havia sido experimentado, durante o período do governo Itamar Franco, por proposta do então Governo Paralelo, que tinha o Partido dos Trabalhadores à frente. Referindo-se aos equívocos iniciais do Fome Zero:

“Na verdade, o governo trabalhava sobretudo com a idéia do Fome-Zero que era – digo era, porque está ocorrendo um processo intenso de transformações, e é bom que seja assim – um conjunto de políticas em que a participação da sociedade era vista em seu lado filantrópico, alguma coisa que tinha sido praticada em décadas anteriores e não absorvia a possibilidade de participação da sociedade, com força para construir propostas de políticas junto com o governo. Falo isso com tranquilidade porque critiquei muito, a partir do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN). O primeiro ano do Conselho foi um ano difícil que apresentou resultados a partir da insistência, sobretudo de alguns conselheiros da sociedade civil. Conseguiu-se, à base de muita luta, efetivar algumas dessas propostas. Mas havia uma certa resistência. Independente da tendência de admitirem a participação, quando chegam ao governo têm como que uma tentativa ao pragmatismo, em que processos com muita discussão podem ser vistos como

atravancadores. A gente do lado de fora vê isso como um grande equívoco. Na pressa em mostrar realizações e cumprir uma determinada agenda, surge esse ponto de tensão entre governo e sociedade. *Tanto governo como sociedade têm que aprender o caminho da participação nos tempos de cada um, tempos de governo e tempos de sociedade, e pensar que tipo de convergência pode ser feito*”(presidente do CONSEA).

Ressaltando a complexidade do entrelaçamento entre sociedade civil e governo, nas instâncias formadas pelo novo espaço público, o entrevistado aponta:

“Um ponto importante é que o governo está longe de ser um todo homogêneo. Se fosse definir esse governo, diria que ele existe por ser essa diversidade de campos, às vezes até opostos e em conflito. Neste sentido, não sei se a linha mais correta de discussão dessas possibilidades de participação, e da postura frente à participação, é simplesmente colocar governo de um lado e sociedade de outro. *Vamos ter que olhar o que ocorre dentro do governo e o que ocorre na sociedade. Existem setores no governo muito receptivos e desejosos do funcionamento efetivo das instâncias de participação. Mas não existe ainda no país uma cultura de participação, nem no governo, nem na sociedade. E essa é uma construção longa e difícil*”(presidente do CONSEA).

Um terceiro aspecto diz respeito às considerações sobre a *institucionalidade* do tema, onde importa recuperar, nesta mesma época, a reativação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a aprovação da lei orgânica de SAN e a criação de Conselhos Estaduais e Municipais de segurança alimentar e nutricional. Neste período, realizaram-se também conferências nacionais, sendo a terceira em julho de 2007, cujo processo de preparação contou com a participação aproximada de 70 mil pessoas nas diferentes unidades da federação e a presença de aproximadamente 1800 delegados e convidados.

A importância da afirmação de sua institucionalidade é assinalada pelo representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT):

“Foi muito importante a provocação do próprio Presidente e do governo, de envolver essa questão. Agora a gente vê mais as pessoas terem uma compreensão do direito. Acho que mexeu. O balanço do Bolsa Família, que saiu agora do NE, mostrou que as pessoas compram é comida mesmo. Porque se dizia que podia ser usado para comprar cachaça, cigarro. Eu acho que a sociedade evoluiu, acho que a gente deu um passo de qualidade”(CUT).

Outro aspecto significativo, explicitado pelo representante do Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional (CERESAN) e membro do Fórum Brasileiro de SAN, diz respeito às diferentes formas de inserção por parte das organizações:

“Tem que fazer uma primeira diferenciação entre quem já estava e quem se incorporou no processo recente, pós-governo Lula. O governo Lula é um marco, nesse sentido, pela publicização que deu ao tema e justamente deu, a partir de uma entrada bastante convencional que é a da fome, isso marcou a maneira como o tema se difundiu. Apesar disso, foi um marco, sem dúvida nenhuma, temos que reconhecer. Então interessa muito diferenciar quem estava nisso antes e quem entrou depois. Quem estava antes tem um perfil basicamente de ONG’s, um ou outro técnico, com um perfil mais técnico como eu e várias outras pessoas parecidas. Eu não tenho muita lembrança de uma importante participação do movimento social. Sempre teve o acompanhamento de dirigentes sindicais do campo da agricultura, isso sempre teve, mas movimento social, não. Você tinha basicamente esses perfis que falei, acrescidos dos técnicos governamentais, no mundo da esfera federal, que eram pessoas que nas experiências municipais e estaduais estavam lá tentando trabalhar com a questão alimentar, quase sempre com enfoque na SAN”(CERESAN - UFRRJ /FBSAN).

Em seguida, explicita os significados pós-governo Lula:

“O primeiro, sem dúvida nenhuma, foi a incorporação movida pela notoriedade dada à questão da fome. Acho que é inevitável isso, essa referência. Então a aproximação se deu muito na perspectiva de juntar forças e contribuir numa causa nobre de um governo que estava pautando a discussão da desigualdade, naquele momento, pobreza. Então, não é difícil entender algumas incorporações. Acho que a incorporação das denominações religiosas é mais ou menos óbvia, talvez com a diferença da Pastoral da Criança, que tem um trabalho anterior, mais trabalhada no interior dela. Mas não é novidade a incorporação de alguns outros movimentos sociais, tenho dificuldade de avaliar. O movimento sindical ainda não está para valer, fora os sindicatos rurais. Os sindicatos urbanos ainda não se envolveram com o tema. Acho que não conseguiram abrir suas agendas. E acho que talvez a principal incorporação se deu pelo diálogo com as outras áreas temáticas próximas, é bastante visível o diálogo com a área ambiental, muito forte. Aí tiveram ganhos, aí teve expansão. No mundo rural também. Por exemplo, eu considero um exemplo importante de incorporação a estreita relação estabelecida entre o nosso movimento e a ASA(Articulação do Semi-Árido). Aquilo para mim é notável. O Nordeste sempre foi nosso tema, mas era o tema da pobreza. O próprio Governo Lula quando começou com isso, começou pelo Cartão Alimentação, o olhar de pobreza e ASA fez a gente discutir no CONSEA um modelo de ocupação daquele ecossistema, de convivência. O exemplo da agroecologia é outro também importante e agora, mais recentemente, começamos a nos aproximar da economia solidária. Então eu diria que a expansão ampliou o leque das ONG’s, porém, principalmente a partir da aproximação de campos temáticos e houve uma expansão menos importante nos

movimentos sociais, seja porque o sindicalismo urbano ainda não assumiu isso para valer, seja porque alguns sindicatos rurais como o MST, se afastaram por várias razões, e por último, temos a grande ausência dos consumidores. Não acho que é um problema nosso só não, acho que pode ser um problema dos consumidores. Consumidor é uma categoria muito difusa. Tanto é que até hoje se você quiser encontrar algo mais do que o IDEC, você vai ter dificuldades. Então não é uma dificuldade específica nossa, não, é uma dificuldade mais geral. Então eu vejo assim a ampliação, acho que é mais temática, e com isso trouxe novos atores, e o próprio enraizamento nas ONG's e no mundo rural.” (CERESAN - UFRRJ /FBSAN).

Ainda nesta categoria, alguns depoimentos destacam os desafios colocados na agenda política do segundo mandato do atual governo; dentre outras coisas, a perda de espaço da questão alimentar, pelo viés da fome, conforme expresse no depoimento abaixo:

“Eu penso que nós estamos vivendo um momento, especialmente, importante pelo fato de que a referência da fome está saindo da agenda, porque o que todo mundo fala é o êxito da política social. Então a desigualdade está caindo, as políticas sociais são avaliadas como exitosas, do ponto de sua amplitude, talvez com várias insuficiências, mas, então, é como se falasse assim; bom, estamos chegando perto das três refeições ao dia, agora, vamos falar de outra coisa.

O governo já mudou, fez uma inflexão, do meu ponto de vista, bastante problemática de tornar a palavra crescimento uma espécie de objetivo-síntese do segundo mandato, e isso é muito pobre, muito empobrecedor, para um governo que começou como começou. Não acho que o governo Lula vai deixar de tratar disso, mas até pela sua própria necessidade de justificar os seus atos, prestar contas, olha o que faz o MDS todo o tempo. *Eu digo que o êxito até agora pelas políticas sociais leva consigo um certo escanteamento da questão alimentar vista pela ótica da fome. Bom, acontece que nesse mesmo momento a gente tem uma lei e a possibilidade de construir um sistema, então o desafio é como a gente consegue colocar no lugar de uma palavra de apelo forte para religiosos e não religiosos que é a fome e o alimento, uma formulação um pouco mais complexa, e até uma palavra de não fácil manejo, que é a SAN, então acho que é um desafio isso. Eu comecei falando da Igreja e cheguei nesse ponto porque as Igrejas, as denominações religiosas, elas são uma referência importante nesse campo, então a ver se elas conseguem dar esse passo, quem sabe reunindo seja a sensibilidade para com o direito e a cidadania seja a sensibilidade para com o alimento, como psicologia, como símbolo da vida. Como a nossa formulação é uma formulação que valoriza muito isso, fala do saudável, fala daquilo que é respeitador do ambiente, aquilo que expressa a cultura, vamos ver. Agora também nós devemos estar preparados para identificar ou reconhecer a presença do tema ainda que sob outras denominações. Pode não ter uma palavra síntese como fome, mas se a gente conseguir com o enfoque de alimentação saudável (...) eu acho que a Igreja pode ser um bom termômetro para a gente perceber se vamos conseguir não deixar que o tema vá junto com a política sócia. Tudo bem, a moçada está recebendo o Bolsa Família, renda não sei o quê, estão comendo, o alimento custando mais barato, todo mundo feliz, então isso é um desafio.*

Então, tem duas premissas aí, o primeiro é que a SAN, assim como várias outras noções, que são utilizadas para a política pública, elas dependem fortemente de legitimidade social e a partir daí, conseguem ser reconhecidas pela política pública. *Nós temos nesse momento o desafio de fazer, no Brasil, essa transição, inclusive num contexto bastante difícil, porque a gente pode ser atropelado por uma visão muito utilitária e focada na idéia de crescimento.*

A segunda questão é o seguinte: não é só a área de SAN que tem questões de legitimidade e reconhecimento, não. Talvez seja mais grave do que outras, mas a gente costuma se referir a algumas áreas mais consagradas como a saúde, mas isso não é óbvio, por exemplo para a área da saúde pública” (CERESAN - UFRRJ /FBSAN).

Ao descrever a receptividade ao conceito, por parte das entidades que entram em contato com este tema, o representante da CUT destaca a frustração que se seguiu ao início do segundo mandato do atual governo:

“É um conceito novo, que está chegando aos poucos. Dizer a uma pessoa, que mora numa casa que não tem nem energia, que ela tem direito a comer... O que inovou, que foi a questão do controle social, porém, agora, está havendo um retrocesso grande em relação a isso. Então, quem vinha achando que seria um empoderamento, de ser um agente mesmo, transformador, de implementação de políticas etc, veio muito empolgado pensando que teria uma oportunidade. Isso nós não avançamos muito porque seja das ações do governo federal, ou dos estaduais, nós temos dificuldades de implementar. Quando há uma frustração desse ponto de vista, da concretização da democracia, os conselheiros vêm com muito gás, e aí começam a dizer, puxa vida, poderíamos avançar mais, mas não há sensibilidade. E isso pode significar um certo esfriamento”(CUT).

De outro lado, o presidente do CONSEA enfatiza o processo de criação de uma *identidade* para o tema:

“É, se bem que eu acho que nisso também se avançou. Pouco a pouco, não apenas nós, mas muitos outros, já começam inclusive a advertir que tem mais coisa na SAN do que simplesmente o combate à fome. Então, acho que tem avanços aí, acho que se consegue diferenciar mais. Mas também é freqüente você verificar, mesmo entre pessoas que tem um acesso maior às informações, sempre que vão tratar, ou são chamados a tratar o tema da SAN, ficar especificamente num discurso sobre a fome. Estamos numa fase intermediária, de transição, não tem ainda consolidado completamente enquanto um tema com identidade própria”(presidente do CONSEA).

4.5.2. Visibilidade às interações entre os campos temáticos das esferas da produção e do consumo

Figura 2 – Significados da SAN – categoria: *Aproximação entre Campos Temáticos*

Com vistas a identificar os significados advindos das dinâmicas de aproximação entre os campos de produção e consumo, este conjunto trata dos significados relacionados: à adequação, por parte das entidades, à abordagem integradora da SAN, à visão de processo, às convergências propiciadas pelo princípio da intersetorialidade e às repercussões, internas e externas, a partir do estabelecimento de novas conexões e/ou a valorização de antigos sentidos, no âmbito dos programas públicos e também no campo de lutas travadas pela sociedade.

Foi possível destacar um conjunto de respostas em relação a essa categoria. Num primeiro subgrupo, localizam-se respostas referidas às dificuldades na apreensão de uma *abordagem mais integradora*, inclusive no nível do conhecimento.

A nutricionista da Universidade Federal Fluminense (UFF), representante do Fórum Brasileiro de SAN(FBSAN), aponta semelhanças com o percurso realizado

por outras temáticas, como, por exemplo, a trajetória realizada pela temática da *Promoção da Saúde*:

“Eu acho que essa perspectiva de diálogo entre campos do conhecimento, ela não é nova, ela vem há muito tempo sendo assim, perseguida. Eu acho que por vários campos de conhecimento, pela necessidade mesma dos problemas. Principalmente os problemas sociais, por exemplo, eles trazem um desafio que força as instituições que atuam naquele campo a, de fato, buscar uma nova forma de abordagem. A saúde, por exemplo, há muito tempo já vem entendendo isso e nem por isso consegue de certa forma avançar concretamente. A ótica de Promoção da Saúde foi uma tentativa de relacionar os processos sociais mais amplos com os processos mais individuais, familiares, comunitários, então, é uma coisa que vem sendo perseguida. Eu acho que de certa forma já se avançou, só de você reconhecer, porque não é um processo fácil essa aproximação, mas acho que é uma necessidade, tem sido sentida como uma necessidade. Agora, é um processo. Por exemplo, se os atores que participam sentem a necessidade de se aproximar, por outro lado tem todo um custo em relação a isso, a essa aproximação. Significa tempo, energia, conflito, ela não é fácil, você tem que pagar um preço, estar disposto a pagar um preço, para se aproximar, para agir de forma mais conjunta”(UFF).

Em relação a pouca literatura existente sobre a aproximação da SAN com o campo da *Promoção da Saúde*:

“É, eu acho que quem discute Promoção à Saúde não está mesmo. Porque em todos esses campos você tem pessoas, instituições, grupos, atores, você tem gente que está conduzindo, gente que está mobilizando aquele tema, conduzindo e liderando. Eu não vejo o grupo que mobiliza a discussão de Promoção da Saúde integrado a SAN, nem vice-versa. A gente, por exemplo, está tentando, lá em Niterói, a gente está com uma pesquisa que está tentando discutir ações educativas desenvolvidas pela rede de saúde pensando com esses dois focos, da Promoção da Saúde e da SAN. Porque se você for analisar as óticas, elas têm muita coisa em comum, ambas são amplas, ambas têm uma perspectiva intersetorial e tratam de questões muito semelhantes, muito próximas. E uma coisa que tenho percebido lá nessa experiência é que os profissionais mais técnicos, que estão atuando mais na ponta, têm uma certa dificuldade com a discussão da SAN. Ela parece mais conceitual, é mais distante, a Promoção da Saúde ainda está mais perto porque são profissionais de saúde, mas quando você vai discutir SAN, traz uma certa insegurança para eles. Acho que é por ser um tema que, apesar deles já virem fazendo já muita coisa, em relação à SAN, parece uma discussão mais distante, de política pública, de espaços que eles não estão ainda participando. Quem está participando desses espaços se sente mais à vontade com o tema, agora quem está na Unidade de Saúde, quem está atuando na Rede, parece um tema mais desafiador. A Promoção da Saúde talvez eles consigam fazer uma relação mais direta, porque é Promoção à Saúde e eles são profissionais de saúde. Mas a SAN eu sinto que ainda é mais distante para eles, parece uma coisa conceitual, do que da prática do dia-a-dia. Essa conexão entre a discussão conceitual e o que eu faço no meu dia-a-dia, ainda é difícil. Talvez para a Promoção da Saúde

também, se você for pensar o técnico está lá na Unidade de Saúde, numa escola, e como é que eu conecto o que eu faço ali. Tem muitas conexões, mas o processo de trabalho, ele acaba forçando a pessoa a atuar. Ou eu atendo, ou estou na escola pensando a escola como espaço de Promoção da Saúde. Mas, dentro daquele meu limite do processo de trabalho, eu sei que existem conexões com a comunidade, o quanto ela se mobiliza ou não, o quanto ela tem acesso a bens e serviços públicos, eu sei, mas entre eu saber e eu conseguir redimensionar a minha prática em função desse conhecimento, acho que ainda tem uma distância grande. Entendeu? A gente fica pensando mecanismos, como eu posso num atendimento, que parece uma coisa muito pontual, mas o profissional está fazendo é aquilo, ou num grupo, talvez, de práticas educativas, como ele pode trazer à tona questões que estão para além só da saúde, do plano mais biológico, trazer para os diversos grupos que acontecem nas Unidades, grupos de hipertensos, obesos, ou na escola com as crianças “(UFF).

Posiciona-se também quanto à *amplitude* dos conceitos:

“Até pelo próprio conceito de Saúde que hoje a gente trabalha, é muito amplo da mesma forma. Se você pensar que a nutrição é uma dimensão dentro da saúde, parece que a Promoção da Saúde é mais amplo, mas se você pensar o conceito de SAN que remete à agricultura, meio ambiente, aí você já não sabe o que é mais amplo. Porque a Promoção também vai remeter a outros. Talvez o que menos esteja presente na discussão da Promoção da Saúde e o que está presente na SAN é essa dimensão da agricultura, do abastecimento e da comercialização. Acho que isso o conceito de promoção pode até contemplar, porque ele é amplo, mas não é o foco, o foco fica nos processos de desenvolvimento local, de construção da autonomia dos sujeitos, do cuidado com a saúde. Tem uma ótica muito forte de processo educativo, também, na Promoção da Saúde, de fortalecer essa autonomia e, portanto, várias outras dimensões da vida, mas talvez essa da produção, da comercialização, você não vê muito sendo tratada, como na SAN” (UFF).

Já o representante do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e membro da coordenação do Fórum Brasileiro de SAN (FBSAN) destaca a dificuldade em relação à exigência de uma mudança de *paradigmas*, inclusive nas próprias organizações da sociedade civil:

“Essa é a tentativa, é o esforço, é a leitura, para tentar quebrar um pouco isso e passar a ter esse entendimento, mas não é fácil. Isso vem lá de trás, na visão de mundo, Descartes, como essa visão de mundo foi estruturada em nossa civilização. Para romper é preciso uma revolução nos paradigmas. Em nossas próprias organizações há essa fragmentação. No IBASE, por exemplo, a gente está começando a conversar com uma outra linha programática, da economia solidária, também iniciamos conversas com a linha que faz o monitoramento de programas, então começa a abrir. Mas ainda a estrutura da instituição é fragmentada”(IBASE).

E mais à frente, conclui :

“Construir a intersetorialidade, todo mundo fala, mas não consegue construir na prática. É difícil produzir essa troca de saberes. Tem que entender a visão de mundo do outro, quais são os problemas, as dificuldades na produção de alimentos, qual é a relação dele com a terra. Por outro lado, tem que saber também da nutricionista, a ciência da nutrição o que tem a dizer. A história, antropologia, cultura, impacto da produção de alimentos no meio ambiente. Essa troca de saberes entre esses diversos campos tem que ser feita, para você entender realmente esses conceitos”(IBASE).

Um segundo aspecto ainda nesta categoria, refere-se à noção de *processo*, à construção de uma identidade para o tema, realizada de forma não linear e em meio a tensões, na conjugação de ritmos e dinâmicas diferenciadas das organizações. Neste sentido, o representante do IBASE destaca a permanência, ainda em vários setores do governo e da sociedade civil, da incorporação do tema, pelo viés da fome:

“Eu participei de seis conferências preparatórias da III Conferência Nacional. Em todas elas, quando a gente ouve os governos falando sobre SAN, seja no Município ou Estados, ou até mesmo no governo federal, a fala é no sentido que SAN é combate à fome. São políticas que estão nas secretarias de assistência social ou desenvolvimento social, na maior parte deles, e as ações desenvolvidas são aquelas ações de garantir a alimentação. São os projetos de restaurantes populares, de banco de alimentos, distribuição de alimentos, são projetos de assistência alimentar. Há ainda uma pouca incorporação desse conceito mais amplo por parte dos governos e das políticas que eles implementam. E isso é generalizado. Você pega, inclusive, o governo federal, tem uma secretaria de segurança alimentar num Ministério de Desenvolvimento Social, que deveria chamar Secretaria de Assistência Alimentar, que seria mais coerente. Porque a SAN deveria estar em vários Ministérios, e não só lá. A compreensão desse conceito em sua amplitude ainda é muito pequena”(IBASE)

Por outro lado, o representante da Confederação dos Agricultores da Agricultura (CONTAG) destaca a existência de um processo em curso:

“Do ponto de vista prático, não se dava importância, não se dava bola, não se entrava dentro da visão política esse conceito, do direito à alimentação. Agora vejo isso como um processo. Imagino que isso é uma percepção que as nossas lideranças começam a ter, mas não conseguem isso automaticamente, fazer entrar na pauta, na cultura, da linguagem, do dia-a-dia”(CONTAG).

Também a nutricionista, representante da Associação Cultural de Mulheres Negras (ACMUN) do RS, aponta o caráter inicial do tema:

“Eu vejo assim que a educação alimentar e nutricional está mais consolidada enquanto um conceito público se tornou mais público. Vejo que a SAN chega depois, um conceito novo e que ainda está em construção. Vejo no movimento negro, por exemplo, que ainda há uma descrença no que é SAN. A SAN se insere no movimento popular em outras lutas. Se tu me perguntar sobre a Emater e o CONSEA/ RS, esse conceito está bem definido em seus contornos, bem apropriado, vejo um acúmulo maior, mas no movimento popular ainda não vejo. Porque ele ainda está diluído em outras lutas sociais. A luta pela conquista da posse da terra, salário e renda digna. E a alimentação de qualidade, na luta popular, ela chega bem depois. Se a gente olhar as prioridades da luta popular, ele chega bem depois. Não conheço um movimento popular que tenha como bandeira de luta principal uma alimentação equilibrada” (ACMUN).

Ainda neste conjunto, o processo de incorporação do enfoque de SAN pelas entidades da sociedade civil é visto como indispensável para o alcance da legitimidade do tema:

“Agora, não tenho muita dúvida de que esse é um requisito indispensável, por aquilo que falei agora há pouco, de ter o reconhecimento da questão. Não tenho muita dúvida sobre isso não. Nós estamos, por enquanto, conseguindo uma vantagem, uma vitória importante, nós estamos banalizando o termo, daqui a pouco vem a construção, a hora em que ele se banalizar, se ele vier a se banalizar, acho que já se vulgarizou bastante, agora vem a construção, ele vai ter que ser apropriado. E ele não vai ser apropriado simplesmente como você pensa, como eu penso, ele vai se apropriando da maneira como os ribeirinhos lá não sei da onde vão se apropriar, então acho que nós estamos conseguindo uma boa coisa que é a sua difusão. Agora tem a construção do conteúdo e a educação seria fundamental” (CERESAN - UFRRJ /FBSAN).

A respeito de seu caráter mobilizador, o entrevistado enfatiza o princípio da *intersetorialidade* e a importância estratégica da assimilação da SAN pela estrutura do Estado:

“E é inovadora, nesse enfoque nosso. Acho que ele é inovador no aspecto, por conta da sua pretensão da intersetorialidade. Outros podem ser, desenvolvimento sustentável também é. Agora o que eu quero dizer é que ele é inovador porque, com esse enfoque, ele não tinha legitimidade. A FAO lida com SAN faz 500 anos. Se vai a 90% dos lugares onde a FAO está, o que ela faz são programas de apoio à

produção. Eles estão olhando muito para a gente, porque a novidade está aqui nesse enfoque. O requisito do diálogo intersetorial inclusive questiona esse padrão de localização no Ministério da Agricultura e tudo. O êxito nosso estará dado pela capacidade de fazer essa inovação ser assimilada e para dentro da estrutura do Estado. E que você seja capaz de criar essas ações sistêmicas, que façam essas áreas dialogarem a partir da suposição de que alimento é uma coisa que tem que ter permanente destaque, permanente atenção como questão. Assim como a natureza está sendo"(CERESAN - UFRRJ /FBSAN).

Segundo o representante do CAA/BA, um dos desafios para a obtenção do reconhecimento do Estado é o enfrentamento da questão da *amplitude* do tema:

“Agora, a gente tem que tomar o cuidado que um conceito tão amplo, não caia em alguma coisa que não tem contorno, e que é tudo, mas que também não é nada. Então, acho que a gente pode experimentar dar alguns contornos possíveis às ações de SAN, na produção de alimentos, acesso, saúde e nutrição, organizar o Estado para garantir esse direito, para que as pessoas tenham onde exigir o direito, quando não têm acesso a ele”(CAA/BA).

Em concordância com este argumento, o representante do CERESAN menciona a necessidade de se atribuir a SAN um *objeto específico*:

“Em relação à amplitude do tema, nós somos pretensiosos no enfoque, ao mesmo tempo queremos que ele seja intersetorial, queremos que as múltiplas dimensões da questão alimentar estejam contempladas, somos capazes de estabelecer relações entre qualquer coisa que diga respeito à vida sobre a face da terra com a SAN, mas precisamos não perder de vista a necessidade de definir qual é nosso objeto específico, sem perder de vista uma visão ampla e abrangente. Se não formos capazes de conferir alguma especificidade ao nosso objeto, a gente pode se perder um pouco. No Encontro Nacional do ano passado, nós trabalhamos com a idéia que existiriam alguns grandes programas basilares que seriam grandes programas articuladores da ação pública em cada uma das áreas, tais com PBF, PRONAF, alimentação escolar, PAA, SISVAN, que têm estrutura nacional e no entorno dos quais se articulam outras ações. Pode ser um caminho para se adotar, mas nós temos as portas de entrada convencionais da SAN na administração pública. Fazendo uma retrospectiva disso, vamos notar quando ela entra nos anos 90, entra pelo abastecimento, sobretudo. É a principal porta de entrada na administração municipal. Posteriormente, é que ela começa a entrar pelo desenvolvimento social, muito provocada pelo que aconteceu no governo federal. Então, essa porta de entrada determina muito do perfil, o viés, a compreensão que os programas e ações vão assumir na administração. E principalmente, a questão da amplitude, tem que estar coordenada com o que se passa no âmbito nacional” (CERESAN - UFRRJ /FBSAN).

Ao discorrer sobre os vínculos de aproximação entre campos temáticos relacionados à esfera da produção e do consumo, o representante da CONTAG destaca o aspecto da *qualidade* e das *articulações* impulsionadas pelo conceito:

"Eu vejo essa possibilidade e penso que de alguma forma ela começa a se explicitar. Porque isso tem a ver com a qualidade, tem a ver com o tipo de alimento, tem a ver com a preocupação também do consumidor, com a política do outro lado. *Então parece que esses conceitos, eles começam a ser chaves de articulação do conjunto da sociedade e inclusive nos setores da sociedade civil, com outros movimentos sociais mais ligados ao consumidor, mas, principalmente dentro das próprias esferas do governo, das políticas que devem estar voltadas para esse conjunto de questões, tanto do ponto de vista dos Ministérios, autarquias ligadas à produção, como das políticas sociais, do abastecimento, e outras políticas*" (CONTAG).

Um primeiro aspecto observado neste conjunto refere-se ao alcance de uma visão mais *integradora* e *interdisciplinar* da questão alimentar. Nas palavras do representante do Movimento de Organização Comunitária (MOC):

"Iniciando pelo MOC, nós começamos a mexer um pouco com o tema a partir de alguns projetos com a Cáritas Holandesa, que se situavam no âmbito da SAN. *Mas a primeira elaboração nossa, ela não passava de um projeto de melhoria da renda das pessoas, melhoria da infra-estrutura e da perspectiva da produtividade, entrando no debate de que aquelas melhorias teriam que incidir sobre melhores condições de alimentação e de vida, mas sem entrar ainda em maiores detalhes e especificações do que significaria essa dimensão de SAN. Posteriormente, no próprio monitoramento do projeto, no intercâmbio com outras organizações, a gente começa a estabelecer inter-relações de conceitos, de entendimentos, e aí começa a ficar mais claro que não é só produzir, é também se alimentar, é se alimentar bem, uma alimentação equilibrada, então começam a evoluir elementos que passaram a interferir nesse campo. Isso impactava e as pessoas começavam a querer plantar aqueles produtos, aquelas verduras, e isso vai ganhando corpo. Nós tivemos nesse projeto a condição de aferir a melhoria das crianças, a melhoria da alimentação em várias comunidades, muitas lideranças que foram formadas nessa perspectiva. Acho que os conceitos vão se desdobrando. Na medida em que não se interferia na alimentação escolar e agora você vê que é importante interferir, definir da onde vem o produto e qual a qualidade dele, você ter uma nutricionista que oriente esse processo. Então, esse conjunto de debate, flui, hoje em dia na região. Mas ele vai agregando elementos a cada instante*" (MOC).

Dentre os aspectos presentes na fala acima, importa ressaltar como o caráter intersetorial do tema potencializou resultados, ao favorecer a agregação de conhecimentos, segundo o entrevistado, por meio do "desdobramento de conceitos",

redimensionando a ação, no âmbito da própria entidade. Por sua vez, uma visão mais integrada da questão alimentar promoveu a criação de novas relações, abordagens e práticas intersetoriais, como mostra a representante da FASE, ao se referir ao PAA (Programa de Aquisição de Alimentos):

“O melhor exemplo que tenho é o PAA. Para entidades que trabalham a agroecologia na perspectiva de SAN, o programa desdobra-se em ações como educação alimentar com as próprias famílias dos grupos de produtores e interação com a escola, levando questões também sobre educação alimentar, cultura alimentar etc. Se a experiência é agroecológica mas não incorpora essa perspectiva, o PAA pode converter-se apenas no canal de comercialização do mercado institucional, o que por si só é importantíssimo, não nego, pois traz a questão do papel do Estado no abastecimento. Mas como disse acima, na primeira concepção há este sentido político, mas os outros são integrados.

Nós identificamos coisas como as seguintes: primeiro, quem tem a perspectiva da SAN trata, concebe de forma diferente um Programa, como o Programa de Aquisição de Alimentos. Não vê esse Programa apenas como um mercado institucional, mas vê a potencialidade que um Programa como esse tem de alargar essa interação na sociedade, porque coloca as experiências em contato com as escolas, problematiza a qualidade da alimentação escolar, problematiza um tipo de currículo escolar, que às vezes nem leva em conta o próprio conhecimento dos alunos sobre a agricultura familiar. Dá outro sentido para que as próprias crianças e os professores pensem o que representa aquela cultura, a agricultura familiar, o agroextrativismo está ali no entorno deles próprios e então, concluímos que falar de SAN, do ponto de vista agroecológico, significava, por isso que nós vimos que era um tema agregador, significava trabalhar a questão da diversificação da produção, conservação sustentável da biodiversidade, significava pensar o consumo e a educação para o consumo, significava pensar as várias relações com o mercado, valorizando os circuitos curtos de mercados, as feiras agroecológicas, também o mercado institucional, como o Programa do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), então, nós vimos que, por isso nós chamamos de um tema agregador. Tem muito pouco tempo de reflexão sobre isso” (FASE).

A emergência de maior preocupação com a dimensão da produção de alimentos, com a qualidade do consumo, propiciado pelo enfoque de SAN, é outro aspecto observado em entidades que desenvolvem atividades educativas relacionadas ao consumo de alimentos, no meio urbano:

“Mudou a visão. Há um maior aprofundamento da alimentação saudável. Hoje a qualidade está melhor e há uma preocupação com as hortas domésticas, que é uma demanda da base, que veio a partir dessa discussão toda de SAN.

E outra coisa, nós vamos iniciar uma experiência, é a primeira no Brasil, na Diocese de Guarabira, na Paraíba, para trabalhar a SAN com a geração de renda, porque as

duas têm que andar juntas. Porque a gente vê que a geração de renda relaciona-se à SAN, principalmente na questão do alimento, porque as famílias pobres, o dinheiro delas todo é empregado no alimento. Não podemos dizer que as nossas famílias têm uma SAN. O trabalho não é fácil. É preciso agora arregaçar as mangas e dar um reforço maior a essa ação.

Desde 1998 está havendo uma grande mobilização na Pastoral da Criança em torno deste tema. Primeiro, em todas as regiões aconteceram seminários. Depois a gente começou o trabalho com projetos pilotos, que não deram muitos resultados. Então houve uma parada não geral, ficou a cargo de cada Diocese. Na Paraíba, por exemplo, não parou. E agora, está retomando mais na área de hortas domésticas. Porque a grande preocupação da Pastoral da Criança é trabalhar com a família, e não para a família. E não é tanto a preocupação de formar uma horta comunitária, mas que a família tome consciência de que aquela hortinha, que está fazendo, ela complementa sua alimentação. São dois eixos que a Pastoral está se envolvendo na atualidade; a questão da horta doméstica e a oficina da alimentação enriquecida. Se a família conseguir tomar essa consciência de que uma horta doméstica serve para o complemento da alimentação, já é de bom tamanho. A preocupação da Pastoral da Criança não é só dar receitas, é construir, é troca de saberes e sabores. O nome da oficina hoje é “Alimentação Enriquecida: troca de saberes e sabores” (Pastoral da Criança).

Reconhecida por realizar um trabalho educativo em torno das ações básicas de saúde, a Pastoral da Criança desenvolve, há muitos anos, uma metodologia simplificada em nutrição, de cunho popular, com vistas ao enriquecimento do cardápio, a partir da utilização de partes não convencionais dos alimentos (talos, folhas, farelos de cereais, sementes e cascas) e a valorização de produtos regionais. O aproveitamento mais integral dos alimentos tem colaborado na recuperação da desnutrição, no aumento do aleitamento materno, no combate à fome e na melhoria da saúde como um todo, pois as partes dos alimentos anteriormente desperdiçadas são ricas em fibras, vitaminas e minerais. Além de propiciar uma economia da ordem de 30% nos gastos com alimentação, a utilização de partes não convencionais colabora no combate ao desperdício, reduzindo a quantidade de resíduos alimentares destinados aos aterros sanitários. A matéria orgânica restante ainda pode ser compostada e utilizada como adubo (Pólis, 2001).

Ao comentar os motivos que levaram a Pastoral da Criança a estabelecer uma parceria com a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), ONG atuante no campo da agroecologia, a entrevistada destaca a relevância da qualidade das sementes e o incentivo ao cultivo de hortas pelas famílias atendidas

pela Pastoral, como um desdobramento da ampliação do conhecimento, em relação ao tema:

“Foi construída a partir dessa preocupação da PC de trabalhar nas hortas. Tanto é que as oficinas são coordenadas também pela AS-PTA. A gente quer levar umas sementes para distribuir e está sentindo dificuldade para encontrar, semente de couve, por exemplo, sem agrotóxico. Porque a semente de couve é uma semente universal, assim como o feijão e a gente está nessa angústia porque não está conseguindo sem agrotóxico. Porque se a gente fala em SAN, como falar de agrotóxicos? Em semente envenenada? Então o que estamos fazendo? É uma contradição grande mesmo” (Pastoral da Criança).

Nesta mesma direção, a representante da APNs (Agentes da Pastoral de Negros) demonstra maior clareza em relação à construção de novos elos com a esfera da produção e do abastecimento, propiciada pelo enfoque de SAN:

“O que eu acredito que nós conseguimos visualizar aqui é a questão de produção e abastecimento. Nunca nós havíamos pensado em produção e abastecimento, você entende? Não pensava nisso. E hoje a gente pode estar discutindo isso, a questão de preço do alimento” (APNs).

Já a representante do CONSEA do Ceará menciona a mudança de postura e a ampliação da visão, destacando o incentivo à produção de produtos *agroecológicos* e à emergência do tema da *agricultura urbana*:

“Acho que amplia a visão das pessoas, muda a postura. Por exemplo, no Ceará estava havendo agora uma grande articulação para a criação de um mercado público para a comercialização de produtos agroecológicos. Isso começa a se materializar em ações concretas, não só mudança da percepção das pessoas, mas como fazer com que isso tenha uma concretude num espaço de comercialização e não é só o espaço de comercialização, porque a coisa começa lá na ponta, organizando os agricultores para poderem produzir produtos que tenham realmente uma agricultura mais limpa, sem uma sobrecarga de agrotóxicos, tudo isso vai tendo um efeito multiplicador, do próprio conceito, redefinidor também. No que diz respeito à agricultura urbana, é uma outra discussão que vem se fazendo, a importância das hortas nas escolas, a horta podendo ser um laboratório para as crianças e jovens nas escolas, as hortas podendo fornecer, complementar a merenda escolar, entrar no preparo da merenda escolar, o envolvimento das mães, a sensibilização com relação a isso, os filhos levando para casa essa concepção de produto saudável, de alimentação saudável, então tem várias questões e as capacitações que a gente vem dando, as palestras, pegando diferentes setores, então isso tem um efeito multiplicador muito grande” (CONSEA/CE).

O aspecto mais intensamente referido neste bloco diz respeito ao resgate da *importância social da agricultura familiar* e da produção para o *autoconsumo*, propiciada pelo enfoque de SAN.

A descrição do representante da ONG CAA/BA ilustra esta questão, indicando, inclusive, o aporte de qualidade, a *valorização de novas dinâmicas de trocas* e o favorecimento de maior apropriação dos *resultados do seu próprio trabalho*, propiciados pelo enfoque de SAN:

“O CAA foi criado em 1990, fruto de um trabalho ainda na década de 80, principalmente com iniciativas produtivas, e o trabalho com educação, no interior da BA. No CAA o trabalho de apoio à produção, não só a produção agrícola, mas também a criação de cabra, produção de mel, ele já é antigo, na própria origem da entidade, com uma abordagem inicial, mais voltada para a geração de renda. Então, inicialmente esse era o assento prioritário, esse trabalho com a produção. *A partir do momento que a entidade tomou contato com uma abordagem um pouco mais ampla da SAN, esse sentido para o trabalho, que não se restringia ao econômico, apenas, ao aumento da renda, ele propiciou, no meu entendimento, um aporte de qualidade no trabalho feito, e também a valorização de dinâmicas de troca, de autoconsumo, de alimentos que anteriormente passavam meio despercebidos, com resultados, impactos positivos no trabalho. Ao perceber que o trabalho de produção poderia ter uma função primordial, também para garantir saúde às pessoas que produziam, tenho a impressão que o trabalho se reconheceu melhor, como ele realmente era. Havia o dado do aumento na renda da família, mas isso, mesmo para as famílias, não era o principal. Para elas, a gente percebeu isso em grupos focais, o fato de melhorar a saúde dos meninos era mais importante do que o aumento da renda. Mas essas perguntas a gente só passou a fazer quando a entidade entendeu que fazia, sim, um trabalho de fortalecimento da SAN com aquelas famílias. Havia resultados bastante visíveis, impactos até. O trabalho vem de 1985, 86, mas esses resultados não eram valorizados, nem mesmo percebidos. A partir do momento que a abordagem de SAN foi incorporada pela entidade, ela passou a enxergar melhor o resultado daquilo que fazia. Também tornaram mais claro alguns outros desafios. Um exemplo, em relação ao mel. Se o assento é dado única e exclusivamente em relação à geração de renda, você não incentiva às famílias a consumirem mel como alimento. Então, passava batida a situação de alguém produzir mel, vender mel e comprar açúcar. A partir do momento que existe uma visão mais integral do trabalho, não é só produzir mel e ganhar dinheiro, é produzir mel para ter também uma alternativa de melhorar a sua própria saúde”*(CAA).

Pela fala do representante do Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP), pode-se constatar *maior valorização da própria alimentação por parte das agricultoras*, além de desdobramentos em sua dinâmica de trabalho, a partir da valorização do componente *nutricional*:

“Inicialmente essas agricultoras participavam nas pastorais e não tinham muito uma ação nessa área de SAN. Quem começou foi o SASOP e nós começamos a trabalhar, a partir de um diálogo entre um determinado alimento e o que aquele alimento tinha em sua composição. Então a gente usou algumas tabelas de nutrientes, mais para identificar o que aquele alimento tinha. *Elas passaram a ter mais presente a importância da própria alimentação [...] Agora elas desdobraram em outras coisas, apropriaram-se, por exemplo, da necessidade de agregar valor aos produtos, porque começaram a valorizar alguns produtos.* Organizaram-se em grupos de beneficiamento e geraram um trabalho belíssimo com o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos). Foi um grupo de mulheres que se organizou para trabalhar o beneficiamento do Umbu, gerou uma série de produtos para as escolas e tudo isso fruto desse grupo, que se capacitou e gerou essa iniciativa. São grupos de mulheres que trabalham com Unidades de Beneficiamento, com manejos de quintais, que é o projeto chamado “O Arredor de Casa”. *Elas trabalharam com formação, em uma série de comunidades, mas depois descobriram que poderiam dar um passo adiante e entraram num processo de beneficiamento de produtos para elas mesmas venderem e entrarem num outro circuito que foi o de gerar renda, com base num produto.[...] Então, o nosso trabalho não era só a educação alimentar, não era só produção agroecológica e nem só abastecimento, era um conjunto dessas ações, que compunham a estratégia de SAN, nos nossos programas locais.*

Então é isso que nós queremos discutir, não só a partir do conceito, não sei se me faço entender, é discutir a partir da “estratégia”, da ação, ver como essa temática da SAN incorpora a abordagem agroecológica ou vice-versa. E a gente percebeu que esse tema da SAN, com abordagem agroecológica, ele tem um efeito aglutinador de estratégias. Então uma organização que trabalha com agroecologia, ela nunca vai atuar só com educação alimentar, ela vai atuar articulando o tema da agrobiodiversidade, com o tema da educação alimentar, com o tema da produção, com o tema do acesso ao mercado. Então a gente percebeu que, com a abordagem agroecológica, o tema da SAN passa a ser um tema aglutinador de ações, e não uma ação pontual. E a eficácia e o impacto desta estratégia são exatamente quando ela conjuga uma série de intervenções, desde a educação, da produção e é por aí que a gente vem construindo esse tema” (SASOP).

Ao fortalecer a agricultura de base familiar, o enfoque da SAN dá visibilidade à existência de mais de um padrão de produção de alimentos, como destaca a representante do CONSEA do Ceará:

“Eu acho que essa apropriação, ela é bastante diversificada. Eu falei de uma forma mais geral, mas eu posso pontuar, no caso do Ceará, por exemplo, a nossa relação com a SDT (Secretaria de Desenvolvimento Territorial, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o CONSEA realizou várias reuniões no sentido de colocar na pauta das discussões dos territórios a questão da SAN. Então, reuniões que a gente realiza com o INCRA, a gente sempre coloca a importância no mundo agrário, do que agrega à SAN, do ponto de vista dos assentamentos rurais voltados, de um lado, para a questão do autoconsumo, porque, de repente, a economia de subsistência, com o avanço do capitalismo, ela passa a ser desqualificada. A agricultura familiar, ela só passa a ter uma projeção, se produz para a exportação, se

ela produz para o mercado. Então, recuperar isso é recuperar a qualidade de vida das famílias. *Então essa consciência de que é importante produzir excedente, mas é importante também produzir para o autoconsumo, para a subsistência familiar; e alimentos de qualidade, porque a gente, às vezes, diz: a agroecologia é própria da agricultura familiar, e não é bem assim. Então, essa discussão, por exemplo, das hortaliças e junto às plantações de tomate sobretudo, que são plantações mais bombardeadas por agrotóxicos, essa questão aparece. Então, há diferentes caminhos da gente chegar à SAN a partir de uma pauta central de reivindicação desses setores*”(CONSEA/CE).

A centralidade do tema alimentar, numa abordagem integradora, impulsiona uma nova visão sobre a questão da *assistência técnica*, conforme expresso pelo representante da ASA:

“Então, por exemplo, eu coloco a questão alimentar no centro da assistência técnica. Por quê? Porque eu não quero um produto químico etc, porque eu quero uma alimentação saudável ! Aí isso leva a uma perspectiva da agroecologia, da biodiversidade etc. Então são elementos que você vai inter-relacionando, e aí é a visão sistêmica e intersetorial, a partir de um eixo aglutinador, que é o direito à alimentação. E as pessoas pegam isso, pegam mesmo” (ASA).

A importância social da agricultura familiar é enfatizada pelo representante do CERESAN:

“É que antes a agricultura realizada em bases familiares era vista como sinal de atraso e hoje todo mundo concorda que é um componente importante da segurança das famílias, frente às incertezas de mercado, da sua condição de renda. Agora, o que é menos evidente é o outro lado, é o papel social deles como fornecedores de alimento. Não é que é menos evidente, eles sabem que eles deveriam ter esse papel e a maioria diz para você, que não cumprem, não estão conseguindo cumprir, mas porque enfim, estão se queixando de sua própria condição, de uma inserção no mercado desfavorecida. O que eu acho que está pouco trabalhado ainda é uma aproximação entre produção e consumo que permita, e o enfoque de SAN ajuda, não é só ele, mas ele ajuda, que estimule o consumidor a diferenciar o produto, segundo a sua origem, sua forma de produzir e, com isso, confira maior legitimidade social à agricultura familiar e o reconhecimento pela política pública” (CERESAN - UFRRJ /FBSAN).

Em seguida, destaca algumas diferenças no próprio campo da agricultura familiar, ao apontar os desafios colocados pela introdução da SAN, significando, simultaneamente, sua atualização e sobrevivência:

“E, da parte do pequeno agricultor, ele se valer dessa diferença, seja para mudar um pouco suas práticas, que nem todas elas são elogiáveis, e também buscar construir essa relação com esse consumo diferenciado. Senão não tem alternativa. Se os pequenos agricultores não conseguirem apoio e legitimação para um tratamento diferenciado, eles não têm muito futuro. Do ponto de vista de mercado, não precisa de tanta gente assim, qualquer economia dos países avançados, 3 ou 4% da população produz para si e para exportar. Nos EUA é assim, na França é assim, na Europa, não precisa ter 20% de gente no campo como a gente ainda tem. Agora, há muitas vantagens em ter ainda, e sobretudo se conseguisse frear, acho que reverter não é tão fácil, mas frear o movimento, tem muitas outras implicações, como a ocupação do espaço, a condição de vida dessas famílias. Essa atualização da importância social da agricultura familiar, ela vem pelos alimentos, eu acho, vem pelos alimentos e pela natureza. Acho que são as duas principais referências e para isso esse nosso enfoque ajuda, atualiza as bandeiras, atualiza a reforma agrária. A Via Campesina, por exemplo, a sua expressão francesa, a Confederação Camponesa, ela reflete um movimento bastante curioso de agricultores que querem readquirir o qualificativo de camponês, que foi execrado, inclusive por boa parte deles, durante o período da modernização, o camponês era atraso, eles queriam ser agricultores, capitalistas. Hoje a origem camponesa de um produto incorpora valor ao produto, diferencia ele. Existe uma expressão bastante mais antiga dessa preocupação com a saúde dos agricultores, a sua própria condição alimentar, que é o significado da produção de autoconsumo, que é uma coisa que durante muito tempo foi vista com preconceito, como se fosse sinal de atraso. O agricultor moderno, não é o agricultor da roça, da horta, o agricultor moderno, planta soja e compra no mercado. Na comunidade de pesquisa a gente nota duas ou três coisas interessantes, a primeira é que eles tendem a subestimar o valor do autoconsumo. Agora o mais interessante nessa linha que estamos falando é que eles sempre fizeram uma diferença entre o cultivo para o autoconsumo e o comercial. Eles não aplicam veneno no cultivo para o autoconsumo e fazem essa diferença e dizem no que eu como, eu não uso. E se você perguntar a eles, nós fizemos isso numa pesquisa, sobre a qualidade da alimentação, ele vai dizer que piorou na medida em que ele passou a comprar produtos fora. Então eles têm essa consciência. Eles não misturam, diferenciam e têm consciência de que a qualidade, ela piora, porque nesse caso, acho eu, qualidade está estreitamente associado com o natural, natural no sentido de natureza mesmo. Acho que o enfoque da SAN, na verdade, encontra um terreno fértil pelo lado da SAN da família, a condição alimentar e nutricional dela. Não acho que é evidente nos hábitos alimentares deles. Mas aí tem que discutir com muito cuidado, porque hábito alimentar tem a ver com a condição de vida, com o que a pessoa faz, com as atividades. Comer comida gordurosa para quem fica lidando com enxada é diferente” (CERESAN - UFRRJ /FBSAN).

Em seguida, ao lhe perguntar se o que estaria em curso seria a construção de uma visão mais *cidadã* da alimentação:

“É, e é por essa razão que eu estava te dizendo que esse enfoque atualiza as bandeiras dos agricultores. Coincidiu de eu estar na Europa nas duas “vacas loucas”, uma eu estava na Inglaterra e a outra, na França. Acho que foi na França que eu vi um consumidor fazendo declarações iradas. Como eu interpretava aquilo?”

Era um irado contribuinte, dizendo que o dinheiro dele, na forma de impostos, estava sendo usado como subsídio da agricultura, para financiar gente que estava fazendo eles comerem veneno. Então, era isso que ele estava dizendo, ele dizia, é para isso que a gente subsidia esses caras? Para a gente comer veneno? Porque eles sabem que os agricultores levam um padrão de vida lá, que não levariam não fosse o subsídio. *Então, isso é um espaço aberto para a agricultura familiar, se ela obviamente for numa direção de uma produção diferenciada, que é de ter o reconhecimento, de oferecer uma confiabilidade, e isso implica você discutir, os distintos significados, os diferentes significados das distintas formas de produzir. Por isso que é mais do que educação alimentar e nutricional, não é uma única agricultura, não é um único produtor, não há uma única fábrica" (CERESAN - UFRRJ /FBSAN).*

Por conter em sua construção princípios relacionados às formas equitativas e sustentáveis de se produzir e comercializar os alimentos, a SAN guarda proximidade com a agricultura familiar de base *agroecológica*:

“Isso começa a aparecer, não só em MG. Por exemplo, estive em Santa Catarina, no Espírito Santo, onde os agricultores mais ligados à agroecologia, ou à agricultura orgânica, eles começam a ter entrada maior com a questão da SAN. Não é produzir alimento orgânico ou agroecológico, por produzir, ou porque vende melhor, a idéia é produzir um alimento saudável, para que as pessoas tenham o consumo de um alimento saudável. É essa a idéia!” (Fórum Brasileiro de SAN).

A representante da FASE, membro da ANA (Articulação Nacional de Agroecologia), aponta questões sobre este debate, no interior do movimento:

“A percepção que nós tivemos dentro da articulação de agroecologia, especialmente o grupo que se responsabilizou pela criação dessa comissão, que hoje é um grupo de trabalho, nós cunhamos exatamente essa frase; que SAN era um pouco, talvez o inverso do que as pessoas pensavam, não é a agroecologia que integra, mas é a SAN, é a perspectiva da SAN, dentro da agroecologia que permite fazer esse tecido, essa articulação.

Então, eu acho que essa reflexão está precisando aprofundar, se fizéssemos uma comparação seria muito interessante, uma reflexão que mostrasse como é o ponto de partida e o que agrega dentro da articulação da agroecologia. Quais são as dimensões fundamentais da visão de soberania e SAN que aí se fazem presentes, de imediato. E isto, do ponto de vista da economia solidária, acho que inclusive já há algumas iniciativas, que é buscar dentro da economia solidária o que interage e relaciona com SAN. Mas eu acho que está precisando aprofundar mais, não sei se estou conseguindo me expressar, não é a inter-relação de temas e das políticas só, estou querendo fazer essa inter-relação a partir dos sujeitos, por isso que eu sempre sugeri que o Fórum era o lugar de interlocução de vários sujeitos. Eu continuo pensando nisso “(FASE).

Ao ser questionada sobre o fato de, se em lugar do "inverso do que as pessoas pensavam", não haveria processos simultâneos, ou seja, considerar-se a construção da SAN um campo também de disputas, onde a adoção da perspectiva da agroecologia, determinaria por sua vez uma certa concepção da SAN, a entrevistada acrescentou:

“Você tem razão. A minha ênfase em um ângulo só, na entrevista, é que eu estava falando do lugar da ANA e, querendo ressaltar que a perspectiva de SAN, dentro da Agroecologia traz novos sentidos ou reforça antigos sentidos. Mas você tem razão em dizer, que são movimentos nos dois sentidos, porque a incorporação da perspectiva agroecológica, na visão de SAN é, de fato, um campo de disputa.” (FASE).

Já o representante do IBASE destaca o início de um processo de *reconexão entre a produção e o consumo locais*, estabelecido pelo enfoque da SAN:

“Então já se percebe esse movimento, é pequeno ainda, mas já se percebe um entrecruzamento muito forte entre a produção de alimentos, os agricultores e o consumo desse alimento. O outro lado começa a fazer a ponte, por exemplo, da valorização dos alimentos tradicionais, a culinária local, clubes de compras nas cidades, mercados solidários. Então já se começa um movimento nesse sentido” (IBASE).

No entanto, a representante da FASE destaca ser este um elo ainda pouco construído:

“Por exemplo, você pode ter experiências tentando interligar mais um elo da corrente, que é a questão do consumo, do consumo sustentável. Dentro da construção da articulação da agroecologia, ela nasce evidentemente a partir da perspectiva da produção, da preocupação que gere condições de vida, de reprodução social dos vários segmentos do campesinato, mas não tem uma construção articulada sobre o consumo sustentável, o consumo ético, isso ainda está um pouco dissociado. Essas reflexões, essas experiências, elas estão mais internalizadas dentro do movimento da economia solidária e está faltando ainda juntar mais esses elos” (FASE).

De outro lado, o representante do Serviço Social do Comércio (SESC) refere-se ao crescimento do interesse, por parte do consumidor, sobre a origem dos alimentos, sobretudo em países desenvolvidos:

“Eu tenho uma filha que mora em Nova York. Ela sempre esteve ligada à questão da alimentação e foi levada a não comprar produtos de certas empresas, pois de acordo com o nível de informação de lá, sabe-se que aquela empresa tem problemas no que diz respeito à cidadania. Isso é um outro nível de informação e uma hora vai chegar aqui. E não é só um problema dos alimentos. Minha filha não compra, por exemplo, em uma grande empresa de produtos de roupa, porque, de acordo com informações, graças à rede da internet, que detalhadamente informa sobre as pesquisas que a empresa faz em relação aos animais, que são utilizados como cobaias ou, então, como se trata o empregado etc. *Então, acho que a sociedade ainda vai evoluir para controlar mais os alimentos, para você ter uma qualidade melhor, enfim, buscar meios para impedir abusos. Que a ganância do mercado exige resultado, e o resultado significa imediatamente você ganhar sob aquilo que você faz.* A visão é imediatista, inclusive muitas vezes por parte do próprio empreendedor, ou seja, mesmo que daqui a pouco seja proibido meu produto, deixa eu mandar brasa agora que, enquanto der tempo, eu vou faturando. Essa é uma visão anticidadã, mas é freqüente” (SESC).

Outro significado desponta pelo viés da incorporação da SAN pela área da saúde e a emergência do campo da *nutrição*:

“*Acho que uma coisa que é interessante em nosso movimento é como ele é um lugar que parece um espaço privilegiado de legitimação e de avanço dos nutricionistas, acho que isso é uma coisa também importante, acho que é bem específico, tenho a impressão que eles até acham que é o campo, por excelência deles, não sei se eles têm outros espaços, onde eles possam ter as suas questões devidamente contempladas. Mais os nutricionistas do que os agrônomos, apesar da relevância do tema rural, não é tanto pela agronomia, ou pela economia rural. Além da crises internas da agronomia, há uma demanda forte para a agronomia, que é a demanda que faz o agronegócio, a modernização, a monocultura, essa é a demanda, o olhar de produção, enfim. Para você ter os agrônomos, teria que ter agrônomos que se interessam pela pequena agricultura, ela que é a nossa interlocutora. Acho que eles ainda não perceberam que a SAN, da forma que a gente enfoca, ela permite atualizar muitas das demandas da agricultura familiar e estabelecer elos com o consumo e o consumidor que é a salvação dela, deveria ser um instrumento importante de legitimação social da pequena agricultura e da implementação de políticas públicas para ela*” (CERESAN - UFRRJ/FBSAN).

Ainda um último significado neste conjunto é apontado pelo SESC, onde a relação com a temática impulsionou a abordagem *antropológica* da alimentação,

sobretudo em São Paulo, ao aproximar o serviço prestado na área de alimentação de sua dimensão cultural, uma área bastante trabalhada pela entidade:

“Então esse é um lado e eu acho importantíssimo a gente conseguir de alguma forma aproximar o mundo da reflexão, da identidade antropológica nossa com a questão alimentar[...] O SESC é pioneiro nisso e mais em São Paulo, discutindo um pouco o ato da alimentação não apenas do ponto de vista do suprimento de nutrientes, mas muito mais como traço da identidade e aspecto simbólico, lidar com a questão da preparação, dos tipos de alimentos, a relação entre o alimento e o território, enfim, que é o ‘terroir’, uma outra questão que a gente está discutindo,” (SESC).

4.5.3. Aquisição da noção da alimentação como um direito humano

Figura 3 – Significados da SAN – categoria: *Noção do alimento como um Direito*

Iniciamos este conjunto com a fala da nutricionista, representante do ACMUN (Associação Cultural de Mulheres Negras/RS), vinculando a SAN ao conjunto dos *direitos humanos*:

“Agora a questão da SAN, vejo que tem que se trabalhar para a gente ter essa compreensão maior do direito, o que é estar seguro e poder se alimentar, a gente vê que essa onda de defesa dos direitos humanos, elas caminham na mesma direção, acho que também a gente não pode ver a SAN como algo que está acima desse todo, ela vem nessa onda, de garantia de direitos humanos, de estar e se sentir seguro, inclusive seguro para poder se alimentar, para poder escolher de forma cidadã, o que eu quero, como quero, onde quero e quando quero comer” (ACMUN).

Já o representante da Articulação do Semi-Árido (ASA), pelas características do território de atuação de sua entidade – o semi-árido brasileiro – aponta o caráter

mobilizador do tema e as importantes repercussões, inclusive culturais, em relação ao direito à alimentação e sua íntima *relação com outros direitos*, como a água.

“Então, na hora em que eu digo que a pessoa tem o direito a uma alimentação constante, de qualidade e que isso não é uma benesse, é um direito, que ele pode reivindicar, buscar, então isso começa a mexer com as pessoas. E mexe numa outra dimensão, de que isso agora é assumido enquanto um direito meu. Quando você coloca, por exemplo, discussões que a gente não faz sistematicamente, mas as discussões que a gente trabalha com sindicatos, com as organizações, em relação ao Bolsa Família, é a perspectiva de um direito. Não é de uma bondade, porque no interior, principalmente no NE, no semi-árido, as pessoas vêem muito as coisas como bondade, como benesse, como um ato de caridade, de ajuda. Então, não é ajuda, é um direito que já chegou atrasado ! Acho que esse é um significado forte, é um direito meu, um direito à vida, é um direito que eu tenho que buscar para brigar por ele, é um direito que pode ser exigível, então tem um conjunto de elementos que vão inclusive moldando práticas dos movimentos. Eu acho que isso é importante. Por exemplo, você trabalhar a questão da água, inicialmente ela está pautada como água potável, a pessoa bebia lama, passa a beber água potável, agora, é uma dimensão diferente, quando você começa a colocar a água como parte do direito humano à alimentação, e um direito que é exigível, aí entra novamente a perspectiva que não é bondade, mas é algo meu, que eu tenho direito, me é devido, a ASA trabalha muito essa dimensão”(ASA).

No campo sindical, a fala do representante da Central única dos Trabalhadores (CUT), a seguir, identifica outro exemplo de interação, pelo viés do acesso à renda e por uma *releitura de programas públicos*, como o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT):

“Eu acho que houve uma sensibilização maior para o tema. Os sindicatos, por exemplo, são diferentes dos movimentos. O Movimento dos Sem Terra, a CPT, ou o Movimento de Moradia, ou a Pastoral da Criança, trabalham com foco específico. Já o sindicato é diferente. Pode até haver críticas de quem não está muito envolvido, mas o sindicato discute muitos temas, a aposentadoria, a inserção no mercado de trabalho, a questão do emprego, da negociação coletiva, uma série de questões, o seguro-desemprego, a luta de ações trabalhistas, a universalização do direito. O avanço que a gente teve foi ter chamado a atenção para isso. Quando a CUT, que é a maior central do Brasil e da América Latina, bota no seu Congresso Nacional um debate como esse e tira uma deliberação, na verdade houve uma sensibilização. Quando a gente vai às assembleias e vê um dirigente falando sobre direitos humanos, partiu dessa provocação pelo tema da SAN e da participação nos conselhos e nas conferências”(CUT).

Pontua o interesse da CUT na discussão sobre a universalização dos direitos:

“Por exemplo, a negociação sobre o salário mínimo. No tocante a pegar 76% dos trabalhadores economicamente ativos, esse salário tem um significado direto na qualidade do alimento que é consumido. *Evidente que o PAT não poderia ficar só, especificamente, para o trabalhador que é da iniciativa privada.* Se a gente tem um entendimento que o salário e outras cláusulas estabelecidas em acordo servem para a família, no nosso entendimento o PAT também. Então, é inadmissível você ter servidores públicos, especialmente os municipais, que estão trabalhando em regime CLT, servidores públicos que estão dentro dos critérios do PAT, mas não estão dentro do programa, as empregadas domésticas, também não estão. *Então, a inclusão desses outros segmentos na universalização do direito ao PAT é uma coisa importante.*

Tenho acompanhado os trabalhadores que estão hoje licenciados por acidente de trabalho. O cara está lá acidentado. Vou te dar um exemplo próximo que a gente está vivenciando. Uma categoria que tem em média um salário de R\$ 400,00, aí tem como ticket alimentação, recurso do PAT, ele tem lá R\$300,00. Ora, se esse cara é acidentado, ele se afastando, perde isso. Então, estabelecer isso, do ponto de vista da legislação, esse direito, para quem está acidentado, por conta do resultado do seu trabalho, isso para a gente é importante. Mesmo não sendo tratado como uma questão de salário, as negociações passam também por isso. Por quê? Porque tendo um incentivo, a empresa diz olha, eu não dou aqui, 5 ou 10 reais a mais, mas eu aumento no ticket. Então, ela passa por uma negociação, da ética do ponto de vista da informação. Poucos dirigentes têm informação sobre isso. *E eu acho que as Delegacias Regionais do Trabalho, dentro da comissão constituída agora, sindical, poderiam estar pautando esses temas, do ponto de vista da qualidade do alimento, o que as pessoas estão consumindo, do que estão se alimentando, a qualidade das compras que estão sendo feitas, ou então, qual é o local que está fornecendo, porque quando não é o próprio cartão que ele vai lá e compra em qualquer supermercado, é o fornecimento pela própria empresa, ou então uma prestadora de serviços terceirizada. Então, esse debate tem eco e pode ser melhor utilizado” (CUT).*

Ao ser questionado se a CUT estaria apostando nesse tema pelo ângulo do *direito*, o entrevistado respondeu:

“Como direito humano, exatamente. Esse é um ponto, você tem um segmento forte de trabalhadores na produção, também na questão da agricultura familiar, e nas indústrias da alimentação, pois *são as indústrias de alimentação de grande porte, as grandes produtoras e concentradoras que, efetivamente, têm uma relação muito ruim do ponto de vista trabalhista. Então, a questão do direito também está vinculada a isso. Hoje existe também uma preocupação nossa em relação às monoculturas, onde os trabalhadores estão numa situação precarizada, que passa também pela alimentação, porque eles não têm uma boa alimentação, balanceada, nenhuma orientação no campo, e pouca condição de fiscalização.* Você vai lá, pega a condição do trabalho escravo, em si, mas não pega a questão deste direito que ele teria. Há uma precarização muito grande. A outra questão, do investimento governamental na área da monocultura, porque ela quebra, efetivamente a condição de uma alimentação saudável. E isso tem sido uma preocupação grande, porque os trabalhadores, mesmo em assentamentos que não estão efetivamente vinculados ao

trabalho formal, mesmo esses, estão pegando a terra de assentamentos para botar a cana de açúcar. E isso não é o objetivo de um assentamento. Isso está posto e esse debate tem eco”(CUT).

Como bem destaca a representante da FASE, a consideração da alimentação como um direito traz consigo maior *visibilidade às questões de gênero*, produzindo um efeito mobilizador, favorecendo o crescimento da organização das mulheres:

“Tem uma questão política que é extremamente importante, que eu estou observando, o processo de mobilização das mulheres no campo está crescendo, não evidentemente só por essa razão, mas cresce também porque movimentos sociais e organizações, ONG’s que trabalham com a perspectiva da SAN ao trazer à tona a questão, de como se alimentam, qual é o impacto do avanço das monoculturas sobre o direito à alimentação, em que medida a contaminação provoca novas doenças, altera o quadro de saúde das famílias, onde essas reflexões estão ocorrendo, onde há mobilização de grupos de mulheres trabalhando plantas medicinais, mas dentro de uma visão mais de sistema de produção, relacionando os tipos de plantas medicinais também com os subsistemas da propriedade, a lavoura etc. Onde está ocorrendo isso, as mulheres vêm participando mais [...] Porque historicamente a sociedade atribuiu esse lugar para as mulheres, cuidados com os alimentos, cuidados com a saúde, então tem algo novo, a meu ver, também em ebulição, porque isso se dá ao mesmo tempo também que é crescente uma reflexão crítica das mulheres, dos movimentos de mulheres sobre a visão clássica da economia, que faz essa dicotomia entre produção e reprodução, então tem processos que estão se articulando a meu ver, acho que é muito interessante, acho que daqui uns anos nós vamos poder ter um quadro de experiências com novos sentidos aí incorporados, com novas interações. Agora, ainda é incipiente”(FASE).

O caráter *mobilizador* também é enfatizado pela representante da Pastoral da Criança:

“Principalmente no aspecto do controle social, hoje o povo está tomando consciência que tem o direito humano à alimentação. Antes ficava no seu cantinho, só se lastimando. Hoje estão indo à luta, sabendo que têm realmente direito a uma alimentação de qualidade, em quantidade suficiente e sem comprometer as outras necessidades. Hoje as pessoas estão incentivando, procurando, mobilizando para a implantação de conselhos de SAN” (Pastoral da Criança).

Mais à frente, sugere uma ampliação da *visão assistencialista* sobre o tema da fome pela compreensão de seus determinantes:

“Eu participei de várias secas no NE, então era tudo emergencial. Já pensou você estar à frente de 1200 homens e mulheres, todos famintos? A gente pensava mesmo só em matar a fome. Hoje você pensa numa vida melhor, porque matar a fome é só ali naquele instante, quando é com três horas depois, eles já estão com fome. *Penso que o maior desafio hoje são as ações estruturantes, pois sem elas a fome vai continuar*” (Pastoral da Criança).

Segue também nesta direção a fala da representante dos Agentes da Pastoral de Negros (APNs):

“Acredito que antes a gente tinha muito presente a questão do assistencialismo. Realmente nós achávamos que nós mesmos, da instituição, tínhamos que fazer tudo, tínhamos que recolher, tínhamos que doar, não podia deixar a pessoa passar fome. Hoje quando a gente pensa a questão, pensamos como um direito, da exigibilidade desse direito. Então muda, muito, mesmo porque, é como a violência doméstica, o povo passava fome e a gente se sentia culpado disso. E, na realidade, hoje, a gente sabe, que tem que exigir isso do Estado, que é um direito nosso e a instituição tem esse poder para fazer pressão, no que tange à promoção de políticas públicas de SAN. Achei assim que foi uma qualidade muito maior da intervenção e do trabalho. Então, a única coisa é essa questão de produção e abastecimento, no que tange à questão, do quanto o Brasil tem realmente condição de estar oferecendo alimentação para todo mundo. A gente não tinha essa noção, então, quando você pensava antes em fazer assistencialismo, parecia assim, que íamos resolver o problema do mundo, quando na realidade, a gente percebe que precisa hoje ter uma política adequada e daí todo mundo vai poder estar se alimentando. Acho que isso foi positivo. E a outra questão é um pouco de politização mesmo, no que tange exigir um direito”(APN).

Vale destacar, no campo das organizações de cunho religioso, ao menos duas entradas na apropriação do enfoque, conforme formulado pelo representante do CERESAN:

“Tem dois valores que são sensíveis a eles. O direito é uma bandeira cara para muitas das denominações religiosas, talvez não para todas. Os setores mais progressistas das Igrejas Cristãs, há anos eles ingressaram na questão de direito e cidadania. E o outro é que o alimento tem uma dimensão mística, o “pão da vida”, uma dimensão quase que sagrada, digamos assim, que sensibiliza as pessoas que se envolvem com essa crença, está muito dentro do seu repertório” (CERESAN – UFRRJ / FBSAN).

Outro significado encontrado pelo viés da noção do direito relaciona-se, segundo o representante da ASA, ao *fortalecimento de antigas lutas*, onde a ótica

intersetorial do tema vem *requalificar/ressignificar*, por exemplo, a bandeira da *reforma agrária*:

“Acho que a gente começa, aqui no CONSEA, com os vários debates, os conceitos, os textos, as convergências, as divergências, você vai então ampliando elementos desse direito e vai começando a ver, vamos dizer, aspectos, por exemplo, que são inerentes à nossa prática, mas que eles recebem uma tonalidade diferente a partir da discussão da SAN. Por exemplo, a Reforma Agrária é uma dimensão, quer dizer, você discutia a Reforma Agrária, mas como uma perspectiva política, de produção. Agora ela é inserida como uma dimensão de SAN, então é um conjunto de elementos que vão se incorporando e formando um arcabouço mais amplo, onde vai aparecer, principalmente a intersetorialidade. Eu acho que é aí que está o salto de qualidade, ela adquire uma luminosidade muito maior e vamos dizer, um significado mais profundo, porque eu estou dividindo a terra, então, ao lado das questões de justiça e tal, essa divisão tem um objetivo final. Quem são os beneficiários, entre aspas dessa divisão? São aqueles que vão produzir alimentos ! Então essa nuance é muito importante. São aqueles que não só vão produzir riquezas, mas são aqueles que vão produzir e distribuir alimentos. E se a gente pegar onde está o núcleo da produção de alimentos no país é na agricultura familiar e nos assentados da reforma agrária. Então, quando você pega esse matiz, ele colore mais a questão, dá mais força, dá um apelo maior”(ASA).

O reconhecimento do direito humano à alimentação associado ao *direito à diversidade cultural e étnica* foi outro significado identificado, dando maior visibilidade às questões específicas dos povos tradicionais. Para o representante do CERESAN, as comunidades tradicionais constituem atores sociais que expressam nossa diversidade étnica:

“O diverso e a diversidade estão sendo reconhecidos como um valor. Eu considero, aliás, cheguei a essa conclusão há muitos anos atrás, com outro tema, discutindo desenvolvimento, que eu considero a noção de diversidade a noção que mais perpassa os debates, e ela vai aparecer em todos os campos e também no nosso. Acho que isso não se dissocia e podemos chegar num ponto importante, não se dissocia da emergência, no Brasil dos movimentos étnicos, e da visibilidade que a diversidade étnica ganhou. Estou dizendo o seguinte: que, como os alimentos são os principais formadores da identidade cultural dos povos, é natural que o tema alimentar seja um desaguadouro importante do reconhecimento da diversidade, então não é de surpreender que o nosso movimento reflita muito, ou tenha muito a presença desses movimentos que de alguma maneira expressam a questão étnica, seja ela negra, indígena, quilombola, ribeirinha. Acho que é uma enorme conquista desse país nós estarmos dando reconhecimento legal ou formal à noção de povos tradicionais. Isso é de uma importância enorme, acho que ainda não está sendo dado suficiente valor. Isso é um reconhecimento do direito à diversidade. E, sobretudo, à valorização de uma cultura enraizada e muito dessas coisas

repercutem nos nossos espaços, porque o alimento é naturalmente central” (CERESAN – UFRRJ/FBSAN).

Ressaltam-se no campo dos movimentos e comunidades tradicionais diferentes etnias, determinando distintas incorporações do enfoque da SAN. No âmbito do movimento negro, a fala da representante dos Agentes da Pastoral de Negros demonstra a preocupação com a afirmação de valores africanos, enfatizando o movimento de dupla mão, onde a incorporação do enfoque da SAN pelo segmento fez emergir, no sentido inverso, a assimilação, pela SAN, de temas específicos deste segmento, como, por exemplo, o encaminhamento à área da saúde, de demandas em relação à questão da anemia falciforme, doença hereditária comum no Brasil e que afeta, principalmente, a população negra. Aproximadamente 1 criança afro-brasileira, em cada 37 400 crianças nasce com a doença falciforme. Cerca de 1 em cada 8 afro-brasileiros tem o que é chamado de traço falcêmico, segundo a Associação de Anemia Falciforme do Estado de São Paulo. (site <http://www.aafesp.org.br/>, consultado em 17/11/07).

“Para nós, a discussão da SAN teve um significado muito importante por conta da nossa fé, a gente tem uma mística e sempre resgatando a discussão, buscando afirmar os valores africanos. *E no que tange à discussão da SAN, nós acabamos percebendo que a prática nossa tinha muito a ver com a SAN, por conta da solidariedade que se dá entre o grupo, a gente vendo as necessidades que a comunidade tem. Aí, quando a gente começou a discutir a SAN, foi assim um momento de produção de conhecimento, sistematização das idéias e introdução da própria teoria mesmo, que a gente não tinha essa teoria, do conceito de SAN, de soberania, do Direito Humano à Alimentação Adequada.* Então, eu acredito que o saber popular, ele acabou sendo contemplado no que tange ao entendimento do que vem a ser esse debate e uma possibilidade de você estar contribuindo na formulação de algumas políticas. Porque a gente acompanha ali na base, como que se dá a política, que vem sendo implementada pelo Estado, se chega ou não à base, [...] *a gente também trouxe questões para o CONSEA. Quando a gente foi discutir aqui a anemia falciforme, que as pessoas falavam só da anemia ferropriva, você entende? De repente, você colocar para se poder ver o outro lado, foi possível a gente trazer isso para o CONSEA.* Estou bastante contente porque a gente conseguiu ampliar isso em nível nacional, as pessoas tiveram um pouco que olhar para a população negra. E eu acredito que isso foi uma conquista, e, eu coloco, os Agentes da Pastoral de Negros contribuíram muito para que isso pudesse acontecer”.

Em seguida, teceu comentários sobre aspectos *culturais* relacionados às mulheres negras:

Eu acredito o seguinte, no caso específico da alimentação, eu acho que as mães negras têm uma sabedoria muito grande. Quando você vai e visita uma família, se ela puder, sempre vai ter verdura, sempre vai ter um cozido e feijão e arroz. Quer dizer essa questão da comida básica, parece que não, mas a gente vê um balanceamento. Então, eu acredito que eles têm uma sabedoria no que tange a isso. Querer que a criança beba suco, falam isso ali é porcaria, isso aqui não é. Eu acredito que essa sabedoria do alimento, da alimentação, de como se alimentar, esse povo, ele tem. Por exemplo, as mulheres, donas de casa, elas têm um conhecimento muito grande de como fazer o uso, de comprar frutas da época. Elas têm um conhecimento específico de como se alimentar, de como driblar essa questão do preço do alimento, para poder ter acesso a um alimento de qualidade, com preço mais acessível ao orçamento familiar, e elas dão prioridade ao alimento. Elas falam, quando a gente tem pouco dinheiro, priorizam o alimento, primeiro o alimento, depois o resto. Em outras famílias você vê entrando primeiro coisas que são supérfluas. Existe um conhecimento sobre a alimentação e a sua importância como uma necessidade básica. Acho que as famílias negras têm, dá para perceber.

Uma família negra: normalmente tem uma horta no fundo da casa. Eles fazem questão de ter um pedacinho de terra para plantar. E plantar, ainda que seja na cidade, uma hortinha. Outra coisa, a questão dos chás. Você está com uma dor de cabeça, chazinho pra isso, pra aquilo. Quando você percebe, essa questão do conhecimento das folhas, e isso que eu acho que a gente está precisando perpetuar, por exemplo, o que a minha avó passou para minha mãe. Depois fiquei pensando: eu não acompanho. Eu não sei mais. Eu preciso resgatar, porque se minha mãe morre? Ela conhece efetivamente as plantas, tem a horta, cuida, minha mãe faz questão de dizer, olha, esse bolo de milho que você está comendo, é daqui, da nossa horta, fui eu que plantei, colhi, eu que fiz o prato que você vai comer. Então tem o maior orgulho de pôr na mesa uma coisa que foi ela que produziu. E isso a gente tem para as plantas, folhas, para as hortas, as verduras e também para a questão das frutas. Meu tio, ele passa para colher toda a manga e distribui. Se tem bananeira no fundo de casa, distribui a banana, fala olha, tem banana, vou pegar um cacho pra você e todo mundo come da banana que ele plantou, da manga que tem no quintal dele. Então eu acredito o seguinte, que essa sabedoria de escolher qual produto plantar, o que colher, o que a gente vai comer, tendo um pedacinho de terra, eles fazem isso. Outra coisa é a questão da distribuição também. Ninguém fala isso é meu. Não, o que eles têm, é distribuído entre a família. Então, o que acredito é que depois do CONSEA o que a gente vai ter que valorizar, junto à nossa entidade, é justamente perpetuar esse conhecimento, porque a vida de hoje faz com que a gente talvez não dê tanta importância para uma horta, da gente mesmo cultivar. Então é um pouco isso, o que a gente vai estar passando junto aos agentes da Pastoral de Negros, a importância desses valores, desse conhecimento, para a gente perpetuar, senão a gente vai perder. A SAN veio valorizar esse saber popular que os nossos antepassados têm. Para nós foi interessante, no que tange às práticas educacionais, trazer isso para que as pessoas possam estar reatando novamente. (APN).

A diferença em relação à *concepção* sobre a produção de alimentos e os sistemas alimentares nestas dinâmicas contra hegemônicas, empreendidas por comunidades tradicionais, que são alinhadas ao movimento internacional da soberania alimentar é reforçada na fala do representante do IBASE:

“O pessoal da Soberania Alimentar, por exemplo, tem fortemente essa visão da cultura alimentar, de alimento saudável, de que alimento não é mercadoria. Aí você bate forte na estrutura desse sistema, no modo capitalista de produzir para se obter lucro, onde tudo vira mercadoria. E esse lucro é sempre apropriado por alguém, que, por sua vez, vai acumulando riqueza. *Então, a terra é vista como suporte para a produção de alimentos, onde o valor é o da produção. Não tem o valor, por exemplo, de uma comunidade que tem relação com aquele território, tradicional, que vem de geração para geração, como é o caso das populações tradicionais, indígenas, quilombolas, que têm uma relação com o lugar. Para o capitalista, o empresário, essa relação não existe. Ele chega, compra ou arrenda, explora ali dez, vinte anos, vende, vai embora. Tanto faz o país, tanto faz, derruba a floresta, polui as águas, porque o objetivo é produzir mercadoria, não tem essa relação, como essas comunidades tradicionais que têm relação com o seu lugar, com o seu território e seus antepassados*”(IBASE).

Quanto aos programas públicos, foram mencionadas algumas conexões realizadas entre o mercado institucional de alimentos e a agricultura familiar. É o caso do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), citado pelo representante da ASA:

“Esse envolvimento com a SAN depois passou a influenciar um processo onde o MOC tem muita presença que é o PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. *E o PETI tem uma alimentação específica, além da alimentação escolar ele tem também uma quota de alimentação das crianças. E nessa aí a gente interferiu, para que fossem comprados produtos da agricultura familiar, produtos regionais etc, e essa interferência, ela já vem do acúmulo que você cria nesse processo de experiência*”(ASA).

Também é apontado como bastante positivo, pelo representante da ASA, o elo entre a agricultura familiar e o Programa de Alimentação Escolar (PNAE), por configurar um horizonte factível de luta:

“Porque, por exemplo, quando é que eu luto? Eu luto quando eu visualizo que eu estou numa situação que eu poderia modificá-la, certo? E que se eu fizer aquela modificação, vamos dizer, adquiro qualidade, adquiro vida melhor, meus filhos têm

condições melhor de vida etc. Então eu coloco um horizonte, que não é um horizonte puramente utópico, mas é um utópico factível. Então, por exemplo, quando você começa a discutir com os pólos sindicais, com os grupos de mulheres, vocês produzem? E o que é que vocês produzem? Beijú, farinha de mandioca, farinha de tapioca, bolinho, galinha, carneiro, cabra, ovo. E vocês comem isso, seus filhos comem a produção de vocês na alimentação escolar? Não? Então comem o quê? Comem quitute, sardinha enlatada com pão, Q-suco, biscoito etc. E isso aqui, pela discussão que a gente já teve, isso é bom, o que é melhor? Isso.

E para a gente botar isso lá dentro da alimentação escolar. Saiu fazendo esse arrodeio, quando eles concluem, eles botam no planejamento estratégico deles isso. Então é partir para o pau. Entendeu? Os prefeitos lá estão comendo tapado, porque o povo agora quer.” (ASA).

Por outro lado, a dinâmica criada por meio desta interação deu visibilidade às dificuldades impostas aos agricultores pela *lei de licitações*, gerando novas demandas:

“Aí eles falam, mas a legislação não permite. Digo, mas permite nesse caso, nesse e nesse. Então aqui está faltando é vontade política de querer. Porque existe uma coisa chamada “Nota do Produtor” que o cara se inscreve na Secretaria da Fazenda do Estado e essa nota do produtor tem valor de nota fiscal. Ele só não pode concorrer no pregão e na licitação, mas ele pode vender e ter um valor de nota fiscal. *Então tem inúmeros municípios onde os prefeitos foram praticamente encurralados para comprar produtos da agricultura familiar. Você está abrindo o quê? Você está abrindo a caixa preta da alimentação escolar. Então é um ganho político. Político, econômico e financeiro grande, porque você tem um mercado enorme. Então são coisas, você começa a pegar elementos, ao redor da questão da SAN.* Nesse sentido você vê a incoerência da legislação, a briga nossa contra o pregão, ela tem no fundo uma questão da coerência, do que é que você compra e onde é que você compra. Porque você fazer uma licitação de restaurante, você pode até achar um restaurante barato que vai levar, inclusive porcaria lá, mas você deixa de comprar lá o produto puro, simples, do agricultor e da agricultora, que é um produto saudável. E eu acho que ele é um conceito que infunde vontade de luta, está todo mundo armado para buscar que a alimentação escolar adquira produtos na agricultura familiar “(ASA).

Também a representante da FASE tece uma observação sobre este elo com a alimentação escolar, colocada anteriormente pelo representante da ASA:

“Você veja, o debate sobre a questão da alimentação escolar não é ainda disseminado em toda a ANA, apenas quem está acompanhando sabe que, inclusive, há uma lei em discussão, que foi feita no CONSEA. São exatamente essas organizações, que têm uma perspectiva mais clara, e relacionando mais a agroecologia e a SAN. Eu acho que o seu estudo é muito interessante por isso.

Porque, olha, eu também não tenho uma grande reflexão sobre isso, é uma construção que nós estamos estimulando e mais, vou dizer o seguinte, *experiências que já existiam e que a partir de um determinado momento começam a dialogar sobre educação alimentar, cultura alimentar, elas ganham outros sentidos*” (FASE).

A fim de aprofundar as interações advindas da apropriação do enfoque de SAN pelo programa de alimentação escolar, recuperamos dois trechos proferidos por duas das entrevistadas, em seminário sobre o tema promovido pelo FBSAN, em 2008. Ainda que extensos, optamos por reproduzi-los na íntegra, porque refletem uma abordagem sistêmica do tema da alimentação escolar

“Mas o que é este programa de alimentação escolar? É o primeiro programa de SAN que o País teve numa época em que nem se pensava em SAN. Fruto da luta histórica de Josué de Castro, que apresentou a questão como uma urgência de saúde pública. Já falava naquela época que uma criança não tem condições de se escolarizar, de desenvolver o raciocínio complexo superior, em situações de fome, não tem capacidade de se concentrar. Ao longo da história o programa foi se tornando mais abrangente e sofrendo vários aperfeiçoamentos, inclusive por pressão dos movimentos sociais, a exemplo da compra centralizada, do excesso de alimentos industrializados, a exigência dos conselhos de alimentação do escolar. Estas propostas vieram do movimento popular, principalmente de nutricionistas. Houve também muita participação do SUS, do movimento sanitário. *Também faço questão de lembrar que o Projeto de Lei que saiu do CONSEA propunha um conceito de alimentação do escolar. Dizia que é todo e qualquer alimento que circula no espaço Escola, onde o regramento deveria incidir em toda a alimentação oferecida naquele espaço (incluindo cantinas) e isto foi retirado.*

Em relação à agricultura familiar, vejo que sendo a escola um direito e que a maioria dos escolares estão no serviço público de ensino e como o Estado tem o dever de promover o bem comum, toda e qualquer compra realizada pela escola deveria ser promotora deste bem, senão acaba utilizando um recurso que é público, para investir em grandes produtores e fornecedores privados. Tem que se rever esta prática para haver justiça social com o recurso público. E investir naquela localidade é muito mais do que aquecer a economia local, este já é um resultado positivo, mas há outros, significa por exemplo, requalificar a pauta produtiva da agricultura local, que por não ter condições começa a produzir produtos do monocultivo, que parecem mais atraentes.. E quando tem um ente do Estado que compra da agricultura familiar, esta pauta produtiva se revitaliza, se diversifica, podendo até reorientar os hábitos alimentares locais, que vem sofrendo uma corrosão importante. Há outros resultados importantes acontecendo, junto com esta diversificação. Há relatos interessantes de merendeiras sobre a sintonia dos hábitos alimentares com os alimentos produzidos, que vem sendo diversificados nas propriedades rurais. Um exemplo é o Butiá, que não tem valor comercial, fica lá na propriedade, até as próprias famílias não consomem e isso foi transformado num produto de qualidade e de alto valor nutritivo colocado na merenda das crianças, resintonizando com os hábitos alimentares regionais.

Para concluir, outro aspecto que a compra da agricultura familiar também faz é gerar a qualificação do programa. Hoje, no vácuo de não existir uma regulamentação, depende da vontade política do gestor ou então, de entidades associativas da agricultura familiar estarem interessadas e colocarem na agenda social local, existe esse movimento interessante, uma associação entre os movimentos sociais e os gestores. A verdade é que sem a normatização, quando o gestor não quer, não acontece. Por isso o marco regulatório é urgente e uma lei que oriente e que reconheça a importância do direito.

Alguns desafios que estão colocados: o trinômio “quantidade, qualidade e regularidade” no fornecimento da agricultura familiar é um desafio a ser enfrentado. Há um pensamento de que não se compra localmente porque não tem produção em escala para oferecer. Outra questão é a credibilidade do gestor para com os agricultores (pagamentos em dia) e de outro lado, a credibilidade dos agricultores com o gestor, fornecimento, quantidade e qualidade acordada). Daí a importância de uma política pública orientadora e que dê assistência técnica, não só para a Agricultura Familiar, mas também para dentro da Secretaria de Educação, para orientar quem gere este programa, porque, por exemplo, a nutricionista não aprendeu a comprar da agricultura familiar. Inclusive os clássicos de alimentação institucional nos colocam como compradores do mercado. Encontrei uma nutricionista que me disse: Como é que vou comprar da agricultura familiar, e o meu cardápio, como é que fica? Então é rever estes paradigmas que estão colocados e para isso precisa haver esta reorientação na assistência técnica, para gestores e nutricionistas. Para concluir, é preciso lembrar que há muitas experiências por todo o país e estão acontecendo em meio a todos estes desafios. Então, chegou a hora de pegar esta criatividade e transformar isso numa política pública” (ACMUN).

Nota: O termo **butiá** é a designação dada a palmeira nativa da América do Sul e que ocorre nas matas e campos das regiões altas do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

“A leitura do Projeto de Lei da Alimentação Escolar ajuda a ultrapassar a visão de programas setorializados. Trata-se de um convite para se pensar a intersectorialidade, possibilidade de aprendizado de novas formas de organização e de se pensar e de relacionar propostas e políticas. Mas o primeiro aspecto que quero destacar é exatamente a noção de espaço. Parto também da visão de que o desenvolvimento não se restringe ao desenvolvimento econômico, mas inclui a qualidade de vida, o modo de vida. É questionar, identificar inclusive, políticas e situações que estão na contramão, estão numa ameaça permanente a uma vida de qualidade com soberania e segurança alimentar. Por isso destaco a noção do espaço geográfico. O pensamento ocidental dominante excluiu da visão de mundo a idéia da diversidade nos espaços geográficos. Uma discussão sobre a alimentação é preciso, em primeiro lugar, que se recoloca diante desta necessidade de se pensar esta diversidade no espaço. Significa reconhecer que há modos de vida, há matrizes de pensamento, há modos de se relacionar com a natureza, de produzir, que são distintos, por exemplo, aqui, vimos a experiência dos pomeranos. E esta importância de identificar outras racionalidades, modos de pensar, produzir, nos faz ter atenção para identificar onde é que estas formas significam uma relação com a natureza e não contra a natureza. Só esta diversidade, só esta leitura destas formas específicas de apropriação dos bens da natureza e de uso da terra nos colocam diante disso. Então por mais que a gente veja que no caminho das transformações capitalistas tudo parece caminhar no sentido da homogeneidade, do pouco diverso, é preciso ter esse olhar e saber que a história se constrói por essa diversidade, e essa diversidade significa que por trás dela há sujeitos sociais e, dentre eles, que participam desta relação com a natureza e não contra, há vários segmentos da agricultura familiar, do campesinato, das comunidades tradicionais. A diretriz colocada no Projeto de Lei menciona duas delas, fala dos quilombolas e indígenas, mas acaba não explicitando uma diversidade enorme destas identidades sociais e políticas que temos no Brasil, ribeirinhos, seringueiros, quebradeiras de coco, indígenas, quilombolas, caiçaras, faxinalenses, uma diversidade grande, não só de setores da população que historicamente construíram esta relação com a natureza, como nós temos um processo muito fértil que é daqueles setores do campo que começaram a se opor e na prática a construir respostas do ponto de vista agroecológico, na contra-ofensiva desta agricultura baseada na uniformidade, nas monoculturas e em insumos químicos. Esta outra agricultura que experimenta formas de transição tem que ser vista deste ponto de vista do equilíbrio com a natureza e da energia que utiliza. Este papel da agricultura familiar parece central quando se discute uma alimentação adequada e saudável. Temos que codificar este conceito com o máximo cuidado, pois falar em alimentação adequada e saudável é falar de uma alimentação que tem que ser variada, com sabor, referenciada culturalmente, sustentável no seu modo de produzir, livre de contaminantes físicos, químicos, biológicos e de organismos geneticamente modificados. Então, tirar as consequências do que é um conceito deste dentro de uma proposta de política de alimentação escolar é o grande desafio. Porque temos que levar em conta que as dinâmicas locais e microrregionais no país, elas se dão num contexto de muitas contradições, de propostas, projetos e políticas, que em um debate sobre alimentação escolar precisam vir à tona, porque senão corremos o risco de pensar que este alimento de qualidade está dissociado deste processo e não está. Este momento que alguns estão chamando da transição agrária para a dos agrocombustíveis, o risco de redução de áreas de produção de alimentos, a investida cada vez mais determinada da agroindústria no Brasil, em relação à flexibilização ou ao retrocesso em relação à defesa da biodiversidade é extremamente complicado. Não dá para falar de alimentação adequada e saudável

sem que se traga à tona este debate, por quê ? Neste momento as propostas de flexibilização da legislação de sementes, o risco dos agricultores não continuarem trabalhando as suas próprias sementes, resgatando as sementes tradicionais, sementes de qualidade, perderem a sua autonomia, assim como estamos acompanhando a liberação dos transgênicos, sem obedecer o princípio da precaução. Sem contar também com a ameaça de aprovação desta tecnologia *terminator*, que produz semente estéréis. É preciso que haja uma mobilização, que a sociedade compreenda que tipo de risco é esse.

Uma outra proposta associada, se a gente quer reagir contra esta avalanche de destruição e na direção de uma alimentação saudável e adequada significa o desafio de participarmos também através da campanha que a ANA está propondo pelo *direito ao uso livre da biodiversidade* e que tem um programa elaborado no próprio CONSEA. *É fundamental que a gente associe a proposta de uma política de alimentação escolar a estes aspectos. Tem que significar para nós, simultaneamente, nos posicionarmos neste embate, apoiar e trabalhar no sentido do reconhecimento e da implementação destas propostas que dão sustentação a esta visão da alimentação escolar. Sem o programa nacional de biodiversidade, sem o direito dos agricultores trocarem suas sementes, sem o reconhecimento das diversas formas de usos e apropriações da terra no Brasil não é possível ter uma alimentação adequada e saudável para a alimentação escolar.*

Por último, quero dizer que falar de alimentação escolar significa fazer toda esta trajetória, que vai desde os sujeitos que produzem suas identidades nestes espaços que são biomas e ecossistemas completamente diversos e que impulsionam uma rede de atores, isso que é fundamental.

Vimos diversas interações na experiência de São Lourenço do Sul, entre crianças, professores e pais e se alongássemos esta discussão poderíamos ver toda a teia de relações. Sabendo que dinâmicas são estas que estão em ebulição, vamos compreender o quanto estamos instigados a inter-relacionar temas, políticas e a perceber a ação política dos atores e com uma perspectiva que me parece muito importante, porque tenho esperanças de que a alimentação escolar possa contribuir para que a sociedade entenda melhor o que é o papel histórico, econômico, político, não só da escola, mas também de quem produz alimentos e acho que esta é a possibilidade que temos, com estes enormes desafios que eu identifiquei como sendo contradições e embates de projetos e propostas” (FASE).

Quanto ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ainda que tenhamos feito a opção de mencioná-lo na categoria anterior, de aproximação entre campos temáticos, dada as inúmeras relações que estabelece, é preciso enfatizar que ele também é considerado importante por afirmar direitos:

“Ao mesmo tempo que temos estas grandes ameaças, há aspectos positivos que precisam ser ampliados, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Mesmo havendo críticas, o programa veio reforçar a policultura, resgatar culturas alimentares, valorizar alguns produtos que não eram considerados no cardápio como a castanha, o umbu etc. Além do que veio também valorizar o trabalho das

mulheres. É um bom exemplo de uma política que vem acentuar este processo da transição agroecológica e os modos de vida destas populações tradicionais. Estamos também instigados a ver como enfrentar novas ameaças e de como resistir no plano local a esta ofensiva contra o meio ambiente e de como isto impacta uma proposta como esta” (FASE.)

Por fim, para encerrar esse conjunto, retomamos a fala do representante da CUT, onde sinaliza o desafio para a construção dessa visão distributiva que, segundo o entrevistado, passa pelo enfrentamento do *modelo hegemônico*:

“Tem muito o que avançar, mas a gente precisa de um enfrentamento maior em relação ao uso do solo, da água, da produção, da qualidade, mas acho que a gente evoluiu. E há um reflexo que a gente percebe, quando o governo seja municipal, estadual ou mesmo” (CUT).

4.5.4. Como objetivo estratégico do desenvolvimento e conseqüente construção de entornos físicos e sociais saudáveis

Figura 4 – Significados da SAN – categoria: *Objetivo Estratégico do Desenvolvimento*

As diferentes formas de *concepções* de alimentos, advindos de padrões distintos de produção agrícola, são mencionadas por um dos entrevistados:

“É diferente daquele agricultor muitas vezes, do agronegócio, que produz o alimento, não como alimento, mas como mercadoria. Ele não quer saber, está produzindo para o mercado, não interessa. A qualidade desse produto é definida por classificação, determinada por normatizações etc. Mas o que ele está produzindo ali não é alimento, é mercadoria, ou commodities, no caso internacional. Já o agricultor familiar, que tem essa preocupação, essa consciência, ele quer produzir alimento, e se é alimento, tem que ser saudável, não pode ser um alimento contaminado, porque ele não está preocupado só com a quantidade, mas com a qualidade, com quem vai consumir, se vai consumir um alimento saudável, pra ter mais saúde, mais vida” (IBASE).

Nas palavras da representante da FASE, a inserção do tema alimentar no centro do debate é capaz de questionar a insustentabilidade do padrão agrícola hegemônico, levado a cabo por grandes corporações no país, como também de

alavancar a formulação de um projeto de Estado e sociedade, com caráter distributivo, sob vários ângulos, como o direito a terra, direito a renda etc. Importa destacar como a construção simultânea destes vários elos guarda relação com a questão do *desenvolvimento*:

“Porque é você pensar a partir de um ângulo distributivo, isso que eu queria dizer, por isso que acho que o tema é central, para o questionamento, resistência ao modelo dominante. Porque você falar de SAN é você falar do Direito à Alimentação, é você acentuar o caráter distributivo que um projeto de sociedade precisa ter e é distributivo sob vários ângulos, porque aí você pensa do ponto de vista do direito a terra, a ter os recursos necessários para desenvolver sistemas produtivos sustentáveis, distributivo também, porque você está falando do direito básico à alimentação para aquelas famílias que não têm, e como fruto da produção histórica da desigualdade, precisam de uma renda básica, através de uma renda mínima, ou como o Bolsa Família. Então é pegar todos os ângulos, que você analisa, você vai acabar chegando a ver que tem uma perspectiva distributiva, que vai na contra mão da concentração da renda, da concentração da terra. Bom, da concentração e também da dominação do sistema agroalimentar, por grandes corporações. Pode pegar os vários ângulos, que você vai ver isso”(FASE).

Aponta também como a centralidade conferida à perspectiva da SAN favorece a criação de formas de resistência e de oposição e também a criação de alternativas de natureza intersetorial.

“Há uma fragmentação dentro da sociedade, dos atores, das lutas, e por isso que eu estou percebendo nas nossas organizações também, que é cada vez mais estratégico e acho que nós precisamos avançar na crítica ao modelo agrícola, à expansão da fronteira agrícola, mas colocando no centro, para a construção da resistência, a perspectiva da soberania e SAN. Eu estou cada vez mais convencida disso. E colocar no centro essa perspectiva é ver, é fazer um esforço em vários planos, é você construir formas de resistência e de oposição, mas criar também as alternativas que dialoguem para além do campo concreto da experiência em que você está. Quer dizer, que dialogue com outros atores da sociedade. Eu acho que há um grande potencial, a meu ver, essa possibilidade de você construir essa teia que mobiliza vários atores e que acaba sendo uma perspectiva mais profunda do desenvolvimento microrregional, regional. Mas eu ainda percebo que é um pouco separada a crítica ao modelo de agricultura, a revolução verde, a chamada biorrevolução, das questões do direito à alimentação, da SAN. Eu acho que às vezes essas coisas ainda são um pouco separadas” (FASE)

Acrescenta-se aos vários ângulos da questão sua *dimensão simbólica*, enfatizada pelo representante do CAA:

“No caso da SAN, acho que existe também um adicional, que no meu entendimento é central, é até uma força poética, que é pensar a política, pensar a economia, centrada no ato de comer, se alimentar, não tem nada mais concreto, na vida de um organismo do que a troca que ele faz com o seu ambiente, através da alimentação.” (CAA)

Contudo, alerta do presidente do CONSEA, sobre a necessidade da SAN se integrar a outros objetivos, igualmente estratégicos para o *desenvolvimento local*:

“Eu acho que os nossos movimentos de SAN começam a pender para algo perigoso que é se achar o centro do mundo. Até quando a gente diz a SAN como um objetivo estratégico do desenvolvimento, se você conversar com alguns conselheiros, eles vão dizer, não, nós somos o centro, se o desenvolvimento não tem como centro a SAN este projeto está falido. Eu me oponho a isso, acho que a gente deve ser vigilante em relação a isso para não se tornar iguais a muitos outros. A SAN deve ser um dos objetivos estratégicos do desenvolvimento. Existem muitos outros não menos importantes” (presidente do CONSEA).

4.5.5. Perspectiva que favorece o diálogo intra e intersetorial

Figura 5 – Significados da SAN – categoria: *Articulação entre Sujeitos*

As questões alimentares e nutricionais envolvem múltiplos atores sociais. A seguir, abordaremos a questão pela perspectiva da *articulação* de atores sociais, onde os significados encontrados referem-se à demanda por maior diálogo propiciada pela SAN. Envolve, portanto, as questões relacionadas ao tema da *participação social*, com ênfase nas repercussões do enfoque da SAN junto às instituições da sociedade civil, em suas dinâmicas de relações internas e externas e aos limites à participação nos espaços, institucionalizados ou não.

Um primeiro aspecto diz respeito às diferentes *vocações* das entidades da sociedade civil, determinando distintas apropriações do enfoque de SAN. Na fala da representante da UFF/RJ, tal questão é explicitada pelo ângulo das instituições:

“A instituição vai se apropriar, de forma a fortalecer aquela dimensão que ela vem atuando já. Primeiro, porque para ela poder se identificar com o tema ela já tem que desenvolver, como é um conceito muito amplo alguma coisa daquele conceito

ela já faz, senão ela não se identificaria com o campo, e então tem contribuído para fortalecer o que ela já faz. Em alguns casos, acho que isso em menor escala, não sei avaliar, é minha impressão, promoveu um diálogo entre o que ela faz e outros setores, mas num primeiro momento é fortalecer o que faz. E depois, num segundo momento, quando isso avança dentro da Instituição, é conseguir compreender o que faz de uma maneira mais integrada às outras dimensões da SAN. Eu acho que essa apropriação depende muito da própria vocação da Instituição. Eu percebo assim, você tem organizações da sociedade civil que têm uma vocação de pensar em questões mais amplas de políticas públicas, como por exemplo, o IBASE, a FASE, algumas organizações que têm uma ótica nacional, até internacional. Para essas organizações, embora cada uma delas tenha uma vocação específica, trabalhe com uma ótica da SAN, acho que elas tendem a apropriar o conceito de forma mais ampla. E outras organizações que têm uma vocação de trabalho mais específica, às vezes numa das dimensões da SAN, ou num espaço territorial mais delimitado” (UFF).

Um exemplo deste processo é exposto pelo representante da CONTAG, ao constatar que já desenvolvem ações de SAN, *sob outras denominações*:

“Eu diria que nós estamos trabalhando esses temas há muito tempo e digamos que nós os condensamos numa grande diretriz política a partir de 1995. Então lá se vão 12 anos, dentro de uma visão de um novo paradigma de desenvolvimento que é apresentar à sociedade brasileira, ao governo, à opinião pública, um novo modelo de desenvolvimento real sustentável, algo nesse novo modelo, ele seria sustentáculo por grandes pilares que seria a questão da reforma agrária, pra vir fortalecer o sistema de agricultura familiar capaz de ser auto-sustentável, do ponto de vista político, econômico, alimentar, ambiental, muito além da questão somente agrícola, mas do desenvolvimento rural, entrando aí as políticas de educação, por que não, lazer e assim por diante. Onde as políticas públicas, o papel do Estado Brasileiro teriam um debate extremamente importante para a sustentabilidade disso. E isso nós o entendemos como soberania e segurança alimentar, simplesmente com outro nome. Então o nome soberania e segurança alimentar é extremamente novo, não talvez para a liderança política da CONTAG ou de algumas federações. Mas estou falando aqui, na internalização do próprio trabalhador, do próprio sindicato lá na base, lá na roça. Ainda trabalhamos com conceitos relacionados ao desenvolvimento sustentável, de políticas públicas, de fortalecimento de modelos. E a expressão, o conceito da agricultura familiar e a soberania que vai muito mais nessa mudança, digamos que trabalhamos com os mesmos paradigmas, porém com palavras diferentes. Só que, aos poucos, esse conceito também começa a aparecer nos documentos da CONTAG, em algumas cartas. Então, é um exercício que começa a ser incorporado. Porém ele é ainda muito novo do ponto de vista de se entender como um processo, digamos, ou como uma grande diretriz política que dentro dele estaria tudo isso que nós já vínhamos trabalhando há mais tempo [...] eu vejo como um grande conceito de articulação de políticas, e isso nós, de alguma forma, já começamos a experimentar, às vezes, conscientemente, às vezes, em função da política, que esses conceitos são, de fato, grandes articuladores. São capazes (os conceitos de soberania e SAN) de produzir mobilizações, alianças e principalmente, capazes de começar a alavancar mais as políticas públicas. Porque isto é muito

ligado ao papel do Estado, às políticas públicas, às políticas que vêm, digamos, direcionar o direito humano à alimentação, que nada mais é do que ter acesso a políticas, então eu creio que isso é uma grande oportunidade” (CONTAG).

Outro exemplo neste sentido vem do representante do SESC:

“Então, o conceito de Segurança Alimentar Nutricional vem posterior a isso, que dizer, na realidade nós já tínhamos um vínculo com essa perspectiva, do ponto de vista da instituição, das nossas nutricionistas, nós já éramos uma instituição que desenvolvia, já vendíamos, socialmente falando, de maneira bastante subsidiada, refeições diariamente, numa quantidade X, isso aumentou o nosso vínculo com esse tema. A alimentação para o comerciante é muito clara, objetiva, faz parte do nosso objetivo, da nossa missão institucional, mas esse outro eixo de trabalhar para resolver ajudar o problema da fome no Brasil, teoricamente não seria uma coisa vinculada a um objetivo institucional muito definido”(SESC).

Em seguida detalha como a emergência da temática impulsionou o trabalho do SESC:

O contato com o próprio movimento nacional ligado a essa questão, o estímulo obtido por pessoas que estão refletindo e discutindo essa questão a partir do próprio CONSEA. Tanto que a gente pretende lá em Fortaleza, na conferência, o livro que reúne esse material todo e a gente pretende ir mais longe com relação a isso, nessa perspectiva de discutir essa temática, buscar as identidades, trabalhar no sentido de perceber essa realidade um pouco mais profundamente no país inteiro.

Agora, do ponto de vista da prestação do serviço, não apenas para nossa clientela específica como também para a sociedade em geral através dessa redistribuição de alimentos excedentes para aqueles que são carentes de modo geral ampliou de maneira imensa, por quê? *Porque quando o Lula assumiu, isso aí eu não sei bem quem foi que, ao fazer aquele documento chamado Fome Zero, o documento que dá base para tudo, colocou o nosso programa, como um programa exemplar, junto com outros, claro, ele não foi o único. Mas estava lá, citado diretamente pelo Fome Zero, isso deu uma força institucional para nós em São Paulo e para essa proposta do Mesa SP, uma força imensa.* Que o Sesc Nacional percebeu na mesma hora, graças ao trabalho que já vinha sendo feito, inclusive porque a decisão de ampliar o programa nacional foi anterior ao próprio documento. Isso é uma coisa curiosa, teve uma reunião no Maranhão, no final de 2002, antes da eleição, já se falava do Fome Zero, mas nós nem sabíamos que estávamos citados naquele documento e o Sesc Nacional pedia ajuda para São Paulo para divulgar mais amplamente para o Brasil inteiro. E com a eleição de Lula e a introdução do Fome Zero, e o vínculo nosso com a questão o nosso presidente nacional percebeu que era muito oportuno e aí incorporou rapidamente a idéia e convocou ainda em janeiro, nos primeiros dias do governo Lula, no dia 18/01, uma reunião na qual o Lula compareceu, lá em Brasília na sede da Confederação Nacional do Comércio para lançar um programa nacionalmente. Aí nós permitimos aqui de SP, em um acordo nacional, que se mudasse o nome do programa de Mesa São Paulo para Mesa Brasil e foi aí que nasceu o Mesa Brasil. Enfim a coisa evoluiu, se instalou inicialmente de uma forma primária, rudimentar em todos os nossos departamentos regionais do Brasil inteiro o

Mesa Brasil, o Nacional incorporou isso em termos de custo, equipe, infra-estrutura, em termos de logística e hoje em dia é superconsolidado.

Então, se de um lado a gente tem a discussão antropológica que interessa para nós sobretudo aqui em SP, que a gente aproxima muito esse mundo da cultura com o mundo da ação social efetivamente, mas em termos de Brasil, você vai ver um Mesa Brasil hoje, atuando de maneira mais efetiva no Brasil inteiro, em todas as capitais e em algumas cidades do interior, como é o caso de São Paulo. Todos os SESC do Brasil aderiram ao Mesa Brasil e o nacional ofereceu condições, recursos, colocou à disposição equipamentos, nós mesmos passamos a usufruir de alguns equipamentos que o Nacional passou (Nacional que eu digo, é o Departamento Nacional do SESC, algumas 3 ou 4 peruas que vieram para nós, todos os nossos oito SESC's têm equipamentos nossos ou do Nacional, enfim isso ampliou bastante e hoje em dia a gente está lidando com toneladas mensais. Do ponto de vista dos programas criados no bojo do Fome Zero, eu acho que talvez seja o que mais se espalhou e articulou .

O SESI inventou uma coisa parecida com Cozinha Brasil, que eu não sei exatamente, é mais trabalhar com a orientação para as famílias usarem produtos aproveitando ele integralmente, que é uma coisa importante também, que nós incluímos também no nosso, sobretudo a questão educacional. Um dos segredos da ação nossa diz respeito primeiro a essa transparência, para que o doador tenha muita clareza onde nós estamos colocando o recurso. Isso é fundamental, por isso tem cerimônias anuais de verificação, a gente entrega um diploma, isso tudo vem desta metodologia que foi buscada. Então, quem recebe, tem uma orientação importante do ponto de vista educativo, no lidar com, no guardar, no transportar , no preparar, tem tudo isso muito sólido" (SESC).

Ainda na perspectiva de identificar os critérios que determinam a apropriação da SAN pelas entidades da sociedade civil, a fala do presidente do CONSEA focaliza as *finalidades* que motivam a participação destas instituições:

"Eu acho que a maior apropriação pelo tema vai se dar entre as entidades, em primeiro lugar, se essas entidades já tinham uma relação mais direta trabalhando o tema. Então isso normalmente propicia uma maior apropriação e o próprio crescimento mais notável nesse conhecimento. Acho também que a razão, a finalidade por que essa instituição está presente no CONSEA vai determinar uma maior ou menor apropriação. Porque a gente não pode desconhecer, que um órgão situado na Presidência da República, ele atrai a presença, fazer parte de, não só pelo tema que ele trata, mas por estar próximo à Presidência da República. Então, eu não quero generalizar, mas eu acho que, para algumas instituições, muito mais importante do que o tema está a posição que o conselho ocupa dentro da estrutura de governo. Acho que isso é determinante e acaba levando a alguma apropriação, sobretudo daqueles que freqüentam as reuniões, onde naturalmente vão se apropriando do tema, mas a questão principal não é essa, a questão é estar próximo de um espaço de poder mais central "(presidente do CONSEA).

Um segundo campo de significados diz respeito à capacidade de as entidades conseguirem *enraizar* os preceitos da SAN, num primeiro momento, para dentro

delas mesmas e, a partir daí, num segundo momento, conseguirem estabelecer novas conexões, de natureza intersetorial, com os outros atores, num processo de mão dupla, como expresso nas palavras do representante da CUT, referindo-se ao movimento sindical:

“Então, a vinda nossa para o debate, efetivamente sobre o direito, de maneira mais clara, em conjunto com a sociedade, fez aflorar um processo rico dentro da Central. Tanto que o último Congresso Nacional, estabeleceu uma deliberação, sobre a participação e envolvimento dos dirigentes no debate sobre SAN e especificamente, na construção das conferências, que foi um avanço bastante importante. O que é que estamos vendo? Há um processo de sensibilização, ainda em curso, não está na sua totalidade, como nós queremos. Mas há também, em contrapartida, setores específicos que podem ser mais utilizados, podem ser potencializados para esse debate, no tocante à questão da produção, da qualidade do alimento e também dos direitos, na relação entre o trabalho e a alimentação, como a gente estava agora mesmo discutindo o PAT, um debate pautado pelo movimento sindical” (CUT).

Finaliza, apontando a identificação de questões de SAN relacionadas ao meio sindical:

“Para a gente foi bastante interessante o início desse debate dentro da CUT. Há sindicatos na área da alimentação, que já fazem um debate interessante sobre a qualidade do alimento. A questão da exploração é um debate que as nossas federações e confederações já pautavam como fundamental, dentro das categorias. Por exemplo, as grandes empresas de produção de alimentos e a relação de trabalho que mantém, totalmente desfavorável, do ponto de vista da organização e do dia-a-dia do trabalhador. Então, isso já existia, uma reação.
De outro lado, tem a produção também no campo. Tanto que temos a Confederação dos trabalhadores na agricultura, que é a CONTAG, temos também federações de agricultura familiar”(CUT).

A discussão dos significados, conduzida aqui pelo ângulo da participação, remete-nos a outra importante questão, envolvendo as diferenças *de ritmos, dinâmicas e complexidades das organizações*, ilustrada pelo representante do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC), ao descrever o processo de enraizamento do tema, no meio religioso:

“Eu diria assim, olhando pelo CONIC, ele tem uma secretaria executiva aqui em Brasília, mas a atuação mesmo acontece nas Igrejas, que são filiadas ao Conselho.

Evidente que as Igrejas têm velocidades diferentes, depende muito de sua estruturação interna para dar conta desse conceito. *Eu diria que ele ainda está em processo de assimilação, em grande parte pelas Igrejas nos seus departamentos que cuidam da assistência social, nos setores que atuam junto aos movimentos sociais, as assim chamadas pastorais. Do Conselho participa também a CNBB, que incorpora mais o conceito, em suas pastorais sociais, mas as Igrejas ainda estão em processo de incorporação. Existem iniciativas das Igrejas na área social onde gradativamente esse conceito está sendo introduzido*”(CONIC).

As diversas *conexões* criadas por meio da penetração do enfoque de SAN, a partir do trabalho dos Salesianos, são abordadas pelo representante do Estado do Espírito Santo,

“Onde eu trabalho foi até fácil porque tem curso de nutrição lá dentro e os Salesianos procuram trabalhar nessa linha, não chamam de segurança alimentar, mas é nessa linha. Há vários projetos chamados de “ação social”. O mais forte é a capacitação de jovens de famílias carentes que os Salesianos recrutam, capacitam e acompanham e colocam no mercado de trabalho, para que esses jovens não sejam explorados. E há outras ações também com a comunidade. Alimentação saudável é uma das linhas de trabalho, geração de emprego e renda, alfabetização de adultos. Aliás, toda a questão da segurança alimentar e nutricional no Espírito Santo começou com os Salesianos. Antes não se chamava SAN, mas ação social, mas hoje já tem toda uma linha de trabalho na área de SAN. Então mudou muito, a começar pela própria instituição. Por exemplo, a questão alimentar tanto de alunos e funcionários agora é monitorada, internamente, ou seja, tudo começou primeiro lá dentro mesmo. A cantina é também é monitorada. Tudo começou depois da incorporação da segurança alimentar e nutricional.” (CONSEA/ES).

Mesmo reconhecendo o potencial articulador do tema, a fala do representante da CONTAG atesta que ainda não alcançou a base dos sindicatos, dada a sua entrada recente na agenda dos movimentos. Destaca que uma via de internalização do conceito tem sido a própria participação das lideranças da organização no CONSEA.

“Penso que isso é bastante verdadeiro, o caráter mobilizador do tema. Evidentemente, é um grande conceito que articula lutas, que unifica, agora tirando as lideranças, a direção da instituição, é ainda um conceito que está sendo trabalhado na base. Se você for procurar hoje um trabalhador rural, um sindicato na base, o cara ainda não vai começar a usar a expressão segurança alimentar, não é bem assim. Porque faz parte da história, da cultura, nós evoluirmos com o conceito. Agora se você falar para ele, por exemplo, agricultura familiar, políticas públicas, reforma agrária, política de acesso ao comércio, se você falar pra ele sobre políticas de soberania, no sentido seguinte, olha, nós queremos um país mais soberano, não

queremos que um acordo internacional venha prejudicar, ele comece a compreender, mas talvez com outros nomes. Agora isso é já um processo que começa a ser internalizado”(CONTAG).

Também a representante dos Agentes de Pastoral de Negros refere-se aos processos de *difusão*, internos à entidade, com vistas à incorporação da SAN e a adoção posterior da temática, como uma linha de trabalho de sua instituição:

“A gente teve uma assembléia em Vitória da Conquista e a idéia foi justamente que cada Estado fosse relatando um pouco o que está sendo feito, para a gente valorizar o que um e o outro está fazendo, porque faz parte de nossa metodologia, ver experiências exitosas, para tentar implantar. *Então foi uma via de mão dupla, nós aprendemos e também conseguimos passar alguma coisa do nosso trabalho de militância. E hoje eu digo que a gente tem a SAN como uma linha*”(APNs).

O caráter de mão dupla deste processo de apropriação do enfoque, retroalimentado pela experiência de participação em instâncias coletivas (FBSAN) , principalmente no CONSEA, tem produzido impactos internos, como aponta a representante da FASE, integrante da ANA (Articulação Nacional de Agroecologia):

“Quando foi constituída a ANA, nós decidimos formar grupos de trabalho, recortando questões, problemas e temas para a gente dar um tratamento do ponto de vista da reflexão, como do ponto de vista de aprofundamento daquele tema na nossa leitura das experiências e também influenciar nas políticas públicas. Naquele momento, chegou-se à conclusão que não constituiríamos um grupo temático sobre segurança e soberania alimentar, porque a percepção era que, falar de agroecologia significa, já é constitutiva da perspectiva agroecológica, uma visão de SAN. Os sistemas sustentáveis precisam permitir uma situação alimentar melhor das famílias. Bom, estou resgatando brevemente isso só para dizer que, de fato, não está dado, isso é uma construção, porque um ano depois, *em preparação do II Encontro Nacional de Agroecologia, nós, principalmente nós que estávamos no CONSEA, nós que estamos dentro do Fórum Brasileiro de SAN, nós que estamos em entidades com experiências que tem alguma prioridade de trabalhar com essa relação do conteúdo, das perspectivas, das experiências, à luz da SAN, achou-se que estava na hora de visibilizar esse debate, explicitar*” (FASE).

O representante do CAA, por sua vez, formula o ponto de partida para o próximo item, onde foram apontados questionamentos em relação à ausência de uma visão integrada, no atual governo e à *fragmentação das estruturas de Estado*.

“Tenho a impressão que a gente vive um momento que não é um momento de verdades dadas, mesmo que a gente tenha um conceito consagrado em lei, de SAN. *É um conceito quase que transcende as setorialidades, muito mais do que intersetorial, ele propõe uma superação de setorialidades*”(CAA).

Também a fala de outro entrevistado vai nesta mesma direção:

“Existe uma compreensão ainda que a SAN é uma política setorial. É uma leitura que o governo faz e parte do movimento acaba fazendo também, de que SAN é um setor, assim como educação é um outro setor, a saúde é outro, meio ambiente é outro, as cidades são outro, então a SAN seria mais um setor, que poderia ser estruturado dentro de um ministério, ou dentro de uma Secretaria de Estado ou numa Secretaria Municipal, para dar conta. Isso é um erro assim, gravíssimo ! E quando você estrutura dessa forma como está sendo estruturado também o Sistema, queira ou não, você acaba setorizando. Então você vai para a Conferência do Meio Ambiente, para a Conferência das Cidades, de Saúde, da Educação, e vai para a Conferência de SAN, como se fosse um grande setor. Ah, esse aí é o povo lá da SAN, ah, SAN é com sicrano. Até porque, o governo também é dividido. É difícil você imaginar um conceito desses, nessa abrangência e formular planos, políticas de forma intersetorial. É praticamente impossível nessa estrutura de Estado, da forma como está organizado, em secretarias setoriais, é uma dificuldade enorme, inviável praticamente. Pode até integrar alguns programas, mas trabalhar intersetorialmente é muito difícil. Acho que esse é um grande desafio da aplicação desse conceito” (IBASE).

A falta de espaços institucionais na estrutura do Estado que permitam uma articulação intersetorial é abordada pelo representante do CERESAN :

“Eu não tenho isso muito amadurecido, mas o êxito da nossa iniciativa de tornar isso uma questão de Estado, nós queremos que a SAN seja uma questão de Estado e não de Governo, já tem uma Lei pelo menos, uma proposta de Sistema, mas, para que a questão alimentar seja uma questão de Estado, para que isso aconteça é preciso que ela se legitime frente a outras questões, que também têm uma certa transversalidade, e isso tem implicações importantes, em termos de requisitos de organização do Estado, do aparelho do Estado. Nós estamos, a todo momento, batalhando pela criação de espaços que não existiam, e que nem são reconhecidos como tal. [...]Questões desse tipo, como educação e saúde foram, mas ainda são. Só que educação e saúde têm uma profissão, virou uma coisa profissional. Não deveriam ser, tudo bem, eu não estou querendo que qualquer um possa ser cirurgião, está certo, mas elas foram apropriadas pelos profissionais(...), o nosso movimento já foi acusado de ser muito assistência social, o pessoal da saúde e nutrição diz que é muita assistência social, provavelmente outros vão achar que tem muito nutricionista. Então é navegar nesse meio das disciplinas e das estruturas de Estado e que é, ao mesmo tempo interessante, desafiador, e coloca problemas de legitimação. Acho que esse é o nosso desafio, é fazer com que isso seja reconhecido como uma

questão de Estado e como tal consiga um local, uma inserção institucional, que vai na contramão da maneira tradicional de organizar o Estado. Olha o meio ambiente, por exemplo, até hoje eles não conseguiram fazer uma instância intersetorial. Não tem um Ministério, como o meio ambiente, a gente nunca quis, mas a minha questão é porque o meio ambiente não foi numa direção parecida de construir espaços interinstitucionais, batalhar por novas institucionalidades. Não conseguiu, não estou dizendo que não é discutido, discutido é, fome é discutido nas reuniões de Davos, aquecimento global é tema do G8 na Alemanha agora, mas o que eu quero dizer é que olha aqui para a nossa institucionalidade, é uma área, a qual você consulta ou não consulta. Pode até ser que o CONAMA tenha representação de outros setores, não sei, estou forçando a mão numa comparação aqui para falar sobre o que tem de inovador e por isso mesmo desafiador no nosso caso. O que significa que não tem nada muito assegurado, não, a gente pode simplesmente não conseguir”
(CERESAN - UFRRJ /FBSAN)

Como bem acrescenta o presidente do CONSEA, esta *visão fragmentada* também ocorre no campo da sociedade civil:

"Uma coisa ainda que queria falar sobre isso, que acho que para nós deve ainda causar algum desconforto, no sentido de procurar corrigir e melhorar é porque embora a SAN seja um tema intersetorial, nós vemos muito presente no CONSEA, ainda visões específicas e setoriais, cada um defendendo, e meio como não se importando muito com as outras partes que compõem. Acho que isso daí é uma característica dessa composição atual e nós vamos precisar examinar até para um planejamento futuro, para avançamos mais nessa capacidade de pensar globalmente o tema. A intersectorialidade é um campo que merece discussão, porque não faz parte da nossa cultura, não faz parte da cultura de governos. O que tenho assistido não é um problema só desse governo, talvez em outros fosse até mais grave. Vê-se algo absolutamente compartimentado. Cada um procura trabalhar os seus problemas, sem explorar a potencialidade de ações articuladas. Os Conselhos provocam essa potencialidade, quando têm natureza intersectorial” (presidente do CONSEA)

Ao ser questionado sobre a possibilidade de alteração da perspectiva setorial de uma entidade, de forma a alcançar uma visão mais ampla sobre o tema por meio do aprendizado e participação nestas arenas, ele demonstrou descontentamento com a incipiência desses processos:

“Eu acho que você tem razão, acho que tem progressos nesse sentido, mas me parecem tímidos. Eu gostaria de ver quando todos se sentam no plenário, talvez menos nas Câmaras Temáticas, que apontam para uma divisão setorial, mas quando se sentam no plenário, todos estarem pensando em termos da SAN, e não o que o

meu público, do meu setor específico, vai levar daqui, nesse sentido foi tímido o avanço” (presidente do CONSEA).

No entanto, a representante da FASE ressalta o potencial agregador do tema:

“Entendemos que, e acho que esse foi o passo dado bem recentemente pela ANA – (Articulação Nacional de Agroecologia), passamos a entender que falar de Soberania e SAN era falar de um tema agregador, e que produzia sentidos e práticas diferentes nas experiências, quem pensasse a partir daí.. Porque quando a gente fala da SAN, você fala de acesso, de distribuição, da qualidade do alimento etc, é então, sistematizador, é agregador. Acho que tanto pode agregar as pautas de luta, as plataformas dos movimentos, como também nos coloca a partir de outro lugar para questionar, para dialogar, essa fragmentação das políticas”(FASE).

As dificuldades inerentes a um processo de construção coletiva encontram barreiras na tradição setorial das políticas públicas. A seguir, são apresentados trechos onde os entrevistados apontam fatores limitantes ou recomendações, para o alcance desta perspectiva sistêmica, no âmbito da *participação*:

“Assim como, por exemplo, o Estado vai se fragmentando, em partes, em setores, a organização, por sua vez, da sociedade civil acaba se fragmentando, para ter o correspondente. Você pega, por exemplo, o movimento sindical, ele é todo fragmentado, são sindicatos por categorias profissionais, da construção civil, da indústria, da panificação. A construção de uma Central Única foi um momento de você juntar e pensar numa coisa mais classista. Mas não conseguiu ! Os sindicatos por categorias continuam, depois de quase 20 ou 30 anos de CUT. Ela não conseguiu unificar e quebrar essa estrutura fragmentada, continuam os mesmos sindicatos por categoria até hoje. A CUT quando foi fundada em 83, era para quebrar com essa estrutura, trabalhador é trabalhador e pronto, independente de categorias. Não conseguiu romper. No lado dos movimentos sociais é a mesma coisa, você tem o movimento ambientalista, movimento de luta pela moradia, movimento de luta pela terra, movimento de mulheres. Existe movimento no sentido de articular isso aí? Por exemplo, quando surgiu a idéia das redes, dos fóruns, foi uma tentativa de articular essas organizações em torno de um tema[..] para romper é preciso uma revolução nos paradigmas. Em nossas próprias organizações há essa fragmentação”(IBASE).

"Estou aqui pensando se eu posso fazer uma analogia a ponto de dizer que a questão é a mesma, que as dificuldades da sociedade civil são as mesmas. Não acho que são as mesmas não, porque, aliás, uma das vantagens do mundo não governamental é não sofrer com a rigidez do mundo governamental. Então eu posso até ter ONG's com atuação mais especializada, mais setorializada, mais direcionada, mas elas não têm um perfil de especialista por definição, elas podem ser

generalistas, podem ser intersetoriais na sua ação, agora o que elas não são muito, ou são pouco, melhor dizendo, é intersetoriais na sua organização e articulação. Há redes que promovem isso, sem dúvida nenhuma, mas ainda é uma questão a construir. Eu acho que tem, no caso das ONG's, assim como nos governos, tem um elemento de disputa, de competição, setores de governo competem entre si por orçamento, as ONG's também. Acho que tem uma fragmentação parecida, não é a mesma, mas é parecida. Talvez isso seja uma decorrência inevitável de uma lógica dos projetos, e cada um tem o seu projeto e o seu projeto tem que ser implementado e dificilmente o seu projeto é concebido como sendo algo que se faz junto com o outro. E as ONG's precisam de espaços que são os fóruns e as redes para fazer essa interação, mas não vejo ainda um enfrentamento consistente, digamos dessa fragmentação, não vejo. Agora acho que a ONG's são uma das principais responsáveis da promoção desse diálogo inter áreas, é através delas que isso tem acontecido, principalmente. Mas acho que ainda há um longo caminho a percorrer. Mas eu não sei que formas isso assumiria.”(CERESAN - UFRRJ /FBSAN)

“Há uma fragmentação sim, dentro da sociedade, dos atores, das lutas, e por isso que eu estou percebendo nas nossas organizações também, e eu estou percebendo que é cada vez mais estratégico avançar na crítica ao modelo agrícola, à expansão da fronteira agrícola, mas colocando no centro, para a construção da resistência, a perspectiva da soberania e SAN. Eu estou cada vez mais convencida disso. E colocar no centro essa perspectiva é ver, é fazer um esforço em vários planos, é você construir formas de resistência e de oposição, mas criar também as alternativas que dialoguem para além do campo concreto da experiência em que você está. Quer dizer, que dialogue com outros atores da sociedade. Porque você tem toda razão, quando a gente fala da SAN, você fala de acesso, de distribuição, da qualidade do alimento etc, é então, sistematizador, é agregador. Acho que tanto pode agregar as pautas de luta, as plataformas dos movimentos, como também nos coloca a partir de outro lugar para questionar, para dialogar, essa fragmentação das políticas” (FASE).

Já o representante do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC) salienta a necessidade de mudanças na *lógica interna* das próprias instituições, para se alcançar uma maior integração no âmbito da participação:

“Vejo a necessidade das Igrejas se articularem com as outras organizações da sociedade civil e também com as instâncias governamentais visando à garantia desse direito. Não ter mais uma ação clássica, isolada, de mero atendimento assistencial, desvinculada das outras políticas e programas públicos na área social. Acho que esse é um outro dado importante para as Igrejas, se ligarem mais aos Conselhos e às organizações da sociedade civil. Sem dúvida, a idéia do direito e a idéia da articulação são fundamentais hoje, dentro das articulações mais horizontais, de troca, de partilha e de intercâmbio e de somatória mesmo de esforços e não uma pulverização” (CONIC).

Outro aspecto destacado diz respeito à necessidade de a SAN se compor com o conjunto das lutas populares:

"Não se pode achar que a SAN está acima de tudo, porque isso pode criar um antagonismo com outros setores da luta popular que já estão há mais tempo, trazendo essas questões de garantia de direitos. Veja, nos municípios, estão ainda pensando na idéia de consolidar um conselho de assistência social, conselho de saúde está recém-começando a funcionar bem, aí de repente, chega essa demanda de um conselho de SAN, isso pega as pessoas de surpresa, e aí a gente chega lá e diz, não, tem que ter o conselho de SAN. *Tem que chegar devagarinho, achar o seu espaço, compor com humildade, mostrar as relações sinérgicas que tem, entre as outras lutas populares e a SAN. Eu vejo que a SAN é bem importante na medida em que se liga à luta pela sobrevivência, mas tem que ter essa humildade de compor com outras lutas onde há mais acúmulo, inclusive teórico, lideranças mais consolidadas, e aí a gente chega com essa novidade, pode parecer antipático e atropelar. Eu tenho dúvidas sobre a existência de conselhos municipais de SAN. A gente deveria trabalhar a SAN no conselho da assistência social, por exemplo, também no conselho da alimentação escolar*" (ACMUN/RS).

Por conjugar diferentes áreas e segmentos sociais, esta aproximação não se faz sem tensões, como atesta o exemplo dado pelo entrevistado:

"Tem algumas dificuldades, por exemplo, o principal líder do slow food tem uma dimensão do alimento, que é a dimensão do prazer, hedonista. Isso não é facilmente aceito. Ele dizia que o *slow food*, quando surgiu, era torpedeado pela direita, porque estava falando sobre essas coisas típicas e pela esquerda, pelo seu hedonismo, por cultivar o prazer. Então eu imagino que, por exemplo, valorizar a gastronomia, todo mundo gosta um pouco, mas vai custar para ser reconhecido, como você contou lá de SP, no SESC, legitimado como um tema socialmente relevante. Mas vai, viu? Tem um lado disso que me impressiona muito, cada vez que leio matéria sobre isso, que é exploração da dimensão, não é só erótica, mas é também erótica, do prazer da alimentação. É uma associação direta entre essas duas dimensões e esse é um lado mercantil forte, não? Acho que compromete muito a gastronomia. *O outro é você ter uma construção gastronômica que faça sentido para a população, que não seja sinônimo de frescura de elite, coisa de gente que tem dinheiro. Eu tenho muita esperança nessas coisas, acho que tem muito futuro, eu vejo isso, eu leio, nós estamos entrando num nível, felizmente, que você vê muito, por exemplo, na França, uma valorização dos detalhes. Não necessariamente como uma questão de sofisticação, claro, é uma sociedade um pouco mais sofisticada, mas você vai encontrar isso em setores sociais os mais diversos*" (CERESAN - UFRRJ /FBSAN).

A representante do CONSEA Estadual do CE, por sua vez, admite dificuldades na construção de articulações com o campo das populações tradicionais:

"Do ponto de vista dos negros, quilombolas e indígenas a gente ainda está patinando um pouco. Até porque a população negra não é muito grande no Ceará e também porque eles estão começando agora o processo de organização. Os indígenas, a gente está iniciando a discussão com eles, agora até a partir das conferências, mas nesse campo a gente tem avançado pouco, das populações específicas, até porque no próprio CONSEA, a gente está elaborando uma proposta de reformulação do CONSEA já dentro da concepção da LOSAN, e a gente quer ver se coloca algumas populações específicas, sobretudo indígenas, que é o maior contingente, mas negros também, no próprio CONSEA, porque aí a gente vai tendo esse enraizamento, essa penetração maior na própria organização deles" (CONSEA/CE).

Ainda um outro aspecto, mencionado pela representante da FASE, envolve *disputas conceituais* em torno do tema:

"É uma coisa muito nova, em construção, eu não tenho visto análises que tratem dessa maneira, porque você veja no caso da conferência, o documento base tem esse sentido agregador, mas ele está falando de temas e de políticas, quer dizer, ele não está falando de sujeitos políticos em ação. Então o que eu acho que está faltando é essa análise, a partir dos sujeitos em luta e tentar clarear a partir dos movimentos, que construções são essas, que contradições, porque há contradições, tem visões diferentes dessa construção histórica, no debate sobre soberania e SAN não se pode perder de vista isso. Eu sempre fui contra a visão de algumas pessoas que dizem, isso é ideologia, como se fosse um falseamento; são visões, são percepções e por mais que digam não, um conceito pode ficar dentro do outro, mas não podemos esvaziar o sentido histórico dessa construção e é preciso dialogar com isso. Se não, corremos o risco de perder de vista os sujeitos que constroem a história" (FASE).

Por último, destacam-se falas referidas aos significados positivos da participação em uma *rede temática* mais ampla, como expressa o representante dos Salesianos/ES:

"A gente aprende muito aqui no CONSEA, primeiro porque é um espaço de diálogo entre diferentes órgãos (do governo), entidades, diferentes pessoas, que vêm de diferentes lugares, cada um traz uma experiência diferente, a troca de informações talvez é maior do que a gente consegue aprender, leva e traz também para cá, isso é importante e fortalece a SAN. E hoje, por exemplo, posso estar com uma dificuldade, aí eu digo, ah, deixa que eu vou ligar para São Paulo, que eles estão desenvolvendo um projeto lá e eu vou saber o que é, quer dizer, eu sei onde procurar. E quando a gente volta para o Estado, distribui tudo isso, toda essa informação. Dentro do possível, a gente tenta socializar isso. Ou seja, isso não fica só para a gente. Isso é socializado, então, mesmo os que não vêm, conseguem minimamente aproveitar. Talvez quem chega aqui aproveita muito mais, mas a socialização faz com que os outros possam se aproveitar disso. Então tem isso, as informações que a gente traz e

as que a gente leva daqui para lá, e também das experiências que a gente vem trocando”(CONSEA/ES).

Nesta mesma direção, a representante da Pastoral da Criança enfatizou a possibilidade de construção de novas articulações dentro do campo da sociedade civil, ao descrever a parceria realizada com a ASPTA, ONG ligada à agroecologia: “Nós seguimos a experiência da ASPTA (ONG), agora só trabalhamos com a agroecologia. A parceria foi construída a partir dessa preocupação da PC de trabalhar nas hortas. Tanto é que as oficinas serão coordenadas também pela ASPTA”.

Explicitou também as articulações no nível do CONSEA Estadual, em torno da revitalização do Rio Sinibu:

“Veja, na Conferência Específica da área indígena, essa me ficou gravada, eles estão discutindo lá, a revitalização do Rio Sinibu, na Baía da Traição. E o cacique disse para toda a população: ‘ nós não precisamos de cestas básicas, se ao final de 2007 tivermos a revitalização do rio’. E sabe quanto, para revitalizar esse rio? Pasmes, 36 mil reais. Eles estão nessa luta. *Então, são pequenas parcerias. Então, eles não sabiam da existência do CONSAD(Consórcio de SAN) lá. Explicamos que são 13 municípios lá no Vale do Mamanguape e eles hoje estão discutindo a revitalização do Rio Sinibu lá no CONSAD (Consórcio de SAN e Desenvolvimento Local)*”(Pastoral da Criança).

NOTA: Os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local são organizações territoriais, institucionalmente formalizadas, com um número definido de municípios que se agrupam para desenvolver ações, diagnósticos e projetos de segurança alimentar e nutricional e desenvolvimento local, gerando trabalho e renda. Constituem-se como associações civis sem fins lucrativos, formadas por 1/3 de representantes do poder público e 2/3 de representantes da sociedade civil de cada município participante.

<http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/consad>

A *construção de parcerias* é salientada também pelo representante da CUT, a partir de relações construídas no CONSEA:

“Por exemplo, quando a gente tem trabalhado com as cisternas no semi-árido brasileiro e você vê a parceria com o sindicato dos metalúrgicos de São Paulo. Trabalhar com a Pastoral da Criança, com a ASA, com os indígenas, por exemplo, que mais recentemente, nós nos unimos em torno da revitalização de um rio. Essas parcerias são muito práticas. *Nas cidades do interior, onde os sindicatos rurais são a nossa base maior, nós já estamos vendo isso, essa construção de parcerias.* Porque é nas cidades pequenas que o cara está sendo mais cobrado, o cara tem que assobiar e chupar cana, porque ele é do conselho de desenvolvimento rural, ele é do CONSEA, do Conselho de Emprego e Renda, é a mesma pessoa. Então, eles são pressionados para estar interagindo com a Pastoral, com o movimento dos sem terra. E são muitas experiências, bastante exitosas” (CUT).

A representante dos APNs também explora a construção de novas parcerias:

“Eu acredito que o maior mobilizador aqui, dentro do CONSEA, é o Talher e eles passaram a olhar para essa situação do povo negro. Nós conseguimos realizar diversos eventos com a parceria do Talher, passou a ser um aliado nosso, bastante interessante. Também com o Centro de Direitos Humanos porque sempre a gente colocou que a questão do racismo e do preconceito era uma bandeira dos direitos humanos”(APNs).

Oriundo do campo das ONG's, o presidente do CONSEA concebe a metodologia do trabalho em rede como uma prática já inserida na cultura de trabalho da entidade, antes mesmo da incorporação da SAN:

“Em relação às parcerias, extrapola um pouco a própria área da SAN. O IBASE passou a se dedicar a projetos, até pela sua característica, de abrangência mais nacional e diante disso passou a exigir trabalhar nacionalmente com quem está nos locais; então, desde um projeto que realizamos sobre o PRONAF, que já fazem mais de 10 anos, sobre o PROGER e PRONAF, montamos uma rede com entidades parceiras e os resultados foram positivos nesse sentido; isso criou como uma cultura. *Atualmente a gente já não senta e diz, então vamos fazer um projeto em rede, já vem naturalmente, o trabalho com parceiros.* Por exemplo, o projeto “Formação” foi assim, o projeto que a gente realiza com o Bolsa Família não é exatamente uma rede de instituições, mas por trás consultores que estão contratados têm instituições. E a gente tem aprendido que diante de uma série de circunstâncias, inclusive atuais, de financiamento, tudo isso, geralmente essa é a forma mais adequada de trabalhar projetos dessa natureza”(presidente do CONSEA).

Por fim, cabe resgatar as falas que se referem à participação no CONSEA, enquanto uma *experiência educativa*. O representante da CUT mencionou a concretude do tema, como um fator que propiciou um contato “mais pé no chão”, ao destacar a perspectiva de complementaridade em relação aos temas já trabalhados por sua entidade.

“Vejo que são poucas as pessoas que têm conhecimento sobre a questão da nutrição. E isso se reflete também até na questão da qualificação profissional. *Nos nossos cursos, a questão da qualidade do alimento ainda não é muito tocada. Eu acho que a gente deve lançar isso, trabalhando na tese de que o alimento na verdade pode ser um remédio e isso sensibiliza.* Mas a gente tem pouco investimento nessa área, com relação à saúde, embora em minha raiz nordestina eu tenha muito isso” (CUT).

Segue a mesma direção a fala de outra entrevistada:

“Muitas vezes a gente procura analisar os resultados do CONSEA, só do ponto de vista de resultados quantitativos, o número de políticas que se fez, eu acho que isso é importante, *mas é também importante esse aspecto da formação, ou seja, as pessoas passarem a dominar, a se apropriar do conceito, e nos seus locais de trabalho seja na sociedade civil, seja no poder público, procurar no seu dia-a-dia, expressar esse conceito nas práticas cotidianas e eu vejo que a gente avançou nos últimos anos, bastante nisso*” (CONSEA/CE).

Já a representante dos APNs destaca o caráter representativo da participação, determinando uma *reciprocidade* no aprendizado:

“Quando se falava em SAN, eu não tinha essa noção. Nunca me dediquei a isso. Ainda que fiz ciências sociais, sou formada, fiz mestrado, não era esse o meu debate, discutir história, período colonial, nunca li nada sobre o assunto. Aí, quando fomos convidados a participar do CONSEA, justamente por ter esse trabalho de base, pela colega, que era titular, ela colocou para nós: o trabalho que vocês fazem tem tudo a ver com SAN. Nós não sabíamos! Aí eu comecei a ler tudo que se produzia aqui, ler, precisava me capacitar. Participei de tudo quanto era oficina que foi oferecida, para depois, agora, poder fazer isso junto ao meu grupo. Foi bem interessante para nós. *E eu, estando no CONSEA, comecei a aprender e aí depois comecei a introduzir, colocar o tema nas assembleias, então eu acredito que está havendo um impacto muito grande. E de outro lado, veio também um orgulho de estar participando do CONSEA porque tudo o que a gente só falava como bandeira de luta, e hoje a gente poder assim, contribuir para alguns conselheiros poderem perceber o que vem a ser a vida da população negra, a dificuldade, o racismo, o preconceito, a limitação, o quanto que tem passado fome, o quanto têm sido criativos para poder sobreviver, nós também achamos que foi uma conquista nossa, porque na primeira gestão, eram só os Agentes Pastorais Negros que compunha o segmento. Hoje a gente já tem mais 5 pessoas (representantes negros), mas eu acredito também que essa educação foi para a entidade, mas também da entidade para o CONSEA*” (APN).

4. 5.6. Processo Educativo

Figura 6 – Significados da SAN – categoria: *Processo Educativo*

O conjunto a seguir trata de significados relacionados ao campo da *educação*. Contém aspectos relacionados às diretrizes de educação na ótica da SAN, à metodologia, ao ensino superior e à experiência pessoal.

Um primeiro aspecto a ser destacado consiste na *demandas por formação*, onde se procurou resgatar os processos em curso, interna e externamente às entidades.

Para o representante da CONTAG: “Nós precisamos, tanto no nível das entidades como no nível das políticas públicas, intensificar esse debate, de cursos, para capacitar dentro desse conceito da segurança e soberania alimentar”.

Já a representante do CONSEA/CE enfatiza a capacitação em SAN nos municípios do Estado:

“A gente ainda está realizando esse curso; é uma capacitação de atores sociais em SAN, embora o grande articulador tenha sido o CONSEA Estadual; inclusive a idéia inicial foi do Fórum Cearense de SAN, mas era uma idéia que eles tinham e não conseguiram implementar, e aí eles nos convidaram, o CONSEA entrou, nós decidimos convidar o Talher também, mas o grande articulador terminou sendo o CONSEA. *Nós elaboramos um projeto de capacitação para o Estado todo, os 184 municípios, e enviamos para o MDS. Esse projeto ficou dois anos no MDS, praticamente parado e na atual gestão, a gente retomou o projeto e eles aprovaram com corte de 50%. Então a gente deve estar concluindo, em setembro, a capacitação de aproximadamente 78 municípios*”(CONSEA/CE).

O representante da ONG SASOP, destaca a capacitação interna à entidade:

“O SASOP tem um curso de formação e capacitação em SAN, em parceria com o Centro de Referência em SAN (CERESAN) da UFRRJ e nós estamos experimentando todo um processo de formação, inclusive para os nossos técnicos. Nós temos 4 técnicos hoje, inclusive eu também entrei nessa última leva, de fazer essa especialização, no sentido de você ter parâmetros orientadores de uma formação em SAN, depois você tem que descer e adaptar esses parâmetros. *A gente está achando que está tendo efeito essa capacitação em SAN, na sua abordagem de princípios, de conceitos, de estratégias, de políticas, então a gente está sentindo um impacto interessante agora na instituição, depois que os técnicos passaram a fazer essa capacitação*” (SASOP).

Ampliando a visão sobre a formação, para o que chamou de *processos formativos*, o representante do CAA da Bahia salienta a otimização de resultados quando o trabalho formativo se alinha às iniciativas de acesso aos alimentos:

“*Não sei se é possível falar em cursos, mas, em processos educativos, sim. Tenho impressão que o CAA não optaria por cursos, mas processos formativos. A gente tem uma experiência bem sucedida com jovens em relação à utilização do mel como alimento e tem uma com famílias para aproveitamento de frutas, verduras, melhoria na qualidade dos alimentos. Acho que a gente tem um nó, que é o de garantir que o alimento saudável seja acessível a essas famílias. Só a informação puramente ela não muda os hábitos, você tem que ter alimento de boa qualidade, barato e perto das pessoas. A informação, junto com alimento barato e próximo, é capaz de modificar os hábitos alimentares. Eu digo isso porque onde eu moro, no interior da Bahia, o que vem acontecendo de forma muito intensa é que alimento de má qualidade é o que está perto e barato. Alimentos de boa qualidade não são facilmente acessíveis e às vezes são caros. Então, acho que aliar trabalho formativo com iniciativas que tornem os alimentos de qualidade mais acessíveis isso tem bom resultado. Percebo que a Pastoral da Criança na região tem resultados mais interessantes, em relação ao aproveitamento integral dos alimentos; agora há barreiras culturais, que a gente tem a vencer, que associam alimentos, essas partes*”

não aproveitadas dos alimentos com comida para pobre. Acho que a gente tem que chegar num outro patamar de compreensão. Todo alimento, desde que seja saudável, é bom. E se ele for barato, se ele for acessível a muitas pessoas, ele é maior ainda” (CAA).

Também o representante do SESC aborda a necessidade de um *processo educativo permanente*:

“Comunicação tem a ver com educação. Quando eu digo que a educação é a base de tudo, eu quero que essa educação chegue. Educação não é simplesmente só a escola, educar é todo um mecanismo que você tem no campo da cultura, comunicação, das instituições, dos serviços públicos. Por exemplo; eu acho que todas as secretarias especializadas (saúde, abastecimento, transporte, justiça), tudo o que mexe com esse campo das ações públicas, tem um componente educativo. Eles têm que ter isso inserido ali dentro, como missão e a partir disso é que você vai ter o seu funcionário preparado, com a informação, ação necessária. É uma coisa que eu me bato muito aqui no Sesc, eu quero que a instituição toda tenha esse caráter educativo, mesmo que seja um vigilante que está ali na porta e alguém vem e diga....” vai abrir a piscina hoje?” e ele responda com uma informação exata. Às vezes as pessoas se assustam, a gente quer educar até pela limpeza do banheiro. E a pessoa quando entrar no banheiro do SESC, ele esteja limpo. Isso é uma coisa que demanda atenção, sistema, gente, e que essa pessoa tenha essa perspectiva e isso é fundamental. Tudo isso tem um caráter educativo, você educa pelo exemplo mas educa pela informação também, pois você está passando informação o tempo todo, está dizendo coisas o tempo todo. A questão nutricional tem muito a ver com esse processo educativo permanente. Eu acho que isso falta no país e existem instituições, organizações e pessoas. Aqui, essa questão da segurança alimentar tem aparecido em algumas vinhetas, mas podemos ampliar. A perspectiva educativa nossa tem que estar presente lá. Então, se essa é uma questão educativa, a gente poderia ampliar mais ainda a nossa participação com vinhetas curtas orientando as pessoas sobre a questão alimentar, sem brigar com ninguém, mas dizendo o que é bom” (SESC).

Já a representante do CONSEA/CE enfatiza a necessidade de se *massificar* o tema da SAN, com vistas à formação de uma rede:

“E isso para tentar uma massificação maior, dessa discussão, porque na medida em que a gente fizer isso, vai reforçando a rede CONSEA. Porque é fundamental, o CONSEA Nacional vai se fortalecer mais quando os CONSEAS Estaduais forem mais dinâmicos, mais efetivos, e os municipais também. Então, não é uma capacitação vaga assim, descolada, mas uma capacitação como um meio para espalhar mais essa concepção de SAN, nas políticas sejam elas governamentais, como também nas ações das organizações não governamentais” (CONSEA/CE).

Outro aspecto levantado pela representante da ACMUN/RS diz respeito à importância de se conhecer a realidade da população, inclusive podendo haver lugares onde a formação não seja sequer necessária:

“A educação alimentar está a serviço de alguma coisa. Fazer educação alimentar para quê? Tem lugares que eu visitei nessa minha caminhada que acho que não precisam ter educação alimentar, se tocar um dedo naquilo estraga, acho que a gente tem que perguntar o por quê. Eu vejo essa bandeira da educação alimentar, ela é um instrumento para alguma coisa e ela pode ser ou não necessária. Tem que ver nessa perspectiva” (ACMUN/RS).

Evidencia-se um outro campo de significados quando se investigam possíveis distinções entre a *educação nutricional* e a *educação na ótica de SAN*. No geral, os entrevistados situam a maior *abrangência* e o caráter *mobilizador* da SAN, conforme expresso pela representante da Pastoral da Criança: “A SAN é mais mobilizadora, abrange uma área bem maior e a educação alimentar é uma parte da SAN”.

O representante da CONTAG destaca, por exemplo, a íntima relação entre as duas:

“Agora, a questão nutricional é parte integrante disso, não dá para trabalhar uma coisa sem trabalhar a outra, é quase impossível você trabalhar só a dimensão nutricional se você não trabalhar a questão do direito, do acesso e do conceito. Então, para mim, isso é parte integrante, muito difícil desvincular uma coisa da outra. Evidentemente que, cientificamente, você pode trabalhar o conceito de acesso, de direito, sem se preocupar com a nutrição, mas daí não é completo. Essas questões devem ser ligadas” (CONTAG).

Ao procurar distinguir o campo específico da educação nutricional, o representante do IMIP/PE (Instituto Materno Infantil) exemplificou uma situação de sua aplicação:

“Eu vejo educação nutricional alguma coisa que você faz para um indivíduo, para um cliente, por exemplo, ou para uma turma ou grupo relativamente pequeno. Teria um caráter mais focal. A Educação Nutricional pode ser parte da SAN. E como a SAN tem uma abrangência bem maior, que envolve política, direito e cidadania, que envolve ecologia, que envolve economia, o público e o objeto seriam bem mais amplos. Ou seja, eu vejo a educação nutricional como parte da SAN, mas bem mais específica. Então a SAN seria muito mais genérica. É claro que no nível individual,

mesmo quando a pessoa é orientada no que nós chamamos de educação nutricional, isso inclui segurança no nível individual, mas como parte de um conjunto maior.

O último levantamento em 15 capitais mostrou como aumentou o número de pessoas que consomem frutas, verduras e legumes 5 vezes por semana, aumentou muito, isso sobretudo na população mais velha, que é aquela que tem mais resistência à mudança de alimentação. Eu percebo que isso aconteceu, em grande parte, porque os mais velhos, como eu e outros, começam a atentar para o colesterol e até por questões de ordem dietoterápica, muitas vezes como um tratamento. Nesse caso é educação nutricional propriamente dita, porque eles estão preocupados com diabetes, sobrepeso, hipertensão, doença renal, um conjunto de coisas. Mas próximo da população mais velha, esse enfoque foi dividido em faixas etárias e também o grupo de idade mais baixa está mudando. Vamos dizer que os velhos estão com 60% de respostas positivas nas capitais e os mais jovens estão com 50%. Mas estes dados são muito alentadores em relação ao panorama que tínhamos antes. *Eu creio que esse é um momento muito adequado, muito receptivo para formatar um curso nessa direção.* "(IMIP).

A observação trazida pela representante da FASE faz menção à ausência de uma *perspectiva antropológica* no campo da educação nutricional, que incorpore elementos da cultura alimentar:

"Nem a educação nutricional, às vezes, é o que eu quero dizer, nem mesmo ela incorpora uma visão mais antropológica sobre a cultura alimentar, ou uma visão ecológica sobre quais são os bens da natureza, as particularidades dos vários biomas, a diversidade de frutos, de fibras, de vegetais. Eu vou te devolver uma pergunta, porque não tenho muita clareza, há 30 anos atrás, sei lá, eu fiz uma pesquisa na Amazônia e o que mais me chamou a atenção, e eu, como antropóloga, achei que precisava saber onde é que estavam os investimentos públicos nas pesquisas sobre os alimentos da Amazônia, que eram próprios daquele bioma e fui fazendo um levantamento sobre os inquéritos alimentares, fui tentar identificar estudos sobre os frutos. Naquela época encontrei um estudo só sobre o açaí, que é como se fosse o pão da Amazônia, inclusive em alguns Estados como o Pará, fundamental na alimentação, e aquilo me chamou a atenção, porque é que as nutricionistas não estavam estudando outros alimentos. E aquela era uma época que havia distribuição de alimentos, um pouco antes eu tinha acompanhado, em outro momento da história, aqueles programas de ajuda alimentar americano, eu era muito crítica em relação àquilo. Bom, mas onde é que eu quero chegar? É que também do ponto de vista nutricional acho que tem algumas lacunas, isso que eu quero dizer, nós não temos, que eu saiba, no Brasil, um estudo profundo sobre o que representam os elementos que estão, inclusive, desaparecendo, porque se você avança a fronteira agrícola para a Amazônia, se reduz também o potencial alimentar. Então, tem essa lacuna. Isso que eu estou te dizendo, nunca parei para pensar, porque também isso na FASE tem uma insuficiência, o que nós chamamos de educação alimentar é algo, a meu ver, meio incipiente, o que agrega aí, bom, tem tanto essa parte do debate que é a reflexão sobre o impacto dos agrotóxicos, mas também a importância de garantir o autoconsumo, o alimento de qualidade, tem alguns ingredientes, vamos dizer, no que eu estou chamando aí nessa concepção de educação, mas que ainda me parece que as coisas são meio soltas. Mas eu estou entendendo que a educação alimentar, do ponto de vista da SAN, precisa incorporar

as várias dimensões que o conceito agrega, do ponto de vista do sistema de produção.

Agora, é muito curioso, eu comecei a ler um artigo que me deixou intrigada, naquele livro “Antropologia da Alimentação”, em que a antropóloga faz uma discussão curiosa, porque ela está dizendo que *a questão da alimentação não é um objeto que tem um estatuto tão valorizado dentro da própria antropologia, muito curioso isso e faz um resgate sobre como a antropologia está presente na produção de análise sobre as condições alimentares* e eu descobri, lendo esse artigo, que eu acabei sendo parte dessa história, porque ela cita um estudo coordenado por Otávio Velho, na década de 70, quando ele estava no Museu Nacional, que é sobre condições alimentares do campesinato e eu, na época, escrevi um artigo que chamava “Circuitos de mercado e padrões de consumo em camadas de baixa renda”. Interessante. *Era bom um dia, quem sabe, sentar pessoas com inserção política diferente e formações profissionais distintas, e fazer essa discussão, o que é uma visão de educação alimentar nessa ótica, mas você já está justamente construindo isso. Porque a gente precisa conhecer, como é que você vai falar da qualidade da alimentação se não sabe quais são as práticas alimentares, os usos e costumes em relação à alimentação, os sistemas de classificação. Então, eu acho que a educação alimentar tem que incorporar dentro dela esses vários sentidos que o conceito de SAN agrega. Eu não consigo falar de educação alimentar sem trabalhar, por exemplo, como o impacto do avanço dos monocultivos e a desestruturação de sistemas de produção afetam diretamente as condições ambientais e o direito à alimentação” (FASE).*

“Os cursos de educação nutricional são bem centralizados nas questões nutricionais e também setoriais, enquanto que a SAN envolve o conceito da alimentação de uma forma mais ampla. O curso de educação nutricional, dependendo quem está fazendo e a quem é dirigido, é muito centralizado, e talvez seja muito mais difícil fazer educação em SAN do que educação nutricional; por ser mais amplo, necessita outra visão, inclusive de futuro. Enquanto a educação nutricional não: basta você dispor de uma certa capacidade profissional e passa o que você quer, comer proteína, por exemplo, e acabou. A SAN requer mais do que uma habilidade profissional, aliás habilidade intersetorial” (CONSEA/ES).

A representante da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) assim diferencia educação nutricional e educação em SAN:

“São diferentes. Na realidade, educação em segurança alimentar tem um conceito muito mais amplo, porque não só informa a respeito da questão alimentar e toda a abrangência da questão alimentar, como ela fala da questão da nutrição. Um outro ponto que considero importante, dentro da educação em SAN, é que você pode mostrar como funciona a intersetorialidade, porque, embora dentro da educação nutricional, a gente diga que é importante considerar alguns fatores, o número de fatores que a gente elenca, como sendo importantes e preponderantes para você ter uma boa educação nutricional, ele difere muito de quando a gente trabalha com o enfoque da SAN. Eu acho que uma coisa complementa a outra. Tanto é que nos projetos de pesquisa que a gente está montando, de educação nutricional, tem um

componente que é relacionado à SAN. *Porque uma vez a pessoa compreendendo o todo, quando você for para o mais específico que é a educação, no sentido da modificação, se for necessária a incorporação de alguns elementos na sua alimentação, você já tem uma idéia mais abrangente, do que se você tocar, especificamente, só no componente da alimentação em si, da nutrição*” (UFPE).

Já a representante do movimento de ACMUN/RS alerta para a visão restrita ao *biológico* assumida pela educação alimentar:

“Isso fica mais no campo dos nutricionistas, uma luta mais dentro de uma categoria, que tenta passar isso para a sociedade brasileira. Esse é o perigo da compreensão da educação alimentar. Ficou muito restrito, por responsabilidade dos nutricionistas, de se apropriar dessa luta e não tornar isso um debate público e, portanto, ficar restrito à área do biológico e do nutricional. Fala-se em educação alimentar e nutricional, mas se pratica só a educação nutricional. E como o nutricional está ainda longe, muito longe, dos saberes populares, porque a compreensão é sobre o nutriente, o que a gente tem que comer, lipídios, glicídios, proteínas, carboidratos etc. A própria categoria não traduz isso em comidas, que é o que a pessoa come realmente, inclusive parte de um pressuposto falso, de que tudo o que as pessoas fazem ou faziam antes de encontrar um nutricionista era errado e que a partir daquele momento ele irá dar a pílula da salvação dietoterápica. Ele vai ensinar a pessoa a comer. Acho que esse é um pressuposto falso e perigoso, porque pode, por exemplo, criar um trauma, de forma que a pessoa pode pensar que o nutricionista não é o profissional que vai resolver o problema dela. Tu falar em educação alimentar e nutricional é tu falar numa coisa que as pessoas não vêem, que são os tais lipídios, glicídios etc., tudo aquilo que dá saúde, que faz a pessoa bonita, mas nada disso as pessoas vêem. Está longe, muito longe da apropriação e isso é perigoso. As ciências da saúde hoje em dia apontam o seguinte, as pessoas respondem tanto mais às terapêuticas quanto mais elas se apropriam disso, quanto mais elas se empoderam disso. As terapias de saúde, hoje, elas apontam para o autocuidado, para a pessoa se conhecer e ser capaz de construir um modelo, um estilo de vida que propicie saúde, a pessoa deixar de ser um estômago doente, uma emoção desequilibrada, de ser um rim que não está funcionando bem, de ser uma diabética, elas passam hoje a ser vistas de uma maneira mais holística. Mas ainda precisa que o profissional nutricionista entre nessa onda” (ACMUN/RS).

Também o representante do SESC aborda a maior *amplitude* do tema alimentar pelo viés da SAN:

“Tem mesmo que ampliar a discussão, tem que ver a questão nutricional numa perspectiva que vai muito além da questão puramente técnica, do que emagrece ou não, o que tem calorias ou não, e cada hora se tem uma informação nova na dieta, antes o que não era bom agora é, então tem essas dietas completamente loucas, tem programas que favorecem isso e a mídia de alguma forma vulgariza, de maneira

muito despreparada determinadas informações. Não há orientação adequada no país, existe uma pressão de grandes produtores de alimentos que não fazem bem, mas continuam produzindo por que faz parte. Por outro lado, como se organizaria uma alimentação saudável no país de fora a fora?

Teria que ter uma mudança de hábito, que é a mudança mais radical e mais difícil que existe no mundo. Você pode mudar um monte de coisas, mas mudar hábito é algo absolutamente difícil, muito complicado. E a realidade nossa aqui demonstra isso. É aquela história, de repente, você querer introduzir uma sopa básica, que não tem gosto de nada e é uma coisa horrível. Eu me lembro quando era garoto, no colégio interno que eu estudava, eles criaram uma coisa que chamava aliança do progresso, que vinha um alimento dos EUA em uma lata que você abria e saía uma massa, um queijo amarelão, aquela coisa dura, era horrível, e os padres davam para nós. Eu comia aquilo e achava horrível, mas era o que tinha para comer na merendinha, colocava no pão, fechava o olho e o nariz e mandava ver. Então, é um campo que falta debate sério sobre isso, existe uma manipulação brava, isso me assusta muito” (SESC).

Outro exemplo de diferenças de abordagens é trazido pelo representante do SASOP, ao comparar os diferentes procedimentos utilizados em um diagnóstico local:

“Acho que tem espaço para uma formação em SAN, mas só que tem que ser adaptado à realidade local. Por exemplo, nós fizemos dois diagnósticos, um diagnóstico de SAN com a nossa concepção e um diagnóstico nutricional, com nutricionistas de universidade. Embora fossem nutricionistas muito conscientes da temática, quando a gente foi para o diálogo sobre o sistema agrícola deles, e dialogando sobre o que eles tinham na propriedade, trabalhando com as ferramentas participativas de rotina diária, para entender qual é a rotina da família, a gente acha que atingiu um universo de demandas muito mais próximas da realidade. Quando a gente foi para a outra pesquisa ergométrica e outras mais, você tem alguns dados, mas eles não traduzem a realidade das agricultoras” (SASOP).

Tal abordagem é determinada, entre outros fatores, pela *trajetória conservadora da educação nutricional*, conforme pontua o representante da ASBRAN (Associação Brasileira de Nutricionistas):

“A educação nutricional, nos cursos de nutrição, principalmente, tem uma trajetória histórica conservadora, onde se procura reunir uma quantidade de instrumentos e técnicas capazes de fazer com que indivíduos e grupos sigam “orientações”, ensinem a pessoa a se alimentar. Não tem nessa trajetória a perspectiva de “por que” as pessoas não se alimentam bem e o “alimentar bem” sob que ótica?

A SAN, da forma como vem sendo tratada, está trazendo uma luz para boa parte dos professores, não todos, mas uma revisão na ementa, no programa e na metodologia de se fazer educação nutricional. Principalmente nas disciplinas com os estudantes, porque a gente ensina o estudante para ele replicar, sem nenhuma base da história e da cultura alimentar das populações. De certa forma, até um certo autoritarismo acadêmico, um certo cientificismo. A SAN nos provoca a ter outros raciocínios, principalmente quando se traz à luz a questão da sustentabilidade e da soberania alimentar [...] insere novos conteúdos e novos compromissos. Ela questiona que você tem que ter alimentos todos os dias, o ano todo, em quantidade e qualidade. A perspectiva da qualidade, na educação nutricional, avaliava se estava adequada em ferro, vitamina A etc. Então ela ainda tem esse olhar de ensinar a partir do nutriente, das necessidades biológicas e da disponibilidade. Se você ensina assim o acadêmico, ele vai replicar isso. Se ele vai para um centro de saúde, ele não vai fazer uma anamnese primeiro, para ver qual é o acesso e a disponibilidade de alimentos que aquele indivíduo, que está com ele no consultório ou no grupo operativo tem. Ele parte do princípio do que um adulto ou uma criança precisa, tanto de proteína, tanto de carboidrato, menos gordura saturada, mais fibra etc. Com a SAN não dá mais para a gente continuar com essa mesma postura. Exige uma compreensão principalmente dessa cadeia, o que produz, quanto produz, onde, como comercializa, como as pessoas vão comer. A produção com essa indiscriminada utilização de agrotóxicos e outros problemas, não tenho grande competência nisso, mas até a própria água que se toma, pode estar sendo contaminada violentamente, inclusive para os animais e as plantas também. Acho que tem que se pensar, hoje, numa educação nutricional e alimentar que seja inovadora, numa perspectiva real, contemporânea, de você entender, ter como fundo o seguinte: a nutrição, nós os nutricionistas temos como meta, ou como objeto de trabalho, o alimento e o indivíduo, tem que ter como meta a saúde das pessoas. Se você tem essa meta, a saúde das pessoas, tem que olhar esse universo, o que está plantando, onde se planta, de onde está colhendo, e a respeitabilidade de hábitos. Programas brasileiros não deram certo no passado, porque mandavam PTS, proteína de soja para o NE e o cara queria rapadura, farinha, quer dizer, se você não respeita a cultura regional, não pode fazer educação nutricional e alimentar da forma como se vinha fazendo. Então, há uma necessidade de se rever isso, tanto na graduação, como rever algumas práticas. A SAN provoca esse olhar, eu vejo dessa maneira. Eu até não estou dando aula de educação nutricional na atualidade, dou aula de epidemiologia, saúde pública, mais sobre políticas de saúde e nutrição, mas muitas vezes a gente reproduzia isso, eu já fiz isso há uns 15 anos atrás, pegava o livro, olha, educação nutricional é isso, utiliza tais ferramentas, instrumentos, como é que você vai fazer com o indivíduo, com o público, para ensinar. Eu acho que esse olhar de hoje, você não pode perder esse papel de educador, mas essa educação deve estar vinculada a algum grau de conhecimento da realidade. E a educação nutricional tem que transcender o olhar somente biológico do nutriente. Um professor de educação nutricional ou um profissional da área de educação nutricional e alimentar, se ele olhar só o lado biológico, ele está com um olhar de uma mão só. Ele tem que questionar. Se ele ensina, por exemplo, as pessoas a consumir os alimentos de uma forma mais integral, porque terá mais vitaminas, minerais, mais fibras etc, ele também tem que questionar, mas e se esse alimento, de onde ele está vindo, ele está completamente contaminado com agentes químicos, físicos ou biológicos, você está orientando a pessoa a se contaminar? Isso aí não é uma contradição, mas a gente tem que buscar essa perspectiva.

Você tem que ampliar. *Pode continuar com a educação alimentar e nutricional porque tem uma parcela da população que precisa, porque de fato, não tem acesso à informação, ela come batata, arroz e macarrão num prato só, quer dizer, está comendo basicamente carboidratos, muitas dessas pessoas não têm informação dessa composição de nutrientes dos alimentos. Parece banal, mas não é; uma parcela importante não tem essa informação. Mas ela tem que se informar com esse olhar mais ampliado, esse olhar que vai além do nutriente. A educação nutricional tem que ser transformadora, com esse compromisso social, da pessoa pensar, naquele momento que a gente está ensinando ou ele está aprendendo é sobre consumir o quê, não é consumir qualquer coisa, nós vamos estimular o consumo indiscriminado de determinado produto, sem pensar se ele está respeitando os hábitos daquela região, se nós estamos pensando em soberania alimentar, você ter o direito de escolher o que plantar, o que colher, o que comer, acho que isso tem que estar associado nesse tipo de conhecimento.* Dentro da categoria, já há uma parcela de profissionais com esse grau de incorporação, mas acho que é muito lento, porque acho que é um vício da academia, não só da profissão que eu faço parte, não só do nutricionista. Mas o que se tem na graduação, dentre outras coisas, a educação nutricional e alimentar é uma delas, como outras, a forma com que se ensina, *nós temos pouquíssima informação sobre a questão fundiária, a questão agrária, a questão da produção de alimentos. Não dá para a gente fazer um bom trabalho, se não tiver noções mínimas disso. Não dá mais para continuar assim. Se há vinte anos atrás você não tinha tanto esse efeito dos agrotóxicos, dos transgênicos, dentre outros, não dá pra ignorar isso mais. A gente parte já do alimento que está ali, ele está aqui, e tem muita vitamina A, vitamina C, tem ferro, então vamos consumir. Exige da gente hoje, de quem lida com isso, de se buscar um pouco as origens. A origem, como ele foi plantado? Como foi cuidado? Como foi armazenado?”*(ASBRAN).

Ao diferenciar a educação nutricional da educação em SAN, a representante da UFF/RJ destaca a existência de uma corrente de educação nutricional mais crítica:

“Primeiro, você pode discutir educação nutricional de uma maneira mais crítica, pode ter uma abordagem diferente, mas ela tende a focar no consumo, embora a própria educação nutricional crítica possa partir de pressupostos que não são esses, de você ter regras só, de ficar enquadrando as pessoas, mas o grande foco dela é no consumo alimentar. E na educação em SAN o foco não é o consumo alimentar, ela pode até partir de uma discussão do consumo alimentar, mas vai fazer todas essas relações, de onde vêm os alimentos, que alimento é esse, como ele é produzido, que problemas são criados com essa forma de produção, e com a outra não, o que hoje influencia o consumo, além da forma como o alimento é produzido e comercializado, como eu consigo lidar melhor com a mídia, se eu estou num processo de educação em SAN, hoje é fundamental eu entender isso tudo, o que a gente fala, como o alimento chega, quais são os problemas sociais, ambientais que estão nesse processo, mas como eu sou induzido também a consumir determinados alimentos, quais são as estratégias, o que hoje acaba determinando as escolhas, na área de alimentação. Acho que a educação sob a ótica da SAN força pensar nos

determinantes. Eu posso partir do consumo, mas eu tenho que pensar nesses determinantes para poder ter decisões em torno do consumo a partir de toda essa análise, de como eu sou bombardeado, como o que me oferecem foi produzido de uma forma cheia de problemas, quais as opções que eu tenho, essa discussão do consumo ético, de cultura. Então tem várias formas de educação nutricional, em contraponto àquelas mais tradicionais, mas acho que ainda o foco é o consumo, e um consumo na ótica do que é saudável; o foco não é a discussão de consumo ético, que para o campo da SAN é uma discussão que é relevante, valorizada. Se você for pensar em quem está fazendo educação nutricional, um ou outro profissional tem essa visão. Mas o problema é você pensar nisso de uma maneira isolada, que é o que a SAN não quer, não defende. O problema é que eu posso até pensar no consumo de uma ótica mais restrita. Na ótica de SAN, eu vou pensar no consumo também, ela está dentro da SAN, mas vou pensar de uma maneira diferente, eu não vou pensar no consumo isolado dos determinantes” (UFF).

Por meio da fala da nutricionista da ACMUN /RS é possível compreender que não se trata apenas de somar conhecimentos à educação nutricional. A consideração dos determinantes modifica a *qualidade* do conhecimento nutricional sobre a visão do corpo, dos alimentos e dos direitos:

“Eu tenho a seguinte preocupação, porque vejo movimentos, radical não é a palavra, melhor ‘sectários’, uma hora só o biológico, outra hora só o social, e eu não quero fazer movimento para nenhum desses lados. Acho que todos esses componentes se integram, formando um todo. Até porque vou te dizer, baseada em estudos científicos realizados por epidemiologistas de vanguarda na área social, eles dizem isso, que o biológico e o social andam juntos, o ser humano tem um corpo que é um corpo social, que é resultado do lugar social que ele ocupa, da profissão que ele exerce e dentro daquela profissão, e do salário que acessa e dentro desse salário, as condições de vida que ele pode propiciar para o corpo dele. Então aquele corpo é resultado de tudo isso. Acho isso válido também para a nutrição. Se a pessoa come, já come de acordo com a renda que ela possui, ou o acesso que ela tem ao alimento. Então, o alimento também é um resultado social, assim como na outra ponta da visão do agronegócio, o alimento é uma mercadoria, do ponto de vista biológico, o alimento é um componente essencialmente social. Aquilo que cada ser humano acessa para comer tem um conteúdo essencialmente social, o faz de acordo com o lugar que ele ocupa. O cara que vai lá comer no restaurante popular ocupa um lugar social e, portanto, é aquele alimento que ele consegue acessar. Uma pessoa que tem uma renda elevadíssima nessa sociedade, ela também acessa um tipo de alimento que tem um componente social, que pode ser altamente influenciado pela mídia. E eu não estou dizendo que quanto mais renda melhor a qualidade do alimento. A pessoa acessa o alimento de acordo com o poder que ele tem de compra ou de acesso ao alimento. A pessoa pode não ter renda nenhuma e acessar alimentos de altíssima qualidade. Como essas experiências que eu tenho no meio rural, eu vi pessoas que se alimentam de forma invejável, visitei quilombolas que, por exemplo, têm alimentos da melhor qualidade do planeta, produzidos ali no entorno, a pessoa tem acesso a mais de 70 itens, apenas abrindo a porta de casa. E essas pessoas não têm renda! Só pelo biotipo das pessoas, fazendo um inquérito primário, empírico, tu vê

que não tem história de doença, associada à má alimentação ou com a desnutrição. Pessoas que têm uma qualidade alimentar excelente. Ao mesmo tempo, pessoas com acesso à renda elevadíssimo, sensibilizadas pela mídia dos alimentos, acessam alimentos de baixíssima qualidade, vão comprar no supermercado, seus filhos, sua família toda. *Então, esse corpo é um corpo social. O fato de ter renda maior ou menor não quer dizer necessariamente que a pessoa se alimente melhor. Nos dois exemplos quer dizer o seguinte: esse alimento tem um componente social. E é nesse sentido que a SAN avança.*

Falo isso enquanto nutricionista que, durante um tempo da minha vida, eu via o alimento no seu componente biológico, o alimento enquanto nutriente e os nutrientes agindo no organismo que se estudou. Acho que até isso é precário, no dia que a gente enxergar a ótica mais social disso, até a visão dos nutrientes dentro do nosso corpo vai mudar, porque do jeito que a gente aprende é muito limitada. Tem uma filósofa brasileira que estuda a relação ambiental e o estudo do conhecimento humano, que é a Nancy Mangabeira Unger e ela fala isso, que a gente estuda o objeto morto, dessecado, e essa é a base de estudo da ciência ocidental. Quem é que diz que um organismo vivo, pulsando, com emoção, com sentimento, funciona daquele mesmo jeito? Quem é que diz que se eu como alimentos em espaços de alegria, de convivência e de prazer, a receptividade da minha biologia, da minha fisiologia, para aqueles nutrientes não se altera? Quem é que diz que se eu como um alimento com uma relação de poder, de humilhação, como é a relação das pessoas que não têm renda, que têm que se humilhar para acessar os alimentos, quem é que diz que aquela fisiologia recebe os nutrientes do mesmo jeito que a gente estuda na faculdade?” (ACMUN /RS).

Outro aspecto destacado pela entrevistada refere-se ao caráter recente, no campo da ciência, das investigações a respeito das múltiplas determinações entre alimentação e saúde:

“E se a gente for olhar o curso do desenvolvimento das ciências no mundo como um todo, a gente vai ver como as ciências vão se apropriando e ampliando os seus saberes. A gente vai ver que elas vão mesmo nesse curso, partem do específico para o geral. *E a ciência da nutrição ainda está no específico, e não está se dando conta desse seu momento histórico. É uma ciência nova ainda, tu vê que até pouco tempo, o Dr. Escudeiro já falava isso, um dos pais da nutrição, há 50 anos, quando estudou medicina, que achava que a alimentação podia, quem sabe, ter alguma relação com a saúde humana. Isso em 1930, quando se criaram as leis da alimentação: qualidade, quantidade, harmonia e adequação. Ele achava que podia ter relação e fez testes com os pacientes dele e comprovou isso. Imagina como a gente está ainda engatinhando nisso. Não se pode ter arrogância nessa caminhada. Estou um pouco assim caricaturando; não é bem assim, há profissionais de muita qualidade também, sensibilidade, que conseguem ter um diálogo com o seu paciente, mas isso ainda está na área muito no plano do individual, do exercício profissional e individual onde cada profissional busca ser efetivo no seu trabalho. Ainda não há uma transferência dessa preocupação para toda a categoria de nutricionistas e muito menos para médicos, enfermeiros e profissionais da área de saúde*” (ACMUN /RS).

A representante do CONSEA/CE salienta a *dimensão política* da abordagem de SAN diante de um tecnicismo da educação nutricional. Também destaca, assim como outros entrevistados, a escola como um espaço privilegiado para se trabalhar o tema:

“A Educação em SAN, acho que ela é mais ampla e abrangente, porque muitas vezes os cursos na área de nutrição não enfocam muito a dimensão política do que isso significa. Ficam numa discussão muito tecnicista, e com abrangência muito restrita. E já um curso de educação na área de SAN abre o leque para envolvimento de profissionais de várias áreas, pega uma clientela mais ampla. Eu acho que isso é fundamental, tanto do ponto de vista do ensino formal como a gente avançar. Nas nossas conferências isso apareceu demais, o papel que a escola poderia ter na educação em SAN, como eixo transversal, a própria LDB já dá, abre essa possibilidade, é um investimento que a gente já iniciou, discutindo com a Secretaria de Educação do Estado, depois a gente pretende ver como é que a gente traduz isso em capacitações, até nós pensamos inicialmente, porque não temos outro, em usar aquele material produzido pelo projeto “educação à mesa”, da Fundação Roberto Marinho, que é muito bom, mas também trabalhar na educação não formal. Ontem, até na nossa Câmara Temática eu falei que a gente deveria pensar num projeto de educação a distância, com uma parte presencial. Pensar num módulo que se adequasse à realidade brasileira, a gente poderia pensar em módulos regionalizados, você pensar o nordeste, o sul, dando conta da questão da cultura alimentar, porque o nordeste é um mosaico de culturas, então para não ser um enlatado de cima para baixo” (CONSEA/CE).

Por outra inflexão no tema, o presidente do CONSEA salienta a importância de se inserir esta temática no *currículo escolar*:

“Acho de natureza bem diferente da questão da educação alimentar; esta deveria ser planejada desde o ensino fundamental, ensino médio, não enquanto uma disciplina específica, mas enquanto uma maneira transversal de tratar o tema, dentro de diversas disciplinas. O que, em alguma medida, já se tem iniciativas, mas precisa fazer muito mais. Também a educação alimentar não deve ser vista só sob o ponto de vista da formação, dentro do colégio, dentro da escola, deve ser vista usando diferentes instrumentos, instrumentos de mídia, instrumentos através de campanhas. Aproveitando a deixa, também a baixa capacidade do nosso Conselho ter chegado ao final propondo algo nesse sentido. Mas acho que essa discussão, eu tinha inclusive expectativa de que ela surgisse muito forte, a da educação alimentar, para a Conferência, mas também não estou vendo muitos vestígios de que isso vá ocorrer” (presidente do CONSEA).

Também o representante do CERESAN menciona a relevância do espaço escolar, enfatizando o duplo valor de tal iniciativa:

“Eu acho que é pelo valor intrínseco e instrumental dessa iniciativa. Tem um valor intrínseco, tem um valor em si, você incorporar conteúdos de SAN no processo de formação das pessoas, particularmente das crianças. Agora tem um valor instrumental, porque eu enxergo na educação e no aparato que está em torno dela um caminho privilegiado de você chegar à população. Essa idéia das escolas como unidades, como uma instituição que o significado vai além do ensino, estritamente falando, escola como espaço de sociabilidade, com estrutura capilar. Escola como equipamento apropriado pela comunidade, que ela normalmente respeita. Mas, então, tem um valor intrínseco e instrumental, a partir de uma perspectiva pedagógica ou da educação e usando a estrutura de ensino, dava para ir longe nessas questões, com múltiplas implicações” (CERESAN - UFRRJ /FBSAN).

Do ponto de vista do conteúdo, destaca o princípio da *interdisciplinaridade*:

“Do ponto de vista do conteúdo curricular, de novo, estamos falando de um tema que é amplo, pode ser até meio amorfo, mas que tem múltiplas entradas. O desafio é você transformar essas várias dimensões em conteúdos pedagógicos. Por que é relevante? Por que é relevante dar o passo na direção de uma educação em SAN? Como você diz, sem tirar os méritos do que faz convencionalmente, como educação alimentar e nutricional, mas é que isso, enfim, tem os seus méritos reconhecidos, não é suficiente feito, mas o passo além estaria em fazer com que os conteúdos incorporassem essa visão multifacetada. Então eu fico me perguntando onde estaria isso concretamente. Dizendo assim, de uma tacada, é mais do que higiene, é mais do que o valor nutricional de um bem, que é o que normalmente se faz, não é? A laranja serve para isso, a banana para aquilo, antes de comer tem que lavar a mão, limpar a unha, tem que cortar de tal jeito, mastigar, isso aqui tem vitamina C e tudo. Mas é você pegar desde os aspectos mais econômicos, como por exemplo, tratar da origem dos alimentos e do desafio que é para uma sociedade preservar a produção de alimentos e uma produção de uma certa forma, isso é um tema vastíssimo” (CERESAN - UFRRJ /FBSAN).

Tal aspecto também é destacado pela representante da FASE:

‘Então, eu penso que, seguramente, se você for fazer também entrevistas com o pessoal da nutrição, provavelmente vai encontrar setores que estão também redefinindo, se empenhando para essa interdisciplinaridade. A discussão do conceito de alimentação adequada e saudável foi isso, aqui no CONSEA. Então, acho que esse é outro elemento quando se pensa a educação sob a ótica da SAN, a educação alimentar, nessa ótica, não dá para abrir mão da interdisciplinaridade” (FASE).

Observou-se que o princípio da interdisciplinaridade produz desdobramentos na questão da *formação profissional*:

“Tem que ser interdisciplinar, porque não acho nem que as nutricionistas estão formadas para isso, não acho que esse tipo de compreensão, de abordagem, seja possível de ser desenvolvido por um profissional específico, é possível produzir materiais, eu acredito que uma professora primária, independente da sua condição, saiba fazer uma discussão do significado do Umbu no semi-árido, tendo recebido um material e, eventualmente, indicações de projetos de recuperação do Umbu, daquela região que a ONG do SASOP ou do MOC fazem. Não vejo dificuldade nisso, dela discutir com as crianças que o Umbu é um produto da caatinga, tem tal característica, agora não acho que seja campo de uma profissão específica, como as nutricionistas durante muito tempo achavam, que a educação nutricional é, tem que ter um conhecimento específico para poder falar qual é o valor nutritivo, olhar na tabela de composição de alimentos. Claro, e é muito bem vindo esse conhecimento, mas nós estamos falando um pouco mais do que isso, não?” (CERESAN – UFRRJ /FBSAN).

Nesta perspectiva, os objetivos da educação na ótica de SAN seriam mais amplos:

*“Eu acho que uma educação como essa que estamos propondo é uma educação, inclusive é você mesma que sempre usa essa referência, *cidadania alimentar*, isso é o centro. Se nós conseguirmos formar pessoas que são capazes de olhar criticamente os alimentos que compram e consomem. Você se lembra, nós dois tivemos uma experiência juntos, que para mim foi marcante, naquele seminário sobre os consumidores onde eu vi uma dona de casa, muito valorosa na sua luta pelos direitos dos consumidores, apoiando o fechamento da produção artesanal! Provavelmente com uma razão imediata, porque ela deve ter comprado algum queijo ou ter conhecimento de que alguém vende um queijo colonial cheio de coliformes. Entendeu? Esse tipo de consciência que esse enfoque mudaria. Por isso que não é bem uma educação alimentar, ou nutricional, porque ela não se refere exclusivamente à apropriação do bem que te foi dado, ou que você, eventualmente, vai escolher, é mais do que como se apropriar de um bem, como comer, é mais do que isso. Eu imagino que para um curso de educação alimentar e nutricional não faz muita diferença da onde veio a maçã, todo mundo aceita que maçã é um alimento saudável. Agora, para nós faz diferença, mesmo num bem tão óbvio quanto a maçã” (CERESAN - UFRRJ /FBSAN).*

Acrescenta-se a necessidade de se contemplar a SAN em suas várias dimensões, inclusive a *local*:

“É uma coisa nova esse conceito. Ainda se tem, até agora muito a idéia de cursos de nutrição, aproveitamento integral de alimentos nas comunidades, isso existe. Seria como dar uma qualidade nova àquilo que já acontece. Seria uma forma de capacitação, digamos da população, ou das lideranças, envolvidos em cursos e atividades dessa natureza. Em princípio diria nesse sentido, de qualificação, capacitação de lideranças, agentes comunitários, no sentido de fazer com que o conceito “cole” nas práticas, fazendo com que as pessoas tenham essa perspectiva maior do direito, e não simplesmente uma visão muito localizada, em cima da sua ação local. Porque eles são formadores de opinião e seria uma ampliação da própria visão de mundo e da questão alimentar nessa ótica do direito, também seria uma forma desse conceito ser mais socializado e presente no cotidiano das pessoas. Para que essa idéia de segurança alimentar e nutricional não seja algo totalmente distante das pessoas, mas algo presente nos locais de atuação, dentro dessa concepção de se “pensar globalmente e agir localmente”, para se ter uma idéia ampla do sistema, de uma rede de SAN, que se expressa na ação local, que a pessoa se saiba presente dentro dessa rede ampla, numa visão ampla de articulação” (CONIC).

“A natureza multifacetada do tema determina que ele possa ser abordado em diferentes níveis, da OMC (Organização Mundial do Comércio) à nossa casa, à relação com o corpo, o seu bairro, a sua cidade. Desde o econômico, cultural, simbólico, ambiental, entende? Usar os alimentos como um canal, um instrumento para você introduzir valores éticos, cidadania” (CERESAN - UFRRJ /FBSAN).

Também é lembrada a importância de se recorrer à *dimensão histórica*, visando a recuperar o significado da relação entre os alimentos e o corpo:

“Essas questões também têm que ser pensadas, as relações do ser humano com os alimentos do local onde vive. A gente tem que avançar com essa visão mais holística de como os alimentos cultivados mais próximo dos seres humanos coabitam no mesmo locus ambiental, eles dialogam, nutricionalmente, com aquele corpo, bem mais do que os alimentos que vêm de fora, como a gente está fazendo hoje, importando alimentos para o cotidiano. Essa compreensão é uma coisa perversa porque se a gente for olhar no viés tempo, não era esse corpo que tínhamos há milhares de anos atrás. Ele foi um corpo construído e o diálogo mais íntimo que esse corpo travou foi com a natureza e a alimentação é essa linguagem; respirar, beber água, se alimentar. Esta eloquência, esse sentido “fala” que a gente desenvolveu, só foi possível quando a gente mudou a fisiologia a partir da alimentação. Foi quando os seres humanos deixaram de ser crugívoros, que por milhares de anos a gente comia apenas alimentos crus, que eram os coletores, caçadores. Quando a gente dominou o fogo, e passou a cozinhar os alimentos é que toda a conformação mandibular se modificou de forma que pôde assim desbloquear a língua e desenvolver o sentido da fala. Então, durante muito tempo, a eloquência que se dava entre os seres humanos era através dos alimentos, das trocas que eles podiam fazer. Quando se estuda antropologia se vê que muito do processo de sociabilização, é só ler na história da humanidade, antropólogos que estudaram essas relações sociais, os processos civilizatórios, eles todos envolviam a questão dos alimentos, de poder trocar, de poder acessar, de viver em lugares apropriados.

Grandes civilizações se fundam ao redor dos rios, porque ali o acesso ao alimento era maior. Durante milhares de anos o alimento era a eloquência, era o diálogo com o planeta e entre os seres vivos.

E hoje a gente chegou num outro extremo de achar que o alimento não tem nada a ver conosco. Eu acho que é perverso isso. Negar tudo isso é perverso! Acho que no mínimo conhecer, estudar e conhecer, ter essa humildade científica de conhecer. Nosso corpo é resultado do que a gente faz, de como a gente vive nesse espaço, do lugar social que a gente ocupa e daquilo que a gente come também. E quando falo do que a gente come, não falo apenas do corpo matéria, biologia, falo corpo psíquico, emoção, as trocas que a gente faz” (ACMUN/RS).

Ao abordar o crescente distanciamento dos alimentos como uma questão contemporânea, o presidente do CONSEA recorreu ao autor francês, Bertrand Hervieu, que trata do sentimento de frustração, movido pelo fato de ser a natureza cada vez mais abstrata aos olhos distanciados do consumidor. Neste sentido, por serem o último *reduto do sagrado*, os alimentos estariam passando por um processo de *dessacralização* e *desencantamento*:

“É um desencantamento que pode inclusive ser causador de frustração, tamanho é o distanciamento que nós estamos tendo. Então ele diz assim, é tipicamente uma formulação francesa: ‘ nós franceses estamos comendo frango como nunca comemos na vida, acontece que eu ando pelos campos na França e eu não vejo os frangos, cadê os frangos ?’ Isso é tipicamente francês, vai no campo para ver, anda. Eles andam em época de safra para saber que vinho que vai ser bom, fazem isso, as pessoas se dedicam, todos têm a sua referência no campo, uma vila da família, como São Paulo era no passado, onde todo paulistano era um interiorano. E ele dizendo isso, virou uma coisa fictícia, exatamente da onde vem e o que é exatamente esse frango não é referência concreta para mim, porque eu não vejo o frango. É provável que as crianças comam isso sem nunca ter visto uma galinha. A nossa experiência não foi essa, eu tinha galinheiro no quintal da minha casa. Então ele diz que é o último reduto do sagrado, que entrou num processo acelerado de desencantamento e tornou os alimentos fictícios. Isso é muito interessante, é uma formulação muito interessante. E a outra que ele fala é a angústia da escolha, que ele diz que é um caso típico. Ele tem uma premissa que ele pega de um autor que não me lembro, que quando você tem muita alternativa, cria-se a angústia da escolha e o sistema alimentar está fazendo isso com as pessoas, a angústia da escolha, pelas alternativas e sobretudo, porque você não as controla, se perde um pouco nas referências, muito legal, esse é um campo belíssimo” (CERESAN - UFRJ /FBSAN).

A importância de contextualizar os fenômenos no campo da alimentação também é destacada pela representante da FASE:

“Por exemplo, como que é possível uma educação alimentar se você não põe em questão essa transformação no Brasil e no mundo, da concentração do sistema agroalimentar? As grandes corporações se reorientaram na história, aquelas corporações da área da química, elas se reorientaram a partir da segunda guerra, estavam produzindo produtos químicos para a guerra e são as mesmas que depois se refundaram, se refundiram e que hoje fazem grandes experiências de transgenia” (FASE).

Por sua íntima relação com tradições e hábitos culturais, os alimentos são permeados por valores simbólicos, conforme explicitam os representantes da ONG CAA e da FASE:

“Outra dificuldade que eu percebo é que alguns alimentos altamente nutritivos foram consumidos de forma intensa em períodos de fome prolongada na região onde eu moro, como jatobá, sua farinha era consumida com rapadura, altamente rico em ferro. Mas aí o pessoal associa com a fome e a miséria, uma comida triste. O bredo, que é mato lá, excelente, o pessoal já comeu muito. Língua de vaca, cortadinho de palma, mesmo jeito. Em Gameleira do Assuruá, onde eu moro houve alguns avanços em relação ao resgate de algumas práticas alimentares, e isso foi facilitado por coisas de valor simbólico grande. Uma delas foi numa vinda com um grupo a Salvador, para uma atividade de controle social. Levei o pessoal a um restaurante de comida típica da Chapada Diamantina, e aí tinha o bredo, tinha o cortadinho de palma, língua de vaca, e era muito caro e o pessoal comeu e voltou impressionado com o fato de que algo que é mato lá e desvalorizado, porque é comida que o pessoal comia em períodos de fome intensa, na capital era um alimento valorizado. Muita gente ficou mais receptiva e fez propaganda disso, difundiu por conta desse fato. E o outro caso, era uma propaganda de um livro sobre saúde natural que passava, sei lá, no SBT, na televisão e que falava de algumas dessas plantas, que a agente comunitária de saúde assistia e começou a divulgar nas casas. Aí o pessoal começou a recuperar o uso do jatobá para as crianças com rapadura e limão etc. Talvez a gente pudesse passar anos falando e não surgisse o efeito que a experiência de ir à capital, a um restaurante e ver aquele alimento ou vê-lo valorizado na TV. São estratégias interessantes que devem ser consideradas” (CAA).

“Tem uma coisa também que me chama a atenção, aqui na nossa discussão sobre o conceito, um dia desses, nossa colega mencionou isso, o termo popular não é alimento, é comida, então, decodificar o que é o sentido de comida, nas várias regiões, o que é essa memória da comida, o que está se perdendo, eu acho que isso é muito importante, muito interessante fazer esse exercício para a discussão da biodiversidade” (FASE).

Por fim, a representante da UFF/RJ sintetiza a existência de duas grandes *tendências educacionais* no campo da alimentação:

“Eu vejo assim, discutindo um pouco com o pessoal da área da educação, duas grandes tendências, uma que é o pessoal, que é até um pouco avesso a qualquer tipo de homogenização de princípios ou de regras, no que se refere à alimentação. Averso a regras, mesmo que gerais porque pressupõe que a alimentação é algo tão individual nesse sentido do que é adequado, varia tanto, entre os indivíduos, entre os grupos, entre as regiões, isso é tão variado, que você trabalhar com grandes regras não serve, o pessoal que critica até os Guias (Alimentares), você ter pirâmide, porque acha que isso é muito normativo, e a alimentação é muito variada, muito diversa, do que é adequado. E outros não, cai para o outro lado, que é o das regras, trabalha mais o que é certo, errado, são grandes extremos. Acho que se a gente conseguisse caminhar para um meio termo, eu não acho que isso é tão aberto, tão flexível, a sociedade pede referências e elas podem ser grandes princípios, que a gente sabe até que um dos princípios é que o adequado, não existe igual para todo mundo, mas você trabalhar mais com princípios do que com regras propriamente ditas, porque as regras, muitas vezes as pessoas não sabem o porquê delas. Ah, por que isso é bom, isso é ruim? O princípio ajuda a pensar, a ter autonomia. E se um dos pressupostos da cidadania é eu ter autonomia, ser sujeito de minha ação, a formação com base em princípios ela é muito mais cidadã do que uma formação com base em você deve fazer isso, você deve fazer aquilo. Ter processos que façam as pessoas pensarem. Como eu posso ter autonomia se nem sei o que estou comendo? Como é que eu discuto o que o consumo impacta, do ponto de vista ético, dependendo o que eu consumo, a forma como foi produzido, se contribui para a desigualdade, são coisas que fazem as pessoas pensarem sobre os grandes princípios que regem a alimentação e não que tentem enquadrar as pessoas no que é certo ou errado, porque esse certo ou errado pode variar muito” (UFF).

Sugere ser fundamental ir além do alerta sobre os dilemas alimentares do mundo contemporâneo, a fim de evidenciar alternativas e caminhos possíveis:

“Eu acho que tem um certo cansaço nas pessoas, o mundo moderno é um mundo que cansa. Esse cansaço leva as pessoas a se alienarem de questões como essa, porque elas já vivem tantos problemas no dia-a-dia. Então eu não quero saber se isso aqui está contaminado ou não está, porque isso aqui é o mais prático e se eu ficar sabendo que me faz muito mal, vou entrar num dilema que não tenho energia para enfrentar, tenho outros dilemas seríssimos, como eu enfrento esse a partir do momento que eu sei, eu não consigo mais abrir mão e o que eu faço com isso? Qual é a minha alternativa? É saber e, ao mesmo tempo, indicar alternativas, porque se fica só no nível dos problemas, essa discussão da cidadania que você fala, tem que passar por caminhos possíveis para as pessoas no dia-a-dia. Ao mesmo tempo, acho que vale a pena ir também num questionamento, do que é a vida hoje. Nunca acho que se deve abrir mão de questionar o que é a vida hoje, criar contravalores, buscar contratendências, porque é um estilo de vida muito suicida, em muitos aspectos. Então tem que ser questionado, tem que ter um discurso que vá na contramão dessas grandes tendências, isso não pode parar. Mas, ao mesmo tempo, você pensar que as pessoas estão dentro desse sistema, desse ritmo, como a gente questiona o sistema e, ao mesmo tempo, contribui para que as pessoas dentro desse sistema vivam melhor. E viver melhor, além de se alimentar melhor é conseguir enfrentar os desafios da vida, que está na alimentação, mas está em quase todas as outras esferas da vida.

Então eu sinto às vezes as pessoas com muita dificuldade para lidar com os vários dilemas que a vida está colocando, o processo de trabalho, então a gente está focada na alimentação que é o nosso campo, mas ela é um das dimensões da vida das pessoas, então você vai juntando dificuldades, desafios, no dia-a-dia, pode se tornar insuportável para as pessoas, sem saída, então acho que *o quanto mais a gente consegue pensar a alimentação como parte da vida e ver que existem vários outros desafios e também indicar caminhos possíveis, ajuda muito*, porque eu sinto uma angústia, eu vejo isso na fala das pessoas nas pesquisas que dizem, puxa, se eu parar para pensar não dá para comer nada, tudo tem problema, tudo é risco e aí é um perigo contrário, *se tudo é um risco, então eu como qualquer coisa, porque eu não vou conseguir ficar controlando todos esses riscos. Uma coisa que é muito grande corre o risco de ser nada, porque eu não sei como lidar com uma coisa dessa dimensão, então eu não lido, eu opto por não lidar*. Aí isso é complicado também, não? Porque aí eu não faço nada, é tudo tão terrível. Eu tenho sentido um risco de cair para isso. Ainda mais porque as informações estão muito divulgadas. A gente estava falando de informações, é claro que não é qualquer informação que fica saindo, *as informações que a gente julga importantes não vão estar nessas revistas, nos jornais, mas a quantidade de informação em nutrição tem triplicado, o que deixa as pessoas confusas, deixa em dúvida, essa coisa assim, ah, uma hora diz que isso faz bem, aparece um artigo e diz que faz bem, outra hora faz mal, em quem você acredita? Ah, se hoje faz mal e amanhã faz bem, então, para quê? Para que esquentar a minha cabeça? Então isso também vai desqualificando as informações que estão sendo veiculadas*. O problema é que aí você relativiza, diz assim que a ciência não vale nada, porque cada hora é uma coisa, eu não vou ouvir mais o que diz a ciência, fico sem referência e continuo como estou. Isso eu acho que é um perigo. Porque como você estava falando: as pessoas precisam saber a informação para poder ter cidadania, *mas as informações têm fontes, elas são veiculadas por algumas instituições e a população, a gente mesmo, querendo ou não, você relaciona a informação com a fonte. Se eu não tenho confiança na fonte, aquela informação não me diz nada*. E acho que isso no Brasil é um problema, porque a confiança no que é dito, quais são as instituições que você pode confiar, que você pode se referendar, numa situação dessas de tantas frustrações e decepções com as instituições? Qual é a melhor referência para minha cidadania alimentar? Em quem a população confia? É na mídia? É no governo? É na academia? É na sociedade civil? Que instituições a população tem como referência?”(UFF).

Em relação às diretrizes, um primeiro aspecto refere-se à exigência, determinada pela própria natureza e centralidade do tema, de uma *metodologia participativa*, conforme situou o ex presidente do CONSEA, ao destacar a importância da formação para a implantação do Sistema de SAN:

“Só tocando em um outro tema, sobretudo em relação à realidade dos Estados e dos Municípios, fica bastante claro que o CONSEA vai ter que ter uma preocupação de como que se coloca a coisa da formação, sobretudo se estamos pensando no Sistema de SAN e, sem dúvida alguma, acho que isso exige uma metodologia

participativa, a coisa de cima para baixo acaba que o grau de apropriação é muito pequeno, porque não se reconhecem naquilo que está sendo passado.

Porque no alimento é importante o que ocorre depois que a gente engole, mas tem muito mais coisas antes e também depois, além daquilo que se engole, nos símbolos, nos significados.

Nós vivemos um processo de formação, o IBASE junto com a CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviços), adotando sempre uma metodologia participativa, fizemos isso no Estado de MG, norte de MG, no Estado da Bahia, na região de Juazeiro, também depois em Fortaleza, e do processo de Fortaleza, algumas das principais lideranças que hoje estão lá no CE vieram desse processo de formação, depois também um processo na Paraíba, Piauí e Maranhão. E o que aprendemos é que *o processo participativo, ele era fortemente alimentador de nossos argumentos para o trabalho mais amplo, de política pública, que nós fazíamos, porque não só nós trocávamos, formulando os conceitos conjuntamente, a partir das experiências práticas, vividas pelo público desse processo, como também eles nos passavam informações e vivências e como estavam percebendo determinados programas. Foi um processo muito rico para nós, acho que é absolutamente necessário*” (presidente do CONSEA).

Já o representante do IBASE, membro do Fórum Brasileiro ressaltou a importância da execução de metodologias participativas não só no campo da formação, mas no desenvolvimento de todas as atividades:

“O método faz parte e é exigido em todo o trabalho científico. Isso em qualquer área. Seja para fazer pesquisa ou educação. Aqui mesmo você está usando um método. Então a questão é, que método é esse? Não tenho isso formulado, mas a experiência demonstra alguns aprendizados, primeiro, a idéia do método participativo. Seja no diagnóstico, seja na formulação das proposições, seja na execução. Mas são poucos os que utilizam métodos participativos, às vezes falam que é participativo, mas não é. Os métodos de Paulo Freire vêm dessa vertente dialógica, de troca de saberes” (IBASE).

Outro aspecto considerado relevante pelos entrevistados diz respeito à necessidade da formação não estar descolada da prática e de ações que viabilizem o acesso ao alimento. Segundo o representante da CUT: “já há uma sensibilização para a questão do direito e da nutrição. A grosso modo, a educação nutricional deve vir depois, primeiro vem o acesso ao alimento”. Também o representante da ONG CAA/BA salienta que o processo formativo deve considerar as potencialidades de uma determinada cultura, em função dos aspectos simbólicos envolvidos no tema:

“Olha, eu não tenho nenhuma dúvida de que várias escolhas que nós seres humanos fazemos elas são extremamente condicionadas por valores que são simbólicos. Então, nesse sentido, perceber potencialidades que já existem numa determinada cultura, numa região e fortalecer essas potencialidades ajuda muito a obter sucesso. Agora é necessário muita sensibilidade para o outro, para como ele percebe, e vê e lê o mundo e entende a si mesmo, a sua relação com a natureza. Então, por exemplo, se um alimento existe uma interdição, que é a lembrança de um tempo ruim, isso tem que ser considerado. Se você não considerar que aquele alimento traz uma memória, uma lembrança, você vai propagandear, mas a experiência que as pessoas têm daquele alimento é ruim. Há alimentos e sabores da infância. É necessário estar muito atento a isso e reforço que a gente tem que intensificar a idéia de processos educativos. Experimenta, conversa sobre aquilo, experimenta de novo, faz de outro jeito, conversa sobre o que está acontecendo, observa a realidade. Então coisas do tipo, bom, vamos pensar há oito anos atrás quando se comia cuscuz, beiju, não tinha pão, nem margarina, como era a saúde das crianças e como é hoje. Eu acredito muito numa forma de educação calcada na reflexão sobre o que observa e também em processos educativos que puxam das pessoas conhecimentos que já existem. Boa parte do conhecimento já existe em algum lugar, de alguma forma, em cada pessoa. Então, processos realmente educativos fazem com que elas se aproximem mais às verdades que elas já possuem. Tem que estar atento à isso. O conhecimento já está ali, talvez não organizado, disperso, mas já existe, então vamos ajudar a organizar, jogar a luz da razão, da crítica, da observação”(CAA).

Nesta mesma direção, o entrevistado do SASOP afirma a importância da formação estar ligada à *realidade local*:

“Esse conceito, essa educação alimentar, ela não pode deixar de estar vinculada à realidade local, não dá para trabalhar uma educação alimentar genérica, é lógico você pode trabalhar a educação alimentar como, por exemplo, a Fundação Roberto Marinho fez, kits que falam de direito humano à alimentação, dá algumas orientações gerais, mas se a educação alimentar não estiver vinculada a uma leitura daquela população, das agricultoras e agricultores, no nosso caso, sobre a sua realidade, como é que na sua própria realidade elas podem pensar essa educação, com a cultura alimentar deles, eu acho que tem pouca eficácia, a educação alimentar. Essa é uma questão que a gente está discutindo, estamos partindo um pouco da potencialidade do ambiente e da cultura que as pessoas têm para construir a educação alimentar com elas. Nós estamos fazendo esses dois diálogos, um com o sistema constituído, que é o sistema de produção deles, isto é, a potencialidade do ambiente, da natureza que eles vivem, e de outro a cultura (alimentar) que eles adquiriram ao longo do tempo. Tentando trabalhar essas duas coisas que a gente está atuando no tema” (SASOP).

Outros depoimentos apontam o modo como se procura construir o conceito a partir da realidade da base:

“Você constrói com o grupo esse conceito, e o que você vê é que o grupo já sabe o que é SAN. Nas rodas de conversa com as outras mães, com os vizinhos, nas oficinas a gente não leva um conceito pronto. Fazemos uma mobilização, um cochicho, para que esse povo diga o que é que entende por SAN, e a gente vai escrevendo, no quadro. Depois eles vêm o que é SAN e a gente apenas incorpora algum elemento que faltou. Aliás, toda a metodologia da Pastoral da Criança é participativa. É você fazer com que as pessoas se transformem, é mostrar para as pessoas que elas são capazes” (Pastoral da Criança).

Outro exemplo de *construção coletiva*, desta vez relacionado ao tema da comida, da água e das plantas nativas, é descrito pelo representante da ASA:

“A receptividade é muito grande e é interessante. Por exemplo, eu tenho feito com públicos os mais variados, com professores das escolas municipais, porque nós temos um processo de formação de professores para a dimensão da “escola do campo”, então tenho feito muitos debates, com professores, coordenadores, secretários de educação, ao tempo em que faço também com agricultores, com jovens, então, vamos dizer, os matizes são um pouco diferentes, mas o eixo central é o mesmo. Eu faço sempre construindo com eles o conhecimento, eu não dou nada pronto, então na concepção de vocês a gente está falando muito de SAN, de Fome Zero, SAN é o quê? Aí o cara vai dizendo, é o cara ter comida, assim, assim, é uma noção, vamos dizer, básica, superficial, não integradora de todos os elementos, mas é uma noção que você pode partir dali. Aí você diz, mas para ter comida eu preciso de quê? Aí o cara vai explicitando, eu tenho que produzir, eu tenho que ter a terra, e tal e tal. Sim, eu tenho isso aqui, mas quem não produziu e não tem a terra? Tem por onde? Tem o salário para comprar, e o que é que eu compro? Você vai construindo, quando acaba de construir numa manhã ou numa tarde de debate com as pessoas, a gente sente que as pessoas estão elétricas, para debater as questões, porque elas viram que ali dentro, está tudo o que elas fazem. Elas se espelham, se vêem, se identificam, então, tem professor que disse assim, eu nunca imaginei que esse debate tinha a ver comigo. O agricultor também, inclusive, tem exemplos, assim, emocionantes das pessoas se descobrirem nesse processo. Num debate que a gente teve com professores eles disseram assim: é, mas botam na cabeça da gente um conjunto de outras coisas. Botam o quê, por exemplo? Não, que o alimento bom é o engarrafado, é o enlatado, é isso, é aquilo”.

“Vou te dar dois exemplos, no campo da água. Nós temos na ASA, quando a pessoa conquista a cisterna, antes ou depois, ela participa de um curso, de dois dias, sobre como trabalhar a cisterna, o valor nutricional da água, como purificar, a água dentro do organismo da gente, e tal e tal, um conjunto de coisas de convivência com o semi-árido. Então a gente não parte, assim, ah, isso é isso, A gente pergunta assim: qual era a água que você bebia antes? Traga aí uma garrafa cheia. Ela vai trazer uma água barrenta, suja. A outra é a água da cisterna, essa daqui. Qual a diferença, tem diferença? Daí nós não vamos dizer a diferença, nós vamos puxar. Então, essa aqui barrenta, vocês pegaram onde? Pegamos no barreiro lá. E até chegar no barreiro passou por onde? Ah, passou por essa estrada aqui. E essa estrada tem o quê? Ah, os bois defecaram lá. Tá, então vamos botar um pouco de cocô aqui dentro da água. E aí você vai...por fim, o cara fica, ele construiu aquele processo, com puras perguntas.

E aquele processo não sai mais dele, aquela água ele não quer. E aquela de cá, ele quer conservar, ele não sabe os nutrientes químicos, mas não interessa isso, ele sabe se colocar um pingüinho de cloro melhora, mas tem a dosagem X, então você vai construindo com ele nesses dois dias, depois essa construção é dele, não é mais minha, não é da ASA, é das pessoas. Se eu tivesse chegado, vamos dizer, vomitando conhecimento todo em cima deles, eu faria isso em um turno, é assim, assado, cozido e frito e pronto. *É diferente, eu parto da construção do conhecimento até ele chegar e dizer, é isso aí aqui. Quando ele chegou e disse isso aí, eu posso então me despreocupar.* Quem não chegou, no meio da estrada a cisterna vai furar, vai ter água barrenta, aí a cisterna não vai resolver o problema. Em outros espaços, quando quero, por exemplo, construir com os professores, eu parto de outros elementos da vida dos professores. A escola, qual é a água que a escola fornece? Aí você vai descobrir que ela não tem filtro, que o filtro é simbólico, que a merendeira abre os dois pedaços do filtro, bota água dentro de um e do outro porque é mais leve, se tivesse dois ou três...então, os professores e os responsáveis pela escola vão construir um conhecimento da realidade da escola, do que é preciso interferir, em relação àquela questão. Se você pegar, por exemplo, um grupo de agricultores que você quer trabalhar, que eles adquiram os elementos para eles terem um cardápio mais saudável você vai comparando cardápios, e compara botando na mesa !

A partir do processo do que as pessoas fazem, você vai refletindo, vai agregando algum elemento que os ajude a refletir, e eles vão chegar lá na frente com o conceito deles em relação àquelas questões. Agora a gente tem a obrigação e aí o conceito, o saber acadêmico está aí para isso, infelizmente nem sempre faz isso, de fazer as inter-relações, que, às vezes as pessoas não fazem. Ela vê aquilo muito naquele eixo meio isolado, aí a gente, pô, vamos casar esses eixos aqui, aí quando você propõe para casar, o povo vai e bate a cabeça, não acha etc, você dá um pitaco, vão chegando, vão descobrindo. Então a gente faz isso com jovens para eles fazerem nas comunidades, faz isso com os agricultores.

Nós temos um processo que a gente fez com as crianças na escola, pedindo que elas trouxessem, eu fiquei até emocionado com isso, as plantas que eles achassem de casa até a escola. Aí colocaram um monte de plantas em cima da mesa da professora. Agora vamos descobrir para que essas plantas prestam. O que vocês sabem sobre isso, então, cidreira, essa aqui é a cidreira, então vamos ver quem trouxe cidreira. Essa aqui é não sei o que, essa aqui faz chá, isso é isso, aquilo e ficou lá um monte que ninguém sabia. Então disse: quem sabe? A professora sabe? Não, então quem é que sabe aqui na comunidade? Minha mãe sabe, minha avó sabe. Então, vamos trazer sua mãe e avó aqui na escola, a aula vai ser dada por elas. Entendeu? Aí trouxe a mãe, a avó e mesmo assim ainda sobraram plantas. Disse, quem é que sabe? Dona Fulana. Dona Fulana é a mãe de santo da comunidade. E aí Dona Fulana já estava idosa, ela não se movimentava, aí a aula foi na casa de Dona Fulana, a criança foi toda para lá! Entendeu? E ela explicou todas! Isso aqui é para isso, nasce assim, faz desse jeito o chá, a compressa, não sei mais o quê. *Então, todo um conhecimento que está na área de SAN, da vida das pessoas, que está nas comunidades, e que se a gente não tiver cuidado, nesse inter-relacionamento, inter-relação entre os saberes, a gente mata. Que é a tendência da imposição. Eu mato, porque é mais fácil. Se eu tiver debate é mais difícil. Então eu impondo é mais fácil, levo de roldão. Então a metodologia dos processos agroecológicos ela é muito nessa linha, o básico não é o*

técnico, transferir conhecimento, o básico são os agricultores inter-relacionar entre si suas experiências.

Nós montamos agora um grupo de 25 mulheres para Afogados da Ingazeira, saíram de Feira de Santana num ônibus e foram para Afogados da Ingazeira, em Pernambuco. As mulheres voltaram elétricas. *Nós queremos implantar “Quintais Produtivos”, isso, aquilo, por quê? Porque elas viram, viram o lado concreto. E as outras que as receberam. Que elas ficaram na casa uma da outra, ninguém se hospedou em hotel, então, as outras contaram a elas o benefício daqueles processos, do que é que aquilo significava, na produção, na SAN, na saúde e tal.* Então elas voltaram para casa dizendo, nós estamos atrasadas, a gente tem que caminhar! Foram duas técnicas do MOC, mas com orientação de ficar calada, de escutar, de ouvir e aprender, e de buscar relacionar fatos, só isso, mais nada” (ASA).

Na fala acima são apontados dois aspectos relevantes. A idéia de que, por meio de uma metodologia participativa, é possível resgatar conhecimentos tradicionais e a importância da *troca de experiências* como uma estratégia de aprendizado. Este ponto é enfatizado pela representante da FASE:

“Várias das nossas ONG’s se construíram historicamente sob a égide da concepção da educação popular, essa visão de troca de saberes, e a ANA (Articulação Nacional de Agroecologia) se construiu a partir desse campo, a concepção político metodológica da ANA é isso, porque a história da agroecologia como um paradigma científico, ela tem sua origem no estudo de sistemas tradicionais agrícolas, nas reflexões do ambientalismo, enfim, da ecologia, e por isso é que a ANA se constrói a partir dessa perspectiva, de valorização das experiências e, ao valorizar as experiências, os trabalhos em geral das organizações que estão dentro da ANA, se iniciam por diagnósticos participativos, procurando identificar quais são os campos de saberes, fruto da tradição oral, dessas populações camponesas, que eles têm, sobre como historicamente cultivavam, que modificações foram introduzindo, como é que conservam as sementes, esse resgate do saber é parte dessa construção metodológica, de desenvolvimento das experiências agroecológicas. Então, nesse sentido, essas experiências sempre dialogam com o acúmulo histórico que têm as organizações que trabalham com educação popular. Isso do nosso ponto de vista se aplica também às reflexões, ao trabalho prático e formado pela perspectiva da SAN. Depois é o seguinte, o Brasil é um país, se não fosse por outras razões, pelo menos por essa, no caso da SAN é vital, o Brasil é um país que você tem fluxo interno de migração enorme. Você veja, vou dar um exemplo, a área de atuação da FASE no Mato Grosso, é uma área de fluxo migratório de várias regiões e a população migrante que chega não conhece as particularidades daquela região, que é uma região de transição de vários biomas. Houve uma época que populações migrantes estavam, por exemplo, derrubando a árvore de baru. O baru é um fruto do cerrado, uma amêndoa, e é um alimento do gado também, que come a película que reveste a amêndoa, é uma árvore que ajuda a sombrear a pastagem, mesmo nos casos daquela visão mais que degrada mesmo, os grandes pastos que degradam o solo, mesmo alguns latifundiários preservam o baru. Aí a população migrante chega e derruba, considerando como praga, porque vem de

trajetórias de migração que desconhecem esses potenciais. E é muito interessante que se você coloca no centro a questão da alimentação, como isso é importante para ir ajudando a reverter esses padrões. Exemplo, se você começa a mostrar que tais florações são fundamentais para que as abelhas produzam o mel, o mel é um alimento muito valorizado, aliás, em muitas regiões antes de ser considerado um alimento, é considerado um remédio, na taxonomia popular, em algumas regiões, isso é muito claro. Fazer esse percurso permite que se dê um avanço, então você parte da alimentação para chegar na discussão de sistema de produção. Em muitos casos isso se dá. E adquire uma concretude. Ao mesmo tempo essas populações que chegam de outros lugares, chegam com tradições outras, trazem muitas vezes sementes e chegam com outras culturas alimentares que é muito importante trocar.

A FASE fez uma vez uma coisa que eu sugeri que repetisse, centrada no milho, porque o milho tem uma importância muito grande em várias regiões do Brasil, então foi uma reunião de assentados da reforma agrária, junto com a população tradicional da região, em que eles trocaram, era uma festa do milho, então como é que o milho é transformado em cada região, como é que ele é valorizado, que receitas têm do milho, que sementes do milho existem, enfim, era toda uma construção em torno do milho, muito interessante. *Então, isso que eu ia dizer, no caso nosso, essas migrações provocam todos esses deslocamentos de população, são extremamente violentos e violentos também do ponto de vista dos hábitos alimentares, da cultura alimentar, de quem chega e onde chega, tem esses dois sentidos. Por isso que eu acho que você fazer esses exercícios de resgate destes hábitos, da cultura alimentar é muito importante. Em resumo, essa perspectiva é mais antropológica. Eu acho que precisa desse diálogo, da nutrição com a antropologia e isso está ocorrendo” (FASE).*

Em seguida, destacamos outros exemplos de processos educativos participativos, descritos pelos entrevistados:

“O ponto básico é o seguinte, nós já vínhamos formulando sobre SAN desde 1997, experimentando uma série de práticas e reflexões em nossos projetos locais sobre SAN, nós fizemos um trabalho de diagnóstico participativo de SAN, que foi uma experiência riquíssima, em 1997 e depois em 2004. *Nós capacitamos monitoras chamadas monitoras de segurança alimentar, então o SASOP incorporou na sua ação a SAN como uma “estratégia” de desenvolvimento local.* Então o conceito, na verdade, esse construído nacionalmente, antes de construir esse conceito, *nós construímos um conceito com as agricultoras, construímos um entendimento sobre SAN, com as agricultoras, que poderia detalhar com mais calma em outra oportunidade. Mas basicamente pegando em cima da realidade delas, sobre a produção, o processo de organização, a convivência com o semi-árido, e elas esboçaram o conceito. A partir desse conceito, a gente também foi construindo esse processo de educação, a partir dos recursos locais delas, e construímos uma educação alimentar articulada à ação voltada para a produção agroecológica” (SASOP).*

“Então, em preparação para o ENA (Encontro Nacional de Agroecologia), o que nós fizemos, porque o ENA funcionou com seminários. Para a realização desse

seminário nacional, nós identificamos algumas experiências, porque a construção da ANA (Articulação Nacional de Agroecologia), ela se baseia, tem como ponto de entrada, as experiências e valorização das experiências. Então para o seminário nacional nós identificamos experiências em vários cantos do Brasil, várias regiões, vários biomas, e também experiências com a participação de mulheres, porque tínhamos, ao mesmo tempo em que estávamos criando esse campo dentro da ANA, vários de nós somos também do grupo de trabalho sobre as mulheres, sobre a participação das mulheres nas experiências e na construção da ANA. Então também nesse debate sobre SAN tivemos o cuidado de identificar experiências onde tivesse a participação ativa das mulheres, ou que elas estejam dentro de grupos mistos ou delas só. *Essas experiências foram apresentadas no seminário, precedidas de uma preparação por um questionário que nós, talvez você queria conhecer, fizemos um questionário que era um pouco orientando as experiências para fazerem uma sistematização do seu trabalho. E com base nisso é que a nutricionista, que acompanhou a realização do seminário, construiu uma espécie de matriz, baseada nessa perspectiva nossa, que inter-relaciona como já disse, educação para o consumo, esses vários ângulos e apresentou uma leitura dessa matriz lá no seminário e agora, nós estamos sistematizando num caderno. Esse que é o processo. Então como disse, não está dado, está em construção (FASE)*

“As “Unidades de Experimentação”, famílias que inovam a produção de frutas e verduras nos quintais, água captada da chuva e pessoal que experimenta manejo de caatinga de forma ecológica para criação de gado e o pessoal que processa frutas e produz mel. Foram feitos debates e oficinas com famílias que participam desses grupos e também trabalho de formação com consumidores. Nós organizamos uma “Feira do Bode”, a caprinocultura é uma atividade importante, então *a feira era uma forma de divulgar a caprinocultura, propiciar troca de experiências e garantir um aumento no consumo da carne de cabra na região e a gente aproveitou esse momento também para atividades educativas. Aí não só em relação à carne de bode, ao leite de cabra, mas também ao mel, às verduras, às frutas processadas. Basicamente isso e a gente fez uma vez uma parceria com a Pastoral da Criança para capacitação em aproveitamento integral de alimentos.* [...] *Eu diria que a partir da prática se teorizou, conhecendo os hábitos alimentares. Pedagogos e engenheiros agrônomos, a partir daí trouxeram reflexões sobre a qualidade nutricional dos alimentos” (CAA).*

Por outro viés, a preocupação com a metodologia participativa e emancipadora também se revela na formação de multiplicadores em municípios do CE, como estratégia de mobilização, difusão do conceito e formação de uma rede estadual de SAN:

“No momento já cumprimos 80% da meta e é uma metodologia onde a gente forma multiplicadores, em nível regional, 3 em cada município e esses 3 multiplicadores planejam no bojo da própria capacitação, termina com o planejamento da replicação no município. Eles mesmos projetam e replicam com a nossa assessoria, mas eles assumindo a tarefa fundamental. A gente acompanha, sempre vai alguém

para a abertura, para o encerramento, a gente assessora eles na implementação, chama para discutir como é que vai ser, fazem uma demonstração para nós, a gente interfere, sugere, no geral eles trabalham com os mesmos textos que a gente usou na capacitação e eles replicam para o município. Daí no município a gente tem os critérios discutidos previamente e eles fazem a seleção. Inclusive é uma pesquisa que eu quero ver, porque assim, de uma forma empírica a gente já viu que na conferência estadual, as regiões que passaram pela capacitação, eles tiveram uma participação muito mais efetiva. Ou seja, foi mobilizador, e você via um domínio, logicamente num certo nível bastante elementar, porque a capacitação é de dois dias e a multiplicação também. E agora nós estamos concluindo esses 20% que faltam e estamos na fase de criação de uma rede envolvendo todas as pessoas que foram capacitadas. A gente está fazendo um novo projeto porque isso não estava dentro, o financiamento dessa rede, porque a gente quer, a partir dessa rede, ficar constantemente enviando notícias, textos, para que eles possam de alguma forma, em seus municípios, estarem se atualizando, porque o processo de formação é contínuo. Então para que eles tenham um material para que eles possam continuar e a gente pensa assim em botar no bojo desse projeto um encontro semestral para ver como cada um está desenvolvendo e multiplicando isso e também que esse conceito seja indutor desse protagonismo, porque a gente sabe que o Estado é muito grande, não temos penetração em todos, temos poucos CONSEA's Municipais criados, são 22 somente, em 184, mas que as conferências, juntamente com essa capacitação e outras atividades que vimos desenvolvendo, eles têm tido um efeito sensibilizador do ponto de vista da ampliação do número de CONSEA's. Já virou comum pessoas de municípios passarem um dia lá, para saber como formar um CONSEA. Muitas vezes a gente não tem como ir até os municípios e eles vêm e a gente já tem uma agenda de vários municípios que foram lá e passaram por uma reunião com um grupo do CONSEA Estadual, onde a gente orienta, agora já sob a égide da LOSAN, estimulando que seja lei, mostrando a importância da lei municipal. Fizemos também algumas articulações com vereadores, que a gente viu que muitas vezes não é o Prefeito a pessoa mais indicada para sensibilização. Então são essas estratégias. Às vezes uma única ação abre perspectiva de outras articulações que pode passar despercebida” (CONSEA/CE).

Por último, destaca-se neste conjunto, o alerta feito da representante da UFF/RJ de que a SAN também pode ser abordada por uma *metodologia tradicional*:

“Você pode também ter um método tradicional para abordar a SAN. Pode também ser prescritivo. Tudo bem, pode não ser uma prescrição focada no nutriente, mas pode ser uma prescrição focada em outras coisas, entendeu? É mais amplo, porque o conceito é mais amplo, a ótica é para abordar de maneira integrada, e isso faz diferença, mas também pode ser um método que não contribua para a autonomia dos sujeitos, que seja normativo, que seja para enquadrar todo mundo e eu te digo uma coisa: se o campo técnico ele tem muito esse risco, porque vai olhar o micro, vai olhar o técnico, e vai muitas vezes tratar o técnico de uma maneira dissociada dos outros âmbitos da vida, do simbólico, do cultural, do psicológico, no campo da SAN, você pode ter um outro risco, que é o ideológico. Ideologia é fundamental para viver, mas o ideológico pode muito facilmente virar uma catequese, que é a mesma coisa, a mesma coisa que você faz com o técnico de enquadrar as pessoas e colocar o conhecimento técnico como superior ao que ela tem, e aí desvalorizando tudo o

que ela traz, o que não contribui para a autonomia, quando você tem uma perspectiva muito ideológica, você de outra maneira faz a mesma coisa, desvaloriza o que a pessoa pensa, porque o discurso ideológico ele julga muito, a perspectiva é de julgar. Então eu julgo com uma outra ótica e a ideologia que eu defendo é a certa. Então eu julgo e enquadro. Posso, não estou dizendo que todo mundo faz isso, mas digo que é um risco, porque o campo da SAN tem um movimento político por trás, que inclusive foi fundamental para constituir o campo, como a gente teve na saúde também, no Brasil, um campo construído muito a partir da mobilização social, da organização social, o que foi muito rico, o que qualificou muito também o campo, o movimento político, mas no bojo do movimento político, você tem de tudo, você vai ter grupos que têm um discurso mais ideologicista, outros que não têm tanto, mas que também estão se afirmando enquanto grupo, é um movimento político também, e essa afirmação enquanto grupo, organização, ela pode se dar numa defesa de uma ideologia, pode se dar numa defesa de espaços de poder, o que gera tanto conflito, porque são espaços de poder que estão sendo de fato disputados e isso tudo pode contribuir para você ter outros tipos de problemas” (UFF).

Por sua relevância, cabe referencia à incorporação da SAN nos últimos anos, em cursos de nível superior. Em primeiro lugar, coloca-se a discussão de ser a SAN um curso de formação específica ou uma ótica a ser incorporada às especialidades afins:

“O que me parece que se coloca novo, e que a gente precisaria pensar, enquanto um tema para ser trabalhado e aí considero mais em termos de escolas de nível superior, justamente o aspecto das políticas públicas de SAN. Não sei se justificaria um curso de formação, por ser um encontro dessas diversas temáticas, mas acho que seria um avanço a implantação de alguma coisa assim”(presidente do CONSEA). *“É possível você desenvolver programas de educação em SAN. Evidentemente que vão ter que formar as pessoas, para que possam fazer essa capacitação, de forma que ela não fique enviesada. Também nos cursos de nutrição, por exemplo, deveriam ter história da alimentação no mundo, como se deu a evolução, também tem que ter noção de agricultura. Você pode até pensar em formar profissionais em segurança alimentar e nutricional, ter um curso superior em SAN, de repente é possível pensar numa coisa dessas, de nível médio ou superior, mas você tem que também influir nas especialidades, uma coisa não elimina a outra”* (IBASE).

Outro conjunto de depoimentos confirma estar em curso, a inclusão da SAN, por parte de algumas universidades brasileiras, como é o caso da UFCE (Universidade Federal do Ceará), onde o processo envolveu a *desconstrução* de conceitos anteriores:

“Muitas vezes a gente procura analisar os resultados do CONSEA só do ponto de vista de resultados quantitativos, o número de políticas que se fez, eu acho que isso é importante, mas também é importante esse aspecto da formação, ou seja, as pessoas passarem a dominar, a se apropriar do conceito, seja nos seus locais de trabalho, na sociedade, seja no poder público, procurar no seu dia-a-dia, expressar esse conceito nas práticas cotidianas e eu vejo que a gente avançou nos últimos anos, bastante nisso. *Na Universidade, nós temos projetos de extensão já na área de SAN, agora mesmo a gente apresentou no Congresso Nacional de Sociologia, nós apresentamos três trabalhos do Ceará.* Ficamos num grupo de trabalho onde a questão da SAN aparecia, tinham participantes do Brasil todo, *então a gente vê que a academia está se apropriando ainda de forma lenta, porque a apreensão do conceito envolve a desconstrução de conceitos segmentados, fragmentados. Então, é uma desconstrução e uma construção de algo novo. Então isso não é uma coisa que se faz do dia para a noite. Tem a compreensão teórica, mas envolve também a parte empírica, o fazer, o viver a SAN, que envolve também a mudança de hábitos no plano individual e envolve toda uma articulação do ponto de vista político, de atores sociais*” (CONSEA/CE).

O próprio curso de nutrição não incorporava o conceito de SAN, só que depois se tornou um eixo importante. Criou-se o Conselho Estadual de SAN e depois também começamos a trabalhar o conceito de SAN em três municípios. Mudou bastante. E no próprio currículo foi incorporado. E isso não pode ser generalizado para todas as instituições onde os conselheiros trabalham. É um processo. Para a instituição onde trabalho, foi altamente positivo, tanto interna como externamente. E tanto é que a instituição se envolve em todas as atividades de SAN no Estado. Aliás, passou a ser considerado como referência no nível do Estado. Acho fundamental cursos de educação em SAN “(CONSEA/ES).

Pela fala da representante da UFPE é possível observar não só o processo de inclusão do tema pela universidade, mas como este vem influenciando a formação dos alunos:

“Tem uma disciplina específica para isso no curso lá de Pernambuco, o enfoque não é tão abrangente, porque ela ocorre concomitante com a disciplina que eu dou, de políticas públicas. *Ao mesmo tempo que estou dando a segurança alimentar e nutricional e todas as políticas públicas relacionadas com esse tema, o professor de educação nutricional está dando todo o conteúdo muito voltado para questão da metodologia, das práticas, ao mesmo tempo.* Quer dizer, eu estou muito tranquila, que de um tempo para cá, todos os nossos alunos saem com clareza a respeito da SAN. Ele desenvolve essa capacidade. Claro que alguns não têm muito interesse, mas, na maioria dos casos, ele já tem essa capacidade de fazer uma relação, de onde se situa a educação nutricional, dentro do contexto da SAN” (UFPE).

Em seguida, tece considerações mais específicas à *formação do nutricionista*:

“*Olha, tem uma distorção na formação do nutricionista, que a gente não consegue identificar a origem, que passa aos alunos que a educação se restringe àquela forma que Paulo Freire chamava de “bancária”, de se fazer educação.* Então eles consideram a clientela com a qual trabalham, que ela não tem muito conhecimento a

respeito do que é uma alimentação saudável, e cabe ao profissional da nutrição passar essas informações. *Então eles têm uma certa ilusão que passando informação através de palestras, e outros mecanismos, de vídeo, sem muita discussão e uma troca, as pessoas modificam o hábito alimentar.* Isso está sendo muito discutido, dentro de nosso departamento, até porque a gente está com um projeto agora, com muita dificuldade de implantar, porque muitas prefeituras não querem, *no sentido de propor uma outra metodologia de se fazer educação nutricional, uma metodologia mais transformadora, em que as pessoas, os técnicos e profissionais de nutrição se coloquem mais numa condição de sujeitos de um processo de mudança em relação à alimentação e não como ele sendo uma autoridade que vai passar os seus conhecimentos para essa população*” (UFPE).

Em concordância com a visão anterior, o representante da ASBRAN (Associação Brasileira de Nutrição) destaca a falta de preparo na formação do nutricionista para entender *o mundo do outro*.

“Há um problema na estrutura curricular, porque estamos falando de educação nutricional e alimentar e a gente parte, primeiramente, da academia e depois, o que você faz com a comunidade. A estrutura é independente de você ter professores ou educadores, mais ou menos avançados politicamente. *A estrutura curricular ela vinha com esse olhar, de ser uma disciplina que usa ferramentas, técnicas, meios de comunicação de massa, rádio, canais (de TV) que possa viabilizar ao outro, conhecimento daquilo que, supostamente, ele não sabe, sobre alimentação, sobre nutrição. E aí você quer educar as pessoas como elas devem fazer. Não tem um preparo na graduação para se compreender um pouco mais sobre qual é o mundo desse outro, que está sendo ensinado, entre aspas. E quais outras metodologias poderiam se dar, de educação alimentar e nutricional a partir do que ele consome ou consumiu em alguma época, de sua geração ou de outras*” (ASBRAN).

Visando a um aprimoramento da formação do aluno, na UFPE, os conteúdos de SAN foram deslocados para os anos iniciais do curso, no novo projeto pedagógico, como explicita a nutricionista:

“*Isso aí é uma coisa que vai levar ainda muito tempo porque a gente dando esse conteúdo de SAN e procurando discutir todas as suas dimensões, e todos os componentes que são importantes para se trabalhar com a população, até porque há muita dificuldade de entender essa questão da intersetorialidade, então a gente tem notado que tem havido uma mudança, eles têm tido uma consciência maior.* O problema maior é que isso vai ocorrer no último ano do curso, quando o aluno já está com tudo organizado em casinhas dentro da sua cabeça, e ele mais ou menos já tem definido que especialização ele quer. Então geralmente a mudança não ocorre da forma que a gente gostaria. Tanto é que no novo projeto pedagógico, no currículo novo do curso, a gente está colocando esse assunto no terceiro período, essa parte

mais ligada à SAN, políticas públicas etc, porque o aluno a partir daí ele começa a inserir todos os outros conteúdos do curso de nutrição tendo como referencial a SAN. Porque hoje ele vê quase todas as disciplinas e no final da parte teórica, no sexto período do curso, já que o sétimo é só estágio, é quando ele vai ter conhecimento de que a SAN existe, que hoje é uma política de governo, quais são as ações que estão pensadas dentro da SAN. Certamente esse é um processo que vai demorar muito porque o conteúdo da SAN ou qualquer outro conteúdo mais abrangente, multidisciplinar, depende muito do professor, não existe uma política dentro das universidades para poder definir mais ou menos qual é a linha de trabalho de um professor. O professor universitário, é cobrado a ele apenas que tenha uma titulação forte, que ele passe numa prova teórica e que ele tenha capacidade de dar uma aula. E essa aula ela pode ser dada entre 20 e 50 minutos e só. *Quer dizer, mesmo sem nenhuma compreensão do que é educação, pedagogia, metodologia de ensino, ele tem uma visão muito rápida na pós-graduação e daí ele vai ser professor.* O que a Universidade está tentando fazer para melhorar um pouco isso, é disponibilizando para os professores, a cada ano, um curso na área de metodologia de ensino, que é um pessoal da educação que está dando. E os professores fazem isso por opção. E eu tenho observado que os que fazem essa disciplina eles melhoram muito a relação junto com o aluno e também no contexto do assunto que ele está dando. Mas nem todos os professores querem fazer isso” (UFPE).

Ao lhe perguntar se a reforma do currículo foi pensada para melhorar a formação do aluno, a entrevistada respondeu:

“Os alunos entram no curso e fazem todas as disciplinas básicas e depois entram nas outras disciplinas do curso. Lá na frente, quando ele já está quase se formando, ele começa a conhecer os sistemas, no caso o Sistema Nacional de Saúde, o SUS, são 6 aulas, numa média de 12 a 15 horas sobre o SUS e, em seguida começam a ver as políticas vigentes e os programas ligados à área de nutrição. Com esse governo, o que a gente começou a fazer? Dentro desse conteúdo a gente entra com a SAN, como sendo já uma política de governo, até porque você pode até colocar dentro de uma evolução histórica, pode colocar todas essas propostas que já tiveram. Eu procuro fazer uma evolução histórica da década de 40 com Getúlio Vargas até a atual. Isso quando a gente entra no bloco das políticas. Só que já é tarde demais ! *O aluno quando chega ele já nesse ponto tem quase o curso todo, então ele não consegue transferir a experiência dele e todo o conhecimento que ele adquiriu nos anos ao longo dos três anos do curso, para dentro do curso para dentro dessa disciplina de SAN. Porque como a SAN é abrangente, se o aluno está dando desenvolvimento da comunidade, entra aí, se ele está dando técnica dietética entra aí, se ele está dando microbiologia entra aí, porque dentro da SAN a gente discute inocuidade dos alimentos. Mas ele não consegue fazer essa relação. Então nós estamos tentando fazer isso, trazer todo o conhecimento que ele teve no curso para dentro dessa disciplina, para ele poder entender o que é a intersectorialidade. Por outro lado, tem outra coisa que trazendo para o início do curso melhora muito. É que ele vai ver, prioritariamente, no início logo das disciplinas , a intersectorialidade, e à medida que ele for estudando, ele já vai conseguindo trazer aquele conhecimento para dentro desse sistema. Isso muda muito, pelo menos é nisso que eu estou apostando.* Eles têm muita dificuldade de entender as coisas. Sem nenhum desrespeito a eles, eles lêem muito pouco, não têm noção nenhuma de política, acham que política é coisa de político e nenhum presta, não distinguem a

política pública da política partidária. *E eu observo que no final da disciplina eles mesmos falam que a vida deles mudou radicalmente depois dessa disciplina da área social. É como se eles estivessem fazendo uma redescoberta do Brasil. Porque eles não conseguiam entender, por exemplo, qual a relação entre o governo e a decisão do Congresso numa assistência à saúde da criança ou da mulher. Eles não conseguem fazer essa relação. Quando eles começam a descobrir o peso que têm as decisões políticas, começam a se interessar mais. E começam a entender melhor todo esse contexto da evolução da própria política” (UFPE).*

Em seguida, destaca a maneira como a apropriação do enfoque de SAN vem conseguindo romper com o preconceito por parte dos alunos em relação ao campo de estudos da saúde pública:

“Porque no curso de nutrição, a exemplo do curso de medicina, a maioria dos alunos, eles só pensam em trabalhar no atendimento ao doente, de forma individualizada, de uma pessoa doente, eles quase não se lembram que vão poder trabalhar com pessoas saudáveis, embora vejam isso no começo do curso, eles acham que saudáveis eles só vão trabalhar em restaurantes e no resto, eles vão trabalhar com doentes. E que saúde pública é uma disciplina ligada aos pobres. E também não têm interesse em trabalhar com os pobres, ir às favelas, por causa da violência, de ser muito sofrido. À medida que eles vão entendendo melhor o conteúdo, vão começando a sentir a importância que isso aí tem para a formação deles. Então começam a compreender que as disciplinas que eles fizeram estão dentro de um contexto social que eles estão inseridos. Porque eles não conseguem durante muito tempo fazer uma transferência do que eles aprendem na universidade, para a realidade da cidade do Recife, do Estado de Pernambuco e do Nordeste e toda a realidade de pobreza que tem em torno deles. Desmistificam completamente a idéia que tinham sobre saúde pública e eles começam a fazer uma associação muito positiva em relação ao que eles estão aprendendo, dentro de um contexto social mais abrangente. O que eu acho que alarga a cabeça deles a respeito da SAN é a questão da intersetorialidade, porque a formação deles é muito reducionista, os cursos na área de saúde têm uma visão muito reducionista, então quando começam a ver a inter-relação com outras ciências, então eles abrem muito a cabeça. Nem todos, porque a gente sabe que daí nós continuamos entre 7 a 10% dos profissionais no Brasil dedicados a essa área e o percentual aumenta muito devagar, mas há uma perspectiva muito grande de ter um aumento por conta até das próprias políticas que têm inserido mais o profissional e por isso têm despertado mais interesse, pois o mercado de trabalho define muito o interesse do profissional” (UFPE).

Também o representante do CERESAN salienta a maior aproximação com a área da saúde pública:

“A minha experiência com nutricionistas não é muito grande, eu já participei de mais de um evento, organizado por elas. O que eu sinto nesses eventos é que tem um

lado com um foco mais estrito em saúde e nutrição que é uma especialidade e tem um significado, mas nota-se aí uma forte interferência das grandes corporações em razão da prevalência de uma visão tecnicista; já os profissionais que vêm para esse lado nosso, encontraram nesse campo um espaço para fazer discussões de saúde. Eu não posso afirmar, mas é como se você considerasse assim, que, *com a nossa referência, as nutricionistas se incorporaram mais ao campo da saúde pública, da prevenção, da promoção*. Essa discussão de hábitos saudáveis não é mais apenas uma discussão médica, então, eu tenho a impressão, mesmo sem acompanhar essa profissão, que o nosso referencial ajuda inclusive no enfrentamento com os "donos" da área, que são os médicos. *Interessante isso, como elas encontram no nosso espaço um instrumento de legitimação frente às grandes estruturas da Saúde, que são medicalizadas*. Isso vale para o serviço público, isso vale para a universidade, isso deve valer, acredito eu, nas empresas, embora eu não possa afirmar; mas no serviço público e na Universidade é possível constatar, dá para ver, como elas são pressionadas pela estrutura da qual elas fazem parte. É uma profissão sob fortes constrangimentos no setor saúde. Um caso importante é o da CGPAN (Coordenadoria Geral da Política de Alimentação e Nutrição), no Ministério da Saúde, um setor que batalha muito para receber atenção e tem se valido, para tanto, do apoio do CONSEA. Então, eu acho que é uma profissão que ganhou com a gente, sim”(CERESAN –UFRRJ / FBSAN).

A estes aspectos que dizem respeito especificamente à inserção do enfoque de SAN no campo da nutrição soma-se outro, destacado pelo representante do IMIP/PE, sobre o *reencontro da identidade profissional* do nutricionista, propiciado pelo enfoque da SAN:

“Eu tenho trabalhado muito, fundamentalmente com alunos e com grupos que trabalham com a população. A semana passada tivemos um encontro com os chamados Centros Colaboradores do N e NE e o problema era a alimentação saudável, o que fazer em termos de estudos sobre alimentação saudável. *Eu creio que começa a existir um compromisso crescente em torno disso. Até mesmo porque as nutricionistas praticamente estão reencontrando a sua identidade profissional, sobretudo por conta da proposta da alimentação saudável, que é uma parte da SAN*” (IMIP).

A apropriação da temática da SAN pelo campo da nutrição, porém, foi pautada de fora para dentro, acarretando, inclusive, outros significados, conforme expressou a nutricionista da ACMUN/RS:

“Sei que tu está me perguntando a respeito de uma questão mais ampla, que é a SAN, e eu como nutricionista estou falando das minhas preocupações, da categoria dos nutricionistas. *Acho que a SAN está sendo incorporada como uma onda, um rolo*

compressor social e histórico. A questão da SAN está colocada hoje na sociedade brasileira, e o nutricionista vai ter que dar o seu jeito de se incorporar a essa luta. Por isso eu acho positivo, mas eu lamento que não tenha sido trazido por essa área, eu acho que nós, as nutricionistas, poderíamos ter sido a vanguarda, alguns de nós foram, mas com muita e extrema resistência da academia que ainda domina o campo científico.

Como vou te dizer, alguns nutricionistas que estão convencidos e buscando se apropriar da questão da SAN num modo mais amplo, do que meramente nutriente, relação dos nutrientes com o corpo e com a fisiologia humana, procuram ver a coisa mais para além do corpo humano, de onde vem esse alimento, qual é a forma de produção desse alimento, quem são as pessoas que produzem esse alimento, se essa produção é socialmente justa, se é ambientalmente sustentável. Essas pessoas passam a ser vistas como nutricionistas quase “esotéricas”, as xiitas da alimentação saudável. Que história é essa de tu falar em alimentação saudável e tu pensar no planeta!” (ACMUN).

Por fim, como a temática se expressa em diferentes dimensões, do nível individual ao global, procuramos verificar a existência de significados, também no nível da *experiência pessoal*. Um primeiro aspecto refere-se ao caráter de *complementaridade* em relação ao conjunto de assuntos e temas já trabalhados anteriormente:

“Eu aprendi muito. Eu sempre sonhei de fazer as coisas num contato mais pé no chão e o CONSEA me fez ser isso. Embora eu seja dirigente de uma Central, duas vezes eu fui presidente da CUT no meu Estado e agora, sou vice-presidente. E a gente sempre trabalhou muito forçando para que a CUT e os sindicatos fossem sindicatos cidadãos, e não só a luta pelo salário. Nós sempre colocamos isso. E no CONSEA, por incrível que pareça, a gente teve esta oportunidade, foi uma coisa nova para mim, mas casou com a ação que a gente já desenvolvia no nosso Estado, de um povo completamente carente, com os piores índices. Eu aprendi muito com tudo isso, me forçou a colocar, tanto que hoje estou me dedicando mais a esse assunto. Isso foi um das coisas boas” (CUT).

O potencial transformador do conceito foi assinalado pela representante da Universidade Federal do Ceará (UFCE): “eu acho que um dos grandes ganhos do CONSEA tanto em nível nacional como estadual e municipal é a compreensão da complexidade que envolve o conceito de SAN e a mudança de paradigma que ele induz”.

Outra questão considerada relevante pelo representante da ASA diz respeito à exigência de maior *coerência*, decorrente da ligação entre o conteúdo e as ações práticas de SAN, até mesmo dentro da própria entidade:

“Eu disse, bom, e na prática de vocês e das crianças, o que é que isso tem de repercussão? Aí eles começam a se reportar às práticas que existem, às vezes, nas próprias comunidades rurais, o cara vende o ovo da galinha caipira e compra a galinha de granja, porque ele vende a dúzia de ovos mais caro e compra duas dúzias mais baratas. Ele vende a galinha caipira e compra duas galinhas de granja. Eu digo: vocês estão vendendo coisa boa e comprando porcária. Então o cara, ele fica, assustado ! *Porque ele sabe a qualidade do que ele produz e termina descobrindo que ele negou o acesso a ele mesmo de um alimento de qualidade. Então, mexe, muito, e mexe com o senso crítico das pessoas. Teve uma vez que nós fizemos um lanche rápido e se botou biscoitinho e guaraná. Aí o pessoal veio pra cima ! Disseram pô, a gente discutindo isso, isso e isso e aqui tem guaraná ? Exige da gente coerência. Por exemplo, lá no MOC, a gente aboliu nos lanches qualquer fritura. E os agricultores com os quais a gente debate já exigem isso, a gente comprar para os lanches, os produtos deles*” (MOC/ASA).

Também foram relatadas experiências de *transformações no nível pessoal*:

“Ah, mudou muita coisa. Alterou no sentido de visão de mundo. Eu venho do trabalho com agricultores familiares, foi a minha entrada profissional, lidando com essa área da agricultura familiar. Depois vim mais para a agroecologia, agricultura familiar agroecológica, o que significa isso, a visão de mundo agroecológica. É uma coisa interessantíssima. A visão agroecológica do mundo é uma coisa fantástica, lindíssima. Para eles, praga não existe, por exemplo. Praga existe na visão de mundo européia, branca, para essa matriz de racionalidade. Tem uma matriz de realidade camponesa, dos Andes, africana, indiana. Então, para a visão agroecológica, o mundo, os insetos que estão ali, as ervas daninhas, não têm que ser eliminados. É muito interessante” (IBASE).

Ele produz mobilização porque ele é um conceito que mexe, que termina interferindo na vida concreta das pessoas, ele não é um conceito que fica só no mundo de uma conceituação filosófica etc. Ele mexe com a sua vida (ASA).

Ao lhe indagar se esse processo havia provocado alguma transformação nele mesmo, o entrevistado respondeu:

“Rapaz, a minha vida virou de cabeça para baixo! Eu entendia muito pouca coisa, minha família nunca foi de verduras, de frutas, minha família era carne, arroz e feijão. *Participando aqui no CONSEA, lendo os documentos, participar dos*

conflitos, trabalhar com os grupos e ir mexendo com essas coisas, mudou a minha vida! Mudou radicalmente a minha vida, mudou muito do que a gente faz dentro de casa, as conversas que a gente tem levam à modificações na vida dos meus filhos, de minhas netas. Então, são elementos que a gente vai levando para a frente. Além da paixão pela agricultura familiar, é claro”(ASA).

“Sim, acho que no meu caso mais do que a maioria das pessoas. Eu tive uma formação de esquerda, muito precoce, então para mim sono e alimento eram coisas funcionais, durante toda a minha juventude eu achava que talvez a coisa mais prática seria ter uma tomada onde se colocava o dedo e não precisava dormir, comesse uns tabletes e não precisasse perder tempo com a comida. Duas coisas foram importantes, ter ido morar no sertão, onde a comida tem uma importância fabulosa para as pessoas, mesmo porque muitos já conviveram com a escassez, então comer é uma alegria, encarado como um privilégio, comer e comer bem, comer feliz e depois, *ao conhecer mais o tema da SAN, mais voltado para essa força poética, nem foi essa temática da nutrição, mas essa idéia do que eu como é o que em mim vira palavra, vira humor, sentimento, força para fazer as coisas, isso para mim teve um reflexo muito grande, na escolha do melhor alimento, no prazer de comer alimentos que eu mesmo planto, de pegar uma fruta no pé e comer algo vivo, pulsante, então operou uma mudança grande.* Tenho a impressão de que o ato de comer, ele é mediado pelo prazer, pelas lembranças, então também para mim foi muito humanizador, não ter caído na história, eu vou comer isso porque faz bem para a minha saúde, também ir um pouco além, eu vou comer isso porque me faz feliz. Acho que a gente tem que ir além dessas concepções muito dietistas. Pela minha formação e estrutura mental eu cairia nesse dietismo. Eu como isso porque faz bem para a minha saúde, eu tomo suco de uva porque tem esse elemento, eu como o broto porque isso e isso, o ato de comer tem isso, mas não é só isso. *É muito mais do que isso. Mas eu como coisas porque me lembro da minha mãe, eu como coisas porque me lembram da minha infância, eu como coisas porque elas são saborosas e me fazem feliz, pelo cheiro, ou então, eu como coisas para conhecer outra cultura, porque vou num lugar e partilho o que as pessoas comem, também para comer um pedaço daquele lugar, daquela cultura, então, acho que se eu não tivesse sido apresentado a essa abordagem mais ampla de SAN, talvez a abordagem possível para mim fosse uma abordagem dietista. Coma isso porque você vai viver mais e tal e tal. Mas essa visão mais ampla da comida como algo mais profundo abre espaço para outras referências”(CAA).*

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Figura 7 – Significados da SAN – *Todas as Categorias*

Num movimento em espiral, o trabalho de análise demandou nova inflexão ao objeto de estudo, ao retomarmos o propósito inicial de identificar e analisar os diferentes significados subjacentes à incorporação da noção de SAN por parte dos movimentos e organizações da sociedade civil participantes do CONSEA Nacional, na gestão 2004/2007. Tratamos de analisar os significados mais amplos em relação à

incorporação do tema, segundo as categorias escolhidas, para discuti-los à luz dos resultados apresentados anteriormente.

Os entrevistados situaram o ano de 2003 como um marco, inaugurando um novo período de impulso à construção de uma agenda pública de SAN e a apropriação deste enfoque, pelos governos e pela sociedade, uma estratégia fundamental para a construção de uma política nacional. Destacaram a importância de sua *institucionalização*, por meio da Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN – 11.346/06), instituindo o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), cuja missão é formular e implementar políticas e planos, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento e o monitoramento da SAN no país.

Por meio da LOSAN também foi concebida a Câmara Interministerial, que deverá reunir os ministérios e secretarias especiais que têm relação com o tema e o CONSEA passou a ter caráter permanente. O SISAN combina uma rede operacional, composta por equipamentos, bens e serviços públicos que visam assegurar a garantia do direito humano à alimentação adequada (DHAA) e a SAN – que são a materialização de ações e programas públicos – com um sistema de ação política/regulação, que engloba as conferências, conselhos, políticas e planos de SAN (SESAN/MDS, 2007).

Cabe lembrar que, ao perguntarmos sobre a ação do governo em relação a SAN, a resposta citada mais vezes menciona a importância da regulamentação da Lei e do Sistema. Aponta, contudo, para o fato de que a institucionalização da SAN, por si só, não garante sua efetividade. A participação social através do CONSEA e as inúmeras experiências localizadas no campo da sociedade civil devem ser parte integrante da construção da política nacional de SAN. O desafio que se apresenta para a sociedade civil relaciona-se à sua capacidade de dinamizar estes espaços e interferir no processo, tanto na formulação de diretrizes e propostas como no acompanhamento e monitoramento dos programas, projetos e ações de SAN.

As repercussões identificadas nas entrevistas sugerem que a experiência de participação de lideranças sociais nesta instância representa um aprendizado para grande parte das organizações do CONSEA, num processo de construção de identidade e legitimidade social da temática para o interior de suas próprias

organizações. Assim, reveste-se de importância distinguir os caminhos desse aprendizado, considerando-se as diferentes vocações e trajetórias das organizações e movimentos.

Vimos anteriormente que para a realização dos objetivos desta pesquisa, valemo-nos da referência da *abordagem sistêmica* enquanto instrumental analítico, buscando identificar relações de interdependência entre os fatores que atuam na questão alimentar, proporcionando uma visão mais ampla sobre os processos sociais envolvidos nos circuitos por onde passa o alimento, abarcando ações do campo da produção de alimentos, distribuição, comercialização, consumo, qualidade e saúde.

Considera-se que uma abordagem que contemple as complexidades biológicas, econômicas e sociais melhor evidencia a centralidade da questão alimentar para a sobrevivência material e cultural de uma sociedade, demonstrando sua importância como promotora de dinâmicas transformadoras (MALUF, 2006). Importa também distinguir que esta construção conceitual vem sendo adotada por pesquisadores no Brasil, simultaneamente à sua implantação como um Sistema, que tem o objetivo de organizar as ações do Estado nesta área.

Na explicitação do marco teórico, situamos a emergência do paradigma sistêmico despontar como resposta à necessidade atual de se entender a complexidade cada vez maior dos problemas sociais e ambientais, que se caracterizam como problemas sistêmicos, determinados por fatores interdependentes. Vale lembrar a observação de MORIN(2000), de ser justamente a perda do potencial de compreensão da realidade, tornando impossível, “apreender o que está tecido junto”, o fator que está na origem da atual crise paradigmática, demandando um reexame no modo de se conhecer e pensar. Assim, as entrevistas conjugadas com os resultados apresentados anteriormente, nos possibilitaram a identificação de significados advindos destas interações e do exercício deste olhar, sob diferentes pontos de vista, a partir dos *campos temáticos, das políticas públicas e dos sujeitos envolvidos*.

Na primeira categoria referente aos aspectos da conjuntura, os entrevistados convergiram em relação à *receptividade* ao tema da SAN por parte das organizações, fundamentalmente pela perspectiva de *complementaridade*, em relação às ações já realizadas anteriormente e ao *caráter inicial* da incorporação e construção de uma

identidade e legitimação social do tema, inclusive no interior de suas próprias organizações. Ainda neste conjunto localizam-se as considerações realizadas sobre a perda de espaço da temática da SAN, no segundo mandato do atual governo, que privilegiou o objetivo do crescimento econômico.

Na segunda categoria de aproximação entre campos temáticos das esferas da produção e do consumo inclui-se a constatação da *incipiência* deste processo de construção de uma visão *intersectorial*, determinada, inclusive, pelas dificuldades relativas à *amplitude* do tema e a pouca definição de seus contornos. Ainda que nos questionários a falta de uma visão integradora da SAN tenha sido apontada como a principal crítica às políticas públicas, percebe-se que a intersectorialidade não é uma questão dada tampouco na dinâmica das organizações da sociedade civil. No entanto, afirmaram o caráter *agregador* do tema, como um fator favorável à sua operacionalização.

Outro aspecto nesta categoria diz respeito às *conexões* engendradas pela própria temática. Um exemplo disto é o depoimento da representante da Pastoral da Criança quando ao trabalho desenvolvido originalmente na área de ações básicas de saúde agregaram-se outras dimensões relacionadas à esfera da produção de alimentos, incentivando-se a implantação de hortas (plantas comestíveis e medicinais para autoconsumo). Ou seja, a perspectiva anterior, tão presente nos dias de hoje, que dissocia o consumo de alimentos de sua produção, foi superada, dando lugar a uma visão mais integrada da questão alimentar. Cabe destaque ainda, neste exemplo, à descoberta da importância da *qualidade* das sementes.

De outro lado, foi possível identificar exemplos de modificações equivalentes em ações desenvolvidas no campo da produção de alimentos. Registre-se nesta direção a fala do representante da CONTAG, que constata maior preocupação com a perspectiva do consumo e, conseqüentemente, com a questão da qualidade do alimento produzido, a partir do contato com o enfoque da SAN.

Ainda nesta direção, a representante do CONSEA/CE apontou a demanda de uma agricultura mais limpa por parte de grupos de agricultores. Em concordância com este aspecto da qualidade, o representante do Fórum Brasileiro justificou a

maior aderência ao enfoque da SAN nos estados de Minas Gerais, Santa Catarina e Espírito Santo por parte de agricultores agroecológicos ou orgânicos.

Outro exemplo foi manifestado pelo representante do MOC/ASA, que revelou a importância do enfoque da SAN no despertar da convicção, por meio de um projeto produtivo de geração de renda, de que “não é apenas produzir, é também se alimentar bem”, determinando maior diversificação na escolha dos produtos a serem cultivados.

De forma semelhante, a ONG CAA/BA destacou o “aporte de qualidade ao trabalho já feito anteriormente” e a valorização de dinâmicas de troca, da produção para o autoconsumo que “passaram a ser mais percebidos”, a partir da constatação de ser a saúde a função primordial da produção de alimentos. Destaque-se neste exemplo a referência ao aumento da auto-estima dos produtores e maior apropriação dos resultados do seu próprio trabalho.

Nesta mesma linha cabe mencionar o exemplo fornecido pelo SASOP, ONG dedicada à agroecologia, onde a maior preocupação das agricultoras com a própria alimentação estimulou o interesse pela educação alimentar. Além disto, citou o desdobramento em uma nova relação com o mercado, por meio de um projeto de geração de renda, pela iniciativa de agregar valor a um produto regional - o beneficiamento do Umbu. Este aspecto merece especial atenção, remetendo-nos à capacidade do enfoque da SAN em impulsionar o apoio a pequenos e médios empreendimentos rurais e urbanos dedicados ao cultivo, transformação e comercialização de produtos agroalimentares.

Tais interações abrem perspectivas de criação de circuitos curtos de mercados, promotores da equidade social, contribuindo para a ampliação da oferta de alimentos de qualidade a baixo custo e colaborando com a diversificação dos hábitos de consumo e valorização da cultura alimentar.

Outro exemplo de conexão, trazido fundamentalmente por organizações atuantes no meio urbano, refere-se à maior compreensão acerca da dimensão da produção e abastecimento de alimentos. A maior importância ao alimento e à alimentação saudáveis e à preservação da natureza vem dando visibilidade à existência de mais de uma forma de se produzir alimentos, reforçando a importância social da agricultura de base familiar. O apoio a este segmento é significativo,

segundo os autores estudados, justamente por combinar a ocupação eqüitativa do campo e a utilização mais sustentável dos recursos naturais com a oferta de alimentos de qualidade, culturalmente referenciados.

Cabe ainda ressaltar neste conjunto a referência à oportunidade que se abre aos agricultores, estendendo-se também à pequena indústria agroalimentar e ao varejo tradicional, no sentido de alterarem algumas práticas como pressuposto para a construção deste novo elo com o consumidor.

A maior preocupação com a procedência dos alimentos por parte do consumidor, que começa a se dar conta da existência de diferentes concepções de alimentos, advindos de padrões distintos de produção agrícola e o início de um processo de reconexão entre a produção e o consumo local foram apontados pelos entrevistados. Em concordância, os resultados de pesquisa apresentados pelo sociólogo inglês Alan Warde, da Universidade de Manchester, em São Paulo, em 2007, registraram a *rastreabilidade* dos alimentos como um critério que se vem afirmando nas escolhas do consumidor europeu, denotando maior interesse por informações sobre a utilização de agrotóxicos na produção de alimentos e o respeito às legislações, principalmente ambientais.

Quanto ao campo da saúde, uma área tão marcada pelas características do modelo biomédico, a incorporação do enfoque da SAN vem reforçar a importância das ações de *alimentação e nutrição*, em sua íntima relação com a promoção, proteção e recuperação da saúde. Ou seja, o reforço às ações de alimentação e nutrição constitui a forma de se introduzir a SAN nesta área.

Em termos mais específicos, para além da preocupação com as consequências da saúde, a emergência do tema da alimentação saudável, requalificado pela SAN, ilumina aspectos relativos às dimensões sociais, ambientais e culturais dos alimentos, apontando para a necessidade de uma articulação interdisciplinar e intersetorial.

Tais exemplos evidenciam interações que as conexões operadas pela introdução do enfoque sistêmico fazem ressaltar. As situações mencionadas caracterizam um determinado tipo de interação, de aproximação entre campos temáticos, produzida pelos conteúdos da SAN e incidindo sobre a natureza das ações, no âmbito das próprias organizações, onde a introdução do enfoque aproximou-as de dimensões da questão alimentar, não contempladas anteriormente, impulsionando

não só a organização de novas ações, como também revisões em ações já realizadas, corroborando a afirmação de que:

“A inserção do componente de SAN redimensiona as ações do setor saúde, ao aproximá-las das dimensões de produção, comercialização, acesso e comportamento alimentar para além dos aspectos nutricionais. Por outro lado, a implementação das ações nos setores de produção, comercialização e distribuição de alimentos sob a ótica da saúde impõe uma revisão do modelo produtivo adotado; a consolidação de instituições promotoras da saúde (escolas, estabelecimentos comerciais, etc); um maior controle da qualidade do alimento, tanto do ponto de vista sanitário quanto de sua composição nutricional; a ampliação do acesso à informação e as estratégias educativas participativas em SAN; e a regulamentação da propaganda em torno dos alimentos considerando os riscos à saúde. Essa riqueza de interseções será maior na medida que a intersectorialidade seja, de fato, promovida a partir de projetos integradores, que tratem as dimensões alimentar e nutricional de forma indissociada” (BURLANDY, 2004, p.14).

Ao romper com a disjunção entre o campo da produção e do consumo, tais interações de natureza complementar e convergente, no campo das ações são possíveis na medida em que se operam, simultaneamente, no nível cognitivo, interações entre campos disciplinares, representando diferentes formas de tratamento da realidade.

A leitura de autores que tratam desta questão nos permite afirmar que, ao promover a superação da visão setorializada do mundo, a interdisciplinaridade resgata a centralidade dos processos humanos por meio de maior compreensão da complexidade que envolve a realidade. No caso em estudo, dentre as repercussões, os entrevistados afirmaram ter ampliado a visão sobre os diferentes aspectos relacionados ao circuito do alimento. Para além de conhecimentos justapostos (multidisciplinaridade), puderam produzir novos conhecimentos a respeito de sua própria realidade, passando a dimensioná-la de maneira diferente (interdisciplinaridade).

Vimos, em capítulo anterior, os marcos históricos da institucionalização da alimentação como um *direito fundamental e universal*. No que tange a este aspecto, há um conjunto de significados referidos pelos entrevistados, que correspondem à íntima relação do direito à alimentação com *outros direitos* (direito à renda, à terra e

à água), trazidos principalmente pelo meio sindical. Evidencia-se ainda o favorecimento da superação da visão *assistencialista*, enfatizada pelo segmento religioso, a ampliação do conhecimento sobre as atribuições do Estado na questão alimentar e a maior *politização* da visão do combate à fome, pelo viés da SAN, destacado com maior ênfase pelo segmento das ONG's e das universidades.

Ainda que a temática da fome nos grupos vulneráveis, suas causas e soluções apareçam como uma preocupação na fala dos entrevistados, constituindo-se a face mais perversa da insegurança alimentar, um dos significados encontrados neste campo diz respeito à possibilidade de *ruptura* com a visão assistencialista e a *extensão* do escopo do tema para além da questão da fome.

Segundo os entrevistados, a visão do direito desloca o sujeito do lugar da queixa, rompendo com esta visão ao tomar o alimento como algo que deve ser garantido a todos e, portanto, um bem a ser exigido. No caso do tema da água, seu crescente reconhecimento como alimento essencial contrapõe-se à perspectiva atual de crescente escassez e privatização. Incorporado como um dos componentes da SAN, promotores do desenvolvimento, o documento final da III Conferência de SAN contempla a “garantia da preservação das fontes naturais, dos mananciais e da qualidade da água para o consumo humano, como elemento natural e soberano para a segurança alimentar e nutricional” (p.20).

Diferentes ordens de questões, fortalecidas pela noção do direito, podem ser identificadas pelas abordagens do meio sindical, significando maior visibilidade às condições de insegurança alimentar, de diversas categorias de trabalhadores rurais e urbanos, determinadas pela precarização das condições de trabalho; pela relação de conflito com os setores do governo defensores do modelo agroexportador, baseado na monocultura; pela prerrogativa da universalização de direitos, a exemplo da proposta de extensão do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT); e, por fim, pela questão de o salário mínimo não viabilizar o acesso a uma alimentação saudável.

Quanto a esta íntima relação entre *renda e a SAN*, vale ressaltar dentre as propostas da III Conferência o destaque a este aspecto:

“Priorizar a geração de trabalho digno e renda, por meio do fomento das diversas relações de trabalho, inclusive as várias modalidades de associativismo, cooperativismo e autogestão. Tornar prioritárias, também, as iniciativas democráticas e de autogestão da produção e da comercialização baseadas nos princípios da economia solidária, assegurando o desenvolvimento local sustentável, com apoio da vigilância sanitária local. A geração de renda deve assegurar condições adequadas de trabalho, remuneração básica compatível com as condições dignas de vida, proteção dos trabalhadores, segurança e monitoramento das conseqüências da modernização na qualidade de vida dos trabalhadores e no ambiente” (Doc. Final III Conferência de SAN, p. 27).

Também há menção específica à ampliação do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT):

“Criar mecanismos que ampliem o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), visando incluir outros segmentos profissionais privados e públicos e fortalecer as pequenas e microempresas. Implementar os novos parâmetros nutricionais da Portaria Interministerial 66/2006, baseados nos princípios de uma alimentação saudável e adequada e de direitos humanos, garantindo o monitoramento da sua aplicação, inclusive incorporando profissionais com competência para o acompanhamento técnico do programa, bem como o controle social através dos conselhos do trabalho e de SAN. Fortalecer a equipe técnica do Programa no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, incluindo a destinação de recursos orçamentários para sua efetiva gestão e fiscalização. As refeições e/ou cestas de alimentos fornecidas através do PAT devem ser livres de contaminação química, física e biológica, atender as necessidades nutricionais de acordo com a atividade profissional exercida, respeitando as restrições alimentares e os valores étnico-sociais e culturais” (Doc Final III Conferência de SAN, 2007, p 30).

No caso dos movimentos sociais, a noção do direito humano à alimentação aparece *ressignificando* e *fortalecendo antigas lutas*, a exemplo da reforma agrária. Este tema foi adicionado ao documento final da III Conferência, entre as prioridades da SAN, incluindo a demarcação e titulação de terras indígenas e quilombolas. Contudo, para além da íntima relação entre a reforma agrária e a SAN, um aspecto relevante para o presente estudo surge na fala do representante da ASA, dignificando, segundo ele, ainda mais a divisão das terras: “Quem são os beneficiários, entre aspas, dessa divisão? São aqueles que vão produzir alimentos ! Então essa nuance é muito importante. São aqueles que não só vão produzir riquezas, mas são aqueles que vão produzir e distribuir alimentos [...] dá um apelo maior.”

Outro aspecto emergente neste grupo de significados é a questão do *direito à diversidade*, entendida como diversidade de gênero, geracional, étnica, racial e cultural, desdobrando-se em significados específicos de reconhecimento das desigualdades, da necessidade de elaboração de pesquisas e metodologias específicas e da inserção destas temáticas na formulação de políticas públicas. Parece-nos importante aqui recuperar a colocação feita pelo representante do CERESAN – UFRRJ/FBSAN sobre a coexistência de diferentes tendências no campo alimentar, aparentemente contraditórias, mas que convivem, nem sempre harmoniosamente, com a tendência à padronização e à diferenciação. O mesmo processo de globalização que difunde hábitos padronizados é que abre oportunidade para difundir hábitos peculiares.

Ao conjugar a tradição e a inovação, a cultura alimentar refere-se tanto aos hábitos cotidianos que têm raízes históricas como àqueles que se constituem como novos hábitos (BRAGA, 2004).

A consideração e o respeito à diversidade foi um critério especialmente enfatizado na III Conferência de SAN:

“Importa destacar que todas essas atividades procuraram contemplar a diversidade de gênero, geracional, étnica, racial e cultural que caracteriza a população brasileira, em especial, pela participação de representantes dos povos indígenas, quilombolas, população negra, comunidades de terreiro, extrativistas, ribeirinhos, caboclos, pescadores artesanais, pomeranos e outros povos e comunidades tradicionais” (Declaração final da III Conferência de SAN, p. 12).

Outro aspecto abordado nesta categoria refere-se às repercussões produzidas pela noção do direito humano por meio da introdução do enfoque da SAN em *programas públicos*. Vimos a consideração no âmbito de uma política nacional de SAN, da existência de programas públicos, considerados “basilares”, pela capacidade de articularem a ação pública em áreas-chave, tais como o Programa Bolsa Família (PBF), Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Sistema de Vigilância Nutricional (SISVAN), apontados como programas

com estrutura nacional e em torno dos quais se articulam outras ações, extrapolando seus objetivos específicos, para atuarem como nucleadores de ações integradas.

Nesta ótica, desponta a ênfase em novas interações da sociedade civil com os programas públicos, onde ganham relevância, fundamentalmente, as conexões realizadas entre o *mercado institucional de alimentos e a agricultura familiar*. Ultrapassa o propósito da presente pesquisa a análise detalhada de cada um destes programas. De qualquer modo, registre-se a referência ao PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) e uma ênfase maior em relação ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), além do já mencionado, Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). Abrem-se novas possibilidades, segundo o representante da ASA, ao chamar a atenção para esta nova conexão, observando que “antes não se interferia na alimentação escolar e agora você vê que é importante interferir, definir da onde vem o produto e qual a qualidade dele e você ter uma nutricionista que oriente esse processo”.

Quanto ao PNAE, além do fato de que a alimentação escolar constitui-se numa política pública de SAN, ao garantir a suplementação alimentar a mais de 36 milhões de alunos, as entrevistas ressaltaram o potencial do programa para a promoção de alimentação saudável e adequada, valorização dos hábitos e alimentos regionais e da agricultura familiar, com impactos para o desenvolvimento local.

Já o PAA, apesar de recente, foi considerado pelos entrevistados como um programa público capaz de produzir uma aproximação entre o campo e a cidade, ao estimular a produção da agricultura familiar para abastecer os equipamentos públicos dos centros urbanos. Ao lado de sua formulação intersetorial, cabe destacar a fala da representante da FASE, identificando que “quem tem a perspectiva da SAN, concebe de forma diferente um programa como o PAA. Não vê esse programa apenas como um mercado institucional, mas vê a potencialidade que um programa como esse tem de alargar essa interação na sociedade, porque coloca as experiências em contato com as escolas, problematiza a qualidade da alimentação escolar, um determinado tipo de currículo”.

Se, por um lado, as conexões acima explicitam repercussões produzidas pela introdução do enfoque da SAN em programas públicos, foi possível verificar, em

algumas entrevistas, a disputa pela inclusão de temas considerados relevantes para a construção da Política Nacional, segundo a perspectiva da sociedade civil, como é o caso da *agroecologia*. BURLANDY sintetiza esse movimento de mão dupla, ao afirmar que:

“Se, como visto, a inserção do componente de SAN em cada política setorial altera sua lógica de atuação, é fundamental também (e não contraditório) que as especificidades das questões tratadas por cada setor sejam fortalecidas, e não diluídas, no âmbito de uma política de SAN. Dessa forma, a contribuição específica de cada setor pode redimensionar a forma e a atuação dos demais e potencializar resultados – o investimento na saúde, por exemplo, tem repercussões sociais, econômicas etc. e vice-versa” (BURLANDY, 2004, p.11).

Do ponto de vista da articulação entre os setores, como as ações públicas relacionadas ao alimento e à alimentação encontram-se dispersas dentro do aparato estatal, cabe aqui o alerta feito em diversas entrevistas e também em respostas ao questionário, do risco de *setorização* da SAN pela administração pública, determinando uma apropriação parcial e enviesada da temática.

Este ponto nos remete à questão colocada na justificativa deste estudo a respeito da emergência, na década de 1990, de uma nova concepção de política de SAN, que consiga incorporar esta perspectiva intersetorial. Sob esta abordagem, o caráter supra-setorial (acima dos setores) da política pública implicaria na apropriação dos objetivos mais amplos da SAN, por cada um dos setores envolvidos, em uma compreensão mais integrada dos componentes alimentar (disponibilidade, produção, comercialização e acesso ao alimento) e nutricional (relacionado às práticas alimentares e à utilização biológica do alimento) (BURLANDY, 2004).

Assim, a articulação entre os setores de governo pode dar-se, pelo menos, por duas modalidades:

“*Multissetorial*: cada setor identifica programas que são prioritários em seu âmbito de atuação para alcançar um objetivo mais amplo de governo como é a SAN, e estes programas recebem um selo de prioridade que lhes confere garantia de recursos e atenção especial dos gestores, incluindo apoio técnico para implementação local. Este tipo de estratégia promove ganhos setoriais pontuais e uma maior aproximação dos diferentes setores a uma lógica macrossetorial, mas não necessariamente a intersetorialidade, porque cada setor continua implantando seus próprios programas;

Intersetorial: os diversos setores constroem de forma conjunta e pactuada um projeto integrado destinado a alcançar objetivos mais amplos, como a SAN. Este planejamento inclui a identificação de determinantes-chave das situações de insegurança alimentar e a formulação de intervenções estratégicas, que transcendem as ações setoriais e impactam diferentes dimensões do problema. Conseqüentemente, os recursos são alocados em função dessas prioridades, num processo que é simultaneamente técnico e político” (BURLANDY et al, 2006, p.25).

Neste sentido, o direito humano à alimentação expressa-se, dentre outras coisas, por meio de ações e programas de políticas públicas nos diferentes níveis: federal, estadual e, principalmente, municipal. Ainda que as ações locais de SAN sejam determinadas por níveis mais amplos, importa destacar que é no nível município que elas se expressam. A proposta formulada, em 2001, pelo projeto “Por uma Política Municipal de SAN”, indicou que os programas e ações nas diversas áreas abrangidas pela SAN devem ser orientados por cinco diretrizes gerais, a saber:

- 1.promover a produção rural e urbana e a comercialização de alimentos realizadas em bases socialmente eqüitativas;
- 2.ampliar o acesso a uma alimentação de qualidade e regular as condições em que os alimentos são disponibilizados à população;
- 3.promover a educação alimentar e a organização dos consumidores na defesa dos seus direitos;
- 4.universalizar e assegurar a qualidade dos programas alimentares com caráter suplementar ou emergencial dirigidos a grupos populacionais específicos;
- 5.estimular a participação da sociedade civil na formulação e na implementação da política de SAN e apoiar as iniciativas não governamentais. (COSTA E MALUF, 2001)

Por fim, ainda no nível das políticas públicas, ao estudarmos as possíveis conexões entre a Promoção da Saúde e a SAN, vimos que ela se aproxima do enfoque da “nova promoção da saúde”, supondo a crítica à visão preventiva e medicalizada da saúde, como se propõe a atuar sobre os seus determinantes, com vistas à criação de entornos físicos e sociais favoráveis à saúde.

Vimos também ser a concepção de alimentação saudável e adequada relacionada aos fatores envolvidos em sua gênese, como uma “zona de intersecção”

oportuna para aproximar este diálogo, por se constituir como um objetivo da SAN e como uma das estratégias da promoção da saúde (PINHEIRO, 2005).

Embora se constituam campos do conhecimento potencialmente interligados, verificou-se claramente a necessidade de se aprofundar estes vínculos, principalmente em relação às dimensões da produção, do abastecimento e da comercialização. Ainda que a proposta de promoção da alimentação saudável definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) signifique um avanço, ao trazer a questão da saúde para a esfera dos debates econômicos, é preciso investigar acerca da amplitude da transformação que se pretende. Uma maior autonomia para a realização de escolhas mais saudáveis por parte da população determinam revisões significativas em políticas relacionadas a SAN.

Há que se considerar, portanto, a inserção da ótica da SAN pela Promoção da Saúde, em sua abordagem da alimentação saudável, como uma estratégia de promoção da intersetorialidade, no nível das políticas afins. Que tipo de transformação se pretende com os programas de promoção de hábitos saudáveis? Persuadir por meio de normativas? Mudanças individuais de comportamento, autonomia, desenvolvimento de habilidades pessoais, aquisição de cidadania? Em MORIN (2003) vimos a importância de se educar para uma cultura que permita distinguir, contextualizar, globalizar os problemas multidimensionais, globais e fundamentais visando uma maior conscientização em relação aos desafios que a crescente complexidade dos problemas impõe ao conhecimento humano.

O tema da alimentação saudável adquire um significado mais amplo quando inserido na ótica da segurança alimentar e nutricional. A adoção de um enfoque sistêmico e interdisciplinar não só é capaz de recuperar as diversas dimensões do alimento como, ao contextualizar historicamente a produção alimentar, desenvolver um pensamento crítico em relação à insustentabilidade dos atuais padrões de produção e consumo de alimentos.

Ou seja, a inserção da Alimentação e Nutrição, na ótica da SAN, como uma das diretrizes da Promoção da Saúde, não só agrega conteúdo, como articula um conhecimento amplo acerca das contradições do sistema alimentar, condição essencial para o desenvolvimento da autonomia, da cidadania alimentar, onde as

escolhas saudáveis, seriam aquelas realizadas com base na compreensão dos fatores condicionantes do sistema alimentar.

Por este motivo, segundo os entrevistados, a ciência da nutrição é insuficiente para sozinha realizar tal tarefa. É preciso recorrer a outros campos do conhecimento, como a história, a sociologia, a antropologia, a agronomia e a ecologia.

Ainda neste aspecto, poder-se-ia pensar em um outro vínculo de associação possível entre as visões sistêmicas da SAN e da Saúde Pública, em específico, o campo da Promoção da Saúde, por meio da ampliação do diálogo da SAN com as *estratégias positivas* da Promoção da Saúde, contidas na Carta de Ottawa (1986), que contemplam os determinantes sociais da saúde, a saber: políticas públicas saudáveis, ambientes favoráveis à saúde, reorientação dos serviços de saúde, reforço da ação comunitária e desenvolvimento de habilidades pessoais. Considerando-se que a sustentabilidade dos sistemas locais depende, dentre outros fatores, da capacidade de se agregar a participação comunitária, a implantação do SISAN (Sistema Nacional de SAN) pode-se valer da experiência acumulada pela Promoção da Saúde em relacionar a dimensão individual, familiar e comunitária aos processos mais amplos.

Outro conjunto de significados engloba as referências às dificuldades para a promoção da SAN, que se tornaram mais visíveis, a partir da *centralidade* dada à temática alimentar. Dito de outro modo, se, por um lado, a inserção do enfoque de SAN alavanca, numa perspectiva de complementaridade, dimensões dos alimentos e da alimentação não contempladas originalmente, também explicita conflitos, tensões, problemas e gargalos em fatores que lhe apresentam resistências, requerendo, em algumas situações, uma requalificação ou atualização seja de um serviço ou de legislação, com vistas a sua adequação aos princípios da SAN.

Nesta direção, com distintas relevâncias, podem ser citadas as dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores na participação em licitações públicas; a visão tradicional da assistência técnica e iniquidades em questões de gênero. Este aspecto da *qualidade* merece destaque, por evidenciar que a concepção adotada nos padrões técnicos, em normas e legislações que regulamentam a produção e o comércio de alimentos, dificulta o acesso aos produtores de pequeno e médio porte, exigindo, pelo enfoque da SAN, revisões para a remoção destes entraves (MALUF, 2007).

Dada a centralidade do direito à alimentação na vida do país, a possibilidade de se compor com outros direitos nos remete, segundo alguns entrevistados, à necessidade de se formular um projeto de Estado e sociedade onde a SAN constitua-se como um dos *objetivos estratégicos de desenvolvimento*, ao conjugar fatores econômicos com equidade social, sustentabilidade ambiental e valorização cultural.

Como segunda resposta mais citada sobre as dificuldades na ação do governo em relação a SAN, a questão do modelo econômico foi apontada como fator responsável e tal questionamento foi também expresso na declaração final da III Conferência de SAN:

“Nesta perspectiva a promoção da segurança alimentar e nutricional questiona: o modelo de desenvolvimento do Brasil nos seus componentes que geram pobreza, concentram riqueza e degradam o ambiente; as políticas públicas que contribuem para reproduzir esses componentes em lugar de induzir modelos distintos; o contexto internacional quando globaliza a pobreza e amplia as disparidades entre os países e no interior deles” (Doc. III Conferência de SAN, 2007).

Cabe menção nesta questão, às inúmeras matérias divulgadas pela imprensa, nos últimos meses, em relação a alta dos preços de alimentos, significado mais do que um desequilíbrio entre oferta e demanda, mas provocado, dentre outros fatores, pelo crescimento da utilização de biocombustíveis, mudanças climáticas e aumento no preço do petróleo e constituindo-se como um sinal da vulnerabilidade do próprio modelo de desenvolvimento.

Buscando identificar os significados pelo ângulo dos *sujeitos* envolvidos além de uma noção ou um objetivo de política pública, a SAN foi mencionada pelos entrevistados como uma estratégica *mobilizadora* e articuladora de diferentes atores sociais. Sendo assim, foi possível distinguir outro conjunto de significados, que abordam o processo em curso pela ótica da *participação*.

É importante observar que não se trata aqui de avaliar a participação da sociedade civil no CONSEA Nacional nem mesmo a representatividade de suas organizações. Interessa-nos resgatar as falas que incidem sobre os significados desta experiência, recuperar seus ganhos e aprendizados em relação a estas estruturas colegiadas, em sua capacidade de elaboração de propostas, de apropriação de informações, de conhecimento de engrenagens e, sobretudo, no impulsionamento ao

trabalho em rede a partir da promoção da intersetorialidade e em que medida as entidades foram influenciadas por esta inserção e como conseguiram enraizar tal debate junto à sociedade civil. Do ponto de vista educativo, em que sentido estas novas capacidades transformaram suas próprias concepções e a maneira como se relacionam com a sociedade em geral?

A fala do representante da ASA ilustra uma primeira questão, que é o fato da conexão com a SAN estar associada, muitas vezes, à *vocação* específica de cada organização, ou à dimensão da SAN com a qual se trabalha, no caso mencionado, a água. E é a representante da UFF quem complementa esta questão ao colocar que poucas são as organizações que têm uma vocação de pensar em questões mais amplas de políticas públicas e, portanto, tendem a se apropriar da noção de SAN de uma forma mais integral, enquanto outras organizações a incorporam a partir de uma vocação de trabalho mais específica, às vezes numa das dimensões da SAN, ou num espaço territorial mais delimitado.

Uma entidade pode aderir a SAN desde que encontre pontos de sintonia com o que já faz, se há identificação naquilo. Cada entidade conecta-se a partir de uma dimensão específica da SAN, onde há pontos de sintonia. O conjunto das respostas permite-nos constatar a existência de um processo em curso, onde as organizações buscam reforçar interna e externamente a dimensão da SAN que lhe é mais específica, integrando posteriormente outras dimensões. A adesão à SAN requalifica e amplia as inter-relações do setor específico. Como explicitado por BURLANDY(2004), importa olhar a produção com a ótica da saúde, ou a saúde com a ótica produtiva e suas inter-relações entre a dimensão alimentar e nutricional e, através desse olhar mais amplo, estabelecer relações entre as práticas específicas e o intersetorial/interdisciplinar.

Acrescente-se aqui o registro feito pelo presidente do CONSEA acerca da importância de se verificar a *finalidade* pela qual a organização está participando do CONSEA, também como um fator relacionado à maior ou menor apropriação do tema.

Enquanto estratégia mobilizadora, outro significado desponta pelo viés das *categorias profissionais*, constituindo-se a SAN como um espaço de legitimação dos nutricionistas e de valorização do campo da saúde pública.

A permanência da temática da SAN na agenda das organizações, durante os oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso, demonstra o vigor da participação da sociedade civil, onde a experiência acumulada foi fundamental na interlocução inicial com o Programa Fome Zero, lançado pelo atual governo, em 2003.

Ainda que a participação social no tema não signifique uma história linear de conquistas e ainda muito distante dos resultados favoráveis almejados, a análise dos relatos permite verificar uma crescente difusão do tema, capilarizando-se em redes e movimentos sociais relacionados aos diversos segmentos presentes no CONSEA, porém, com lógicas, ritmos, dinâmicas e complexidades diferentes.

No que tange à articulação de sujeitos, a promoção da intersetorialidade depende, dentre outros fatores, do contexto das organizações sociais, seu grau de coesão, experiência de diálogo e negociação entre si e com o poder público. Um aspecto destacado neste conjunto diz respeito às dificuldades diante da fragmentação na organização das estruturas de Estado para operar a intersetorialidade, estabelecendo um contraponto com a fragmentação existente também no campo da sociedade civil, expressa em separações de lutas, articulações setoriais de atores e de organizações. Ao se referir à ocupação dos espaços institucionais, Bava, aponta que este novo campo de atuação questiona o corporativismo de alguns setores, a fragmentação das organizações e das lutas e as formas de representação. Repensar estratégias de atuação, investindo na formulação propositiva de políticas públicas, implica buscar respostas a desafios de uma nova natureza e qualidade, mas é onde se pode detectar a expressão real das relações de força existente na sociedade e a negociação se configurar como um meio dos interesses populares não hegemônicos legitimarem-se para o conjunto da sociedade. (TEIXEIRA,2005).

No campo da sociedade civil, o Fórum Brasileiro de SAN (FBSAN) tem exercido, segundo os entrevistados, um papel articulador, apontando em seu plano de trabalho (2007-2010) como principais desafios políticos o aprofundamento e a publicização das críticas ao atual modelo e a afirmação dos princípios da soberania e segurança alimentar e nutricional. Cabe ao FBSAN influenciar nesses debates no âmbito do CONSEA, que se configura em um importante espaço de concertação entre governo e sociedade civil. Como uma instância mais autônoma tem como missão enraizar esse debate junto à sociedade civil nos diversos estados da federação,

buscando inserir atores que estão excluídos dos processos decisórios e identificar suas demandas. Para além das políticas públicas, o FBSAN tem investido em ações de mobilização da sociedade civil para a realização do direito humano à alimentação, denúncias de violações de direitos, formação e capacitação de multiplicadores em segurança alimentar e nutricional.

Dentre os objetivos do FBSAN destaca-se a construção de propostas intersetoriais a partir da interlocução com outras redes. Um exemplo recente de articulação promovida pelo FBSAN se deu em torno do Projeto de Lei (PL) encaminhado pelo Presidente da República para tramitação no Congresso Nacional, cuja formulação contou com a participação do CONSEA na elaboração da primeira versão encaminhada ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Esta versão define a alimentação escolar como um direito humano a ser garantido de forma efetiva e intermitente pelo Estado. Dentre as diretrizes elaboradas de forma intersetorial, propostas para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), destacam-se: a questão da universalidade; o respeito aos hábitos alimentares e a cultura alimentar local; a garantia da participação e controle social; a garantia de uma alimentação saudável e adequada com cardápios variados, alimentos seguros, adequados às necessidades nutricionais de acordo com faixa etária, sexo, atividade física e estado de saúde, e que respeitem a cultura alimentar e o apoio ao desenvolvimento local sustentável, pela aquisição de alimentos diversificados, produzidos pela agricultura familiar e agroextrativista locais.

No que concerne à compra dos gêneros alimentícios, o texto propõe que 30% seja oriunda da agricultura familiar local, sem que seja necessária a licitação pública, “quando garantido que os preços praticados sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, e que atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria”.

Ao considerar o PL de fundamental importância, na medida em que define a alimentação escolar como um direito humano e reforça o seu sentido estratégico na dinamização da economia local, valorização da agricultura familiar, acesso ao mercado institucional e fortalecimento da cultura alimentar e sabendo-se que, por ser um projeto contrário aos interesses de mercado das grandes corporações nacionais e transnacionais possivelmente encontrará dificuldades em sua tramitação na Câmara e

Senado Federal, o FBSAN tomou a iniciativa de organizar um debate, articulando-se com outras redes, fóruns e atores da sociedade civil dos campos da produção, comercialização, saúde e nutrição e consumo sobre o tema, para qualificar sua visão, a partir das diversas experiências que as organizações da sociedade civil e governos vêm desenvolvendo em várias regiões do país e do diálogo com os diversos campos do conhecimento.

Este exemplo remete-nos à importância do trabalho em rede, que, segundo INOJOSA (1999) é aquele que se constrói por meio da mobilização de pessoas físicas e ou jurídicas, a partir de um problema comum e as leva a impulsionar uma articulação com a preservação da identidade original de cada participante.

Ainda que envolvam tensões e disputas, inclusive de natureza conceitual, dificuldades de aproximação (como o exemplo citado por uma das entrevistadas em relação às populações tradicionais), necessidade de mudanças na lógica interna (como pressuposto para a construção de maior aproximação com outras organizações, como é o caso citado pelo segmento religioso) ou diferenças de dinâmicas de funcionamento e trajetórias políticas, algumas iniciativas conjuntas entre as organizações do campo da sociedade civil, de naturezas diversas, puderam ser evidenciadas nas entrevistas. Estas se mostraram factíveis de diferentes formas: a partir de uma temática, um projeto comum ou mesmo em torno de um determinado território (um rio, uma região etc).

Retomando o argumento de WESTPHAL (1999) sobre a importância de a sociedade civil adquirir novos aprendizados na proposição de projetos conjuntos e intersetoriais, com vistas a lidar com este novo processo de “inserção institucional” e traduzindo as contribuições da abordagem sistêmica formuladas por BURLANDY *et al* (2006) para o campo da sociedade civil, pode-se afirmar que problemas complexos como a SAN exigem a construção de pactos nacionais mais amplos. Isto não significa eliminar os conflitos entre os atores envolvidos, mas submeter a lógica dos interesses em jogo a um sistema integrado, capaz de ajustar as diferentes visões.

Talvez se possa, como estratégia intersetorial, partir de propostas pactuadas em torno de ações específicas, em campos de intersecção da SAN identificados pelos diferentes segmentos da sociedade civil e por meio de demandas de aproximação, estendê-los, progressivamente, até que seja possível um planejamento integrado, por

meio da formulação e implementação de lutas e/ou bandeiras integradoras (BURLANDY *et al*, 2006). À exemplo da ampla articulação organizada pelo FBSAN em torno do PL da alimentação escolar onde, ao identificarem a própria entrada no tema, as organizações inseriram-se de acordo com a sua própria vocação

Cabe resgatar autores como GATTÁS (2005), que situam a interdisciplinaridade além do componente cognitivo como uma *atitude*, uma postura de colaboração e abertura ao outro, permeável às diferentes formas de se abordar a realidade, sem perda da autonomia, mas como oportunidade de conhecer outras formas de ação, de superar idiossincrasias, de deixar de falar só com seus pares e de aprender a conviver.

Considerando possíveis modalidades de articulação – pluri, multi, inter ou transdisciplinar – IRIBARRY (2003) vai além da colaboração pactuada entre os atores, ao afirmar cinco princípios metodológicos viabilizadores desta interação: compromisso com o trabalho coletivo; geração de novos dispositivos; familiarização dos profissionais com cada área diferente da sua; legibilidade e compartilhamento dos discursos e tomada de decisão horizontal:

“É preciso que haja um compromisso com a geração de dispositivos renovados para o trabalho realizado. É preciso também que cada membro da equipe esteja o mais familiarizado possível com a diversidade de disciplinas e que frequente continuamente as disciplinas de seus colegas. Ademais, é preciso que os discursos se tornem legíveis e não mais se tornem exercícios velados e obscuros. Uma questão psicofarmacológica complexa deverá ser exposta com a mesma clareza que uma orientação diagnóstica do serviço social, por exemplo. Isso nos permite entrever a necessidade do abandono do jargão com que cada disciplina institui seu saber. A comunicação entre os membros da equipe, portanto, não seguirá mais um modelo verticalizado, baseado na liderança de um saber sobre outro(s), mas deverá assumir uma característica horizontal, onde todos, igualmente, compartilham de seus conhecimentos e saberes. Dessa maneira, a tomada de decisão em relação ao que está sendo discutido será uma tomada de decisão horizontal, onde não há prevalência de um saber sobre outro ou sobre os demais” (IRIBARRY, 2003, p.488).

Simultaneamente à proposição de diretrizes, articulação, acompanhamento e monitoramento das ações de SAN, destaca-se, nas entrevistas, o significado de *formação* que a experiência de participação no CONSEA tem representado aos conselheiros da sociedade civil, cabendo verificar como se vêm dando estas dinâmicas no interior das organizações participantes.

Como a maioria das organizações desenvolve trabalhos associados a uma determinada dimensão da SAN, para que os atores envolvidos comprometam-se com uma perspectiva integradora e produzam acordos em torno de um plano pactuado segundo diferentes lógicas setoriais, é preciso que se introduza a noção de SAN em suas próprias organizações, inclusive porque, conforme o presidente do CONSEA, ela “raramente aparece como demanda espontânea”.

À reflexão sobre os sentidos da incorporação da SAN soma-se, portanto, a necessidade de qualificá-la do ponto de vista educativo. Foi possível localizar uma *demand a por formação*, a fim de aprofundar a apropriação da noção de SAN tanto internamente quanto junto aos públicos com os quais as organizações se relacionam.

Tal aspecto foi considerado pelos entrevistados como pressuposto para a implantação do Sistema Nacional de SAN. Este ponto merece especial atenção, pois esta demanda é muitas vezes traduzida em cursos de educação nutricional. Alguns entrevistados estabeleceram distinções entre a *educação nutricional e a educação na ótica da SAN*, cujo escopo seria mais abrangente. A representante da UFF salientou, inclusive, a existência de diferentes correntes no campo da educação nutricional, destacando uma mais crítica e outra mais tradicional.

A fim de aprofundar esta distinção e, ao mesmo tempo, estabelecer um paralelo com o campo da Promoção da Saúde, podemos remeter-nos às diretrizes da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) e à Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), onde a educação nutricional é considerada fundamental, enquanto ação preventiva da desnutrição e a promoção de práticas alimentares saudáveis para a adoção de estilos de vida saudáveis.

A associação direta entre mudança de atitude e aprendizado de comportamentos saudáveis toma o conhecimento como condição única para se operar mudanças. Resultados de estudos confirmam que a melhoria efetiva da saúde é propiciada por toda uma mudança de hábitos de vida. Sendo assim, ainda que as diretrizes destas políticas enfatizem a necessidade de se popularizar o conhecimento sobre os alimentos e o processo de alimentação, bem como acerca da prevenção dos problemas nutricionais, desde a desnutrição até a obesidade, caberia investigar na ótica da “nova promoção da saúde” se o resultado esperado não ficaria ainda restrito apenas às mudanças individuais de comportamento e à prevenção de doenças.

Alegando a existência de fatores determinantes que estão fora da alçada dos indivíduos, LABONTE (1996) e diversos autores da Saúde Pública desenvolvem uma crítica aos programas educativos que limitam o enfoque à responsabilização individual e sua conseqüente culpabilização.

A própria Organização Mundial da Saúde (OMS) define que os modos de vida são padrões de escolhas feitas a partir das alternativas disponíveis, segundo a inserção socioeconômica e, portanto, constituem processos dinâmicos, e não fixos (OLIVEIRA, 2005). Em concordância, WESTPHAL *et al* (2007) toma como referência os estudos de Bourdieu, para mostrar que a “educação nutricional sai hoje do papel de ‘culpar a população ignorante’ pelos problemas existentes para tentar compreender os reais motivos do problema e estudarem conjuntamente, técnicos e população, a realidade e decidir estratégias para mudar a situação de carência e a questão dos *habitus*” (p.154).

Discutimos anteriormente a pertinência da temática de a SAN figurar entre as estratégias da Promoção da Saúde e que este esforço poderia colaborar na superação de uma visão normativa e dietista da alimentação e nutrição, abarcando um conjunto mais amplo de temas e, principalmente, aprofundando as conexões com as dimensões do meio ambiente, da produção, do abastecimento e da comercialização. Outra forma de interação entre tais visões sistêmicas pode dar-se pelo viés da educação: ótica bastante valorizada pela Promoção da Saúde, que emprega o conceito de *empowerment*, como uma estratégia para o alcance da equidade e da autonomia.

Vimos também os ganhos sinérgicos que se obtêm ao conferir centralidade à temática da alimentação saudável e adequada, tomando-a como uma zona de intersecção capaz não só de aproximar setores e atores como, por meio da penetração deste enfoque na dimensão da produção, impulsionar modificações na forma de produção dos alimentos, na comercialização, na relação com o setor privado, nos meios de comunicação e nos diversos determinantes do consumo, incluindo a disponibilidade de alimentos e refeições em espaços institucionais, como a escola e os locais de trabalho.

Em sua análise sobre a produção científica dos últimos 30 anos, BOOG (2005) localiza pelo menos duas tendências no campo da educação em nutrição: uma, de orientação positivista e outra, onde se destaca a visão antropológica e o emprego

de métodos qualitativos. Num alerta à necessidade de se considerar a relevância da cultura alimentar, seus símbolos, significados, valores e papéis, a autora conclui pela necessidade de os profissionais da saúde e da nutrição se debruçarem nos estudos sobre a cultura e os processos de mudanças dos hábitos alimentares. Alguns entrevistados sublinharam a importância de se estimular a retomada de pesquisas com abordagem antropológica sobre a cultura alimentar. BRAGA(2004) sintetiza as diferentes abordagens da alimentação, reforçando a visão de que a comida e o comer são, acima de tudo, fenômenos sociais e culturais:

“A alimentação vem sendo analisada sob várias abordagens independentes e ao mesmo tempo complementares: a abordagem econômica, na qual a relação entre a oferta e a demanda, o abastecimento, os preços dos alimentos, renda e acesso aos alimentos são os principais componentes; a abordagem nutricional, com ênfase na composição dos alimentos, na preocupação com a saúde e com o bem-estar de grupos e indivíduos; a abordagem social, voltada para as associações entre a alimentação e a organização social do trabalho, a diferenciação social do consumo, os ritmos e estilos de vida; a abordagem cultural, interessada nos gostos, hábitos, tradições culinárias, representações, identidades práticas, preferências, repulsões, ritos e tabus, isto é, no aspecto simbólico da alimentação[...] nesse caminho, vale o argumento de Barthes, para quem as unidades alimentares que rodeiam a alimentação e que normalmente orientam o comportamento e as decisões dos consumidores – as socioculturais – são muito mais sutis que as unidades, normalmente manejadas por nutricionistas e economistas” (BRAGA, 2004, p.11).

Num cenário marcado pela globalização, urbanização crescente, industrialização, homogeneização do padrão alimentar, massificação do gosto, padronização, perda de referências, com impactos significativos nos sistemas de produção locais e, conseqüentemente, nos hábitos alimentares, cabe destacar a importância dos estudos de *antropologia da alimentação*, que possibilitam a compreensão da cultura e dos padrões alimentares, suas origens, composição, seus valores simbólicos e uma série de aspectos que nos auxiliam na conscientização sobre o que somos por meio do que comemos:

“A antropologia da alimentação se propõe, grosso modo, a realizar esses estudos. E, apesar das possibilidades apresentadas, os estudos dos antropólogos tiveram e têm, ainda, pouco impacto sobre as políticas alimentares e nutricionais, talvez pelo fato de estarem distantes de questões que, de fato, envolvem diretamente a política, ou seja, que proporcionariam o melhor desenho de políticas por meio da compreensão sobre

as culturas alimentares. São necessários estudos que apontem as causas socioculturais, políticas e econômicas que estão na raiz das mudanças nas pautas alimentares e nutricionais de cada país, em todo mundo. Ou como as famílias, grupos ou indivíduos organizam seus recursos alimentares potenciais. Mais especificamente, pesquisas que apontem os efeitos dos diferentes tipos de políticas alimentares e econômicas sobre a escolha dos alimentos, quais alimentos são consumidos, assim como o significado desse consumo. E, ainda, vemos hoje a necessidade de estudos que apontem para uma compreensão sobre as enfermidades da civilização relacionadas com a dieta, como é o caso da obesidade, da hipertensão e da diabetes – sendo esta última relacionada a possíveis conexões com o gosto. Essas são, portanto, algumas das possibilidades de estudos sobre a alimentação”(BRAGA, 2004, p.43).

Diversas pesquisas apontam a insuficiência do conhecimento até mesmo sobre os alimentos, na formação dos profissionais da saúde. Num estudo qualitativo desenvolvido com 481 profissionais de saúde de 61 centros de saúde do Distrito Federal, em relação à percepção dos profissionais sobre o conhecimento em alimentação e nutrição, concluiu-se que cerca de 81% dos profissionais referiram-se à falta de conhecimentos da área de alimentação e nutrição e cerca de 86% concordaram sobre a necessidade dos cursos de graduação para formação de profissionais de saúde oferecerem a disciplina de alimentação e nutrição, em seu currículo obrigatório (SILVA, 2002).

No que tange à educação, em concordância com as críticas tecidas à educação nutricional, BOOG(2005) destaca “a falta de subsídio teórico à prática de educação nutricional que, com o intuito de facilitar a transmissão de informações criou ícones e “normas”, tais como pirâmides alimentares, roda de alimentos e guias alimentares, que deixaram de ser vistos como alternativas de estratégias, passando a ocupar o status de conteúdos de referência para a educação nutricional”(2005, p.126).

Acrescenta-se a isto o fato de que, ao desconsiderar o contexto cultural como fator determinante da saúde dos povos, a utilização da pirâmide alimentar como indicador de uma dieta saudável não vem trazendo resultados positivos, vide os altos índices de doenças crônico-transmissíveis e a obesidade (AZEVEDO, 2004).

Ao se perguntar até que ponto informações técnicas são capazes de sensibilizar as pessoas para a promoção da saúde - da sua própria e daqueles que se utilizam de seus serviços, BOOG referencia historicamente a educação nutricional, retomando o sentido original da dietética, ciência que remonta à Grécia antiga. “Para

os gregos, a dietética correspondia à maneira de se conduzir a própria existência no que concerne ao consumo de alimentos e bebidas, à prática de exercícios, ao sono e ao sexo. A preocupação com a alimentação - dieta - não era voltada às interdições ou terapêuticas, mas sim a tornar a vida útil e feliz dentro de seus próprios limites” (BOOG, 2005, p.118). A autora refere-se à complexidade do fenômeno da alimentação, valendo-se de uma citação de Contreras, onde afirma que o homem não come nutrientes, mas sim alimentos, devidamente temperados pelo imaginário e pela fantasia, de forma a exercer importantes funções socioculturais, como iniciar e manter relações sociais, expressar amor e carinho, identificar e demonstrar pertença a grupos sociais e étnicos, aliviar o estresse psicológico ou emocional, simbolizar status social, reforçar a auto-estima, exercer poder, entre muitos outros (CONTRERAS, 1993).

À idéia de uma dieta saudável, AZEVEDO (2004) contrapõe a noção de *modelos alimentares*, entendidos como as características alimentares e nutricionais de uma população e também o conceito de uma *vida saudável*, não vinculado estritamente à dieta, mas a um modo de viver culturalmente referenciado. Portanto, se ao longo da história os modelos ajustavam-se às mudanças, respeitando-se a cultura das populações, a cultura industrializada da modernidade, baseada em padronização e fortemente influenciada pelo estilo de vida urbano, pauta-se pela ruptura das tradições e na mobilidade, desconsiderando a territorialidade dos hábitos alimentares, sob a ótica da predominância econômica e tecnológica, com repercussões no estado de saúde, tanto no campo como nas cidades.

Na contramão desta tendência uniformizante, o resgate da dimensão cultural, da gastronomia típica e da noção de diversidade tem importância central para o conhecimento das opções dietéticas de cada povo. A abordagem cultural da alimentação, segundo AZEVEDO (2004) transforma a nutrição não somente em um processo químico-biológico, mas também em uma forma de comunicação que contém as raízes de cada povo, suas forças sagradas e seu simbolismo (p.35).

Na vertente da educação, o conhecimento advém não de saberes compartimentalizados, mas da apreensão da realidade a partir de algumas categorias conceituais indissociáveis ao processo pedagógico (JACOBI, 2002, p. 36). Na

argumentação de BOOG (2005), a educação no âmbito da alimentação não deve basear-se apenas na ciência da nutrição:

“Quanto mais contextualizada for a abordagem, melhores condições ter-se-á de desenvolver ações educativas numa perspectiva ampla, não se atendo exclusivamente à informação, mas privilegiando a recriação de sentidos para o ato de comer, na perspectiva de inserir a alimentação num contexto de determinação mais amplo. A educação nutricional se dá ao longo da vida. Não se faz educação nutricional em uma semana ou um mês, ou até mesmo um ano, assim como não se faz educação musical, artística ou moral em uma semana. A educação é um processo que acontece ao longo da existência, pelo acúmulo de experiências vividas no cotidiano familiar e social, entremeadas pelas intervenções de instrução de ensino sistematizadas, proporcionadas em primeiro lugar pela escola, mas também por outras instituições interessadas em dar algum tipo de formação ou informação aos cidadãos. Há consenso entre as instituições de promoção da educação em saúde de que para se educar não bastam apenas palestras e informações científicas e nem transmitir uma série de mensagens normativas, por vezes até autoritárias e coercitivas, baseada em valores negativos, isto é, direcionadas muito mais a evitar doenças do que a promover saúde e qualidade de vida” (Chauliac *et al.*, 1991. In: BOOG, 2005, p. 117).

Diante das considerações feitas à inclusão da educação alimentar e nutricional no currículo escolar e em campanhas educativas, destacamos a importância de se conceber o alimento e a alimentação como um elemento pedagógico na escola.

BOOG (2005) lembra-nos a centralidade estratégica da alimentação, apontada pelos historiadores, no sistema de vida e valores das diversas sociedades, podendo abarcar múltiplas variáveis:

“Trata-se, pois, de um tema intimamente ligado ao cotidiano, a concretude da vida, por meio do qual se podem visualizar as múltiplas influências de fatores históricos, sociais, econômicos, culturais artísticos que determinam a organização e a dinâmica da sociedade na qual se vive. É possível, por exemplo, contar a história de um povo através de sua história alimentar que é a própria luta pela vida. Portanto o tema é privilegiado para estimular reflexões sobre história, cultura, economia, humanidades que possibilitam reflexão crítica sobre as práticas alimentares por um caminho alternativo ao das ciências nutricionais. Em vez de nos restringirmos a uma educação que prescreve como se deve comer, podemos viabilizar uma educação nutricional que amplie nossa compreensão sobre as razões pelas quais comemos e como comemos, abrindo-nos perspectivas para um leque de alternativas sobre como nos posicionarmos frente aos determinantes sociais e aos fatores psicológicos que explicam os impulsos, desejos e compulsões, tão perturbadores a um desejado equilíbrio na alimentação” (BOOG, 2005, p. 126).

As leituras e entrevistas realizadas nos permitem verificar que, por tratar de assuntos que dizem respeito ao universo da intimidade, uma proposta pedagógica na ótica de SAN deve deslocar a ênfase de uma visão dietista e contemplar as dimensões econômica, política, cultural e antropológica da alimentação. Há que se considerar, segundo os entrevistados, a inserção da ótica da SAN numa abordagem interdisciplinar da educação alimentar e nutricional, visando a agregar conteúdos para obtenção de um conhecimento mais amplo acerca das contradições do sistema agroalimentar.

Ao tratar das dificuldades da educação no campo da nutrição, BOOG(2005) aponta o desafio de enfrentar a complexidade, a multidimensionalidade, para transitar do biológico ao social, do individual ao coletivo, do afetivo ao racional, do cultural ao econômico, para que se possa, na interação dos conhecimentos, contribuir para a promoção da equidade social e da qualidade de vida. Neste trajeto, é importante não perder de vista o alerta de MORIN (2000) aos educadores, para a necessidade de uma educação que permita esta visão de conjunto às novas gerações, apreendendo os objetos em seu contexto, “buscando substituir a supremacia do conhecimento fragmentado que privilegia apenas o que é mensurável, por uma compreensão abrangente, polissêmica dos objetos, que não ignora e não exclui deles nem os ritos e nem as estruturas mentais que sustentam sua existência simbólica. E a alimentação é um objeto complexo por excelência” (p.128).

No campo da saúde, analogamente, este modelo que se contrapõe à visão reducionista pressupõe a consciência e a responsabilização pela própria saúde e dos grupos sociais aos quais se pertence, além da capacidade em articular intervenções em estágios que incluem o fomento à reflexão, o estímulo à busca da identificação coletiva das causas dos fenômenos, o exame das implicações desta realidade e o desenvolvimento de um plano de ação para alterá-la (OLIVEIRA, 2005).

Tal constatação exige dos técnicos uma abertura à *interdisciplinaridade*, compreendida como interpenetração, e não um somatório de diferentes disciplinas. Este aspecto da formação bastante enfatizado nas entrevistas diz respeito também à importância de os profissionais envolvidos neste processo promoverem o diálogo com a comunidade, numa postura de abertura ao ‘mundo do outro’, a fim de resgatar e valorizar sua cultura, seus valores, sua condição de vida. Em termos de método, a

perspectiva de superação da visão cartesiana e mecanicista, onde o profissional é visto como detentor de um saber técnico que dita o “certo e errado” deve estimular a reflexão em torno do alimento e da alimentação, numa relação igualitária entre educador e educando, requerendo a habilidade em conjugar o conhecimento da ciência e o do senso comum para o estabelecimento de elos entre estes saberes, numa construção compartilhada de conhecimento que favoreça o *empowerment* comunitário (BESEN *et al*, 2007).

Outro paralelo que se pode estabelecer é com o percurso realizado pela educação ambiental. Valemo-nos de HAMMES(2004), que pontua existir no Brasil uma certa confusão entre educação ambiental e ecologia, biologia ou geografia, “desvirtuando suas ações ou restringindo-as à atividades de observação da natureza, como se estar em uma trilha fosse suficiente para promover a reflexão e a mudança de atitude diante da relação sociedade-natureza”(p.39). Para ela, o educador “atua como agente de transformação, à medida que auxilia o cidadão do futuro sustentável a discernir e posicionar-se sobre a redução do conflito entre o progresso, a conservação ambiental e a produção de alimento saudável” (p.17).

Compreendendo a educação no contexto mais amplo da educação para a cidadania, JACOBI (2005) situa as práticas educativas devendo apontar para propostas pedagógicas centradas na mudança de hábitos, atitudes e práticas sociais, desenvolvimento de competências, capacidade de avaliação e participação dos educandos para a consolidação de sujeitos cidadãos. Entende que a educação para a cidadania trata não só da capacidade do indivíduo em exercer os seus direitos nas escolhas e nas decisões políticas, como ainda de assegurar a sua dignidade nas estruturas sociais. Deste modo, o exercício da cidadania implica em autonomia e liberdade responsável, participação na esfera política democrática e na vida social.

Em concordância, ZIONI E WESTPHAL (2007) localizam a questão social na contemporaneidade, não como uma cidadania abstrata, mas pelo acesso às condições que lhe permitam o desenvolvimento da autonomia, como sujeito de direitos.

A formulação de LEFF (2001) permite-nos enfatizar a importância do processo educativo deve ser capaz de formar um pensamento crítico, criativo e sintonizado com a necessidade de propor respostas para o futuro, também de analisar

as complexas relações entre os processos naturais e sociais e de atuar no ambiente em uma perspectiva global, respeitando as diversidades socioculturais. O objetivo é propiciar novas atitudes e comportamentos face ao consumo em nossa sociedade e de estimular a mudança de valores individuais e coletivos. Este ponto merece destaque, fundamentalmente no cenário internacional, pois há diferentes interpretações, quanto à possibilidade de se *ambientalizar e politizar* a dimensão do consumo.

Para situar tal debate, FONTENELLE (2007), referindo-se no estudo de Portilho sobre a noção de consumo sustentável, demonstra a “virada discursiva que se deu no movimento de defesa pelo meio ambiente que, a partir da década de 1990, deslocou a ênfase até então dada à produção, para o campo dos hábitos de consumo e do papel do consumidor na responsabilidade pela sustentabilidade ambiental. Essa questão tem impacto no imaginário, na medida em que torna claro o quanto o planeta Terra não suportaria a extensão do consumo de massas a todos os rincões da terra, como era a promessa da ideologia do progresso” (p.21).

Neste sentido, a autora aponta autores que tratam da relação entre consumo e meio ambiente como uma das principais vertentes na busca da sustentabilidade. Compreendendo o consumidor não como vítima passiva da mídia, mas engajado em atividades de produção e reprodução de valores e fortalecimento de identidades, aponta no consumo, uma possibilidade de resistência, revanche e protesto, podendo desencadear formas de politização e empoderamento das práticas cotidianas (PORTILHO, 2005, p.220). Argumenta que, por operar na intersecção entre vida pública e privada, “a estratégia política do consumo sustentável poderia funcionar como uma maneira de trazer problemas coletivos para a vida pessoal, aproximando as duas esferas. Afinal, se as inovações e experimentações tecnológicas da sociedade de risco global ameaçam a vida privada e cotidiana, esta se torna o lócus de novos conflitos e novas formas de ação política” (p.224).

Os movimentos internacionais de consumidores estudados por ela procuram ir além da esfera da defesa do consumidor, buscando influenciar as tendências do mercado, ao apontar para “as potencialidades da capacidade individual e coletiva de ampliar as oportunidades de criação de conhecimentos e resistências, além da capacidade de viver sobre bases mais autônomas e com maior poder de negociação”(p.225). Em síntese, considerando-se que a noção de cidadania é sempre

objeto de lutas políticas, definidas historicamente, novos interesses e dimensões da subjetividade, segundo a autora, podem ser incorporados, na medida em que consigam se generalizar e se legitimar como direitos coletivos.

Ainda no campo da metodologia, as entrevistas sugerem que esta formação deve configurar como um *processo formativo*, e não capacitações pontuais, devendo vincular-se à realidade de cada localidade e às experiências práticas, promover a autonomia e o empoderamento, e, por último, considerar as múltiplas dimensões da SAN, inclusive em seus aspectos pessoais e simbólicos, indo além do campo específico da educação nutricional, por meio do exercício da interdisciplinaridade como elemento constitutivo de uma nova maneira de se pensar os alimentos e a alimentação.

No campo da nutrição, ganham relevância nas falas dos entrevistados tanto a crítica à prática da educação “bancária” e tecnicista, segundo a conceituação de Paulo Freire, como afirmam ser uma oportunidade que se apresenta ao campo da nutrição debruçar-se sobre metodologias mais participativas. Por ser uma temática com muitas interfaces, a metodologia deve considerar as diferenças de olhares, por meio de formas democráticas de atuação, baseadas em práticas interativas e dialógicas, favorecendo a troca de experiências e a elaboração coletiva do conhecimento.

Ainda em relação ao campo da nutrição, destaque também foi dado à necessidade de se considerar a *dimensão simbólica e cultural* dos alimentos, onde o nutriente se transforma em *comida*.

Segundo Da Matta, citado em BRAGA(2004, p. 39):

“Toda substância nutritiva é alimento, mas nem todo alimento é comida.[...] Alimento é algo universal e geral. Algo que diz respeito a todos os seres humanos: amigos ou inimigos, gente de perto e de longe, da rua ou de casa, do céu e da terra. Mas a comida é algo que define um domínio e põe as coisas em foco. Assim, a comida é correspondente ao famoso e antigo de-comer, expressão equivalente a refeição, como de resto é a palavra comida. Por outro lado, comida se refere a algo costumeiro e sadio, alguma coisa que ajuda a estabelecer uma identidade, definindo, por isso mesmo, um grupo, classe ou pessoa. (Da Matta, p. 22)

Situando a importância da *comida* como categoria de pensamento e de prática, a representante da FASE, em seminário sobre alimentação escolar, citado anteriormente, aponta que cumpre um papel na organização social:

“Falar de comida significa perceber que ela é portadora de sentidos e símbolos, em muitos lugares é símbolo de reciprocidade. Embora tenha sido pouco estudada, está na hora de se recolocar o que entendemos por comida. Os cardápios nas escolas devem ser pensados do ponto de vista nutricional, mas também cultural. Porque são muito complexas essas classificações, há comidas consideradas fortes, fracas, remozas, carregadas, e cada uma tem uma lógica. Embora a racionalidade do pensamento ocidental dominante nos leve a estabelecer uma oposição entre o atrasado e o moderno, cada uma tem uma lógica, que precisa ser compreendida e decodificada. Só assim é possível pensar em hábitos alimentares, o sentido cultural e a apropriação pelo corpo daquele símbolo que é mais do que uma carga nutritiva, senão a gente perde a possibilidade de complexificar mesmo isto.

É verdade que a comida é sempre um veículo fundamental para as transformações do capitalismo. E hoje a concentração da cadeia agroalimentar é dramática. Porém, temos as dinâmicas de resistências. Desde o movimento *slow food*, algumas situações como os quilombolas do Espírito Santo que se reúnem para festejar, fazerem um conagraçamento e comemem juntos o beiju. Isso é uma forma de resistência, porque estão colocando em questão o cercamento das terras em que vivem e a impossibilidade de continuarem multiplicando as espécies da mandioca. Se a gente perder de vista isto, que a globalização nos empurra de fato para ter um padrão alimentar homogêneo, mas que há resistências, se perde a oportunidade de entender o sentido destas dinâmicas locais e regionais” (FASE).

Retornando-se a MORIN, o autor coloca a *interdisciplinariedade* como pressuposto para o desenvolvimento de metodologias interativas, configurando uma abrangência de enfoques e uma nova articulação entre as ciências naturais, sociais e exatas. Desta etapa de relações interdisciplinares, a dimensão epistemológica da noção de SAN apontaria então, para uma etapa superior, a do conhecimento *transdisciplinar*, mais próximo, segundo o autor, do pensamento complexo, pelo fato de supor a transmigração e diálogo através de diversas disciplinas, visando construir um campo de conhecimento capaz de captar as multicausalidades e as relações de interdependência dos processos de ordem natural e social que determinam as estruturas e mudanças socioambientais. (2000).

À semelhança da educação ambiental, a educação na ótica da SAN demanda esforço em fortalecer visões integradoras centradas no alimento e na alimentação, estimulando uma reflexão em torno da relação indivíduo-natureza e ambiente-

desenvolvimento. Para IRIBARRY (2002), a transdisciplinaridade está preocupada com uma interação entre as disciplinas, na qual cada uma delas busca um além de si, pois sua finalidade é a compreensão do mundo, numa unidade plural de conhecimentos. Há uma estrutura descontínua de níveis de realidade que determina o espaço descontínuo da transdisciplinaridade, a qual se preocupa com a dinâmica engendrada pela ação de vários e diferentes níveis de realidade ao mesmo tempo.

Em concordância à colocação de ALVARENGA de que “a transdisciplinaridade, como o prefixo ‘trans’ o indica, diz respeito ao que está ao mesmo tempo entre as disciplinas, através das diferentes disciplinas e além de toda disciplina. Sua finalidade é a compreensão do mundo atual, e um dos imperativos para isso é a unidade do conhecimento” (2005, p.22). Assim, o trabalho de equipe, que reúne diferentes disciplinas, visa a promover um diálogo entre diferentes áreas do conhecimento e seus dispositivos. Cabe aqui a advertência de IRIBARRY (2002) de se encarar a transdisciplinaridade como meta a ser alcançada, e não algo pronto.

O trabalho nesta perspectiva requer disponibilidade por parte de cada categoria profissional, pois é um movimento de reconhecimento de posições diferentes em relação a um mesmo objeto. Tais interações são capazes de gerar novos dispositivos resultantes de uma discussão compartilhada acerca do problema que exige solução. Para que o intercâmbio entre os pesquisadores seja transdisciplinar, é preciso que os discursos - técnicos e ligados ao chamado jargão de cada área - sejam compartilhados. Alerta o autor para a necessidade de se realizar um cuidadoso trabalho de tradução do que se deseja dizer em cada uma das áreas envolvidas na situação de transdisciplinaridade, onde o discurso de cada disciplina se torne legível e acessível às outras. Por fim, a interação transdisciplinar envolve aspectos relacionados, à tomada de decisões onde nenhum saber deve prevalecer sobre outro, por isso a necessidade de ser horizontal.

Cabe menção à referência à incorporação da temática da SAN pela academia nos últimos anos. Buscando identificar os significados em relação a esta área, encontramos os seguintes aspectos: maior ênfase em relação à crescente demanda pela inclusão do tema em cursos de nível superior, fundamentalmente na área de nutrição; ao favorecimento de uma visão interdisciplinar sobre os determinantes da alimentação na formação dos alunos; valorização da área de alimentação e nutrição

no campo da saúde pública e questionamentos específicos à formação e atuação do profissional de nutrição.

Como visto anteriormente, a mera justaposição de disciplinas não vem respondendo à complexidade dos problemas contemporâneos. Torna-se, portanto, um imperativo à ciência a busca da unidade do conhecimento. Ainda que se possa verificar o crescimento da elaboração científica através da publicação de artigos, apresentações em congressos e a inclusão da temática em trabalhos de extensão, as incipientes iniciativas de inclusão da SAN, numa perspectiva intersetorial, encontram dificuldades em sua operação, de natureza epistemológica, institucionais e culturais. Conforme GATTÁS (2006, p.323), “o especialista não visualiza o conjunto porque está cativo dos detalhes. A disciplina, uma vez emancipada, consolida-se por via administrativa, tende a centrar-se sobre si mesma e não se comunica com outros espaços mentais e intelectuais. Os espaços intelectuais compartimentados conduzem à formação de sistemas feudais, que controlam as iniciativas de ensino e de investigação”.

O fechamento dos pesquisadores em guetos incide diretamente sobre a possibilidade de uma formação integral dos alunos. Neste sentido, as entrevistas apontam que a adesão a um projeto transdisciplinar supõe a “desconstrução” de conceitos, e de uma cultura de trabalho no ambiente universitário, que limita a transposição de fronteiras entre as profissões. De outro lado, por sua natureza complexa e multideterminada, a temática da SAN é apontada pelos entrevistados como um conhecimento capaz de romper com a compartimentalização científica provocada pela excessiva especialização e aberta ao alcance da transdisciplinaridade, ao operar uma nova articulação transversal entre as ciências naturais, biológicas e sociais. Nos termos de MORIN (2000, p. 37), “a transdisciplinaridade estaria mais próxima do exercício do pensamento complexo, pelo fato de ter como pressuposto a transmigração e diálogo de conceitos através de diversas disciplinas”.

Por fim, a constatação de que a prerrogativa da SAN se realiza em diferentes dimensões, do individual ao internacional, determinou que perguntássemos sobre os significados da incorporação da noção de SAN no nível pessoal. Registre-se neste aspecto, o destaque dado ao caráter de complementaridade em relação ao conjunto de assuntos e temas já trabalhados anteriormente, aliado ao seu potencial transformador,

inclusive nos hábitos de vida, estimulando maior coerência, conhecimento e autocuidado.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De início, cabe uma observação associada à própria temática: por não estabelecer um contorno ainda bem definido em relação ao seu objeto correspondente ou ao conjunto de fenômenos descritos por ele, podemos situar o estatuto conceitual da SAN mais próximo a uma noção do que um conceito. Noções dizem respeito aos elementos de uma teoria que ainda não possuem clareza suficiente para alcançar o status de conceito e são usadas para definir uma idéia, um fenômeno, um processo menos elaborado (MINAYO, 2006). Além de se constituir enquanto noção, a SAN foi também definida pelos entrevistados como uma *estratégia* orientadora e como um *objetivo* de política pública.

Como é próprio de uma pesquisa de caráter exploratório, no lugar de conclusões o estudo cumpriu seu objetivo inicial de identificar um conjunto de significados da incorporação do enfoque de segurança alimentar e nutricional pelas organizações participantes do segmento da sociedade civil do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) na gestão 2004 – 2007. A realização dos objetivos específicos de identificação das diversas interfaces da insegurança alimentar, dos significados de apropriação da SAN em documentos de referência na área da saúde e o levantamento dos marcos históricos da trajetória do tema, com ênfase na questão da participação social, permitiram esclarecer e adquirir uma visão geral e abrangente desta noção, ainda pouco explorada no Brasil.

Procurando apontar desdobramentos a partir dos resultados obtidos e numa concepção de processo, indicar o que pode ser feito para torná-los mais significativos em estudos futuros, considera-se que a criação de programas educativos e de conscientização, combinada com a implantação do Sistema Nacional de SAN para a execução de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional constitui alguns dos grandes desafios para o país na atualidade.

No atual momento da conjuntura brasileira o desafio que está posto às organizações da sociedade civil envolvidas com a questão, simultaneamente à difusão da noção de SAN, está a construção de seu objeto, de seus conteúdos e neste sentido, a elaboração de diretrizes para a área da educação ocupa lugar central.

Portanto, a sistematização destes significados permitem-nos considerar a relevância de se elaborar uma proposta pedagógica contendo diretrizes para a abordagem da SAN em programas educativos, com o objetivo de problematizar questões relacionadas às diferentes conexões e processos, articuladores de uma ampla rede de organizações e movimentos sociais e de diferentes áreas de saber, existentes entre a dimensão da produção e do consumo de alimentos. Falar de SAN, vale dizer, significa inter-relacionar temas, políticas e uma rede de atores sociais.

A penetração do enfoque de SAN na área da educação impulsiona a aquisição de uma abordagem integradora em todos os seus componentes, da produção, comercialização até o consumo. Contribuindo para a superação do paradigma dualista, a temática associa-se à construção de matrizes integradas de conhecimento, que levam em conta a complexidade e a interdisciplinaridade como elemento constitutivo de um novo pensar sobre as relações sociedade-natureza.

Dentre os inúmeros ganhos da aproximação entre as dimensões da produção e do consumo, pode-se mencionar a possibilidade de maior conhecimento sobre o que e como estamos nos alimentando. O conjunto de significados apreendidos nos permitem verificar que para além das repercussões no estado nutricional, por meio dos processos sociais relacionados à alimentação estabelecemos diferentes formas de comunicação com o mundo em diferentes dimensões, do prato na mesa ao clima do planeta. Estabelecemos trocas com a terra, a água, o fogo, dezenas de espécies de plantas, com os animais e demais seres humanos, a partir de diferentes territórios, de acordo com tradições culturais específicas. Ao longo do tempo, estas relações ficaram encobertas de tal forma que hoje em dia é praticamente impossível refazer a trajetória que liga um hamburger da lanchonete à forma como é tratado o animal no campo. Ainda que o cenário da vida moderna nos leve a ter cada vez menos “a hora do almoço” e a nos alienar dos processos envolvidos na produção e consumo de alimentos, quanto mais nos aproximarmos deste conteúdos, menos ignorantes seremos sobre os fatores sociais, culturais e ambientais, que determinam o que somos por meio do que comemos.

Acrescenta-se a isto, talvez por sua própria obviedade, a pouca atenção que se dá ao alimento e à alimentação. Contraditoriamente, ainda que se aprenda cotidianamente, desde o primeiro choro por comida no seio materno, os diferentes usos e costumes da cultura, onde o alimento e a alimentação ocupam papel central, pouco se reflete sobre o comer e a comida.

Ao lado da importância da apreensão da dinâmica cultural de uma população como contraposição à tendência padronizadora, uma proposta educativa em alimentação, na ótica da SAN, deve considerar os determinantes sociais, culturais e ambientais, onde o padrão produtivo de alimentos exerce grande influência nas características do modo e da qualidade de vida.

Só uma visão abrangente, capaz de realizar a *desconstrução* do que é dado como natural, pode possibilitar uma reaproximação do homem com a natureza e com o seu corpo, favorecendo, por meio de um conhecimento elaborado de forma participativa, a aquisição de uma aprendizagem mais *cidadã* da alimentação, que assegure não só o direito de comer, como o direito de se informar e de se educar, numa perspectiva de *empoderamento*, condição essencial para intervir e realizar escolhas positivas, saudáveis e conscientes.

No âmbito desta nova pedagogia transdisciplinar foi possível verificar, na discussão conduzida até aqui, a importância da elaboração, em estudos futuros, de uma proposta educacional de segurança alimentar e nutricional nesta ótica, visando a estabelecer um currículo mínimo de alfabetização ou formação para uma visão mais cidadã dos alimentos e da alimentação, por meio de uma prática dialógica, pactuada em torno de princípios e diretrizes comuns, acrescida dos conhecimentos advindos das interpenetrações entre as diferentes dimensões articuladas pela temática.

7. REFERÊNCIAS

- Agenda 21. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano. Rio de Janeiro, cap 4, 1992.
- Almeida Filho, N de, Transdisciplinaridade o Paradigma Pós- Disciplinar na Saúde. Rev. Saúde e Sociedade, São Paulo, v.14, n 3, set/dez 2005.p.30-50.
- Almeida Filho, N., Transdisciplinaridade e Saúde Coletiva – Ciência e Saúde Coletiva II (1/2), 1997.
- Alvarenga, A. *et al.* Congressos Internacionais sobre Transdisciplinaridade: reflexões sobre emergências e convergências de idéias e ideais na direção de uma nova ciência. Saúde e Sociedade, 14/3. Faculdade de Saúde Pública/ USP, 2005.
- Alvarenga, AT. A Transdisciplinaridade como Crítica e Resposta ao Paradigma Simplificado da Ciência Moderna, Saúde e Sociedade SP v.14,n3, set-dez/2005, p. 30-50
- Azevedo, E. Alimentação e Modos de Vida Saudável , Saúde em Revista., Piracicaba, v. 6, n. 13, p. 31-36, maio/ago, 2004
- Santos, BS (entrevista). Revista Margem Esquerda n. 8, vários autores, 2006, 224p
- Badia, DD, Fernandez, JCA. Intersetorialidade e polarização paradigmática – pg 124, in Gestão Local nos territórios da cidade: ciclo de atividades com as sub prefeituras, Paulo Fernando Capucci, Roberto Nami Garibe Filho, organizadores, São Paulo: Mídia Alternativa: Secretaria Municipal das Subprefeituras, 2004.
- Badue, AF. et al. Manual Pedagógico: entender para intervir. Por uma educação para o consumo responsável e o comércio justo, São Paulo: Instituto Kairós; Paris:
- Artisans du Monde, 2005.
- Badue, AFB. Inserção de hortaliças e frutas orgânicas na merenda escolar: as potencialidades da participação e as representações sociais de agricultores de Parelheiros, São Paulo. 2007. 265p. Dissertação de Mestrado em Saúde Pública - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Barreto, SM. Análise da Estratégia Global para Alimentação, Atividade Física e Saúde, da Organização Mundial da Saúde, Revista de Epidemiologia e Serviços de Saúde, vol 14, n 1, jan/mar, 2005.
- Bauer, WB. Gaskell, G. Pesquisa Qualitativa com texto, Imagem e Som:um manual prático, Petrópolis, Vozes;2002
- Bauman, Z. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- Besen, CA. Estratégia Saúde da Família como Objeto de Educação em Saúde, Saúde e Sociedade v.16, n.1, p.57-68, jan-abr 2007 57
- Bógus, CM. Participação Popular em Saúde: Formação Política e Desenvolvimento. São Paulo, Annablume:Fapesp, 1998.

- Bontempo, M. Alimentação para um Novo Mundo, Rio de Janeiro, Record, 2003.
- Boog, MCF. Educação Nutricional: Conhecimento da Composição de Alimentos para a Promoção de Práticas Alimentares Saudáveis. In: Salay, E; Composição de Alimentos – uma abordagem multidisciplinar. Campinas, 2005.
- Boog, MCF.; Educação Nutricional: passado, presente e futuro, Revista Nutrição, Puc Campinas, n.10, 1997.
- Brasil Fibge. Pesquisa de Orçamentos familiares 2002-2003: aquisição alimentar domiciliar per capita: Rio de Janeiro: IBGE, 2004.
- Burlandy, L; Magalhães, R.; Maluf, R.S. (orgs), Construção e promoção de sistemas locais de segurança alimentar e nutricional : aspectos produtivos, de consumo, nutricional e de políticas públicas, CERESAN - UFRRJ /FBSAN, Relatórios Técnicos, 3, Rio de Janeiro, 2008.
- Burlandy, L. Segurança Alimentar e Nutricional: intersectorialidade e as ações de nutrição. Saúde em Revista, v.6,n13, Editora Unimep, Piracicaba, 2004.
- Buss, P.*et al.* A Qualidade de vida e saúde, Ciência e Saúde Coletiva v.5 n. 1, Abrasco, Rio de Janeiro, 2000.
- Buss, P. Uma Introdução ao Conceito de Promoção da Saúde, RJ, Editora Fiocruz, 2003
- Capra, F. A teia da vida, uma nova compreensão científica dos sistemas vivos, São Paulo, Cultrix; 2003.
- Capra, F. O Ponto de Mutação. S. Paulo, Editora Cultrix, 1982
- Carneiro, HS. Filtros, Mezinhas e Triacas – As drogas no mundo moderno, São Paulo, Xamã, 1994
- Carneiro, HS. Comida e Sociedade: uma história da alimentação, Rio de Janeiro, 2003
- Carneiro, HS. Não sabemos o que comemos, Revista Ciência Hoje, vol 34, n 203, São Paulo, 2004
- Castells, M. Por uma outra comunicação. Record, 2003
- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Diretrizes para a Promoção da Alimentação Adequada e Saudável, Brasília:CONSEA, 2006.
- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Recomendações para uma Política Nacional de Abastecimento Alimentar, Brasília, CONSEA, 2005.
- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Documento de Referência da II Conferência Nacional de SAN, 2004
- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Documento de Referência da III Conferência Nacional de SAN, 2007
- Costa, C.G. A.; Marques, M, Implementação de Centros de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional, São Paulo, Instituto Pólis, 2005.

- Cunha, A, Almeida RA, Lemos, MB. Segurança Alimentar sob o Prisma das Políticas Urbanas de Abastecimento - CEDEPLAR/FACE/UFGM, Belo Horizonte, 1997
- Diretrizes Voluntárias em apoio à realização progressiva do direito à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar nacional. Brasília, Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH), 2005, 44p.
- Doimo, AM. A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós 70. Rio de Janeiro: Relume –Dumará: ANPOCS, 1995
- Dossie Saúde Pública, Estudos Avançados, vol.13 no.35 São Paulo Jan./Apr. 1999
- Emediato, C. Mudança de Cultura e Relações de Consumo. Diálogos v.3, São Paulo, Instituto Akatu, 2003.
- Figueiredo, SP, Queiroz, SR Divulgação para um público amplo de resultados de pesquisa sobre composição de alimentos. In Salay, E; Composição de Alimentos- uma abordagem multidisciplinar. Campinas, 2005.
- Fontenelle, IA., Consumo Ético: Construção de um Novo Fazer Político?. In: Revista Psicologia Política: Vol. 6, Nº 12, pp.1-21, 2007.
- Gattás, Maria Lúcia Borges e Furegato, Antonia Regina Ferreira Interdisciplinaridade: uma contextualização. Acta Paul. Enferm., Set 2006, vol.19, no.3, p.323-327.
- Galeano, E. O Império do Consumo, Jornal Folha de São Paulo, 17/01/07
- George, S. O Mercado da Fome. As verdadeiras razões da fome no mundo, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978
- George, S. O Relatório Lugano, São Paulo, Boitempo Editorial, 2003.
- Gil, A.C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social, São Paulo, Atlas, 1994.
- Gohn, MG. Associativismo Civil, Conselhos de Gestão na Saúde e as Cidades Brasileiras in: Bogus, CM, Neto E, R.(orgs). Saúde nos aglomerados urbanos: uma visão integrada, Brasília : Organização Pan-Americana da Saúde, 2003.
- Gohn, MG. Movimentos Sociais e Educação. São Paulo, Ed Cortez, 1992
- Habermas, J. Dialética e hermenêutica. Porto Alegre: LPM, 1987
- Hammes, VS. Educação Ambiental – Construção da Proposta Pedagógica. Embrapa & Ed Globo, São Paulo, 2004.
- Heidmann ITSB. Promoção a saúde: Trajetória Histórica de suas Concepções Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2006 Abr-Jun; 15(2):352-8.
- Heredia, B. M. e Cintrão, R. P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. In UNIFEM. O progresso das mulheres no Brasil. Brasília : Unifem/ Ford Foundation/Cepia, 2006, p.102-131
- IBGE/ POF. Pesquisa de Orçamento Familiar. 2002/03
- Iñiguez, L. (org). Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais, Petrópolis, Editora Vozes, 2004, cap 3.

- Iribarry, IN. Aproximações sobre a transdisciplinaridade: algumas linhas históricas, fundamentos e princípios aplicados ao trabalho de equipe - Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Revista Psicologia: Reflexão e Crítica. v.16 n.3 Porto Alegre 2003
- Jacobi PR. Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo, Universidade de São Paulo, Educação e Pesquisa -v.31 n.2 São Paulo maio/ago. 2005
- Kuhn TS. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo, Perspectiva, 1975.
- Labonte, R. Estrategias para la promoción de la salud en la comunidad. In: Organización Panamericana de La Salud. Promoción de la salud: uma antología. Washington: OPAS, 1996, p.153-65.
- Le Monde Diplomatique, Agronegócio e monoculturas, FASE, São Paulo, Brasil, jan/2008
- Leão, M. Tabela Brasileira de Composição de Alimentos: Uma contribuição do setor saúde para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, in Composição de Alimentos:uma abordagem multidisciplinar. In: Elisabeth Salay(org), Campinas, SP, 2005
- Lefevre F, Leferee AM C, Madeira W. Hipertrofia das Mediações, Internet e Empoderamento, no Campo da Saúde-Doença, 150 Saúde Soc. São Paulo, v.16, n.3, p.149-157, 2007
- Leite, CE. Nutrição e Doença: um estudo da conexão entre alimentos e moléstias. São Paulo, Ibrasa, 1987
- Lipovettsky, G. Os tempos hipermodernos. São Paulo: Editora Barcarolla, 2004.
- Maluf, RS. Política de Alimentação Saudável, documento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), 2005
- Maluf, RS. Segurança Alimentar e Fome no Brasil – 10 anos da Cúpula Mundial de Alimentação. Rio de Janeiro, CERESAN – UFRRJ, 2006, Relatórios Técnicos, n.2.
- Maluf, RS. Zimmerman, S. Políticas Municipais de Erradicação da Fome e Promoção da Agricultura Familiar no Brasil. Rio de Janeiro, CERESAN - UFRRJ, 2005, Relatórios Técnicos, n.1.
- Mattar, H. *et al.* Diálogos Akatu: As novas relações de consumo no séc. XXI, São Paulo, Instituto Akatu, 2003.
- Minayo, MCS *et al*(orgs), Avaliação por triangulação de métodos, Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2005.
- Minayo, MCS. O desafio do conhecimento – pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo, Editora Hucitec, 2006.
- Ministério da Saúde(MS/SCN). 32a Sessão Comitê Permanente de Nutrição. Estudo de Caso Brasileiro.Brasília(DF), 2005.
- Ministério da Saúde, Estudo de Caso Brasil, Brasília, 2005, 3003 p.

- Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição. Guia Alimentar para a População Brasileira. Brasília, 2005.
- Miranda, R. Segurança e Soberania Alimentar – Alimento ou Mercadoria? Um tema a refletir - Boletim do FBSAN - 2007
- Monteiro, C.; Coitinho, D. A Estratégia Global para Alimentação Saudável, Atividade física e Saúde: afinal, qual a posição do governo brasileiro. Notícias Reuters /Site www.terra.com.br – consultado em 20/04/042004.
- Moreira, MM. Envelhecimento da População Brasileira: aspectos gerais.
- Morin, E. A cabeça bem feita. Editora Siciliano, São Paulo, 2000.
- Morin, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. Editora Cortez, São Paulo, 2003.
- Oliveira DL. A ‘nova’ saúde pública e a promoção da saúde via educação: entre a tradição e a inovação. Rev. Latino Americana de Enfermagem 2005 maio-junho; 13(3):423-31.
- Pinheiro, ARO. A Alimentação saudável e a promoção da saúde no contexto da segurança alimentar e nutricional. Saúde em Debate, RJ, v 29, n 70, 2005.
- Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, 2 ed. rev. Brasília, 2005.
- Política Nacional de Promoção da Saúde. Ministério da Saúde, 2006.
- Pollan, Michael. O Dilema do Onívoro. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2007.
- Portilho, F. Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania. São Paulo, Editora Cortez, 2005.
- Santos, LFS.; Westphal, M. F. Práticas emergentes de um novo paradigma de saúde: o papel da universidade, Estudos Avançados, vol.13 no 35 São Paulo Jan/Apr. 1999
- Shiva, V. e Mies, M. Documentos do Fórum Paralelo de Ongs. Cúpula Mundial de Alimentação. Roma, 1996.
- Sichieri, Vianna & Coutinho, in Taddei José, em palestra proferida no seminário Fome Zero e o Consumo Consciente, promovido pelo Instituto Akatu, agosto de 2003, Disponível em www.akatu.org.br. Acesso em 18 de outubro de 2004.
- Siliprandi, E. Políticas de Segurança Alimentar e Relações de Gênero. Cadernos de Debate, NEPA, Unicamp, vol XI, 2004.
- Silva, DO. Conhecimentos, Atitudes e Práticas de Profissionais de Saúde da Atenção Básica sobre Promoção da Alimentação Saudável no Distrito Federal, Tese de Doutorado, UNB, Brasília, 2002.
- Silveira J, Baraúna D, Bastianello SF, Pezzin APT, Silva DAK. Gênero, segurança alimentar e meio ambiente ST. 37 in: Anais do VII Seminário Fazendo Gênero 28, 29 e 30 de 2006, UNIVILLE - Universidade da Região de Joinville, Heredia e Cintrão, 2006

- Siqueira, H. Formação interdisciplinar: exigência sociopolítica para um mundo em rede - Artigo referente à conferência de mesmo título, proferida pelo autor na abertura do VII Simpósio Estadual de Economia Doméstica (tema: Interdisciplinaridade no contexto universitário), na UNIOESTE, campus de Francisco Beltrão-PR, em 08/12/2003
- Soares, IO. Comunicação/Educação: a emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais. Contato, Brasília, ano1,n2,jan/mar, 1999.
- Sociedade Brasileira de Medicina Biomolecular (SBMB). vol. 1, jan / mar, 1996.
- Teixeira, ACC. As organizações não-governamentais no processo brasileiro de democratização, São Paulo, Annablume; Fapesp; Instituto Pólis, 2003
- Teixeira, ACC. Os sentidos da democracia e da participação. São Paulo: Instituto Pólis, 2005.
- Vargas, E. Os Corpos Intensivos: sobre o estatuto social do consumo de drogas legais e ilegais, Editora Fiocruz, Rio de Janeiro, 2001.
- Westphal, M, Ziglio,E..Políticas Públicas e Investimentos: a intersectorialidade.
- Westphal, M. Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças, In: Campos, Gastão Wagner de Sousa et al (orgs.) Tratado de saúde coletiva. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006.
- Westphal, MF et al. Promoção da Saúde. Porque sim e porque ainda não ! Revista Saúde e Sociedade v 13, jan / abr 2004.
- Zioni, F, Westphal, MF.O Enfoque dos Determinantes Sociais de Saúde sob o Ponto de Vista da Teoria Social , Saúde Soc. São Paulo, v.16, n.3, p.26-34, 2007

8. ANEXOS

ANEXO 1 – DESCRIÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

1.1 ABIA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DA ALIMENTAÇÃO

A Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação - ABIA presta serviços às empresas desse setor desde 1963.

Desde 1964 foi declarada Órgão Técnico e Consultivo do Poder Público. Intermedia o relacionamento institucional da Indústria com o consumidor, os demais setores econômicos e o governo.

Além de uma dinâmica atuação política junto aos escalões superiores do governo e do legislativo, buscando antecipar soluções para os problemas potenciais da indústria de alimentos, a ABIA tem mecanismos internos para se comunicar com a própria indústria, de forma a detectar com antecedência as necessidades das empresas

1.2 ABRANDH - AÇÃO BRASILEIRA PELA NUTRIÇÃO E DIREITOS HUMANOS

Organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP) constituída em junho de 2002, como resultado da consolidação do Grupo de Trabalho (GT) Brasileiro sobre Direito Humano à Alimentação Adequada. Este GT, em conjunto com a World Alliance for Nutrition and Human Rights (WANAHR), a Food First Information and Action Network (FIAN Internacional) e o Instituto Jacques Maritain (Itália), lutou pela inclusão do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) como um dos eixos políticos da Cúpula Mundial da Alimentação (Roma, 1996). Sua missão é a de promover a realização e a exigibilidade do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) no Brasil e em outros países, por meio de projetos de cooperação nacional e internacional.

1.3 AÇÃO DA CIDADANIA CONTRA A FOME, A MISÉRIA E PELA VIDA

A Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida tem como missão fomentar a sensibilização e a mobilização da sociedade brasileira em torno da luta contra a fome e a miséria, contribuindo para a formulação de políticas públicas que visem à diminuição da exclusão social, através do acesso ao exercício da cidadania como direito de todos. Tem como principal eixo de sua atuação a criação de uma grande rede de mobilização formada por comitês locais da sociedade civil organizada. Nasceu em 1993, a partir do Movimento pela Ética na Política, sendo liderada pelo sociólogo Herbert de Souza.

1.4 ACBANTU – ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO BANTU

A Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu - ACBANTU, tem como objetivo unir pessoas e grupos para o engrandecimento do Povo Afrodescendente, contribuindo para o resgate das suas tradições, promovendo e incentivando ações culturais que visam a defesa e promoção da cidadania nas áreas de educação, saúde, profissionalização, promoção social, segurança alimentar e nutricional, pesquisa de campo, registro histórico, preservação do patrimônio material e imaterial, envolvendo crianças, adolescentes e jovens, mulheres, idosos, portadores de necessidades específicas, portadores de HIV/AIDS, gerando assim o bem estar da coletividade.

Atualmente, a Associação está presente em diversos estados do Brasil sendo representada por Povos e Comunidades Tradicionais Afrodescendentes compondo assim, um universo de mais de Duas Mil e Duzentas Comunidades. São Terreiros de diversas etnias, Quilombos, diversos Grupos de Capoeira Angola da Região Metropolitana de Salvador, Associações Comunitárias de Educação e Promoção da Cidadania, Associação dos Sambadores e Sambadeiras de Roda, Jongs, Congadas, etc. Sua ação vai desde a Preservação da memória ritual e do Patrimônio Imaterial artístico, Cultural e filosófico, até a proposição do exercício pleno de cidadania. A

manutenção das atividades da Associação é realizada por meio de doações, projetos culturais e sociais apoiados por órgãos governamentais, empresas e organismos de cooperação

1.5 ACMUN - ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE MULHERES NEGRAS – RS

A ACMUN é uma organização não-governamental, criada em 1994, em Porto Alegre (RS) como um espaço de organização de mulheres negras, cujo objetivo é a articulação de mulheres da periferia e mulheres afro-brasileiras, em um processo de construção de cidadania. Com a missão de desenvolver ações para o fim da discriminação de gênero, raça e etnia a partir da valorização e promoção da população negra, em especial das mulheres negras, sua intenção é promover a saúde e auto-estima, além de orientar na prevenção das DST/AIDS. Denunciam publicamente preconceitos e ações de violência contra a mulher e apoiam ações que visem o processo ensino/aprendizagem, a partir do resgate de valores culturais e sociais. Participam do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, Grupo Assessor de Políticas para a População Negra, da Coordenação Nacional de DST e AIDS Ministério da Saúde. Integram a Coordenação da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras, Comissão de Saúde da População Negra, -Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, Coletivo de Mulheres Negras do RS. Também participam da Rede de Educação Popular entre Mulheres da América Latina (REPEM)

1.6 ANA – ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA

É um espaço de convergência de movimentos, redes e organizações da sociedade civil envolvidas em experiências concretas de promoção da agroecologia e do desenvolvimento rural sustentável nas diferentes regiões do Brasil. Busca promover a agroecologia como alternativa para a sustentabilidade da produção familiar e como parte de um novo modelo de desenvolvimento ecológico e democrático para a sociedade brasileira. A atuação da ANA está ancorada em dois objetivos principais: de um lado, favorecer a ampliação e a intensificação dos fluxos

de informação e intercâmbio entre as experiências concretas e as dinâmicas coletivas de inovação agroecológica e de desenvolvimento local, integrando o esforço coletivo dos movimentos sociais e das redes locais e regionais. De outro lado, fortalecer a capacidade do movimento agroecológico para sistematizar e refletir suas próprias experiências, de forma a extrair e socializar seus ensinamentos, bem como construir propostas de políticas públicas fomentadoras da expansão social e geográfica da agroecologia.

1.7 APNs - AGENTES DE PASTORAL NEGROS

Grupo organizado inicialmente com a função de preparar um subsídio sobre a situação do povo negro no Brasil para os Bispos brasileiros delegados à Conferência de Puebla, em 1979, toma neste período um novo rumo: tornar-se espaço de organização para os negros e negras refletirem sobre sua realidade à luz da fé.

Deste contexto particular nasce a organização dos Agentes de Pastoral Negros (APNs), entidade do Movimento Negro, fundada em 14 de março de 1983, na cidade de São Paulo. Nos Agentes de Pastoral Negros participam pessoas de diferentes comunidades de fé e envolvidas em uma série de ações pastorais, políticas, sociais, sindicais, educativas, preocupadas e empenhadas no desenvolvimento de ações para a promoção e a valorização da população negra e de combate ao racismo. Dentre seus objetivos destacam-se: apoiar, incentivar e criar atividades que visem a conscientização, o resgate da identidade do povo negro e a preservação de seus valores e de sua memória; desenvolver atividades de formação de agentes culturais e sociais que possam estar presentes em meio à população mais carente trabalhando na defesa dos direitos, na promoção humana e da auto estima das crianças, jovens, mulheres e idosos; acompanhar e participar efetivamente da luta dos Remanescentes de Quilombos e comunidades Negras Rurais; providenciar meios que promovam a mulher negra na conquista do exercício de sua cidadania.

1.8 ASA - ARTICULAÇÃO NO SEMI ÁRIDO BRASILEIRO

Fórum de organizações da sociedade civil, que vem lutando pelo desenvolvimento social, econômico, político e cultural do semi-árido brasileiro, desde 1999. Atualmente, mais de 700 entidades dos mais diversos segmentos, como igrejas católicas e evangélicas, ONGs de desenvolvimento e ambientalistas, associações de trabalhadores rurais e urbanos, associações comunitárias, sindicatos e federações de trabalhadores rurais, fazem parte da ASA.

A coordenação executiva, composta por dois membros de cada Estado do Semi-Árido (todos do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo), é a instância máxima da Articulação, seguida dos Fóruns ou ASAs Estaduais e dos Grupos de Trabalho (GTs).

O Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC); o projeto demonstrativo do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2); e o Programa Bomba D'Água Popular (BAP) são as atuais ações geridas pela ASA.

1.9 ASBRAN – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NUTRIÇÃO

Sociedade sem fins lucrativos que congrega profissionais da área de nutrição. De caráter científico e cultural, de âmbito nacional, a ASBRAN compõe-se de número ilimitado de sócios filiados às associações de Nutrição nos estados, legalmente habilitadas. Dentre seus objetivos destaca-se publicar e divulgar livros, revistas e boletins, circulares, pareceres e outros comunicados de interesse da Alimentação e Nutrição; participar e lutar junto à sociedade civil organizada e aos órgãos governamentais para garantir o acesso à alimentação adequada como um direito fundamental de todos os cidadãos brasileiros e um dever prioritário do Estado e funcionar como canal de denúncia de fatos, ações e mecanismos que se traduzam em prejuízos ao processo de alimentação e nutrição da população brasileira.

1.10 ASSOCIAÇÃO DOS CELÍACOS DO BRASIL - ACELBRA

Criada em 1982, por um grupo de pais de Celíacos, com a finalidade de trocar informações sobre a Doença Celíaca, em 1985 criou-se o Clube do Celíaco que tem como objetivos: esclarecer os celíacos; divulgar a doença; cadastrar os celíacos; manter contato com associações; obter junto ao governo a regulamentação do símbolo internacional sem glúten; incentivar a produção do alimento sem glúten.

1.11 CAA – CENTRO DE ASSESSORIA DO ASSURUÁ/BA (CAA)

Com sede no povoado de Gameleira do Assuruá, no município de Gentio do Ouro, Bahia, sua atuação abrange 15 municípios das regiões da Chapada Diamantina e Irecê, além da Diocese de Barra. O CAA também participa de redes de articulações nacionais, estaduais e regionais, como a Articulação para o Semi-Árido- ASA, Articulação de Políticas Públicas e Articulação de Agroecologia na Bahia.

O CAA exerce o papel de assessor, formador, articulador e animador através de programas e linhas de ações desenvolvidas nos níveis local, municipal, e regional. O objetivo é construir, fortalecer e difundir práticas de planejamento participativo, convivência e conquista da cidadania, priorizando a segurança hídrica, segurança alimentar e aumento da renda familiar, além da participação popular no controle e na definição das políticas públicas. O modo de atuação da entidade é baseado nos princípios da ética, da cidadania, educação popular e do respeito às decisões coletivas. Desenvolve os seguintes programas: Cidadania Ativa, assessoria a grupos/fóruns de cidadania, com o objetivo capacitá-los para ações de controle social de políticas públicas e mobilização social, além de formar multiplicadores para difundir essas experiências; Alternativas econômicas para o desenvolvimento do Semi-árido, programa que tem como objetivo a experimentação, inovação e multiplicação de práticas agroecológicas, criando referências concretas para o fortalecimento da agricultura familiar e desenvolvimento sustentável do Semi-árido; e o Programa Água no Sertão que busca garantir o acesso regular à água de qualidade

para as comunidades que vivem no Semi-árido através da introdução de novas tecnologias de captação e produção de alimentos.

1.12 CERESAN – UFRRJ - CENTRO DE REFERENCIA EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CPDA/ UFRRJ

Núcleo de estudos, pesquisa e capacitação voltado para congregar pesquisadores, técnicos, estudantes e outros profissionais interessados nas questões relacionadas com a segurança alimentar e nutricional no Brasil e no mundo. Ela reflete, também, a avançada compreensão já acumulada sobre o tema. Tem como objetivos : analisar, pesquisar e monitorar os diversos aspectos da SAN, incluindo a construção de indicadores e a avaliação de políticas públicas; apoiar e promover a interação entre as atividades de pesquisa e de intervenção relacionadas com a SAN; constituir uma base de dados e um acervo bibliográfico sobre a SAN no Brasil e no exterior, visando a disponibiliza-los para pesquisadores, estudantes, formuladores de políticas públicas e organizações sociais; desenvolver atividades de capacitação e apoiar a elaboração de material didático e outras publicações em SAN

1.13 CGTB - CENTRAL GERAL DOS TRABALHADORES DO BRASIL

A CGTB tem como objetivos e finalidades, com base em seus princípios:

- Lutar pelo fortalecimento e unidade das Centrais Sindicais;
- lutar pela autonomia e independência do movimento sindical;
- lutar pela defesa dos direitos adquiridos dos trabalhadores reconhecidos em lei, da sua ampliação e pelo direito de participação dos trabalhadores nas decisões do Estado;
- lutar pela recuperação do salário mínimo fixado em lei, capaz de atender as necessidades do trabalhador e de sua família com moradia, alimentação educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social;
- promover e participar das negociações coletivas de trabalho entre trabalhadores e empregadores; por ramo de produção, setor econômico, de acordos nacionais e regionais.
- Direito à livre organização sindical no local de trabalho.

1.14 COEP – COMITÊ DE ENTIDADES NO COMBATE À FOME

Criado em 1993 no âmbito da grande mobilização social contra a fome e a miséria liderada pelo sociólogo Herbert de Souza – Betinho, resultando em uma grande Rede de Mobilização Social de Organizações do Brasil. Ao longo de seus 14 anos de existência o COEP cresceu, diversificou-se, incorporou novas adesões e ampliou seu escopo de atuação. Atualmente, o COEP é uma rede de Comunidades, Organizações e Pessoas. A Rede de Comunidades COEP envolve, hoje, diretamente mais de 100 comunidades em todos os estados brasileiros.

1.15 CONIC – CONSELHO NACIONAL DE IGREJAS CRISTÃS DO BRASIL

O Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC) é uma associação que tem como missão servir às igrejas cristãs no Brasil no fortalecimento do ecumenismo e do diálogo, na vivência da comunhão em Cristo, na defesa da integridade da criação, promovendo a justiça e a paz para a glória de Deus. Dentre seus objetivos destacam-se a tomada de posições comuns perante a realidade brasileira, confrontando-a com o Evangelho e as exigências do Reino de Deus. Empenhar-se na promoção da dignidade, dos direitos e deveres da pessoa humana, criada à imagem de Deus, em busca e a serviço do amor, da justiça e da paz e desenvolver linhas comuns de ação neste sentido.

1.16 CONTAG - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA

Entidade sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais, a CONTAG foi fundada em 22 de dezembro de 1963, no Rio de Janeiro. Hoje são 27 federações que reúnem cerca de 4 mil sindicatos rurais e 20 milhões de trabalhadores e trabalhadoras do campo. Representa os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras rurais assalariados, permanentes ou temporários; os agricultores e agricultoras familiares, assentados pela reforma agrária ou não; e, ainda, aqueles que trabalham em

atividades extrativistas.

1.17 CUT – CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

Organização sindical, de caráter classista, autônomo e democrático, adepta da liberdade de organização e de expressão e guiada por preceitos de solidariedade, tanto no âmbito nacional, como internacional. A CUT foi fundada em 28 de agosto de 1983, na cidade de São Bernardo do Campo, no estado de São Paulo, no 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora. Sob o princípio independência frente ao Estado e ao patronato e autonomia em relação aos partidos políticos, tem como objetivo a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, melhores condições de vida e trabalho e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e ao socialismo.

1.18 FASE – FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL

Sendo a ONG mais antiga do Brasil, a FASE foi fundada em 1961, tem como missão contribuir para a construção de uma sociedade democrática através de uma alternativa de desenvolvimento sustentável. Atua em seis estados brasileiros e tem sua sede nacional no Rio de Janeiro. Desde suas origens, esteve comprometida com o trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e associativo. Para aprofundar a transição democrática, ao longo da segunda metade dos anos 80 e nos anos 90, a FASE desenvolveu ferramentas e metodologias educativas voltadas para o controle popular e a participação da cidadania no âmbito das questões urbanas e rurais. O tema do desenvolvimento social e ambientalmente sustentável, a luta pela ação afirmativa de movimentos sociais de mulheres, afro-descendentes e indígenas, bem como a ação pela exigibilidade e justiciabilidade em Direitos Econômicos Sociais e Culturais, vêm marcando a sua atuação no quadro de luta contra as desigualdades.

1.19 FBSAN – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Articulação de entidades, movimentos sociais, ong's, indivíduos e instituições que se ocupam da questão da segurança alimentar e nutricional. Criado em 1998, dentre os principais objetivos e ações do FBSAN destacam-se: mobilizar a sociedade em torno do tema da Segurança Alimentar e Nutricional e colaborar para a formação de uma opinião pública favorável a esta perspectiva; fomentar a elaboração de propostas de políticas e ações públicas nacionais e internacionais em Segurança Alimentar e Nutricional e Direito Humano à Alimentação. Inserir a temática na agenda política nacional, estadual e municipal e colaborar para o debate internacional sobre o tem; inserir a temática da Segurança Alimentar e Nutricional na agenda dos governos nos diferentes níveis; estimular o desenvolvimento de ações locais/municipais de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional; colaborar para a capacitação dos atores da sociedade civil visando otimizar a participação efetiva da sociedade nos diferentes espaços de gestão social; denunciar e monitorar as respostas governamentais quanto à violações ao direito à alimentação.

1.20 FETRAF – FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR DA REGIÃO SUL

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil está organizada em 22 microrregiões, congregando 93 Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Sindicatos de Trabalhadores na Agricultura Familiar, ASSAF, APAFA e ASSINTRAFs em toda a Região Sul. Com sindicatos regionais, a Fetraf-Sul/CUT abrange em torno de 288 municípios no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

É orgânica à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e um instrumento a serviço dos agricultores familiares e da classe trabalhadora, articula a luta política de forma integrada (visão global) com a organização econômica/social, construindo caminhos e alternativas concretas para os agricultores e agricultoras familiares.

Criada para articular os trabalhadores na Agricultura Familiar em torno dos Sindicatos, fortalecendo-os em sua representatividade; ser um espaço representativo dos Agricultores e Agricultoras nas negociações com os governos Municipais, Estaduais e Federal; para organizar Projetos Alternativos nas diversas áreas;

ter uma prática não simplesmente assistencialista (como as estruturas tradicionalmente arcaicas); debater com a sociedade a importância da Agricultura Familiar; implantar um Sindicalismo novo, classista, democrático, massivo e propositivo, com capacidade de organização nas comunidades e municípios, de mobilização e pressão por melhores condições de vida e de elaboração e negociação de políticas com o Estado e a sociedade; articular as propostas do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário; organizar os espaços regionais, criando Sindicatos regionais estruturados em novas funções e princípios, enraizados na base, por meio de grupos de produção, núcleos comunitários, associações e cooperativas.

1.21 IBASE – INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS

Criado em 1981, é uma instituição de utilidade pública federal, sem fins lucrativos, sem vinculação religiosa e a partido político. Sua missão é a construção da democracia, combatendo desigualdades e estimulando a participação cidadã.

Entre os temas e campos de atuação que o IBASE julga prioritários estão o processo Fórum Social Mundial, Alternativas democráticas à globalização, Monitoramento de políticas públicas, Democratização da cidade, Segurança alimentar, Economia solidária e Responsabilidade social e ética nas organizações. Tem como objetivo contribuir para uma cultura democrática de direitos, dar visibilidade, na agenda e no debate públicos, às questões específicas, às reivindicações e às propostas dos setores e grupos em situação de pobreza e exclusão social – particularmente mulheres e crianças, afrodescendentes, indígenas – como demandas de direitos de cidadania negados.

1.22 IMIP – INSTITUTO MATERNO INFANTIL PROF. FERNANDO FIGUEIRA

Fundado em 1960 por um grupo de médicos, liderados pelo Professor Fernando Figueira, seu mentor, o *Instituto Materno Infantil Professor Fernando Figueira - IMIP* é uma entidade de natureza pública, não estadual, sem fins lucrativos, que atua nas áreas de assistência médico-social, ensino, pesquisa e extensão comunitária. Centro de referência em diversas especialidades na área de saúde, o IMIP é credenciado pelo Ministério da Saúde como Centro Nacional de Referência para Programas de Assistência Integral à Saúde da Mulher e da Criança, Centro Colaborador em Monitoramento e Avaliação da Atenção Básica e como Centro Colaborador para Qualidade da Gestão e Assistência Hospitalar, sendo a única instituição em Pernambuco a fazer parte da Rede GeAH, rede colaborativa para Desenvolvimento de Tecnologia e Educação Permanente em Gestão e Assistência Hospitalar, iniciativa apoiada pelo Ministério da Saúde em parceria com a OPAS. O IMIP é ainda certificado como Hospital de Ensino, conjuntamente pelo Ministério da Educação e Ministério da Saúde. Foi o primeiro hospital do Brasil a receber o título de “Hospital Amigo da Criança”, concedido pela Organização Mundial de Saúde/UNICEF/Ministério da Saúde. Atua em quatro áreas; ensino, pesquisa e extensão comunitária

1.23 MOC - MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

É uma organização não governamental sediada em Feira de Santana, Bahia, que busca contribuir para o desenvolvimento integral, participativo e ecologicamente sustentável do semi-árido baiano e desenvolve ações estratégicas nas áreas de educação do campo, fortalecimento da agricultura familiar, água e segurança alimentar, criança e adolescente, gênero, comunicação e políticas públicas. Tem como missão contribuir para o desenvolvimento integral, participativo e ecologicamente sustentável da sociedade humana, através de capacitação, assessoria educativa, incentivo e apoio a projetos referenciais, buscando o fortalecimento da cidadania, a melhoria da qualidade de vida e a erradicação da exclusão social.

1.24 MUTIRÃO DE RECUPERAÇÃO DA MISÉRIA E DA FOME (CNBB)

É uma ação de iniciativa da CNBB, de caráter ecumênico, em colaboração com outras entidades da sociedade civil e de Governos. Dentre as atividades desenvolvidas destacam-se:

- a) ações de caráter emergencial: coleta e distribuição de alimentos para famílias em grande necessidade e risco alimentar;
- b) ações educativas: alfabetização de adultos, seminários de capacitação de agentes do Mutirão, cursos de computação para jovens pobres, balcão de empregos;
- c) ações de organização e produção, locais: voltadas à geração de trabalho e renda, através de projetos produtivos solidários, cooperativas, programas de microcrédito, bancos de alimentos e cozinhas comunitárias; d) participação na implantação e controle de políticas públicas de SAN (Segurança Alimentar e Nutricional): participação em CONSEAS, Comissões do Fome Zero, Conselhos da Alimentação Escolar, da criança e do adolescente, de direitos humanos. Apoiamos a aprovação do Projeto de Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), que tramita no Congresso.

1.25 PASTORAL DA CRIANÇA

A Pastoral da Criança é uma organização comunitária, criada em 1983, de atuação nacional e internacional, que tem seu trabalho baseado na solidariedade humana e na partilha do saber. O objetivo é o desenvolvimento integral das crianças, desde a concepção até os seis anos de idade, em seu contexto familiar e comunitário, a partir de ações preventivas e que fortaleçam o tecido social e a integração entre as famílias e a comunidade. Organismo de Ação Social da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a Pastoral da Criança é ecumênica, ou seja, aberta a pessoas de todas as religiões. Também não faz distinção de raça, cor, sexo, opção política ou nacionalidade. A principal característica da Pastoral da Criança é a sua

imensa rede de solidariedade, formada por 267 mil voluntários, que atuam em nível comunitário, e que dão sustentação à instituição.

1.26 REDE DE EDUCAÇÃO CIDADÃ

Criada em 2003, por iniciativa do Frei Beto, a Rede de Educação Cidadã tem a missão de realizar processos sistemáticos de sensibilização, mobilização e educação cidadã junto à população brasileira, promovendo a participação ativa e consciente na formulação e controle social nas políticas estruturantes de segurança alimentar e nutricional, incentivadas pelo Fome Zero, na superação da miséria, afirmando um projeto popular, democrático e soberano de nação.

Mais de 989 entidades envolvidas no combate à miséria e pobreza e na mobilização para a cidadania da população brasileira estão integradas a esta rede. As ações dos Talheres Estaduais já atingiram mais de 1.174 municípios em 2004. Presente em 26 Estados da Federação e no Distrito Federal com os talheres estaduais, microrregionais e municipais, conta com o trabalho e adesão voluntária de mais de 500 educadores populares. Ela se propõe a articular a luta de entidades da sociedade civil que investem no desenvolvimento da economia solidária, na geração de emprego e renda e na defesa de todos os direitos conquistados pela população. Aspectos que norteiam o trabalho da Rede: Superação da fome, reforço da auto-estima e conquista de uma política de segurança alimentar e nutricional a partir da organização popular e da inclusão do tema na agenda pública em todos os níveis; Construção de alternativas que ajudem as famílias a encontrarem as “portas de saída” aos programas de transferência de renda e capacitação dos/as cidadãos/ãs para o controle social dos gastos públicos.

1.27 SASOP – SERVIÇO DE ASSESSORIA E ORGANIZAÇÕES POPULARES RURAIS

Organização não governamental que tem como objetivo contribuir na construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável nos aspectos sócio-econômico, ecológico e cultural, com a participação ativa das organizações dos

agricultores familiares, tendo como base os princípios científicos da agroecologia. Com atuação nos municípios de Campo Alegre de Lourdes e Camamu - Região do Lago de Sobradinho – Bahia (Semi-árido) e Região do Baixo Sul da Bahia (Mata Atlântica), tem como público alvo os pequenos agricultores arrendatários, parceiros, posseiros; pequenos produtores proprietários; agentes de promoção ou técnicos. Integrante da Rede PTA Regional e Nacional; Rede Mata Atlântica; Rede Sementes; Rede Abelha do Nordeste; Articulação Água do Nordeste e Rede de Intercâmbio em Agroecologia. Áreas de competência : Produção agrícola - Gestão econômica - Capacitação de recursos humanos - Metodologias participativas - Influência em políticas públicas

1.28 SESC – SERVIÇO SOCIAL DO COMERCIO

Mantido pelos empresários do comércio de bens e serviços, o SESC é uma entidade voltada para o bem-estar social de sua clientela. Atua nas áreas da Educação, Saúde, Lazer, Cultura e Assistência. Uma de suas características marcantes é a promoção de valores maiores, como o exercício da cidadania, o amor à liberdade e à democracia, o apoio aos menos favorecidos, oferecendo-lhes, através da educação, meios para a conquista de melhores condições de vida. A essa ação social o SESC soma o compromisso de ser um agente viabilizador da produção cultural, fomentador do turismo, e incentivador da consciência ecológica e da preservação ambiental.

1.29 SESI – SERVIÇO SOCIAL DA INDUSTRIA

Criado em julho de 1946, o SESI é uma entidade de direito privado, mantida e administrada pela indústria, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida do industriário e seus dependentes, suas atividades sempre incluíram a prestação de serviços em saúde, educação, lazer, cultura, nutrição e promoção da cidadania.

1.30 UFCE – UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

A Universidade Federal do Ceará é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação. Foi criada pela Lei 2.373, de dezembro de 1954 e instalada numa sessão no dia 25 de junho de 1955. Originalmente foi constituída pela união da Escola de Agronomia, Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina e Faculdade de Farmácia e Odontologia.

A UFC chega hoje com praticamente todas as áreas do conhecimento representadas em seus campi, onde reúnem-se quatro centros (Ciências, Ciências Agrárias, Humanidades e Tecnologia) e cinco faculdades (Direito; Educação; Economia, Administração, Atuária e Contabilidade; Farmácia, Odontologia e Enfermagem; e Medicina).

Sediada em Fortaleza, Capital do Estado, a UFC é um braço do sistema do Ensino Superior do Ceará e sua atuação tem por base todo o território cearense, de forma a atender às diferentes escalas de exigências da sociedade.

1.31 UFPE - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

A história da Universidade Federal de Pernambuco tem início em 11 de agosto de 1946, data de fundação da Universidade do Recife (UR), criada por meio do Decreto-Lei da Presidência da República nº 9.388, de 20 de junho de 1946. Passados 19 anos, a Universidade do Recife é integrada ao grupo de instituições federais do novo sistema de educação do País, recebendo a denominação de Universidade Federal de Pernambuco, autarquia vinculada ao Ministério da Educação.

1.32 UNICAMP

A Universidade de Campinas, no Estado de São Paulo, é uma autarquia, instalada em outubro de 1966, é autônoma em política educacional, mas subordinada ao governo estadual no que se refere a subsídios para a sua operação.

1.33 UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

A Universidade Federal de Goiás tem como missão gerar, sistematizar e socializar o conhecimento e o saber, formando profissionais e indivíduos capazes de promover a transformação e o desenvolvimento da sociedade

1.34 VISÃO MUNDIAL

A Visão Mundial é uma Organização Não Governamental (ONG) Cristã Humanitária e de Desenvolvimento criada em 1950 e presente em aproximadamente 100 países. Trabalhando no Brasil desde 1975 com o enfrentamento da pobreza e da exclusão social, a Visão Mundial prioriza em seus programas as crianças e os adolescentes que vivem em comunidades pobres e em situação de vulnerabilidade, para promover o bem estar das pessoas.

A Organização desenvolve projetos nas regiões empobrecidas do Semi-árido, no Nordeste do País e Vale do Jequitinhonha, além do Norte de Minas Gerais, Amazonas, Tocantins e nas regiões metropolitanas das capitais de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Os projetos promovidos e apoiados têm programas com ênfase em saúde, educação, desenvolvimento comunitário, agroecologia, desenvolvimento econômico, promoção da justiça e emergência/reabilitação.

ANEXO 2 – INSTRUMENTOS DE PESQUISA

2.1. QUESTIONÁRIO

CARACTERIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL participante do CONSEA Nacional

1.1. PERGUNTAS FECHADAS

Questionário n: _____

Data do envio do questionário: _____

Data do recebimento do questionário: _____

1.Nome do conselheiro(a):

2. Sexo: ____ Feminino ____ Masculino

3. Data de Nascimento: ____ / ____ / ____

4. Local de nascimento:

5. Nome da Organização:

6. Endereço:

7. Site:

8. Email de contato:

9. Tempo de existência:

10. Número de participantes:

11. Área de abrangência de atuação:

12. Participante: ____ 1a e 2a gestão ____ somente na 2a gestão

13. Instâncias que participa (ou) no CONSEA

14. Nome da organização na qual participa em seu local de origem:

15. Nome do movimento que sua organização está ligada:

16. Aspectos da SAN que sua organização ou movimento trabalha com maior ênfase:

17. A sua organização e/ou movimento trabalha com o conceito de SAN? Poderia especificar como?

18. Em caso afirmativo, qual a concepção de SAN adotada por sua organização?

-
19. A sua organização leva em conta, simultaneamente, as noções de produção e de consumo de alimentos, em seu trabalho educativo como conceito de SAN ?
-
20. Na dimensão da produção de alimentos, quais aspectos que sua organização leva em conta?
-
21. Sabemos que a noção de SAN, está relacionada, entre outras coisas, às condições de acesso aos alimentos. Em quais aspectos sua organização trabalha o acesso aos alimentos ?
-
22. Em sua atuação, nos últimos dois anos, houve a preocupação de construir parcerias e/ou articulações com outros setores relacionados à SAN?
-
23. Quais são os temas trabalhados por sua organização ao tratar de segurança alimentar e nutricional ? Como eles são abordados ?
-
24. Qual o papel que os Governos devem ter na SAN?
-
5. Quais programas e ações sua organização considera importante na SAN ?
-
26. Quais os principais problemas identificados por sua organização no processo de implementação dos programas públicos relacionados à SAN?
-
27. Qual a importância da atuação do CONSEA Nacional e CONSEAs Estaduais?
-
28. Quais aspectos sua organização leva em consideração na elaboração de estratégias metodológicas para as intervenções educativas em SAN ?
-

2.2. ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

- O que é Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) ?
- Quais as situações que sua entidade identifica como de insegurança alimentar e quais são seus determinantes ?
- Poderia me falar um pouco mais em que extensão e como foi apropriado o conceito de SAN por sua entidade e/ou movimento?
- O que mudou na dinâmica da entidade e/ou movimento ao se inserir nas lutas e ações do campo da SAN?
- É a SAN um conceito mobilizador ? Por que ? Em que sentido ?
- Em termos mais específicos, no campo do conhecimento sobre a nutrição e a alimentação, o que o enfoque de SAN trouxe para sua entidade ou movimento?
- Você acha ser possível pensar em elaborar programas de Educação em SAN ?
- No campo da educação, no que ela se diferenciaria da Educação Nutricional ?
- Em sua entidade e/ou movimento houve alguma iniciativa de cursos com essa abordagem em SAN ? Que assuntos foram tratados ? Quais as dinâmicas utilizadas, como foram escolhidos os temas e os participantes, como foi avaliada a ação educativa, quais os materiais e veículos utilizados ?
- Poderia me mostrar alguns materiais e/ou documentos com essa abordagem ?
- De que modo essa nova abordagem contribuiu para sua entidade e/ou movimento no campo da educação ?
- Essa vivência propiciou algum tipo de mudança, em termos de prática educativa e abordagem metodológica ?
- Você tem a impressão que a SAN desempenha, hoje, um papel maior que antes, na agenda pública ? Poderia contar-me uma situação em que a SAN ocupa mais espaço do que antigamente ?
- No papel de conselheiro e multiplicador dessa visão de SAN, o que tem observado no comportamento dos segmentos da população que entram em contato com esse conceito ?

2.3 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa realizada no Curso de Pós-Graduação do Departamento de Prática de Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da USP tem como pesquisadora a aluna Christiane Gasparini Araujo Costa, e orientadora a Prof^ª Dr^ª Cláudia M. Bógus, telefone (11) 3061-7761.

A pesquisa objetiva conhecer os diferentes significados da apropriação do enfoque de segurança alimentar e nutricional (SAN) pelas entidades e movimentos sociais atuantes no Conselho Nacional de SAN. O conhecimento produzido pela pesquisa poderá contribuir para a futura elaboração de programas de educação em segurança alimentar e nutricional. A entrevista que faremos será gravada. Os pesquisadores se comprometem a manter o anonimato dos entrevistados e a destruir as fitas após a transcrição das mesmas. A pesquisadora compromete-se a esclarecer qualquer dúvida acerca da pesquisa, divulgar os resultados em eventos e artigos científicos e apresentar os mesmos às autoridades competentes e aos sujeitos da pesquisa, após o término da mesma. Não há nenhum pagamento para o entrevistado e nem ressarcimento de qualquer despesa. A participação não é obrigatória, ficando o(a) entrevistado(a) livre para desistir a qualquer momento da entrevista se assim o desejar.

Eu, _____ afirmo que, após ter sido informado sobre os objetivos e procedimentos metodológicos da pesquisa acima referida, concordei em conceder entrevista à pesquisadora responsável e/ou entrevistador/a cadastrado/a na referida pesquisa, que expressou seu compromisso em resguardar a minha identidade enquanto entrevistado, zelar pelo sigilo em torno das informações confidenciais recolhidas, bem como providenciar a divulgação dos resultados da pesquisa.

Isto posto, declaro que, após ter sido convenientemente esclarecido(a) pela pesquisadora, aceito participar desta pesquisa, estando ciente de que, com a minha autorização a entrevista poderá ser também gravada.

São Paulo, ____ de _____ de _____

Assinatura do Entrevistado(a)

Assinatura da (o) Pesquisadora (o)

PESQUISADORA RESPONSÁVEL:

Christiane Gasparini Araujo Costa - aluna do Programa de Mestrado da Faculdade de Saúde Pública - USP/ Telefone: 7117 9273/ e-mail: chris@polis.org.br

ORIENTADOR: Profa. Dra. Cláudia M. Bógus (Faculdade de Saúde Pública)

Fone: 30616-7761 /e-mail: claudiab@usp.br

ANEXO 3 - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – COEP/FSP

Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública

Of.COEP/ 014 /07

Protocolo

1611

Projeto de Pesquisa

Apropriação do enfoque de segurança alimentar e nutricional pelas entidades participantes do Conselho Nacional de Segurança Alimentar Nutricional

Pesquisador(a)

Christiane Gasparini Araújo Costa

30 de março de 2007.

Prezado(a) Orientador(a),

O Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo - COEP **analisou**, em sua 1.ª/07 Sessão Ordinária, realizada nesta data, de acordo com os requisitos da Resolução CNS/196/96 e suas complementares, o **protocolo** de pesquisa acima intitulado, e o considerou **APROVADO**.

Lembramos, ainda, que conforme Resolução CNS/196/96 são deveres do(a) pesquisador(a):

1. Comunicar, de imediato, qualquer alteração no projeto e aguardar manifestação deste CEP (Comitê de Ética em Pesquisa), para dar continuidade à pesquisa;
2. Manter em local seguro, pelo prazo de 5 (cinco) anos, os dados individuais de todas as etapas da pesquisa no caso eventual auditoria;
3. Comunicar, formalmente a este Comitê, quando do encerramento deste projeto;

Atenciosamente,

Cláudio Leone

Professor Associado

Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa – FSP/COEP

Ilm.ª Sr.ª

Prof.ª Dr.ª Cláudia Maria Bógus

Departamento de Prática de Saúde Pública

ANEXO 4 - DECLARAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

11/20/2006 18:12 6134112301 CONSEA PAG. 02

Presidência da República
Conselho Nacional de Segurança
Alimentar e Nutricional

Ofício nº 250-2006/CONSEA

Brasília, 20 de novembro de 2006.

A Sua Senhoria a Senhora
Professora: Cláudia Bogus

DECLARAÇÃO

Eu, ALOISIO LOPES PEREIRA DE MELO, Coordenador-Geral da Secretaria do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, **declaro** estar ciente da realização da pesquisa intitulada “Apropriação do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional pelas entidades da sociedade civil do Conselho Nacional”, nas dependências da Secretaria deste Conselho.

Aloísio L. P. de Melo
Coordenador-Geral
Secretaria do CONSEA

Palácio do Planalto, anexo I, sala C2 – Brasília/DF - CEP: 70150-900
Tel: (61) 411.2747/411.2746 - Fax: (61) 411.2301
secret.consea@planalto.gov.br
www.planalto.gov.br/consea

ANEXO 5 – DOCUMENTO DE AVALIAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Exposições de Motivos, Resoluções e Moções – 2003

N.	DATA	ASSUNTO	TEMA	RESP.	ENCAMINHA- MENTO
Resolução 001/2003	01/03/2003	Autoriza Gabinete do MESA a firmar Termo de Parceria com a APIMC para a construção de 11.146 cisternas	CISTERNAS		Termo de Parceria firmado
EM 001/2003	16/04/2003	Proposta de Diretrizes de Segurança Alimentar ao Plano de Safra 2003/2004”, aprovadas na Plenária do Consea de 25/03/2003	PLANO SAFRA	-	Diretrizes parcialmente incorporadas ao Plano de Safra
Resolução EM 002/2003	13/05/2003	Institui Grupo de Trabalho para Diretrizes de Segurança Alimentar e Nutricional ao Plano de Safra 2003/2004	PLANO SAFRA	-	Idem anterior
EM 002/2003	04/08/2003	Consulta agenda do Presidente da República para participação deste na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.	II CNSAN	-	Presidente participou da abertura da II CNSAN
EM 003/2003	12/08/2003	Apresenta minuta de decreto de convocação da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.	II CNSAN	-	Decreto publicado
Moção	26/08/2003	Considerando a importância da unificação dos Programas de Transferência de Renda do Governo Federal, o Consea aprovou moção ao Exmo. Sr. Presidente da República no sentido de que seja assegurado o controle social do Programa Unificado por meio de Comitês Gestores, com participação majoritária da Sociedade Civil.	TRANSE- RÊNCIA DE RENDA	-	Portaria GM/MDS 246, de 20/05/2006 determinou que controle deveria ser feito por “comitê ou conselho local de controle social”

continua

Exposições de Motivos, Resoluções e Moções – 2003 (continuação)

N.	DATA	ASSUNTO	TEMA	RESP.	ENCAMINHA-MENTO
EM 004/2003	02/09/2003	Encaminha Moção, aprovada na Plenária de 26/08/03, para assegurar o controle social do programa unificado de transferência de renda por meio dos Comitês Gestores, com participação majoritária da sociedade civil.	TRANSFE RÊNCIA DE RENDA	-	Idem anterior
EM 005/2003	02/09/2003	Apresenta ao PR duas posições acerca do número de delegados para a II Conferência, com respectivas justificativas: 600 delegados; ou 1.200 delegados	II CNSAN	-	-
EM 006/2003	30/09/2003	Manifesta desconforto do Conselho em relação ao insucesso das tentativas de diálogos acerca da normatização das condições de plantio de soja transgênica na safra 2003/04 (MP 113 e MP 131); e manifesta desejo de participar das discussões sobre o PL sobre Transgênicos.	BIOSSEGU RANÇA	-	-
EM 007/2003	30/09/2003	Manifesta decepção com a lentidão na execução do Plano de Safra 2003/2004, solicitando intervenção do PR para remover obstáculos. Decepção porque a execução do Plano está sendo demasiado lenta.	PLANO DE SAFRA	-	-
Resolução 004/2003	30/09/2003	Aprova o Regimento da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	II CNSAN	-	Regimento publicado
EM 008/2003	09/10/2003	Informa sobre ofício Consea nº 050/2003, com indicação dos representantes do CONSEA no grupo de trabalho sobre transgênicos.	BIOSSEGU RANÇA	-	Conselheiros indicados não participaram da elaboração do PL
EM 009/2003	27/11/2003	Manifesta apoio ao sucesso da implementação do Plano Safra 2003/2004, bem como ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) Compras, considerando terem sido sanados todos os problemas e pendências que motivaram a Exposição de Motivos nº 007-2003.	PLANO DE SAFRA	-	-

Continua

Exposições de Motivos, Resoluções e Moções – 2003 (continuação)

N.	DATA	ASSUNTO	TEMA	RESP.	ENCAMINHA- MENTO
EM 010/2003	26/11/2003	Registra recebimento de carta aberta, em protesto a não participação dos conselheiros na elaboração do Projeto de Lei de Biossegurança e da MP 113. e manifesta apoio ao PL encaminhado ao Congresso Nacional.	BIOSSEGU RANÇA	-	-
Resolução s/no.	16/12/2003	Propõe que o controle social dos programas do Mesa seja feito pelos Comitês Gestores do Cartão Alimentação por 120 dias, até a criação dos Conseas Municipais ou a recomposição destes com 2/3 ou maioria de membros da sociedade civil	CONTROLE SOCIAL	-	Idem EM 003/2003-
Resolução s/no.	S/ data	Autoriza o Gabinete do Mesa a aditar o Termo de Parceria com a APIMC para construção de cisternas	CISTERNAS	-	Termo de Parceria aditivado
Resolução s/no.	S/ data	Autoriza o Gabinete do Mesa a firmar Termo de Parceria com Apoio Fome Zero	TERMO DE PARCERIA	-	Termo de Parceria firmado

Exposições de Motivos, Resoluções e Moções - 2004

N.	DATA	ASSUNTO	TEMA	RESP.	ENCAMINHA- MENTO
Resolução EM 11/2004	26/01/2004	Convida o PR a participar da solenidade de comemoração de um ano de instalação do CONSEA.	-	-	-
EM 12/2004	20/02/2004	Convida o PR a participar da solenidade de abertura da II CNSAN, em 17 de março de 2004, em Olinda/PE.	-	-	PR participou da abertura da II CNSAN
Resolução 007/2004	06/06/2004	Manifesta concordância com aditamento, pelo MDS, ao Termo de Parceria1/2003 c/ AP1MC, para construção de mais 25.500 cisternas.	CISTERNAS	-	-
EM 13/2004	09/06/2004	Requer que a PR obtenha esclarecimentos sobre o Plano de Safra junto aos Ministérios e sobre as dificuldades que estariam obstando, retardando ou restringindo a consignação e liberação dos recursos de comercialização na safra 2003-2004 para o PAA e PGPM.2.	PLANO SAFRA	-	-
EM 14/2004	05/07/2004	Informa ao PR sobre o encaminhamento e reafirmação da Moção, aprovada na II CNSAN, de apoio ao projeto de Lei de Biossegurança apresentado pelo Governo e aprovado pela Câmara dos Deputados	BIOSSEGU RANÇA	-	-
EM 15/2004	13/07/2004	Expõe argumentações sobre a regulamentação da Lei nº 10.711, de 2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças; considera que a proposta de decreto extrapola o disposto na Lei; e endossa o parecer técnico do MDA.	PRODUÇÃO E ABASTE CIMENTO	-	-
EM 16/2004	22/07/2004	Encaminha minuta de Decreto que estabelece competência para a fixação de preços e de produtos do Programa de Aquisição de Alimentos provenientes da agricultura familiar.	PAA	-	-

continua

Exposições de Motivos, Resoluções e Moções – 2004 (continuação)

N.	DATA	ASSUNTO	TEMA	RESP.	ENCAMINHA- MENTO
EM 17/2004	13/09/2004	Sugere à PR que solicite ao Instituto de Análise Econômica e Social – IPEA que realize uma avaliação da concepção e implementação do PAA.	PAA	Ofício 33/PRESI/GACIN, de 18 / 03 /2005, encaminhou relatório de avaliação do PAA feito pelo IPEA	Avaliação realizada e apresentada à CT1
EM 18/2004	17/09/2004	Expõe pouco prazo para que o Consea elaborasse proposta ao Orçamento e ao PPA 2004-2007; e solicita que sejam consideradas na elaboração da LDO-2005, proposições do CONSEA: cisternas; combate da praga da cochinilha; e ações de vigilância alimentar e nutricional	ORÇAMEN TO	-	-
EM 19/2004	05/08/2004	Solicita a manifestação oficial do PR quanto às declarações veiculadas pela imprensa sobre desvinculação do salário mínimo dos benefícios da previdência e da assistência social; desvinculação das contribuições sociais do orçamento da seguridade social; e retirada do texto constitucional de matéria tributária, incluindo as contribuições sociais.	POLÍTICA SOCIAL	-	-
EM 20/2004	26/08/2004	Encaminha sugestão de nomes para suplências dos Conselheiros do CONSEA.	CONSEA	-	-
EM 21/2004	28/09/2004	Congratulações pelo êxito da reunião de Chefes de Estado, em Nova Iorque, EM 20/09/2006; e manifesta interesse no acompanhamento das negociações comerciais em curso; e .expressa disposição de construir as condições para que o CONSEA seja parte ativa das consultas a respeito desse tema.	NEGOCIA ÇÕES INTERNA CIONAIS	-	-

continua

Exposições de Motivos, Resoluções e Moções – 2004 (continuação)

N.	DATA	ASSUNTO	TEMA	RESP.	ENCAMINHA- MENTO
Resolução 008/2004	27/09/2004	Manifesta concordância com aditamento, pelo MDS, ao Termo de Parceria1/2003 c/ APIMC, para construção de mais 7.700 cisternas.	CISTERNAS	-	-
EM 22/2004	20/10/2004	Encaminha a solicitação de desligamento do Sr. Plínio de Arruda Sampaio da função de conselheiro do CONSEA	CONSEA	-	-
Moção	26/10/2004	Manifesta apoio à intenção de ampliação do Programa Bolsa Família, reiterando a necessidade de reforçar a participação social no controle do Programa.	TRANSFE RÊNCIA DE RENDA	-	-
EM 23/2004	05/11/2004	Encaminha Moção sobre o Programa Bolsa Família, reiterando a necessidade de reforçar a participação social no controle do Programa	TRANSFE RÊNCIA DE RENDA	-	-
EM 24/2004	10/11/2004	Agradece pela participação do Presidente da República na Plenária e encaminha documento sobre as iniciativas internacionais do Governo Brasileiro e sobre potenciais impactos das negociações sobre a Segurança Alimentar e Nutricional	NEGOCIA ÇÕES INTERNA CIONAIS	-	-
EM 25/2004	11/11/2004	Reapresenta proposta de Decreto encaminhado pela EM 16/2004, que visa autorizar recursos da PGPM para o PAA; encaminha também Nota Técnica da Conab sobre a proposta	PAA	Aviso no. 160/2005-SAG/Civil-PR, de 18/02/2005, informa que proposta não tem respaldo jurídico, segundo parecer SAJ; e informa que será articulada reunião com Mapa, MDS, MDA, MF e MP para buscar alternativas	Proposta não implementada

continua

Exposições de Motivos, Resoluções e Moções – 2004 (continuação)

N.	DATA	ASSUNTO	TEMA	RESP.	ENCAMINHAMENTO
Resolução 009/2004	12/11/2004	Manifesta concordância com o Termo de Parceria MDS/RITS para apoio à 3ª. Expo-Brasil Desenvolvimento Local	TERMO DE PARCERIA	-	Termo de Parceria firmado
EM 26//2004	30/11/2004	Reitera preocupação de que sejam contempladas, por ocasião da Reunião em Nível de Coordenadores da Negociação Mercosul – União Européia, nos dias 02 e 03/12/2004, as preocupações do CONSEA apresentadas pro meio da EM 24/2004	NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS	Ofício de 07/01/2005, do Sr. Marco Aurélio Garcia, Assessor-Chefe da AESP/PR, informa que área do MRE responsável estava inteirada das preocupações do Consea	

Exposições de Motivos, Resoluções e Moções – 2005

N.	DATA	ASSUNTO	TEMA	RESP.	ENCAMINHA-MENTO
EM 001/2005	27/01/2005	Manifesta preocupação quanto à insuficiência de recursos e solicita providências para realização do Censo Agropecuário – IBGE	PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO	Aviso no. 124/2005-SAG/Ccivil-PR, de 16/02/2005, informa que a EM foi remetida ao MPOG, com solicitação de firme empenho na busca de providências	Pleito não atendido. Censo Agropecuário não foi realizado em 2005
EM 002/2005	10/02/2005.	Recomenda ações para a Segurança Alimentar e Nutricional no semi-árido; informa deliberação de analisar o Projeto de Interligação da Bacia do São Francisco; e recomenda que ações de infra-estrutura hídrica no semi-árido.	SEMI-ÁRIDO	-	-
EM 003/2005	01/03/2005	Encaminha Moção aprovada na Plenária de 22/02/2005 sobre os falecimentos de crianças indígenas por desnutrição no Estado do Mato Grosso do Sul.	POVOS INDÍGENAS	-	-
Moção	22/02/2005	Manifesta indignação pelo óbito de crianças indígenas no Mato Grosso do Sul e recomenda que seja restabelecida “Mesa de Diálogo Permanente com os Povos Indígenas”.	POVOS INDÍGENAS	-	-
EM 004/2005	03/03/2005.	Encaminha Moção aprovada na Plenária de 22/02/2005 motivada por fatos relativos à política de Reforma Agrária, ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, à mudança da Diretoria da EMBRAPA e às mudanças ocorridas no Projeto de Lei de Biossegurança, quando da sua tramitação no Congresso Nacional.	PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO	-	-

continua

Exposições de Motivos, Resoluções e Moções – 2005 (continuação)

N.	DATA	ASSUNTO	TEMA	RESP.	ENCAMINHA- MENTO
Moção	22/02/2005	Manifesta insatisfação com a mudança de orientação política da Embrapa, retrocesso no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e mudanças introduzidas pelo Congresso Nacional no Projeto de Lei de Biossegurança	PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO	-	-
Resolução . 001/2005	01/03/2005	Manifesta concordância de que o MDS faça o aditamento do Termo de Parceria com a APIMC, visando a construção de mais 36..... cisternas	CISTERNAS	-	-
Resolução . 002/2005	01/03/2005	Manifesta concordância de que o MDS firme Termo de Convênio com a GERAR	TERMO DE PARCERIA	-	-
EM 005/2005	04/04/2005.	Encaminha a Resolução CONSEA nº. 003/2005, que recomenda a suplementação orçamentária ao OGU 2005, no valor de R\$200.....,00 (duzentos milhões de reais), em favor do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.	PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO	-	-
Resolução . 003/2005	28/03/2005	Recomenda providências para suplementação ao OGU 2005 para o PAA, no valor de R\$200.....,00	PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO	-	-
Recomendação 001/2005	31/05/2005	Recomenda a potencialização das ações de inclusão social da Embrapa e a criação de um espaço institucional no âmbito desta para coordenação das ações	PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO	-	-
EM 013/2005	10/06/2005.	Encaminha Recomendações 001/2005 (potencialização das ações de inclusão social da Embrapa); e 002/2005 (continuidade da carteira indígena).	PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO POVOS INDÍGENAS	-	-

continua

Exposições de Motivos, Resoluções e Moções – 2005 (continuação)

N.	DATA	ASSUNTO	TEMA	RESP.	ENCAMINHA- MENTO
EM 012/2005	10/06/2005.	Expõe situação, apresenta propostas e solicita providências relativas à gravíssima situação de contaminação por chumbo da população do Município de Santo Amaro da Purificação – BA.	POPULA- ÇÕES NEGRAS	Ofício 1774- GAB/SVS/MS, de 06/06/2005, encaminha NT a do MS Ofício 1140/2005- 44aCCR – MPF, de 04/07/2005 informa que assunto foi encaminha do à PR-BA OF. No. 032/05- NTC/BA-AL, do MPF-PR- BA, de 10/08/2005, informa o ajuizamento de Ação Civil Pública na Vara Federal da Seção Judiciária da BA	Criado Grupo de Trabalho Interministerial para implementação das ações, sob a coordenação do MS e com acompanhamento da Casa Civil e do Consea
EM 014/2005	05/07/2005.	Encaminha a Recomendação 003/2005, que recomenda que a regulamentação da Lei 11.105/2005 contemple procedimentos e mecanismos que garantam a transparência e a participação nas decisões da CTNBio e na elaboração de uma política nacional de biossegurança.	BIOSSE- GURANÇA	-	-
Recomendaç ão 003/2005	29/06/2005	Recomenda que a regulamentação da Lei 11.105/2005 contemple procedimentos e mecanismos que garantam a transparência e a participação nas decisões da CTNBio e na elaboração de uma política nacional de biossegurança	PRODUÇÃO E ABASTECI- MENTO	-	-
EM 015/2005	11/07/2005	Encaminha o Anteprojeto de Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), aprovado pela Plenária do Consea de 28/06/2005.	LOSAN	-	-

continua

Exposições de Motivos, Resoluções e Moções – 2005 (continuação)

N.	DATA	ASSUNTO	TEMA	RESP.	ENCAMINHA- MENTO
EM 016/2005	12/07/2005.	Apresenta avaliação e proposições relativas à Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas, aprovadas na Plenária de 29/06/2005.	POVOS INDÍGENAS	-	-
EM 017/2005	14/07/2005.	Apresenta Relação dos Programas e Ações de Segurança Alimentar e Nutricional; e propostas de dotação no OGU 2006 para ações prioritárias do CONSEA.	ORÇAMEN TO	Aviso no. 816/2005-Ccivil-PR, de 05/08/2005, informa que a EM foi encaminhada para análise dos órgãos (Mapa, MCT, MEC, MI, MJ, MS, MDA, MDS, MMA, MP, TEM, SEPPIR) Ofício 622/2005/S E-MJ, de 22/08/2005, informa limite orçamentário reduzido e esforços para ampliação Ofício 1708/2005/GM/MMA, de 31/10/2005, encaminha Nota Técnica	Demandas parcialmente atendidas no PLOA 2006
EM 018/2005	08/08/2005.	Retifica a proposta de dotação no OGU 2006 para a Ação 0513 – Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica; valor proposto: R\$1.864.692.216,00, para que valor per capita seja elevado a R\$0,23/dia.	ALIMENTA ÇÃO ESCOLAR	-	-

continua

Exposições de Motivos, Resoluções e Moções – 2005 (continuação)

N.	DATA	ASSUNTO	TEMA	RESP.	ENCAMINHA- MENTO
EM 019/2008	26/08/2005.	Ratifica as sugestões do documento enviado por meio da EM 011/2005, tendo em vista a Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio – OMC, a ser realizada em Hong Kong, em dezembro de 2005.	NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS	-	-
EM 020/2005	01/09/2005.	Encaminha a Recomendação 006/2005, aprovada na Plenária de 30/08/2005, pela qual o Consea propõe medidas voltadas para a manutenção e aprimoramento das medidas de controle e fiscalização dos agrotóxicos.	PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO	=	=
Recomendação no. 006/2005	30/08/2005	Recomenda medidas voltadas para a manutenção e aprimoramento das medidas de controle e fiscalização dos agrotóxicos	PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO	-	-
EM 021/2005	28/09/2005.	Encaminha as Recomendações 008/2005, relativa a suplementação orçamentária do PAA; e 009/2005, recomendando debate público do decreto de regulamentação da Lei 11.105/2005 – Lei de Biossegurança.	PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO	Ofício 986/SE-Ccivil-PR, de 30/10/2005, informa que EM foi encaminhada às áreas técnicas da CC para exame; e informa que foi encaminhado PL de Crédito Suplementar de R\$70 milhões para PAA Leite Ofício 1178/2005-SAG/Ccivil-PR, de 11/10/2005, informa que em foi encaminhado ao MP para análise e providências	=

continua

Exposições de Motivos, Resoluções e Moções – 2005 (continuação)

N.	DATA	ASSUNTO	TEMA	RESP.	ENCAMINHA- MENTO
Recomendação 008/2005	27/09/2005	Recomenda que sejam assegurada suplementação orçamentária para o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar	PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO	-	-
Recomendação 009/2005	27/09/2005	Recomenda que o decreto de regulamentação da Lei de Biossegurança - Lei 11.105/2005 seja objeto de debate público	PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO	-	-
EM 022/2005	11/10/2005.	Apresenta avaliação do Projeto de Lei Orçamentária 2006, com base nas propostas do Consea encaminhadas pela EM 017/2005; e solicita que seja viabilizada a ampliação das dotações dos Programas e Ações prioritários para o Consea e não contemplados satisfatoriamente no PLOA/2006.	ORÇAMENTO	-	-
EM 023/2005	01/12/2005.	Encaminha a Recomendação 11/2005, aprovada na Plenária de 29 e 30/11/2005, recomendando que não sejam feitas alterações na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 nos termos contidos na proposta de Medida Provisória elaborada pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados.	PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO	Ofício 55/2006/GM-MAPA, de 23/01/2006 remete cópia de Nota Técnica da Coord. Geral Agrotóxicos e Afins/DAS/Mapa; considera a necessidade de redução da burocracia de registro de agrotóxicos, visando reduzir custos, porém sem flexibilização	-

continua

Exposições de Motivos, Resoluções e Moções – 2005 (continuação)

N.	DATA	ASSUNTO	TEMA	RESP.	ENCAMINHA- MENTO
Recomendação 011/2005	28/09/2005	Recomenda que não sejam feitas alterações na Lei nº 7.80, de 11 de julho de 1989 nos termos contidos na proposta de Medida Provisória elaborada pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados	PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO	-	-
Recomendação 010/2005	28/09/2005	Recomenda a formalização de Termo de Parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e a Associação Programa Um milhão de Cisternas – AP1MC, visando a construção de cisternas nos municípios do Semi-árido Brasileiro.	CISTERNAS	-	-
Recomendação 012/2005	14/12/2005	Recomenda a formalização de Termo de Parceria entre o Ministério do Meio Ambiente - MMA e a Associação Programa Um Milhão de cisternas – AP1MC, visando a construção de 140 (cento e quarenta) cisternas e o fortalecimento institucional da AP1MC e das organizações de base parceiras.	CISTERNAS	-	-
EM 024/2005	19/12/2005.	Encaminha a Recomendação nº 013/2005, aprovada na Plenária de 29 e 30/11/2005, pela qual se apresenta recomendações para a formulação e implementação de uma Política Nacional de Abastecimento Alimentar (PNAA) baseada no enfoque da segurança alimentar e nutricional (SAN).	PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO	-	-
Recomendação 013/2005	19/12/2005	Recomendações para a formulação e implementação de uma Política Nacional de Abastecimento Alimentar (PNAA) baseada no enfoque da segurança alimentar e nutricional (SAN). A presente proposição atende às deliberações aprovadas na II Conferência Nacional de SAN	PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO	-	-

Exposições de Motivos, Resoluções e Moções – 2006

N.	DATA	ASSUNTO	TEMA	RESP.	ENCAMINHA- MENTO
EM 001/2006	15/03/2006	Encaminha a Recomendação nº 001/2006, aprovada na Plenária realizada de 14/03/2006, que recomenda a implementação de ações emergenciais de caráter estruturante para fazer frente à estiagem no semi-árido e a elaboração de uma política de convivência com o semi-árido.	SEMI-ÁRIDO	-	-
Recomendação 001/2006	14/03/2006	Recomenda a implementação de ações emergenciais de caráter estruturante para fazer frente à estiagem no semi-árido e a elaboração de uma política de convivência com o semi-árido.	SEMI-ÁRIDO	-	-
EM 002/2006	15/03/2006	Encaminha a Recomendação nº 002/2006, aprovada na Plenária realizada de 14/03/2006, que recomenda que o Governo Brasileiro adote posição favorável à identificação e rotulação de alimentos elaborados com Organismos Vivos Modificados (OVM).	PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO	-	-
Recomendação 002/2006	14/03/2006	Recomenda que o Governo Brasileiro adote posição favorável à identificação e rotulação de alimentos elaborados com Organismos Vivos Modificados (OVM).	BIOSSEGURANÇA	-	-
EM 003/2006	15/03/2006	Encaminha a Recomendação nº 003/2006, aprovada na Plenária realizada de 14/03/2006, que recomenda que o Governo Brasileiro adote posição contrária à comercialização de sementes estéreis.	PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO	-	-
Recomendação 003/2006	14/03/2006	Recomenda que o Governo Brasileiro adote posição contrária à comercialização de sementes estéreis.	BIOSSEGURANÇA	-	-
Recomendação 004/2006	14/03/2006	Recomenda a formalização do Nono Termo de Parceria ao Termo de Parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS e a Associação Programa Um Milhão de cisternas – AP1MC, visando a construção de cisternas nos municípios do semi-árido brasileiro..	SEMI-ÁRIDO	-	-

continua

Exposições de Motivos, Resoluções e Moções – 2006 (continuação)

N.	DATA	ASSUNTO	TEMA	RESP.	ENCAMINHA- MENTO
EM 004/2006	13/04/2006	Apresenta avaliação da execução orçamentária em 2005 das ações de Segurança Alimentar e Nutricional; e solicita a recomposição orçamentária, no OGU 2006, para o PNAE e o SISVAN	ORÇAMEN TO	Aviso 384/2006-SAG/Ccivil-PR, de 20/04/2006 informa envio da EM ao MP, MDS, MS, Midades e SEAP Ofício 827/GM-MS, de 28/07/2006, informa que o orçamento da área de Alimentação e Nutrição do MS subiu de R\$14,8 milhões em 2004 para R\$21,7 milhões em 2006 e deverá ser de R\$32,5 milhões em 2007	-
EM 005/2006	04/05/2006	Propõe a recondução do mandato dos conselheiros do Consea e apresenta minuta de decreto para essa finalidade.	CONSEA	-	Decreto de 16/05/2006 reconduziu os conselheiros representantes da sociedade civil que manifestaram interesse em continuar
Resolução 001/2006	25/04/2006	Dispõe sobre a criação do Grupo de Trabalho Executivo de Indicadores e Monitoramento	INDICADO RES E MONITO RAMENTO	-	GT constituído. Relatório apresentado na Plenária de 07/03/2007
EM 006/2006	04/05/2006	Apresenta avaliação da proposta de Plano de Safra da Agricultura Familiar 2006/2007; apóia a proposta, em especial quanto à comercialização e estímulo à diversificação; manifesta apoio às medidas emergenciais adotadas para fazer frente a queda dos preços dos produtos; e solicita a garantia de R\$300 milhões para AGF (Aquisições do Governo Federal).	PLANO DE SAFRA	-	-

continua

Exposições de Motivos, Resoluções e Moções – 2006 (continuação)

N.	DATA	ASSUNTO	TEMA	RESP.	ENCAMINHA- MENTO
EM 007/2006	09/05/2006	Informa que durante os dias 22, 23 e 24 de maio, será realizado o Encontro Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional promovido pelo Consea, em parceria com o MDS.	COMSEA	-	-
EM 008/2006	11/05/2006	Apresenta propostas para o OGU 2007, incluindo: criação de uma ação específica para a Carteira Indígena; criação de repasse financeiro para o Sisvan; e reitera solicitações da EM 004/2006.	ORÇAMENTO POVOS INDÍGENAS	Aviso 526/2006-Ccivil-PR, de 18/05/2006, informa envio da EM ao MP, MMA, MS e MDS Ofício 069/06/SESAN/MDS e SDS/MMA, de 05/07/2006, informa encaminhamentos da Oficina da Carteira Indígena, incluindo criação de Ação Específica no PPA e proposta de suplementação ao OGU 2006	-
EM 009/2006	13/07/2006	Apresenta propostas de dotações, a serem incorporadas ao PLOA 2007, para programas e ações prioritários, segundo eixos estruturadores da política nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.	ORÇAMENTO	Aviso 810/2006-Ccivil-PR, de 18/07/2006 informa qu eenvio EM para MDS, MS, MEC, MDA, TEM, MMA e SEPPIR Ofício 1946 GM/MTE, de 13/09/2006, informa a previsão da SENAES para as ações indicadas Ofício 743/GAB/MDS , de 13/09/2006, informa previsão da SESAN para ações indicadas	-

continua

Exposições de Motivos, Resoluções e Moções – 2006 (continuação)

N.	DATA	ASSUNTO	TEMA	RESP.	ENCAMINHA- MENTO
EM 010/2006	28/07/2006	Apresenta apreciação sobre o Programa Bolsa Família e recomendações para a nova etapa do programa, com vistas à emancipação das famílias e à inclusão de indivíduos e grupos não atendidos.	TRANSFE RÊNCIA DE RENDA	Aviso 1014/2006-SAG/Ccivil-PR, de 31/08/2006, informa que EM foi enviada ao MDS	-
EM 011/2006	04/09/2006	Solicita providências para fazer frente ao surto de beribéri (deficiência de vitamina B1) no Maranhão.	BERI BÊRI	-	Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto de 16/02/2007 e nomeado pela Portaria MS 446, de 26/02/2007 Ações definidas, implementadas ou em implementação
EM 012/2006	08/09/2006	Apresenta a proposta de Realização da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e apresenta minuta de decreto de convocação desta.	III CNSAN	-	III CNSAN convocada pelo Decreto de 1º./12/2006, alterado pelo Decreto de 12/03/2007
Resolução 002/2006	26/09/2006	Aprova o Regimento da III CNSAN	III CNSAN	-	Regimento publicado no DOU e atualizado pela Resol. 001/2007
EM 013/2006	30/11/2006	Encaminha Recomendação 005/2006, aprovada na Plenária de 28/11/2006, pela qual recomenda a definição de um novo marco legal para a relação entre organizações da sociedade civil e o poder público para parcerias na implementação de políticas e projetos que envolvam recursos públicos federais	RELAÇÃO GOVERNO – SOCIEDA DE CIVIL	Ofício 1151/2006-SAG/Ccivil-PR, de 22/12/2006, informa que a EM foi enviada ao MJ e MP	-
Recomendação 005/2006	28/11/2006	Recomenda que seja definido novo marco legal para as relações entre organizações da sociedade civil e poder público na implementação de ações em parceria	RELAÇÃO GOVERNO – SOCIEDA DE CIVIL	-	-
EM 014/2006	30/11/2006	Encaminha a Recomendação 006/2006, aprovada na Plenária de 28/11/2006, pela qual recomenda a manutenção da composição atual da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CNTBio, bem como das atuais normas de funcionamento desta	BIOSSEGU RANÇA	-	Proposta não acatada. Houve redução do quorum de deliberação da CTNBio. – Vide EM 002/2007

continua

Exposições de Motivos, Resoluções e Moções – 2006 (continuação)

N.	DATA	ASSUNTO	TEMA	RESP.	ENCAMINHA- MENTO
Recomendação 006/2006	28/11/2006	Recomenda a manutenção da composição atual da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CNTBio, bem como das atuais normas de funcionamento desta.	BIOSSEGURANÇA	-	Idem anterior
EM 015/2006	05/12/2006	Manifesta satisfação pela publicação do Decreto de 1º./12/2006, que convocou a III CNSAN, e reitera convite para participação do Presidente da República na abertura da Conferência	III CNSAN	-	-
EM 016/2006	12/12/2006	Encaminha minuta de decreto de regulamentação da Losan, referente ao funcionamento e estrutura do Consea; e trata de outros aspectos de regulamentação da Lei	III CNSAN	Ofício 458/06-SAJ-Ccivil-PR, de 20/12/2006, informa que a minuta de decreto foi encaminhada para análise do MDS e posterior audiência do MP	-

Exposições de Motivos, Resoluções e Moções – 2007

N.	DATA	ASSUNTO	TEMA	RESP.	ENCAMINHA-MENTO
EM 001/2007	12/02/2007	Informa necessidade de mudança da data da III CNSAN e reapresenta convite para presença do Presidente da República na abertura do evento.	III CNSAN	-	Presença do Presidente confirmada
EM 002/2007	08/03/2007	Encaminha Recomendação 001/2007, pela qual recomenda o veto aos Artigos 3º. e 4º. do Projeto de Lei de Conversão no. 29/2006. Os artigos foram oriundos de emendas para anistiar a produção de algodão transgênico e para reduzir o quórum para liberação comercial da CTNBio – Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, de dois terços para maioria absoluta	BIOSSEGURANÇA	-	Proposta parcialmente acatada. Foi vetado o Art. 3º. (algodão transgênico) e mantido o Art. 4º. (quorum CTNBio)
Recomendação 001/2007	07/03/2007	Recomenda veto aos Artigos 3º. e 4º. do Projeto de Lei de Conversão nº 29, de 2006, proveniente da Medida Provisória 327/2006, aprovado pelo Plenário do Senado Federal.	BIOSSEGURANÇA	-	Idem acima
Resolução 001/2007	13/03/2007	Dá nova redação aos Artigos 3º., 7º., 16, 30 e 31 do Regimento da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	III CNSAN		Decreto de 12 de março de 2007 (Publicado no DOU em 13/03/2007)
EM 003/2007	15/03/2007	Registra avanços obtidos na atuação da Conab, em especial no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, e manifesta preocupação quanto à possibilidade de mudanças na equipe do órgão	PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO	-	-
EM 004/2007	30/03/2007	Registra reconhecimento dos avanços no diálogo do Consea com o MTE e dos impactos positivos da recuperação do salário mínimo sobre a Segurança Alimentar e Nutricional; e solicita atenção para evitar desconstituição na atuação da SENAES/MTE	ECONOMIA SOLIDÁRIA	-	-
EM 005/2007	07/05/2007	Solicita veto ao Artigo 3º. da MP 350/2007, “enxertado” na tramitação desta no Legislativo no intuito de abrandar dispositivos da Lei 11.265/2006 que inibem propagandas que colocavam em risco a amamentação	NUTRIÇÃO E SAÚDE	-	Proposta não acatada. PLC convertido na íntegra (Lei 11.474, de 15/05/2007)

continua

Exposições de Motivos, Resoluções e Moções – 2007 (continuação)

N.	DATA	ASSUNTO	TEMA	RESP.	ENCAMINHA- MENTO
EM 006/2007	08/05/2007	Encaminha a Recomendação 002/2007, aprovada na Plenária de 04/05/2007, que recomenda a revogação imediata dos dispositivos do Decreto Presidencial nº 5.504, de 05/08/2005, referentes à obrigatoriedade do uso do pregão nas parcerias com organizações sociedade civil; e a construção de marco legal específico para regular essas relações.	RELAÇÃO GOVERNO – SOCIEDA DE CIVIL	-	-
Recomendação 002/2007	04/05/2007	Recomenda a revogação imediata dos dispositivos do Decreto Presidencial nº 5.504 de 05 de agosto de 2005 referentes à obrigatoriedade do uso do pregão nas parcerias com organizações sociedade civil; e a construção de marco legal específico para regular essas relações.	RELAÇÃO GOVERNO – SOCIEDA DE CIVIL	-	-